

Paula Chiaretti

et. al.

(Orgs.)

**Textos completos do 5º Seminário
integrado de monografias,
dissertações e teses (SIMDT) e 1ª
Semana de Letras**



**Textos completos do 5º Seminário
integrado de monografias,
dissertações e teses (SIMDT) e 1ª
Semana de Letras**

Paula Chiaretti

et. al.

(Orgs.)

Pouso Alegre – MG

Univás

Atilio Catosso Salles
Eduardo Alves Rodrigues
Joelma Pereira de Faria
Juciele Pereira Dias
Juliana Santana
Luciana Nogueira
Luiza Castello Branco
Guilherme Adorno
Paula Chiaretti
Renata Chrystina Bianchi de Barros
Telma Domingues da Silva

(Orgs.)
Pouso Alegre

**5º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses (SIMDT) e
Primeira Semana de Letras da Univás: textos completos**

Pouso Alegre – MG
Univás

Copyright © 2018 da organizadora representante dos colaboradores.
O conteúdo do resumo publicado é unicamente de responsabilidade do(s) autor(es).

Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para a Univás. Todos os direitos reservados.

Todos os direitos desta edição estão reservados à Univás.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: UNIVÁS

Editoração: Atilio Catosso Salles

Paula Chiaretti

Capa: Atilio Catosso Salles

Univás - Avenida Tuany Toledo, 470 37550-000 - Pouso Alegre - MG Telefones: (35) 3449-9248
/ (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993 Pouso Alegre: Univás 2018 Universidade do Vale do Sapucaí –
Univás

Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí

Prof. Dr. Antonio Carlos Aguiar Brandão

Vice-Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí

Prof. Dr. Luiz Roberto Martins Rocha

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Antonio Mauro Vieira

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Antônio Homero Rocha de Toledo

Comissão Organizadora

Atilio Catosso Salles (Univás)
Eduardo Alves Rodrigues (Univás)
Guilherme Adorno (CAPES-PNPD/Univás)
Joelma Pereira de Faria (Univás)
Juciele Pereira Dias
Juliana Santana (Univás)
Luciana Nogueira (Univás)
Luiza Castello Branco (Univás)
Paula Chiaretti (Univás)
Renata Chrystina Bianchi de Barros (Univás)
Telma Domingues da Silva (Univás)

Comitê Científico

Atilio Catosso Salles (Univás)
Eduardo Alves Rodrigues (Univás)
Joelma Pereira de Faria (Univás)
Juciele Pereira Dias
Juliana Santana (Univás)
Luciana Nogueira (Univás)
Luiza Castello Branco (Univás)
Paula Chiaretti (Univás)
Renata Chrystina Bianchi de Barros (Univás)
Telma Domingues da Silva (Univás)

Editoração

Atilio Catosso Salles
Paula Chiaretti

Apoio/Secretaria

Amanda Marilyn Figueiredo Silva
Gislaine Bittencourt Pereira
Guilherme Oliveira Santos
Letícia Faria Coutinho

Monitores

Leonardo José Rocha Silveira

Jefferson Souza Santos

Maria Gorete Ferreira

Maria Nicolau

Tamyres Cecilia da Silva

Karen Félix da Rocha

Fernanda Sperle Fernandes

Realização

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Coordenação

Paula Chiaretti

Joelma Pereira de Faria

Curso de Letras da Univás

Coordenação

Eduardo Alves Rodrigues

Joelma Pereira de Faria

Núcleo de Pesquisas em Linguagem - NUPEL

Coordenação

Atilio Salles

www.cienciasdalinguagem.net



Apoio



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro)

Chiaretti, Paula (Org.)

Textos completos do 5º Seminário integrado de monografias, dissertações e teses (SIMDT) e 1ª Semana de Letras da Univás: caderno de textos completos: 2 a 5 de outubro de 2018 / organização de Paula Chiaretti ... [et al.]. – Pouso Alegre: Univás, 2018.

276p.

Vários autores

Bibliografia

ISBN: 978-85-67647-62-3

1. Artigos - Coletâneas. 2. Linguagem. 3. Linguística. 4. Ciências da linguagem. 5. SIMDT. 6. Nupel. 7. Ceddem. I. Salles, Atilio Catosso. (Org.). II. Rodrigues, Eduardo Alves (Org.). III. Faria, Joelma Pereira de (Org.). IV. Dias, Juciele Pereira (Org.). V. Santana, Juliana (Org.). VI. Nogueira, Luciana (Org.). VII. Castelo Branco, Luiza (Org.). VIII. Adorno, Guilherme (Org.). IX. Barros, Renata Chrystina Bianchi de. (Org.). X. Silva, Telma Domingues da. XI. Título.

CDD – 410.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PSICOLOGIA APLICADA A ODONTOPEDIATRIA: ANÁLISE COMPORTAMENTAL DAS TÉCNICAS DE CONTROLE UTILIZADAS NA ODONTOLOGIA.....	13
Fabiana de Gusmão Pereira.....	13
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA	37
Carla Rafaela Da Silva	37
A METÁFORA DO ÓRGÃO:	63
TRAÇOS SOBRE O CAMINHO SUBJETIVO DO CÂNCER	63
Daniella Simões Baldoni Pinto	63
"FILOSOFIA DE BOTEQUIM": O DISCURSO DA MALANDRAGEM RESISTENTE NO SAMBA DE ATAULFO ALVES.....	85
Francisco Antonio Romanelli.....	85
LINGUAGEM E COGNIÇÃO PELO OLHAR DA PSICOLINGUÍSTICA .	112
Gabrielle Zoe Lima	112
A TECNOLOGIA E O DIGITAL NAS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO.....	131
Luis Daniel Pittini Strumiello	131
A FUNCIONALIDADE SOBRE O DIREITO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	144
Maria Gorete Ferreira	144
HISTÓRIA E MEMÓRIA: A ESCOLA MUNICIPAL "JOÃO LÚCIO DOS SANTOS" DA CIDADE DE CONGONHAL (MG).....	155
Matheus Jerônimo Henrique Lopes, Cleyton Antônio Da Costa	155

O ABANDONO E A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DO SUJEITO	164
Pâmela Da Silva Lima	164
EVIDÊNCIA DE VALIDADE COM BASE EM VARIÁVEIS EXTERNAS EM GRUPOS CONTRASTANTES PARA O TESTE TATI-J.....	191
Patrícia De Fátima Marques ¹ , Marcos Antonio Batista ²	191
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO.....	214
Tayá Cristina Reis, Camila Claudiano Quina Pereira.....	214
A LEI 11.645/08 E O LIVRO DIDÁTICO: “HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA”.....	241
Cássio S. Castanheira	241
DISCURSO E ARTE: A OBRA DE HÉLIO OITICICA COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO.....	250
Bruno César Castello Ananias	250
EFEITOS DE SENTIDO DA COMUNICAÇÃO NA EMPRESA PÚBLICA E NA EMPRESA PRIVADA DO SUL DE MINAS GERAIS	261
Aline de Fatima Chiaradia Valadão Rennó,	261
Guilherme Carrozza.....	261
ÍNDICE REMISSIVO	274

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) e o Curso de Letras da Universidade do Vale do Sapucaí promovem, através do Núcleo de Pesquisas em Linguagem (Nupel), a quinta edição do Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses – 5º SIMDT e a 1ª da Semana de Letras da Univás.

O SIMDT é um evento científico, cuja primeira edição foi realizada em 2010, época em que o evento chamava-se SIMD – Seminário Integrado de Monografias e Dissertações. Em 2010, o evento reuniu pesquisadores de diferentes universidades, que apresentaram trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica e dissertações de mestrado. Em 2012, o evento contou com sua segunda edição e novamente reuniu pesquisadores de diferentes instituições do Brasil. E, em 2014, em sua terceira edição, o evento passou a se chamar SIMDT - Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses, em virtude da instalação do doutorado em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.

Aberto para toda a comunidade acadêmica da Univás, bem como para outras universidades da região e de outras partes do Brasil, o SIMDT tem como objetivo abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate, a partir de trabalhos de pesquisa realizados e em andamento.

Com a realização da quinta edição do SIMDT, o PPGCL, por meio do Núcleo de Pesquisas em Linguagem, dá continuidade às suas atividades voltadas para incentivar a produção discente qualificada por meio da convivência entre pesquisadores, tendo em vista o objetivo central do SIMDT que é criar e manter espaços de encontro, de trocas de reflexões, de experiências acadêmico-científicas entre os alunos das mais diferentes instituições de ensino, buscando investir, de modo regular e produtivo, no desenvolvimento de pesquisas de qualidade e de divulgar o trabalho que é realizado nas mais diversas universidades e em diferentes níveis de ensino.

Nesta quinta edição, dando continuidade à tradição do evento, sua organização foi pensada de modo a recepcionar os trabalhos científicos considerando a heterogeneidade de instituições de ensino, considerando todas as regiões do Brasil, e a heterogeneidade das fases das pesquisa – inicial, em andamento e final – promovendo a visibilidade e o amplo debate

sobre os modos de se fazer pesquisa no campo das Ciências da Linguagem, objetivando abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate.

Concomitantemente ao 5º SIMDT será realizada a Primeira Semana de Letras do Novo Curso de Letras da Univás. A 1ª semana de Letras da Univás é um Projeto de Extensão que tem como objetivo oferecer ao acadêmico do Curso de Letras a vivência da integração entre a Graduação e a Pós-Graduação, na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o que impacta decisivamente o processo de formação e o currículo do futuro profissional das Letras.

A 1ª Semana de Letras da Univás foi carinhosamente batizada de *Semana de Letras Maria Onice Payer*. Gesto este que homenageia o sólido e relevante percurso acadêmico-científico construído pela Professora Dra. Maria Onice Payer, docente na Univás desde o ano de 2002 e cuja produção dentro do campo das Ciências da Linguagem, especialmente da Análise de Discurso, é reconhecida no cenário da pós-graduação brasileira, com impacto sobre as questões de ensino de língua e teorização sobre a relação entre linguagem, memória e sujeito.

A 1ª Semana de Letras Maria Onice Payer discute a temática da relação entre língua, memória e ensino por meio de uma programação conjunta com o 5º SIMDT que se estende de 02 a 05 de outubro de 2018 e oferece aos acadêmicos do Curso de Letras, assim como aos acadêmicos dos demais Cursos da Univás e da região sul-mineira, que desejem ampliar a compreensão sobre o funcionamento da linguagem no homem e na sociedade, conferências, oficinas, seção de pôsteres e plenárias com relatos de pesquisas desenvolvidas tanto no âmbito da graduação quanto na pós-graduação.

Comissão Organizadora do 5º SIMDT e 1ª Semana de Letras da Univás

PSICOLOGIA APLICADA A ODONTOPEDIATRIA: ANÁLISE COMPORTAMENTAL DAS TÉCNICAS DE CONTROLE UTILIZADAS NA ODONTOLOGIA

Fabiana de Gusmão Pereira

Introdução

Compreender a interposição da psicologia em odontologia implica diretamente em algumas relações entre saúde bucal e comportamento, pretende-se relatar a contribuição da psicologia para reconhecimento dos eventos que antecedem a condição odontológica visando o reconhecimento da evolução na educação e a interlocução das duas áreas do conhecimento (Moraes, 2010).

Desde os primeiros trabalhos da Psicologia Aplicada à Odontologia existe uma preocupação quanto à avaliação e planejamento do atendimento em saúde. Tal avaliação visa uma observação fidedigna e relato das relações comportamentais presentes no contexto odontológico. Alguns estudos relataram a identificação de relações funcionais entre o responder de crianças e a aplicação de algumas estratégias comportamentais (Moraes & Rolim, 2015).

A aplicação dos conhecimentos da psicologia no âmbito da odontopediatria promove a melhoria e integralidade no relacionamento profissional x paciente, permitindo um diagnóstico global envolvendo sintomas somáticos e psicológicos, os quais devem ser associados e avaliados; haja vista que o paciente infantil se encontra em constante mudança e contínua transformação. Considerando sua importância, este tema tem sido amplamente estudado na odontopediatria (Aragão, Ferreira & Colares, 2009).

Mesmo com o acesso facilitado aos órgãos públicos, favorecendo ações preventivas visando melhorias na saúde bucal da população, muitos ainda apresentam relutância em utilizar desse sistema e, em último caso, constatada a emergência, usufrui de tal sistema. Segundo (Thom, Sartory & Johren, 2000 como citados em Casanova & Fioravante, 2009) cerca de 20% da população mundial se esquia das consultas odontológicas periódicas, no que se refere à população infantil, que muitas vezes é levada à clínica por seus responsáveis. Verifica-se uma topografia diferenciada de respostas de fuga (evasão do estímulo na presença deste) e/ou esquia (evasão quando o estímulo aversivo ainda não está presente) frente ao estímulo aversivo, onde o indivíduo pode externar seus comportamentos, assim, as respostas

infantis de fuga e esquiva abrangem outros comportamentos diferentes de não ir à consulta tais como recusar-se a abrir a boca, levantar-se da cadeira odontológica, chorar, gritar, executar movimentos com o corpo ou com a cabeça e ainda, chutar ou morder o odontoediatra durante os atendimentos sendo então necessário usar técnicas de contenção.

A preponderância da ansiedade (função natural do organismo para que ocorra a adaptação; mecanismo de defesa; conceituado como um sinal de alerta e causa sofrimento para o indivíduo) e medo (conta com a presença de um objeto ou quando o indivíduo está exposto a uma situação aversiva) é notada com relevância na clínica de odontopediatria, sendo congruente que o cirurgião dentista instaure estratégias de controle do comportamento, contribuindo também com o sucesso dos procedimentos clínicos propostos. A edificação deste relacionamento não é tão-somente um procedimento técnico, mas o conhecimento da criança e o tratamento desta como um indivíduo único e com direito ao respeito. A apresentação do medo e/ou ansiedade na criança pode ser amenizada por meio de procedimentos profiláticos que devem ser usados durante as consultas, visando ampliar o campo perceptivo da criança em relação ao tratamento odontológico (Aragão, Ferreira & Colares, 2009).

Para contribuir com a afirmação de Aragão, Ferreira e Colares (2009) podem-se agregar os estudos de Marques, Gradwohl e Maia (2010); estes realizaram uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo no município de Acaraú - CE, em uma temporada de agosto a setembro de 2006, em 08 unidades de saúde onde atuam equipes de saúde bucal (ESB) pertencentes ao Programa Saúde da Família (PSF). O público alvo foram 10 crianças de ambos os gêneros, cuja idade varia de 4 a 6 anos sendo, não menos importante relatar, que cinco crianças estavam aguardando para a realização da primeira consulta e as outras cinco aguardavam atendimento odontológico de rotina. Aplicou-se o teste de avaliação da ansiedade odontológica, Venham Picture Test (VPT) modificado, teste este que consiste em um instrumento que contém oito pares de figuras impressas com imagens de meninos e meninas expressando diversas reações; tais imagens devem ser apresentadas à criança pesquisada e então elas devem escolher as imagens que mais refletem suas emoções. É de suma importância salientar que as reações emocionais da criança podem ser avaliadas através da utilização de um teste projetivo com autoanálise a partir de desenhos de figuras humanas.

A segunda fase da pesquisa, que foi realizada ainda antes do atendimento, consistiu em solicitar que as crianças desenhassem à mão livre a imagem do consultório odontológico, o cirurgião-dentista e o pessoal auxiliar. Perguntou-se a cada criança: o que você acha do consultório odontológico ou do dentista? Os lápis foram expostos sobre a mesa de forma

que eles pudessem escolher à vontade a cor desejada, já que a cor escolhida e a forma que o desenho é distribuído na folha, são critério importante para avaliação e influencia na interpretação. Ao lado do desenho foram feitas anotações das explicações da criança sobre o mesmo, a fim de melhor interpretá-los. Não foi determinado tempo para o desenho, a fim de não provocar pressão sobre as crianças. Nota-se que os fatores que causaram medo e ansiedade foram: a caneta de alta rotação, o fórceps, o próprio dentista, a anestesia infiltrativa e a cor da roupa do dentista. É de grande importância salientar que as experiências negativas ao tratamento odontológico são transmitidas para as crianças de uma forma indireta através dos pais, irmãos e amigos que relatam o atendimento sempre associado a processos que envolvem dor. Quando o sentimento de ansiedade ou medo ocorre diante da perspectiva ou em relação ao tratamento odontológico, tem sido chamado de “ansiedade odontológica”, cuja intensidade varia de um paciente para outro. A ansiedade pode ser um fator de risco para o não comparecimento da criança ao dentista e como um fator inibitório ao tratamento odontológico (Marques, Gradwohl & Maia, 2010).

Diante do exposto, pode-se afirmar que o conhecimento das bases do comportamento humano seja um importante diferencial na determinação do sucesso profissional do cirurgião-dentista, principalmente quando se trata de paciente infantil que não sabe ou não pode expressar melhor seus sentimentos. Através da maior compreensão do mundo infantil, a experiência odontológica pode ser vivenciada de forma mais prazerosa e educativa, além de ser mais recompensadora para o profissional que a pratica (Aragão, Ferreira & Colares, 2009).

O cirurgião-dentista então deve contribuir favoravelmente com o desenvolvimento psicológico saudável do paciente, buscando compreender a criança em sua totalidade, inserida no seu ambiente social e familiar, de modo a desempenhar-se de forma mais humana (Aragão, Ferreira & Colares, 2009).

O atendimento odontológico infantil visa à promoção da saúde e o gerenciamento do comportamento apresentado, possibilitando e favorecendo a intervenção necessária. Durante a abordagem da criança, são utilizadas técnicas adequadas, considerando à idade, gênero, nível socioeconômico, estado de saúde geral e bucal, assim como fatores familiares/sociais. Diante do exposto, salienta-se a importância do conhecimento e domínio pelo cirurgião-dentista das técnicas de controle do comportamento para com o paciente infantil com o intuito de auxiliar o clínico geral e o odontopediatra na abordagem da criança durante o atendimento (Aragão, Ferreira & Colares, 2009).

É de grande importância já durante o processo de graduação que seja abordado com relevância a importância de estabelecer uma boa relação profissional/cliente, a importância de compreender o medo e especificar a ansiedade objetivando na redução de manifestações fisiológicas extremas. (Araújo, Bottan & Lehmkuhl, 2007).

Para melhor compreender esses comportamentos que se faz presente neste contexto de forma recorrente, busca-se auxílio na teoria comportamental que é considerada como ciência do comportamento que procura descrever as situações na medida em que ocorrem. É uma tentativa de reaver ordens, de mostrar que alguns comportamentos estão sucessivamente relacionados com outros. A ciência não só descreve, ela prevê, trata-se tanto do passado quanto do futuro; acredita-se que, quando uma situação relevante pode ser alterada, ou de algum modo controlada, o futuro pode sim ser manipulado. O comportamento é delineado e preciso. Busca-se descobrir que, o que o homem faz é resultado de condições e situações que podem ser especificadas e que, uma vez definida, é possível antecipar até certo ponto determinadas situações (Skinner, 2000).

A ciência do comportamento é, antes de tudo, uma totalidade de atitudes. É uma condição de tratar os fatos com relevância, e não com o que se possa ter dito sobre eles. Busca-se provocar a consciência do homem e sua reflexão sobre a propensão a enxergar as coisas como lhe convém, ao invés de como elas realmente são. (Skinner, 2000).

A análise funcional do comportamento se iniciou com os estudos de Skinner. Em sua obra ele cita a tríplice contingência que se tornou um dos principais instrumentos do analista do comportamento para a análise das interações entre repertórios comportamentais e variáveis que os determinam. “A tríplice contingência deve especificar três termos: (a) a ocasião na qual uma resposta é seguida por reforço; (b) a própria resposta; e (c) as consequências reforçadoras” (Skinner, 2003).

A análise funcional é realizada em diversos contextos da interação humana, por exemplo, na clínica psicológica, na escola e em serviços de saúde incluindo situações de atendimento odontológico, objeto de estudo deste trabalho. Segundo Moraes (1997) citado por Rolim, Moraes, César e Junior (2004), o tratamento odontológico ocorre por meio de um conjunto complexo de comportamentos de um indivíduo (o profissional) que acontecem diante de um outro (o paciente), que por sua vez apresenta respostas que podem ou não estar “ajustadas” às necessidades do tratamento. Tratar os dentes de um paciente é uma maneira de se comportar profissionalmente diante de indivíduos que, além de problemas de saúde bucal, tendem a expressar também comportamentos indicadores de medo, ansiedade e

tensão emocional (Moraes & Pessotti, 1985 citados em Rolim, Moraes, César & Costa Junior, 2004).

Esta análise insere-se na interface psicologia/odontologia frisando a importância de estudos comportamentais que ampliem a visibilidade dos aspectos psicológicos presentes na relação dentista-criança, considerando as características potencialmente aversivas da situação de tratamento odontológico e as distintas manifestações comportamentais do dentista e da criança. Neste contexto, pode-se considerar a análise funcional do comportamento como uma abordagem adequada ao estudo do comportamento presente nesta situação (Moraes, Sanchez, Possobon, & Costa Júnior, 2004).

Skinner (2000) contesta uma tradição de muito tempo que encara o homem com uma dirigente livre das quais o comportamento é o produto, não de condições ambientais, antecedentes e consequentes específicas, mas de mudanças interiores espontâneas. As filosofias predominantes da natureza humana reconhecem uma “vontade” interna que interfere diretamente nas relações causais e que torna impossível a previsão e o controle do comportamento. Deixar esta convicção é ameaçar muitas crenças acalentadas e dismantelar o que parece ser uma concepção produtiva da natureza humana.

A metodologia do trabalho atual refere-se a uma pesquisa de revisão da literatura científica realizado através de referencial teórico catalogado com suporte do banco de dados da Scielo Pepsic, Medline, Webnob, Revistas e Livros datados em 1990 a 2018, em periódicos de renome na área específica da Odontopediatria, Odontologia e Psicologia. Os descritores abordados são do âmbito *comportamental e odontopediatria*. Do universo da pesquisa, foram selecionados estudos com enfoque no manejo e controle do comportamento infantil frente ao atendimento odontológico, cujas práticas fossem aplicáveis na clínica.

REVISÃO DA LITERATURA E DISCUSSÃO

A falta de cuidado buco-dentário, principalmente em crianças, é um contribuinte poderoso para a instalação de patologias graves como: cárie dentária, doença periodontal ou ulcerações orais recorrentes e também fatores alergênicos alimentares, estresse e predisposição genética. Essa ausência de cuidado colabora significativamente para que o tratamento seja mais aversivo do que o esperado (Azul & Trancoso, 2006).

O cuidado que visa à saúde bucal, implica a todos os indivíduos, independente do contexto social e das condições socioeconômicas em que este está inserido. Muitos encontram dificuldades no acesso a serviços públicos de saúde especializados na odontologia

e isso implica na ausência de cuidados dentários com justificativas pautadas na inibição em acessar esse serviço, dentre outras particularidades. A crença de que, ao entrar em contato com um profissional de odontologia, será submetido a um tratamento aversivo, ou seja, de desconforto tanto durante quanto depois do procedimento e o medo de estímulos variados (anestesia, instrumentos e equipamentos) também de efeitos imediatos como: inchaço prolongado da boca ou bochechas, sangramentos, entre outros, faz com que esse indivíduo deixe de procurar o atendimento. Esse tipo de comportamento causará consequências negativas no futuro, ou seja, agravamento no quadro de saúde bucal, reforçamento de sua própria crença de desconforto intenso, maior custo para o tratamento desta e ocasionar em gravidade do problema fazendo-se necessário até mesmo, extrair o dente (Liddel & Locker, 2000 citados em Junior, 2002).

Compreende-se que a higienização bucal é uma prática de custo baixo, mas a ausência de cuidados básicos acarreta em prejuízos emocionais e financeiros. Diante desses prejuízos, o profissional deve atuar oferecendo além dos cuidados, informações primordiais visando à prevenção com consciência de que as informações de autocuidado são necessárias, porém, pode não ocasionar em mudança de comportamento já que vários fatores podem ser responsáveis pela manutenção destes, por exemplo, as contingências presentes no dia a dia. A informação fornecida pode se tornar aversiva ou ter seu valor reforçador diminuído pelo valor reforçador que faz com que ele continue apresentando o comportamento do “não cuidado” (Moraes & Rolim, 2015).

Hábitos de higiene adquiridos e reforçados durante a vida, inadequados e que resultam na apresentação de doenças, torna para o profissional um grande desafio para alterar esse comportamento. Trabalhar com a aquisição de novos hábitos assim como aprender estratégias de manejo de comportamento é também um grande desafio para o profissional e nem sempre ele está disposto a assumir (Moraes, 2010).

A função principal do cirurgião-dentista é prezar uma boa condição de saúde bucal de seu paciente e em muitos casos, é necessário avaliá-lo frequentemente; é de suma importância que esse profissional faça o uso de intervenções cujo intuito é ajudar o paciente na aquisição e manutenção de comportamentos de saúde e também a enfrentar situações odontológicas com o mínimo de estresse. Entretanto, para a implementação de estratégias capaz de minimizar o estresse gerado pelo tratamento e pelo ambiente neste contexto odontológico é necessário que o cirurgião-dentista aprenda a identificar comportamentos indicadores de ansiedade e seja capaz de estabelecer uma adequada relação com o paciente (Possobon, Carrascoza, Moraes & Costa Jr, 2007).

Estudos em diferentes contextos socioculturais relataram que experiências negativas, geralmente acompanhadas de desconfortos intensos dentro desse contexto, favorecem a associação entre dentista e dor, tendo como consequência a resistência em comparecer a consulta odontológica (Araújo, Bottan & Lehmkuhl, 2007).

Se submeter ao tratamento odontológico já se caracteriza como uma situação geradora de estresse e de ansiedade além de que os equipamentos e até mesmo o próprio consultório são vistos por muitos como fatores aversivos inerentes ao tratamento. A sensação de ter parte de seu corpo invadida faz com que o cliente perceba este contexto como ameaçador e conseqüentemente, emitir respostas de esquiva e/ou fuga. Faz-se necessário um profissional que saiba lidar com estes sentimentos apresentados pelo cliente que se faz presente em estado de vulnerabilidade (Possobon, Carrascoza, Moraes & Costa Jr, 2007).

As crianças que apresentam alta frequência de comportamentos não colaborativos que dificultam ou impedem a atuação do cirurgião-dentista é indicado sessões planejadas de tratamento que visão práticas educativas e estratégias cognitivas e comportamentais a fim de permitir o manejo do comportamento sem a necessidade de contingências aversivas (Possobon, Carrascoza, Moraes & Costa Jr, 2007). Em casos que a criança insiste em não colaborar, considerando a urgência para o tratamento, pode-se utilizar a contenção física para eliminação da dor e/ou interrupção do processo infeccioso (Possobon, Carrascoza, Moraes & Costa Jr, 2007).

Compreende-se então que o comportamento indesejável da criança, muitas vezes resulta em manejo inadequado do dentista, portanto poucos estudos relatam sobre o comportamento do profissional e o quanto ele é influenciado pelo comportamento da paciente. É relevante comentar que tudo que acontece nesse contexto e, em apenas uma sessão é pontual para o desenvolvimento de medos e traumas futuros (Moraes, Sanchez, Possobon, & Costa Júnior, 2004).

É evidente que experiências odontológicas agradáveis são primordiais para que a criança não desenvolva o medo e a ansiedade, porém, isso não é possível em todos os episódios e casos de tratamento. O medo pode ser adquirido em qualquer idade quando o paciente é exposto em uma situação aversiva sem acolhimento por parte do profissional e/ou quando outras variáveis intermedeiam a percepção da ansiedade e na evocação de respostas de medo. Rachman (1977) citado por Possobon, Carrascoza, Moraes e Costa Jr, (2007), acredita que o medo não necessariamente é adquirido por experiências traumáticas ou dolorosas; é preciso investigar outros fatores tanto quanto importantes na instalação de

ansiedade e medo, tais como as características individuais, como a pessoa lida com sua insegurança e experiências frente à vulnerabilidade. O papel do cirurgião vai além da execução do tratamento bucal, ele inclui também a percepção das situações geradoras de ansiedade e sua origem buscando interferir em como o paciente reage à situação odontológica. Salienta-se a colaboração por parte de pesquisadores psicólogos comportamentalistas em pesquisas e aplicação de conhecimentos que auxiliam esta prática (Possobon, Carrascoza, Moraes & Costa Jr, 2007).

Os estudos realizados salientam a importância do ambiente e a necessidade de ensinar questões de autocuidado envolvendo o ser humano como um todo neste processo, visando compreender fatores internos e externos que influenciam em seu agir, e diante disto o indivíduo assume participação ativa no controle de seu comportamento, já entendendo saúde como fenômeno comportamental. Variáveis antecedentes possui relação direta com as respostas emitidas pelo indivíduo e também com as possíveis respostas que serão emitidas. Considerando desta relação funcional a interação entre os fatores respondentes e operantes das particularidades de eventos que acontece com o indivíduo (Moraes & Rolim, 2015).

Para melhor compreensão do termo, a concepção comportamental evidencia dois tipos de comportamento: “Comportamento respondente” (como os comportamentos reflexos, responde de forma específica a um estímulo); de caráter involuntário, ou seja, alguns comportamentos do organismo não são possíveis ser controlados; e o “comportamento operante” ação do indivíduo que pode ser controlado por isso, conceituado de caráter voluntário. O comportamento operante é aquele que, a partir da atuação do sujeito, é capaz de modificar o ambiente e a probabilidade futura de um operante ocorrer novamente está nas consequências ocasionadas por ele (Skinner, 1953 citado em Bahls & Navolar, 2010).

Moraes e Rolim (2015) afirmam que os profissionais de clínicas odontológicas relatam equivocadamente situações que “justificam” a não colaboração da criança, deixando muitas vezes, de se atentar ao porquê da emissão de determinado comportamento, por exemplo, respostas de não colaboração podem ser atribuídas a experiências passadas negativas, o que respalda a apresentação do comportamento. Não deve ser considerada apenas o fato da criança não colaborar, e sim o porquê da não colaboração. Dificuldades como esta ocorrem devido à desconsideração do ambiente como desencadeador de respostas focalizando o tratamento apenas como procedimento técnico de “cura” da “doença”.

A concepção comportamental no contexto de saúde é calcada na autoridade do profissional sobre uma pessoa desinformada. O paciente traz a queixa recebe orientações e opta por segui-las ou não, ou seja, suas expectativas, sua forma de cuidado para se ausentar

da dor e as medidas profiláticas para se isentar de doenças é inteiramente responsabilidade do paciente, o que gera grande preocupação aos profissionais e influencia sua prática, julgando esta forma de se comportar como características de sua personalidade (Moraes, 2010).

Moraes, Sanchez, Possobon, e Costa Júnior (2004) salientam que os profissionais da área reconhecem a necessidade de expandir seu conhecimento sobre manejo do comportamento, porém, é notável a escassez de trabalhos sistemáticos na área.

Nathan (2001) citado por Junior (2002) acentua que os profissionais dessa área deveriam compreender que o sucesso do manejo aplicado em pacientes não deve ser apenas pautado em um procedimento específico odontológico e sim, pela constatação assídua de comportamentos.

Quanto ao comportamento de saúde, sabe-se dos comportamentos que afetam a saúde bucal como: bruxismo, hábitos orais, o comparecimento em consultas periódicas e o grau de conhecimento e instrução dos pais com relação à saúde bucal de seus filhos. É de extrema importância um trabalho de conscientização dos pais que exercem um papel importante sobre os comportamentos de seus filhos quando se trata de prevenção e promoção visando práticas saudáveis. Podem-se envolver profissionais da área da psicologia neste processo de mudança de hábitos (Casanova, Brandandurg, Kuniyochi & Serafim, 2008).

Mesmo com o avanço relevante no campo da odontologia, sentimentos de ansiedade e medo ainda se faz muito presente nesse contexto, considerando a particularidade do sujeito quanto à exposição de seus sentimentos, sendo necessário que o odontopediatra deixe de lado uma forma de atendimento tecnicista e opte por um atendimento diferenciado, cujo intuito é de fazer com que o indivíduo sinta-se único e respeitado. Os pais exercem também um papel primordial na aquisição do pré-conceito do dentista/ambiente odontológico e também na manutenção e/ou extinção do comportamento apresentado (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

A ansiedade é considerada uma característica biológica que precede momentos de perigo ou tensão. Em casos extremos, a ansiedade transforma-se em medo. Suas reações são normais para que ocorra a adaptação do ser humano exposto em determinadas situações que impõe uma expectativa de perigo ou angústia (Araújo, Bottan & Lehmkuhl, 2008).

O Medo leva o indivíduo a adiar ou cancelar suas consultas, que obterá como resultado a ausência de saúde bucal e agravamento no caso clínico. O indivíduo não nasce com medo de dentista é algo habituado através da socialização, mediado pela própria experiência ou pela experiência apresentada como negativa pelo outro. O retrocesso do caso

requer intervenção, na maioria das vezes, comportamental para reduzir sintomas ali expostos (Araújo, Bottan & Lehmkuhl, 2008).

Araújo, Bottan e Lehmkuhl (2008) expõem em seu trabalho dois tipos de medo: o objetivo (observado no paciente que sofreu experiências odontológicas desagradáveis) e o subjetivo (determinado por informações ouvidas sobre experiências desagradáveis relatadas por outras pessoas) Com isso o estresse apresentado ali aumenta a percepção da dor, o que influencia na colaboração do tratamento e no êxito da consulta comprometendo a saúde bucal.

Araújo, Bottan e Lehmkuhl (2008) realizaram uma pesquisa no ano de 2006 em quatro escolas localizadas no perímetro urbano de um município da região do Alto Vale do Itajaí com alunos de 5ª a 8ª série. Os instrumentos definidos para a coleta de dados foram a Dental Anxiety Scale modificada (DAS): e a Dental Fear Survey modificada (DFS_m). A DAS é um instrumento psicométrico que classifica os indivíduos em temerosos ou não em relação ao tratamento odontológico. A DFS é um instrumento para identificar os estímulos de medo específicos e avaliar as reações dos pesquisados em relação ao tratamento odontológico. A análise dos dados aconteceu em duas etapas. Preliminarmente, a avaliação do grau de ansiedade ocorreu por meio da DAS_m. Posteriormente, utilizou-se como base os critérios da DFS_m para classificar os indivíduos como portadores de moderado e exacerbado grau de ansiedade. Os dados foram tabulados considerando a frequência (relativa e absoluta) para cada uma das categorias definidas pela DAS_m, segundo o gênero e a faixa etária. Para caracterizar os portadores de moderado e exacerbado grau de ansiedade ficou constituído por 48% de sujeitos do sexo masculino e 52% do sexo feminino. A faixa etária variou de 9 a 17 anos, porém a maioria (84%) tinha entre 11 e 14 anos.

Obeve-se como resultado de acordo com a escala de avaliação da ansiedade no tratamento odontológico (DAS_m), 87% dos pesquisados manifestaram algum sinal dela, no entanto a maioria classificou-se como portadora de baixa ansiedade no tratamento odontológico. Os sujeitos do sexo feminino evidenciaram ser um pouco mais ansiosos, quando comparados com os do sexo masculino (gráfico 1). Quanto à faixa etária, identificou-se que o grupo dos mais velhos (15 anos ou mais) era o mais ansioso. Quanto às alterações fisiológicas em decorrência da ansiedade na consulta odontológica, meninos e meninas apontaram tremores e aceleração dos batimentos cardíacos como as mais frequentes. E, quando questionados sobre os principais fatores desencadeadores de ansiedade quando da consulta odontológica, as meninas listaram, com mais constância, cadeira odontológica e

cirurgião-dentista. Já para os meninos a broca e a seringa/ agulha foram os mais destacados (Araújo, Bottan & Lehmkuhl, 2008).

É notável a expansão dos estudos em odontologia por parte das ciências comportamentais, o que deu início a “Odontologia Comportamental”, que visa correlacionar com a prática odontológica os aspectos comportamentais como, por exemplo, o medo e ansiedade e também o manejo de comportamento da criança no consultório que envolve várias técnicas, citadas no decorrer do trabalho (Casanova, Brandandurg, Kuniyochf & Serafim, 2008).

Casanova, Brandandurg, Kuniyochf e Serafim (2008) salientam a preocupação dos pesquisadores quanto aos fatores relacionados ao comportamento de colaboração da criança. A idade ou o tipo de procedimento apresentam pistas para a compreensão de quais variáveis podem controlar o comportamento da criança na cadeira do dentista a partir daí, seria possível manipular essas variáveis para o controle do comportamento, por tanto, nem todas as variáveis permitem tal controle. Para analistas do comportamento, fatores se relacionando com o comportamento não colaborativo, como o medo, não ocasiona em vantagens para controle, pois o medo não é causa.

Compreende-se que instrumentos utilizados nos procedimentos odontológicos, como: injeção; exercem uma função de estímulo aversivo (algo que causa desconforto, desprazer incomodo...) ou estímulos eliciadores (respostas desencadeadas imediatamente após o evento aversivo) resultando na não colaboração por parte da criança. A atitude de movimentar descontroladamente o corpo e chorar seriam respondentes ou operantes reforçados negativamente. A identificação destes fatores possibilita um planejamento de intervenções adequadas com relação aos comportamentos e fatores ambientais (Casanova, Brandandurg, Kuniyochf & Serafim, 2008).

O comportamento humano é modelado pelo ambiente e as distinções entre comportamentos adequados e inadequados resultam de padrões de reforçamento a que estes foram expostos. Resultado de aprendizagem, o comportamento ocorre em função não só de eventos antecedentes (como a história de vida e os estímulos discriminativos), mas também, em função de eventos consequentes (como os estímulos reforçadores e aversivos). O uso de adjetivos como inadequado ou desajustado é efetuado em relação aos padrões de comportamento, e não à pessoa. Um comportamento “desviante” (não segue padrões e normas da sociedade) não pode ser visto como disfuncional (algo que influencia totalmente em sua maneira de agir), já que é uma resposta apropriada às contingências presentes no contexto em que ocorre (Casanova & Fioravatem, 2009).

O modelo comportamental propõe uma redefinição quanto à colaboração do indivíduo, considerando o ambiente como influenciador de suas reações, propiciando a adesão ou não ao tratamento. Frente a isso os profissionais deixaram de considerar como características da personalidade tal ação e passaram a estudar mais sobre comportamento. O comportamento de ambos (paciente e profissional) é então visto como produto das condições do ambiente (Moraes, 2010).

É notável que o paciente cause impacto no comportamento do dentista por isso o profissional deve estar preparado para lidar com essas situações para conseguir, de forma satisfatória, conduzir o atendimento (Moraes, Sanchez, Possobon, & Costa Júnior, 2004).

Nota-se a contribuição da análise funcional do comportamento de forma efetiva nesta relação profissional-cliente em odontopediatria. Os dados destacam que a colaboração do paciente é considerada condição estabelecadora para os comportamentos dos profissionais. (Moraes, Sanchez, Possobon, & Costa Júnior, 2004 citados em Casanova, Brandendurg, Kuniyochf & Serafim, 2008).

A análise aplicada do comportamento possui uma demanda de caráter prepositivo que atende as demandas da clínica odontologia, ou seja, a exposição de um problema e a disposição para resolvê-lo. A importante contribuição da análise do comportamento ao contexto de saúde é o estudo diligente de sujeitos individuais e a ampliação de limites de uma perspectiva biomédica sobre seus determinantes de saúde e doença. A ênfase desses estudos está na descrição das relações entre o responder do indivíduo nos diferentes contexto em que está inserido (Moraes & Rolim 2015).

Diante de uma análise funcional do comportamento operante emitido deve-se buscar entender o porquê da emissão deste comportamento e as chances de futuramente ele o apresentar novamente, ou seja, as contingências que frisam a ocasião na qual ocorreu a resposta, a própria resposta e as conseqüências reforçadoras; buscando estratégias para resolver o “problema”.

As formas com que uma pessoa lida com situações aversivas ou inéditas, pode ser definida como resultado de situações de enfrentamento, isto é, os acontecimentos do cotidiano exigem respostas no sentido de um esforço para adaptação do indivíduo ao meio. O enfrentamento pode ser compreendido como sendo um conjunto de respostas às condições de vida, reais ou não (Cerqueira, Coutinho, Costa Jr & Kanitz, 2000 citados em Rolim, Moraes, César & Junior, 2004). Vanderberghe (2002) compreende que a análise funcional prioriza a interação e o controle do comportamento em termos bidirecionais. Estudar as variáveis que determinam o repertório de comportamentos de um indivíduo

requer analisar as formas e os padrões comportamental do indivíduo em cada configuração de ambiente a que este está exposto. Matos (1997) citado por Rolim, Moraes, César e Junior (2004) enfatiza que o Behaviorismo Radical se propõe a uma interpretação de dados obtidos por investigações sistemáticas acerca da ocorrência de comportamentos. Essa interpretação salienta a descrição de relações entre comportamento e ambiente (contexto), ou seja, relações entre descrições de ações dos organismos e descrições das condições em que essas ações se dão. Portanto, busca explicar por meio de relações funcionais, sequências reguladoras de eventos. Tal pressuposto exige que a obtenção das informações deva ocorrer ao longo do tempo, isto é, informações repetidas do mesmo evento e com os mesmos personagens.

O procedimento odontológico realizado frente a situações aversivas é um contribuinte poderoso para a aquisição e manutenção de comportamentos típicos de fuga e esquiva favorecendo a habitação de medo aprendido (Junior, 2002).

Situações aversivas ocasionam em determinados comportamentos como, por exemplo, o de fuga e esquiva. A punição é um exemplo típico de situação aversiva, que se caracteriza pela retirada de um estímulo reforçador diante de determinada resposta ou pela apresentação de um estímulo aversivo. De acordo com Skinner (1953) Citado por Bahls e Navolar (2010) a punição somente produz diminuição do comportamento temporariamente e em situações em que o agente punitivo estiver presente, sendo assim, não podemos considerar a punição como algo eficiente para a remoção de um comportamento, já que pode gerar outros comportamentos indesejados, tais como a agressividade. A utilização do reforço positivo é mais adequada quando se quer promover uma mudança prolongada e eficaz no repertório comportamental do indivíduo.

Outra situação aversiva é a frustração, que consiste na situação em que o estímulo reforçador é “inalcançável” ao organismo por diversos fatores de impedimento, dentre eles o fator tempo (situações em que o indivíduo precisa esperar para receber o reforço), ou situações de conflito onde a opção por determinado tipo de reforço implica necessariamente na frustração de não obter o outro (Rangé, 1998 citado em Bahls & Navolar, 2010).

A dor de dente se relaciona com a busca de um profissional que poderá eliminar essa dor, fato este que se caracteriza como “fuga” reforçada pela anulação deste sintoma aversivo. O paciente que adquire o hábito de prevenção e de ir ao dentista regularmente está se esquivando da possibilidade de dores futuras, considerando que situações aversivas podem administrar respostas relacionadas à precaução (Moraes & Rolim 2015).

A atuação do dentista deve ser voltada em manejos, planejamentos e intervenções direcionadas ao controle do comportamento visando identificar também formas de interação

e possibilitando que a criança adquira um controle sobre seu comportamento, já que o dentista, em muitos casos, terá dificuldade em evitar atitudes de fuga e esquivas (Moraes & Rolim, 2015).

Um processo básico de comportamento do indivíduo é a discriminação operante, ou seja, processo onde determinada resposta ocorre em determinada situação. De forma bem específica. Cada estímulo provoca uma resposta singular e os estímulos que antecedem a ação, controlam a resposta que produzirá consequências reforçadoras. A maneira como acontece, denomina-se discriminação (Skinner, 2003).

No comportamento operante, situações antecedentes a determinada resposta e vinculadas a um reforçamento pode governar o comportamento do indivíduo; denomina-se esta situação como estímulo discriminativo (situação que motiva a ação e resulta na emissão de determinada resposta) permitindo ao sujeito identificar no ambiente situações que garantem o reforço após apresentação desta. Haja vista que, o indivíduo comporta-se da mesma forma em distintos ambientes ao estabelecer diferenças e semelhanças entre estímulos (Neto & Lettner, 1998 citados em Bahls & Navolar, 2010).

A utilização do “condicionamento” neste contexto também gera resultados positivos, pois este traz a ideia de que os comportamentos são mutáveis, ou seja, o comportamento pode ser alterado de acordo com as condições do ambiente. Alguns fatores estão envolvidos no condicionamento operante: presença de reforçadores- recompensas ou de situações aversivas- punições (Neto & Lettner, 1998 citados em Bahls & Navolar, 2010).

Frente a uma consequência reforçadora, as chances de que o operante ocorra novamente, é aumentada. A frequência do reforçamento interfere na frequência em que esse comportamento operante é emitido podendo ser contínuo, ou seja, ocorrer sempre após determinada resposta ou intermitente onde acontece de acordo com uma determinada execução (Skinner, 1953 citados em Bahls & Navolar, 2010).

Pode ser utilizada também no condicionamento operante a “modelagem”: procedimento este que consiste na modificação do comportamento e progressão deste através reforçamentos sistemáticos que se assemelham ao comportamento final ao qual se quer atingir; e a “modelação”: aprendizagem por observação. A modelagem e modelação é uma técnica muito eficaz na modificação e manutenção do comportamento. Podemos dizer que a hierarquia de respostas/estímulos pode provocar excelentes resultados, pois o dentista, junto ao paciente, faz uma lista das situações que são consideradas “horripilantes” e trabalha encima destas (Skinner, 2003).

Observa-se a quantidade de trabalhos que mensuram a eficácia das estratégias, porém, nenhum conhecimento se concretizou na interface da psicologia e odontologia para que um padrão/ protocolo de atendimento que contemplem intervenções comportamentais seja definido como “padrão” (Moraes & Rolim 2015).

O atendimento odontológico infantil implica na administração constante do comportamento a fim de intervir diante deste e promover a saúde. O manejo do comportamento terá como auxílio o emprego de técnicas farmacológicas e não farmacológicas, com o propósito de controlar o paciente durante o atendimento (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

No contexto odontológico, constam estratégias comportamentais e formas de aplicação que auxiliam positivamente neste ambiente como: exposição gradativa do paciente no ambiente odontológico; esse se inicia com o levantamento do histórico do paciente para identificar fatores potencialmente aversivos para ele e também através da observar do comportamento da criança, o dentista poderá planejar sua atuação. Como exemplo, podemos falar de crianças que apresentam medo de agulha; o dentista pode apresentar a seringa primeiramente sem agulha, depois a seringa com a agulha tampada pelo tubete e por último, a seringa com a agulha descoberta. O profissional deve observar as reações apresentadas de aproximação/aceitação. Se o paciente persistir na emissão de respostas de afastamento e ou choro, ele poderá várias as condições de estímulos e deverá continuar apresentando os instrumentos mostrando um espelho bucal, uma sonda explorada, seringa tríplice (ar e água) ou mesmo suceder a um treino de escovação. Espera-se melhor aceitação por parte da criança e que o dentista de adapta aos padrões comportamentais do paciente. O dentista poderá avaliar os impactos de sua atuação sobre a criança e o efeito deste sobre seu próprio comportamento. (Moraes & Rolim, 2015)

O fato de Introduzir no ambiente novos estímulos capazes de atrair a atenção da criança fazendo com que ela desvie sua atenção dos fatores ansiogênicos é também considerada um estratégia de distração eficaz, pois, pode resultar em mudança de comportamento neste contexto. O dentista pode optar em ir conversando com o paciente sobre, ou não. O intuito é manipular os eventos que antecede a ação. Um exemplo é o espaço lúdico (recreativo) que melhora a relação dentista/ paciente e ensina respostas de colaboração, considerado modelação. Dando dicas e conduzindo o atendimento primeiramente em bonecos faz com a criança diminua a frequência de respostas opositoras (Moraes & Rolim, 2015).

É necessário fazer uma análise do comportamento antes de empregar qualquer técnica, não sendo escolhida de forma aleatória e considerando as variáveis e os requisitos para aplicação de cada contenção visando à segurança e conforto durante o atendimento; Haja vista que os pais têm um papel relevante na construção da imagem sobre o dentista que interfere diretamente ou indiretamente no comportamento (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

As técnicas de manejo comportamental são aplicadas em crianças que não colaboram com o atendimento apresentando comportamentos estereotipados de resistência quanto os procedimentos dentários; essas técnicas possibilitam eficácia no atendimento. Para aplicação, o dentista precisa se apropriar do conhecimento sobre estas e considerar que diante da manifestação do comportamento apresentado pelo sujeito, deve ser aplicado a técnica específica para aquele comportamento (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

Técnicas de Controle do Comportamento Utilizadas por Odontólogos

Cada vez mais os odontopediatras estão optando pelas técnicas não farmacológicas e apostando em sua eficácia a fim de gerar segurança, tranquilidade durante o atendimento e, estabelecer e prezar uma boa relação dentista x paciente.

Freire; Miasato; Santana e Silva (2016) citam em sua obra dez técnicas de controle comportamental, que são:

1º- Comunicação: É essencial assim como o manuseio dos materiais e a forma como os comandos são fornecidos, seja diante de um comportamento colaborativo ou não. No início da consulta, saber dos medos e expectativas e demonstrar estar ouvindo e compreendendo o cliente pode resultar em uma boa comunicação, que é essencial para a continuidade do tratamento. Existe a comunicação verbal (expor, com antecedência para o paciente tudo que será feito em seu tratamento) e a comunicação não verbal (através da postura, expressão facial, linguagem corporal buscando orientar o comportamento do paciente).

2º Pré-visita positiva por imagem/ modelo: o tratamento dentário se inicia com imagens positivas da odontologia apresentadas em histórias, gibis desenhos animados, filmes, etc.; cujo intuito é dar uma previsão para a criança do que se espera durante seu atendimento e criar um contexto de questionamento e curiosidade sobre o ambiente odontológico. Dessa forma é possível ajudá-las a adquirir novos padrões de comportamentos e encarar esse contexto com índice reduzido de medo e ansiedade prévia já que o aprendizado da criança se consolida através da observação e imitação.

3º Dizer-mostrar-fazer: Esta técnica consiste em explicar como o tratamento será conduzido; o profissional precisa se apropriar de uma linguagem adequada ao nível de desenvolvimento da criança (diga) em seguida, acontece a exposição visual e tátil a fim de tranquilizar a criança para inicialização do tratamento (mostre) segue então com os procedimentos após já ter falado e demonstrado (faça). Técnica de reforço positivo que visa colaboração e eficácia no atendimento.

4º mão sobre a boca: técnica que visa o controle físico que tem por objetivo fazer com que a criança colabore e preste atenção no que está sendo pedido. É uma técnica que não é aceita pela maioria dos pais, porém, é eficaz quando o dentista sabe aplicá-la corretamente. Utilizada quando a criança apresenta comportamento constante de birra e esquiva impossibilitando o dentista de realizar o tratamento e estabelecer um diálogo, fazendo-se necessário esse tipo de contenção junto com controle de voz. O profissional posiciona sua mão sobre a boca do paciente abafando o som e se aproxima do ouvido da criança com uma entonação favorável e fornece alguns comandos; quando a criança insiste em não colaborar, o dentista aplica outra técnica como: “mão-sobre-a-boca com restrições das vias aéreas”, consiste em colocar as mãos sobre a boca do paciente juntamente com o fechamento das vias aéreas por no máximo 15 segundos. Havendo a colaboração da criança no emprego da técnica, as mãos deverão ser retiradas imediatamente e a criança deverá ser elogiada por ter colaborado com o atendimento.

5º Controle de Voz: é uma alteração intencional no volume da voz para influenciar diretamente no comportamento do indivíduo a fim de conseguir atenção e colaboração deste. Esse tom de voz varia conforme necessário.

6º Reforço Positivo e Elogio Descritivo: Técnica que consiste em salientar para a criança e elogiar o comportamento positivo que ela forneceu, ou seja, dar um feedback apropriado logo após a emissão do comportamento visando aumentar a ocorrência futura deste ao ser submetido ao tratamento. O objetivo destas técnicas é reforçar o comportamento desejado, tornando-o cada vez mais frequente. O método de dar “lembranças” também é indicado e pode ser utilizado com todos os pacientes.

8º Distração: Consiste em desviar a atenção da criança para outros distratores presentes no ambiente, evitando que ela “perceba” o desconforto e a dor, prevenindo que ela apresente comportamentos não colaborativos. Indica-se também nesses casos colocar música para a criança ouvir ou vídeos. A música auxilia positivamente no tratamento odontopediátrico na diminuição da ansiedade e nervosismo além de que o som dos aparelhos é diminuído, amenizando tensões.

9º contenção física: refere-se a uma técnica que visa conter fisicamente os movimentos inconcebíveis do paciente infantil. Sendo aplicada de forma parcial ou total, dependendo da expressão corporal apresentada, possibilitando a continuidade no procedimento. Utilizada em último caso e com o consentimento dos pais. O profissional deve deixar explícito que pode acarretar em sérias consequências psicológicas.

10º Outras Técnicas: Técnica que consiste em sedar o indivíduo, muitas vezes com anestesia geral. É aplicada apenas quando o indivíduo não possui condições físicas e mentais para se submeter e enfrentar o tratamento.

Com base na literatura e na avaliação do comportamento compreende-se que vários fatores antecedem a inserção de métodos para controlar o comportamento, para que estes sejam empregados de forma correta e não de forma aleatória. Quando usadas adequadamente, a técnica fará com a criança aceite o tratamento e descubra a importância destes e de sua colaboração. Poderá ocasionar também no desejo dela em se submeter em tratamentos futuros e o impacto psicológico logo será positivo (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

Analistas do comportamento salientam os efeitos colaterais que as técnicas aversivas podem causar, como por exemplo, o condicionamento de respostas fisiológicas de medo e ansiedade (Casanova, Brandendurg, Kuniyochf & Serafim, 2008).

Considerando a aceitação dos pais, entre as técnicas de manejo comportamental, as de manejo verbal (dizer-mostrar-fazer, controle de voz, reforço positivo, distração, modelo, comunicação verbal e não verbal) são as que recebem maior aceitação por parte deles, diferente das técnicas de manjo físico; muitos pais afirmam que nunca aceitariam esses tipos de técnicas (Freire, Miasato, Santana & Silva, 2016).

Pode-se constatar que as técnicas restritivas: mão sobre a boca e contenção física e controle de voz, são três técnicas que busca a colaboração imediata do paciente, porém, é considerada, em muitos casos, como uma punição que pode acarretar em fuga e esquivas, fazendo com que este, apresente comportamento de evitação sempre que necessário ser exposto ao procedimento odontológico.

Já a comunicação, pré-visita por imagem, dizer-mostrar-fazer, comunicação não verbal, reforço positivo- elogio descritivo e distração são técnicas não restritivas que o odontólogo tem maior chance de obter resultados positivos e a colaboração do paciente.

Segundo Casanova, Brandendurg, Kuniyochf e Serafim (2008) pesquisas apontam que parte do controle dos comportamentos de não colaboração são operantes, porém, deve-

se atentar para possíveis controles respondentes, já que o contexto odontológico envolve estímulos que podem eliciar movimentos de corpo e choro.

A técnica de dessensibilização sistemática também pode ser eficaz nestes casos. Esta técnica consiste em fazer com que o paciente se imagine na situação em que lhe causa tremenda ansiedade, enquanto ele pensa nisso, o dentista faz a condução para o relaxamento provocando então a inibição desta ansiedade, lembrando que para promover respostas contrárias à ansiedade, é necessário aprender técnicas de relaxamento e a respiração diafragmática. A dessensibilização busca eliminar os comportamentos de medo e evitação com emissão de respostas assertivas nela, é exposto de forma gradativa o objeto fóbico para o paciente, antecedido pelo relaxamento. O tratamento visa à modificação cognitiva a partir da identificação por parte do cliente de seus pensamentos e crenças distorcidas que provocam falha na avaliação da situação, substituindo-os por cognições realistas e assertivas (Araújo, 2011).

Outro estudo que contribui com a teoria acima é o de Simões, Macedo, Coqueiro e Pithon (2016). Eles realizaram uma avaliação com 38 (31 mães e 7 pais) responsáveis por pacientes menores de idade cuja idade variam de 0 a 12 anos. Fizeram gravações mostrando as técnicas de contenção: dizer-mostrar-fazer, controle de voz, reforço positivo, presença ou ausência dos pais, modelo, mão-sobre-a-boca, contenção passiva, contenção ativa e sedação.

O intuito dos autores foi de mensurar a importância de uma explicação prévia antes de se aplicar a técnica de manejo do comportamento necessária e também expor sua percepção quanto às mesmas além de avaliar o grau de aceitabilidade dessas técnicas por parte dos pais.

Utilizaram o teste Fisher, que apontou uma associação correspondente entre o grau de aceitação e o gênero dos participantes para as técnicas “dizer-mostrar-fazer” e “contenção ativa”. Indicou que as mães apresentaram maior aceitabilidade da aplicação dessas técnicas em seus filhos do que os pais.

Entre as técnicas não restritivas, a dizer-mostrar-fazer e o reforço positivo, antes da explicação da técnica, obtiveram 86,8% e 84,2% respectivamente de aceitação por parte dos pais, já após a explicação destas a porcentagem aumentou para 100%. Os estudos contataram também que a técnica falar-mostrar-fazer foi a mais aceita pelos pais (98%), seguida pelo reforço positivo (91,8%). A técnica dizer-mostrar-fazer está indicada na segunda infância e pode ser largamente utilizada na clínica odontopediátrica. O reforço positivo pode ser utilizado como uma surpresa agradável ao final do procedimento, expressões verbais, elogios

e gestos como um abraço são utilizados de modo a recompensar a criança por um objetivo atendido durante a consulta.

Já a aceitação das técnicas restritivas: mão-sobre-a-boca, contenção passiva e contenção ativa; obteve um nível baixo de aceitação antes da explicação sobre tais técnicas. A porcentagem da técnica de contenção passiva, a mais rejeitada, foi de 51%, seguida pela mão-sobre-a-boca (38,8%) e contenção ativa (24,5%) segundo os estudos de Barbosa e Toledo (2003) citados por Simões, Macedo, Coqueiro e Pithon (2016). Contradizendo outro estudo, que constatou independente do grau de escolaridade, que 73% das mães permitiriam o uso dessa técnica. Entretanto após explicação pode-se verificar que a aceitação quanto essas técnicas melhoraram.

Casanova, Brandendurg, Kuniyochf e Serafim (2008) expõem em seu trabalho os estudos que indicam que a imobilização em pacientes sedados (técnicas farmacológicas) é utilizada pela maioria dos dentistas. Os dentistas acreditam que essa técnica não resulta em traumas, diferentes de muitas outras como, por exemplo: mão-sobre-a-boca, que ainda é utilizada pelos profissionais de forma reduzida devido à autorização dos pais e por questões éticas.

Considerações Finais

A interposição da psicologia em odontologia consiste em relacionar contextos da saúde bucal com comportamentos, atuando na conscientização de que vários fatores intermedeiam essa prática e o conhecimento destes, resultam em melhorias neste contexto.

Compreende-se que, consultas odontológicas são oferecidas “gratuitamente” pelo SUS e que mesmo assim, muitos justificam que não se submetem a consulta odontológica devido à falta de dinheiro e também pelo valor, porém sabe-se que outros fatores estão associados a essa ausência.

Contudo, o dentista deve adquirir uma visão diferenciada sobre o comportamento do indivíduo, buscando compreendê-lo em sua totalidade, não apenas considerando o fator “não colaboração” e sim, o porquê de não colaborar com seu tratamento.

Muitos já se apresentam ao dentista com medo e rigidez, não obedecendo fielmente aos comandos do dentista, porém, esse medo pode ter sido constituído através das experiências de terceiros, que relataram desconforto e dor intensa, através disso o indivíduo associa que ele também vai passar por isso, ou, ele passou por uma situação muito dolorida e está com medo de sofrer novamente com isso. Outro fator é quando o profissional não

possui preparos e opta por um atendimento totalmente tecnicista, não estabelecendo diálogo com o paciente e integrando-o em seu tratamento.

Os pais exercem um papel fundamental nessa conceituação sobre o dentista. Ao invés dos pais ensinarem a importância dos cuidados com a saúde bucal, eles verbalizam que se não cuidar dos dentes, terão que ir ao dentista e passar dor e desconfortos intensos, o que faz com que a criança já adquira o medo sem a experiência.

Discutir sobre quais fatores influenciam no comportamento do indivíduo é de mera importância para que a prática seja menos exaustiva tanto para o paciente quanto para o odontólogo frente ao comportamento aversivo que impede sua atuação, fazendo com que o procedimento seja interrompido ou que técnicas de controle do comportamento sejam aplicadas.

É indicado para crianças que insiste em não colaborar, sessões planejadas de tratamento visando práticas educativas, estratégias cognitivas e comportamentais. Em caso que a criança insiste na não colaboração, considerando a urgência do tratamento, então ela terá que ser submetida às técnicas de contenção para eliminação da dor.

O dentista utiliza algumas técnicas (que foram citadas no decorrer do trabalho) e diante dos estudos destas, pode-se elucidar que algumas técnicas são aversivas e faz com que o paciente emita comportamentos de fuga e esquivas além do mais, ele pode não querer se submeter mais em nenhum tipo de tratamento odontológico. Já outras técnicas que priorizam a comunicação e integração da criança em seu tratamento, resultam em concretização do tratamento odontológico, melhorias na saúde bucal e uma boa conceituação do dentista.

Outro problema que o dentista encontra é que as pessoas se submetem ao tratamento, mas ele não tem controle se em casa, o paciente irá seguir suas recomendações e cuidar de sua saúde bucal, já que esse comportamento não é muitas das vezes reforçado pelos responsáveis da criança e hábitos de não higienização, em muitos casos, estão ligados a fatores psicológicos, formas como a pessoa lida com situações de sua vida, fatores estes que refletem em hábitos de saúde e serão mantidos e até mesmo reforçados, ou seja, o dentista deve se conscientizar que sua atuação implica também em oferecer informações primordiais visando à prevenção com consciência de que as informações de autocuidado são necessárias, porém, pode não ocasionar em mudança de comportamento.

A teoria comportamental busca descrever as situações na medida em que ocorrem, ou seja, visa em uma situação explicar que a apresentação de um comportamento está ligada com outros comportamentos que “justificam” a resposta emitida naquele momento, além de acentuar que um comportamento pode sim ser alterado e não deve nunca ser visto com

imutável. Salienta-se a importância de tratar os fatos relacionados com o comportamento com relevância, ampliando a visibilidade dos fatores psicológicos.

Diante do exposto, nota-se que vários fatores intermedeiam essa prática. Há prática odontológica possui um grande desafio frente ao outro que está ali, em estado de vulnerabilidade, rodeado por variáveis que influenciam em sua forma de agir, em sua personalidade. O odontólogo, que não possui preparos nem teórico e nem prático para lidar com uma gama de comportamentos acaba submetendo sua profissão em riscos intermitentes.

Haja vista que a decorrência desse trabalho se consolidou com a apresentação de discussões sobre tais técnicas de contenção sob a análise da teoria comportamental. Espera-se com essa investigação, provocar reflexões sobre os métodos utilizados por odontólogos para conseguir realizar o procedimento e os efeitos destes na vida do indivíduo e também despertar a vontade em pesquisadores de se aprofundar no tema, já que é notável a escassez de estudos na área. No trabalho foram expostas três pesquisas, sendo 20 fontes de dados de âmbito nacional, com limitação na pesquisa devido ao fator citado acima, porém, foi de grande valia para o que se que aludir no momento.

Referências

AZUL. António Mano; Trancoso. Pedro Ferreira. (2006). Patologia Mais Frequente da Mucosa Oral. 22, pp. 369-377. Revista Portal Clínico Geral.

ARAÚJO, Silvana Marchior., BOTTAN, Elisabete Rabaldo & LEHMKUHL, Gabrielly Ludwig. Ansiedade no Tratamento Odontológico: Estudo Exploratório com Crianças e Adolescentes de um Município de Santa Catarina. Revista Sul Mineira de Odontologia- RSMO. Santa Catarina, 2008.

ARAÚJO, Neuraci Gonçalves de. Fobia Específica: Passo a Passo de Uma Intervenção Bem-Sucedida, 7(2), pp. 37-45. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 2011.

ARAGÃO, Ana Karla Ramalho. COLARES. Viviane & FERREIRA, Jainara Maria Soares. (2009). Técnicas de Controle do Comportamento do Paciente Infantil: Revisão de Literatura. Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e clinica integrada. João Pessoa.

BAHLS, Saint-Clair; NAVOLAR, Ariana Bassetti Borba *Terapia Cognitivo-Comportamentais: Conceitos e Pressupostos Teóricos*. Temas em psicoterapia e psicologia. Recuperado em 06junho,2018, <https://psicoterapiaepsicologia.webnode.com.br/news/terapia-cognitivo-comportamentais-conceitos-e-pressupostos-teoricos>, 2004.

BRANDENDURG, Olivia Justen., CASANOVA, Maria Luiza Marinho & KUNIYOCHI. Priscila Tiemi.. Odontopediatria e Comportamento: Dados Empíricos de Uma Década de Investigação. In W.C.M.P., Silva (Org.). *Sobre comportamento e Cognição*. V.22. ESETec. Santo André. 2008

CARRASCOZA, Karina Camillo., COSTA JR, Áderson Luiz., MORAES, Antônio Bento Alves & POSSOBON, Rosana de Fátima. O Tratamento Odontológico Como Gerador De Ansiedade, 12(3), 609-616. *Psicologia em Estudo*. Maringá, 2007.

CASANOVA, Maria Luiza & FIORAVANTE, Daniele Pedrosa. Comportamento de Crianças e de Dentistas em Atendimentos Odontológicos Profiláticos e de Emergência. pp. 147-154. *Revista Interação em psicologia*, 2009.

COQUEIRO, Raildo Silva., MACEDO, Thiara Guimarães.,PITHON, Matheus Melo.,& SIMÕES, Francisco Xavier Paranhos Coêlho. Percepção dos Pais Sobre as Técnicas de Manejo Comportamental Utilizadas em Odontopediatria. 73. pp. 277-82. Rio de Janeiro. *Revista brasileira de odontologia*, 2016.

CÉSAR, José., COSTA JUNIOR, Áderson Luiz., MORAES, Antônio Bento Alves & ROLIM, Gustavo. Análise de Comportamentos do Odontólogo no Contexto de Atendimento Infantil. Recuperado em 23setembro, 2018, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300016>,2004.

FÚCCIO, Flávia., FERREIRA, Kátia Dumont.; WATANABE, Soraia Almeida.; RAMOS-JORGE, Maria Letícia; PORDEUS, Isabela Almeida.; PAIVA, Saul Martins. Aceitação dos Pais em Relação às Técnicas de Manejo do Comportamento Utilizadas em Odontopediatria. (pp. 146- 151). *J bras odontopediatr odontol bebê*. Curitiba, 2003.

FREIRE, *Nathalia de Carvalho*., MIASATO, *José Massao*., SANTANA, *Rodrigo Silva*., & SILVA, Livia Fernandes Pires. Técnicas de Manejo Comportamental Não Farmacológica em Odontopediatria, 28(2), 135-42. *Revista de Odontologia da Univercidade Cidade de São Paulo*, 2016.

COSTA JUNIOR, Áderson Luiz. *Psicologia Aplicada à Odontopediatria: Uma Introdução*, 2(2). Artigo 5; Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2002.

MARQUES, Karyne Barreto Gonçalves; GRADVOHL, Morgana Pontes Brasil; MAIA, Maria Cristina Germano. Medo e Ansiedade Prévios à Consulta Odontológica em Crianças do Município de Acaraú-CE. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 23, n. 4, p. 358-367, 2010.

MORAES, Antônio Bento Aves & Rolim, Gustavo Sattolo. Psicologia da Saúde Análise Aplicada do Comportamento e Odontologia. In. S. R. Souza, & V. B. Haydu. (Orgs.). Análise do comportamento aplicada a diferentes contextos. EDUEL- Londrina, 2015.

MORAES, Antonio Bento Alves. Psicologia e Saúde Bucal: Circunscrevendo o Campo. Santo André. Recuperado em 11junhos, 2018, de https://w2.fop.unicamp.br/dos/psicologia_aplicada/downloads/Texto_Complementar2-2_Psicologia_Aplicada_a_Odontologia.pdf, 2010.

MORAES, Antonio Bento Alves., SANCHEZ, Kira Anayansi Singh., POSSOBON, Rosana de Fátima., & COSTA JUNIOR, Áderson Luiz. Psicologia e Odontopediatria: A Contribuição da Análise Funcional do Comportamento, 17(1),75-82. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano**. Edição: 10; Segunda tiragem. São Paulo, 2000.

SKINNER, Burrhus Frederic . **Ciência e Comportamento Humano**. Edição: 11 (pp.119-141). São Paulo, 2003

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

Carla Rafaela Da Silva

Faculdade de Ciências Médicas Doutor José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37553-068 – Pouso Alegre – MG –
Brasil
nomecarlarafacla@yahoo.com.br

Resumo. O presente artigo refere-se a uma pesquisa bibliográfica realizada com o intuito de discutir sobre a influência da mídia no suicídio na adolescência, na qual evidenciou-se como fator preocupante o efeito de Werther, efeito de imitação ou modelagem de comportamento que pode ocorrer após a divulgação de casos na mídia, aumentando sua incidência principalmente entre adolescentes e jovens. Tendo isso em vista, foram criadas estratégias de prevenção para diversos profissionais, inclusive, como será discutido, para profissionais da mídia, que devem ter cautela ao divulgar os casos de suicídio para que estes não desencadeiem imitações, mas sim contribuam para a prevenção.

Palavras-Chave. Suicídio. Adolescência. Werther. Internet.

Abstract. This article refers to a bibliographical research carried out with the purpose of discussing the influence of the media on the suicide during adolescence, in which the effect of Werther, imitation effect or behavior modeling that can occur after the dissemination of cases in the media, increasing its incidence mainly among adolescents and young people. With this in view, prevention strategies have been developed for various professionals, including, as will be discussed, media professionals, who must exercise caution in publicizing suicide cases so that they do not trigger imitations but contribute to prevention.

Keywords. Suicide. Adolescence. Werther. Internet.

Introdução

Definições

“O suicídio é a pior de todas as tragédias humanas. Não apenas representa a culminância de um sofrimento insuportável para o indivíduo, mas também significa uma dor perpétua e um questionamento torturante, infundável, para os que ficam” (Leo, 2012, p.7).

De acordo com Almeida e Filho (2017), o suicídio é parte de um espectro intitulado de “comportamento suicida”. Segundo Moreira e Bastos (2015), o comportamento suicida refere-se a qualquer ato no qual o sujeito cause lesão a si próprio, não importando o grau de letalidade do mesmo. Dentro dos comportamentos suicidas podemos diferenciar:

Ideação suicida: início do processo do suicídio, onde as considerações a respeito da morte e do morrer ainda são vagas (Bertolote, 2012). Refere-se aos pensamentos sobre a morte, autodestruição, planos e desejos de tirar a própria vida. Vale destacar que ter estes pensamentos uma vez ou outra é normal, o que se torna anormal é começar a pensar que esta seria a única maneira de solucionar os problemas vivenciados (Moreira & Bastos, 2015).

Plano suicida: é onde os pensamentos começam a adquirir certa concretude e consistência e o indivíduo elabora um plano de como realizar o ato suicida. O desfecho pode ou não ser fatal (Bertolote, 2012).

Tentativa de suicídio: ato pelo qual o indivíduo causa danos a si mesmo, sem, porém, resultar em morte. É considerado o maior sinal de que o indivíduo poderá realizar novas tentativas de suicídio no futuro e, por isso, deve ser tratado como um alerta para os profissionais da saúde (Moreira & Bastos, 2015).

Suicídio consumado: refere-se a todo ato intencional, ansiado, cogitado e executado pelo próprio sujeito com intenções, mesmo ambivalentes, de morte, utilizando-se de métodos que acredite serem fatais, tendo como resultado o óbito (Almeida & Filho, 2017).

Segundo Bertolote (2012), especialistas contemporâneos consideram que neste fenômeno interagem “fatores genéticos, socioculturais, traços de personalidade, experiências de vida e história psiquiátrica” (p.22). Outro modelo é o de base ecológica de 1998 da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo o qual o processo acontece sempre em um ambiente cultural e físico que determina amplamente os comportamentos do sujeito e seus desfechos, podendo ser ou não fatais.

Para se entender o suicídio na atualidade, junto com suas conceituações e influências, faz-se necessário entender um pouco sobre suas significações ao longo da história, pois estes fatos influenciaram a visão que atualmente se tem sobre o suicídio.

Histórico

Segundo Pereira, Macêdo e Farias (2017), o suicídio foi interpretado de diversas formas ao longo da história da humanidade. Bertolote (2012) aponta que se falava sobre o suicídio, ainda que não se usasse esta palavra, desde os primórdios da humanidade, sendo encontrados relatos em quase todos os imemoriais livros sagrados, além de aparecerem também nas mitologias da maior parte dos povos antigos, sendo retratado de maneira heroica, geralmente cometido por um deus ou por um ser mítico para salvar seu povo ou livrar-se de uma situação que não tem saída. Pretende-se aqui criar um breve histórico retratando o que se tem de mais significativo em cada época e/ou cultura.

Entre os anos 200 a.C e 200 d.C. – a obra Ramayana, epopeia do hinduísmo conta a história de Rama e Sita, casal que morava na floresta em exílio. Certo dia Surpanakha, um demônio, se disfarça com a aparência de uma linda mulher e tenta conquistar Rama, porém este se mantém fiel e não cede. Eles travam batalhas, mas Rama vence e então é feito um plano para raptar Sita e este tem êxito. Rama vai atrás de Sita e com ajuda consegue achá-la, porém recusa-a por achar que ela pode ser impura após o rapto. Sita fica desolada e prefere a morte, atirando-se ao fogo, porém, por provar sua fidelidade, o deus do fogo a remove das chamas e a conduz aos braços do marido (Leite, 2006). Neste exemplo podemos ver que o suicídio era visto de forma ambígua, tanto como um ato de desespero, quanto de bravura, sendo recompensado pelos deuses como sendo um sacrifício pessoal.

Povos Primitivos – o suicídio tinha caráter bastante ritualístico, podendo ter como motivação a busca pela imortalidade, a preservação da honra, a fuga da escravidão, a idade avançada, reação a perdas afetivas e vingança. Neste período tinha-se medo de que os mortos pudessem voltar para causar mal aos vivos e, por isso, eram elaborados tabus e rituais de proteção contra estes espíritos (Botega, 2015).

Antiguidade Greco-romana – o suicídio era tratado como uma decisão do Estado. Este mantinha um estoque de cicuta que era fornecido às pessoas que desejavam se matar e tinham seu pedido consentido pelas autoridades. O ato era condenado apenas quando aparentava ser um desrespeito aos deuses. Neste caso, as honras da sepultura eram impedidas e a mão do cadáver era cortada e enterrada apartada do corpo. O suicídio não era permitido aos escravos, soldados e aos criminosos (Botega, 2015). Na literatura clássica Greco-romana era muito presente o suicídio, sendo retratado ora como um ato heroico, ora como ato de desespero, sendo condenado poucas vezes (Bertolote, 2012).

Tradição cultural judaico-greco-romana – inicialmente chamada “morte voluntária”, teve o termo suicídio cunhado em 1643 por Thomas Browne, que distinguia dois tipos de suicídio: o heroico e o patológico (Bertolote, 2012).

Século V – o Estado romano totalitário retirou da população o direito de escolha sobre sua própria vida. Os colonos e escravos pertenciam ao seu senhor e os suicidas passaram a ser condenados, e seus familiares tinham seus bens confiscados. (Botega, 2015).

Idade Média – os cadáveres dos suicidas eram tratados com inúmeros rituais, sendo mutilados, expostos e privados de todas as honrarias religiosas, não podendo nem mesmo ser enterrados perto de outras pessoas. Santo Agostinho, importante teólogo da época, afirmou que tirar sua própria vida seria como contrariar a vontade de Deus e assim, o suicídio passou a ser considerado um pecado mortal. Ao longo deste período foram realizados concílios (assembleias cristãs presididas pelo Papa), nos quais o suicídio foi declarado consequente da fúria demoníaca, os corpos dos suicidas passaram a ser impedidos das honrarias da missa e os sobreviventes das tentativas eram então excomungados (Botega, 2015).

Século XIII a XV – São Tomás de Aquino, outro importante teólogo, afirmava ser o suicídio o pior dos pecados, pois não havia chance para arrependê-lo. Neste período os bens do suicida eram confiscados pela Coroa e sua família era privada da herança, a menos que fosse comprovada alienação mental do suicida. Começa-se a fazer distinção entre o *desperatio* (estado sugestionado pela ação do demônio) e o efeito do frenesi ou da melancolia (Botega, 2015).

Século XVII – na Inglaterra, o suicida era tratado como um transgressor e seu corpo era colocado numa encruzilhada, com estaca lhe atravessando e uma pedra acima de sua cabeça, para que não voltasse para assombrar os vivos (Pereira *et al.*, 2017). Este período, por outro lado, é também marcado pela concepção do suicídio como um dilema humano. Robert Burton, em sua obra *The Anatomy of Melancholy*, traz a visão do suicida como uma vítima da melancolia, a qual ele inclusive poderia estar predestinado a ter, principalmente se tratando de pessoas cultas. Para Burton, os indivíduos se suicidavam porque suas vidas haviam se tornado intoleráveis (Botega, 2015).

Século XVIII – o suicídio passou a ser visto como algo patológico. Qualquer morte que não tivesse causa natural, acidental ou homicida era atribuída à loucura (Bertolote, 2012). Também neste século temos dois suicídios notáveis: o de Werther, considerado um “suicídio romântico”, e o de Fausto, um “suicídio filosófico”. Neste trabalho será dado especial enfoque ao primeiro caso, pois foi a partir da obra “Os sofrimentos do jovem Werther” que se despertou o interesse sobre os efeitos de imitação ou contágio que se poderia ter ao veicular um caso de suicídio, dando-se origem ao termo “Efeito Werther”, o qual será discutido mais a fundo posteriormente (Botega, 2015).

Século XIX – o suicídio passou a ter causa associada à presença de algum transtorno mental por importantes psiquiatras como Philippe Pinel, Esquirol, Claude Boudin e Sigmund Freud. Segundo Bertolote (2012), Pinel acreditava haver uma conexão entre ferimentos de alguns órgãos internos com o suicídio, pois esta acarretava uma “sensação dolorosa de existir”. Esquirol considerava insanos todos os que cometiam o suicídio. Boudin dizia que o suicídio é sempre sinônimo de doença e insanidade mental e Freud entendia o suicídio como sendo um predomínio do “impulso de morte sobre o impulso de vida”, e, também, como uma forma de defesa do ego contra a psicose. Tardiamente, em seus escritos, Freud traz a possibilidade de se entender o suicídio como uma “autopunição pelo desejo de matar dirigido primariamente a outrem” (Bertolote, 2012, p.31). Ao final do século Émile Durkheim propôs que o suicídio seria um fenômeno predominantemente sociológico, um “fato social”. Durkheim propõe a existência de quatro tipos de suicídio: altruísta (indivíduos que são bem integrados ao grupo e aceitam o suicídio em benefício dos demais); fatalista (acontece em situações de extremo controle, como a escravidão); egoísta (acontece com indivíduos não integrados à sociedade) e anômico (acontece em situações de desorientação, onde não há normas sociais presentes e faltam expectativas). Na metade do século, Karl Marx apresentou um estudo sugerindo que o suicídio seria resultante da opressão social, porém o estudo não apresentava bases científicas confiáveis e não foi considerado. Neste período ocorre progressiva descriminalização do suicídio e surge a concepção de que a sociedade deve acolher o indivíduo e aceitar o direito que ele possui sobre sua própria vida (Botega, 2015).

Século XX – o suicídio voltou a interessar alguns filósofos, que o consideravam um “problema filosófico”. Retoma-se também a abordagem médica no seu entendimento. No final do século XX e início do século XXI se estabelece a abordagem do suicídio pela saúde pública e a preocupação com sua prevenção (Bertolote, 2012).

Pós-modernidade – há a espetacularização dos casos de suicídio. As novas tecnologias, segundo Botega (2015), “ao reverberarem o suicídio, reativam e alimentam várias fantasias e tradições arcaicas armazenadas em nossa mente, ligadas, por exemplo, a imortalidade, à morte gloriosa ou à vingança.”. Por outro lado, a dramatização do ato se perde na rede onde por muitas vezes não há um vínculo afetivo.

Nota-se que, se na Antiguidade o suicídio era considerado algo relativamente raro, singular e, por vezes, exemplar, atualmente trata-se de um fenômeno sociossanitário de altos índices e, em alguns países, estando no ranking de principais causas de óbito de determinadas faixas etárias (Bertolote, 2012).

Estatísticas

Segundo Bertolote (2012), a Organização Mundial da Saúde, (OMS), calcula que, atualmente, cerca de um milhão de pessoas se suicidem por ano em todo o mundo. Além disso, estima-se que as tentativas de suicídio sejam cerca de vinte vezes mais frequentes do que o suicídio consumado (Braga & Dell'Aglio, 2013). Para calcular o índice de suicídios de um país de forma confiável utiliza-se a “taxa”, que é calculada dividindo-se o número de casos pelo número de indivíduos em risco (Bertolote, 2012). Na tabela 1 podemos conferir a taxa de suicídios no Brasil nos últimos anos segundo *World Health Organization* (2018).

Tabela 1 - Taxa de Suicídio no Brasil (2000-2016).

Ano	Taxa por 100.000
2000	4,8
2005	5,5
2010	5,7
2015	6,5
2016	6,5

Fonte: WHO, 2018.

Segundo dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), no período de 2011 a 2016 ocorreram 176.226 casos de lesão autoprovocada no Brasil, sendo 65,9% casos em mulheres e 31,1% em homens. (Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde, 2017). Podemos ver esta relação no gráfico 1, a seguir:

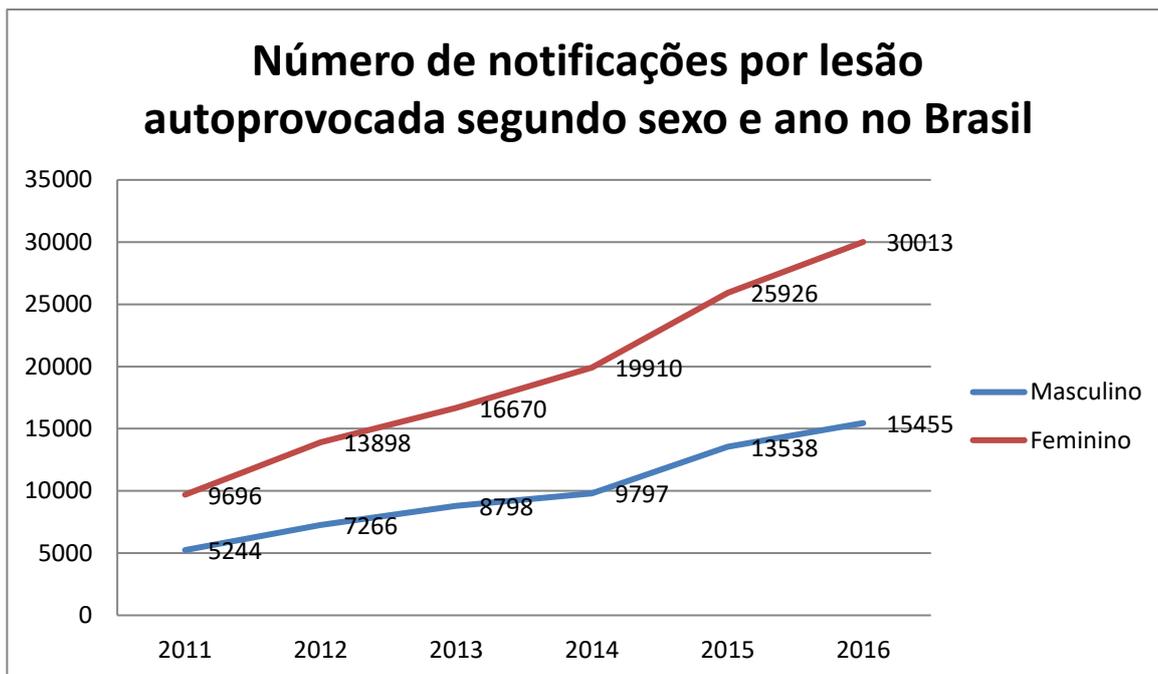


Gráfico 1 - Número de notificações por lesão autoprovocada segundo sexo e ano, Brasil, 2011 a 2016.

Fonte: Sinan/Ministério da Saúde.

Dentre as notificações descritas acima, nos interessa saber sua divisão em faixas etárias, descrita a seguir no gráfico 2.

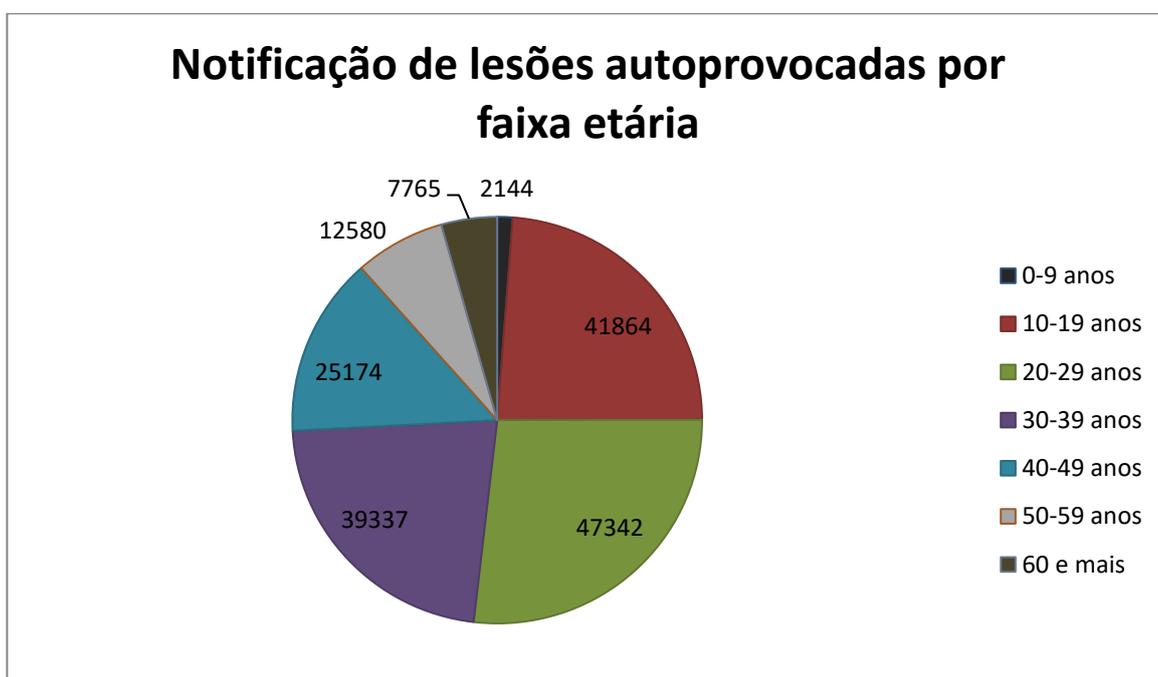


Gráfico 2 - Notificações de lesões autoprovocadas por faixa etária em ambos os sexos.

Fonte: Sinan/ Ministério da Saúde.

Percebe-se que o período da adolescência e início da juventude é onde está a maior prevalência de notificações, o que corrobora com a importância em se atentar para este público em especial.

É importante ressaltar que os dados devem ser considerados como a representação de uma informação mínima devido à existência de sub-registros. (Bertolote, 2012). De acordo com a OMS, estima-se que para cada tentativa de suicídio registrada oficialmente haja cerca de quatro que não foram registradas. Estes sub-registros se devem a diversos fatores, dentre eles a possibilidade de os jovens de classe média e alta buscarem assistência médica em consultórios e clínicas particulares, o que dificultaria as notificações dessas classes socioeconômicas (Braga & Dell'Aglio, 2013).

Outros fatores que contribuem para os sub-registros são as influências religiosas, que consideram o suicídio grave pecado, o estigma, o preconceito, as implicações policiais e legais, etc. Isso faz com que haja duas consequências negativas para a saúde pública: não são feitos programas apropriados para a prevenção do suicídio e são escolhidas outras prioridades de intervenção, pois os casos reais de morte por suicídio, que não são registrados como tal, são registrados com outras causas, prejudicando os levantamentos estatísticos (Bertolote, 2012).

Como vemos acima a religiosidade e, conseqüentemente, a fé, têm participação importante quando se trata de falar sobre o suicídio. Ela tanto pode proteger contra o suicídio, através de preceitos que incitam comportamentos benéficos físicos e mentais, quanto podem aumentar o estigma referente ao suicídio, o que desencorajaria a busca por assistência médica (Botega, 2015). Sabendo disso trataremos brevemente o posicionamento de algumas religiões quanto ao suicídio.

Judaísmo – condena o suicídio, porém o considera aceitável frente a alguns pecados. Ainda assim o indivíduo que se suicida é enterrado separado das demais pessoas (Bertolote, 2012).

Protestantismo – entende que quase sempre as pessoas se matam por causa do demônio (Botega, 2015).

Islamismo – o Alcorão condena o suicídio como um dos pecados mais graves e heresia, por estar destruindo algo criado por Alá (Bertolote, 2012). Alguns fundamentalistas defendem o suicídio como ato heroico de vingança (Botega, 2015).

Hinduísmo – é bastante impreciso em relação ao suicídio. Por vezes condena-o, considerando-o equivalente ao homicídio; em outras ocasiões aceita-o, como na prática do jejum absoluto até a morte; por fim, ainda chega a promovê-lo, como a tradição da prática do *sati*, onde a viúva se atira ao fogo para queimar junto ao falecido marido (Bertolote, 2012).

Budismo – não condena o suicídio, porém o considera uma ação negativa que fere seus preceitos (Bertolote, 2012). Por outro lado tem-se o suicídio honroso como forma

de vingança ao inimigo e como coragem de se reconhecer culpado diante de um fracasso. No zen budismo há o suicídio como forma de alcançar o nirvana (Botega, 2015).

Bíblia (cristianismo) – são relatados vários casos de suicídio sem haver condenado nenhum, porém, no século VI a igreja passou a condenar o suicídio como pecado mortal equivalente aos homicídios (Bertolote, 2012).

Evangélicos pentecostais – se detém pouco no assunto, mas o condenam (Botega, 2015).

Espiritismo – considera o suicida como “a maior vítima de seu próprio engano”, sendo o suicídio uma das maiores infelicidades que se abatem sobre um espírito (Botega, 2015).

Retomando, como dito anteriormente, este trabalho diz respeito sobretudo ao suicídio na fase da adolescência, o qual, mesmo com a existência dos sub-registros, ocupa uma enorme porcentagem dos suicídios cometidos no Brasil e no mundo, portanto é de suma importância falar um pouco sobre esta fase do desenvolvimento e quais fatores poderiam estar ligados ao desenvolvimento do comportamento suicida.

Adolescência

Segundo Prioste (2016), a adolescência se iniciava pela puberdade, com sinais que são facilmente identificáveis, porém, com a pós-modernidade isso vem mudando, o que dificulta a identificação do início e término da fase. Por um lado, isso se deve à grande estimulação midiática, que faz com que pré-púberes tenham cada vez mais comportamentos pseudoadolescentes, e, por outro lado, alguns adultos se veem com dificuldades de se desvincular da proteção parental por diversos fatores como o grande período de estudos, dificuldades em se estabelecer profissionalmente e inseguranças por não mais reproduzir o estilo de vida de seus antepassados, tendo de reinventar seu futuro.

A adolescência é a fase que marca a transição da infância para a vida adulta, sendo caracterizada por diversas mudanças não só físicas, mas também hormonais, psicológicas e sociais, que fazem com que este seja um momento de vulnerabilidade, com angustias, incertezas e medos, além de ser possível que ocorram distorções de autoimagem (Pereira *et al.*, 2017). Outras características típicas deste período são a onipotência e a impulsividade, que também se devem à imaturidade cerebral (Almeida & Filho, 2017), e fazem com que haja maior dificuldade de lidar com estresses agudos como rejeições e situações vergonhosas ou de perdas (Botega, 2015). Estas características e, em especial a impulsividade, são fatores preocupantes em relação ao suicídio e podem se manifestar como

comportamentos agressivos, condutas antissociais, oposição às figuras de autoridade e abuso de drogas (Almeida & Filho, 2017).

Pensamento suicida pode surgir da fase da adolescência como expressão das angústias difíceis de serem simbolizadas. A vivência dos conflitos edípicos intensos e ambivalentes, o luto pelo corpo infantil, a caótica turbulência de sentimentos decorrentes de exigências internas e externas podem suscitar em um flerte com a morte (Prioste, 2016, p. 154).

Abaixo no Quadro 1 podemos ver alguns fatores de risco para o suicídio na adolescência segundo Almeida e Filho (2017).

Individuais
Transtorno mental (depressão, uso abusivo de substâncias psicoativas, transtornos de ansiedade, transtorno obsessivo compulsivo, transtorno de estresse pós-traumático, sintomas psicóticos).
Impulsividade.
Tentativa anterior de suicídio ou episódio de autoagressão.
Minorias sexuais, religiosas ou étnicas.
Familiares
Transtorno mental ou uso abusivo de substâncias psicoativas na família.
Comportamento suicida em membro da família.
Conflitos familiares.
Violência doméstica.
Negligência.
Abuso sexual.
Morte ou separação.
Sociais
Desvantagem socioeconômica.
Comportamento suicida em membro da comunidade ou em figura pública de destaque.
Violência.
Bullying.

Quadro 1 - Fatores de risco para o suicídio na adolescência.

Fonte: Almeida e Filho (2017).

Os fatores descritos acima, isoladamente, não são determinantes do suicídio, porém suas consequências deixam o indivíduo mais vulnerável aos comportamentos suicidas (Braga & Dell'Aglio, 2013).

A adolescência é um período marcado pela busca da identidade que, segundo Erikson citado por Papalia e Feldman (2013), teria relação com a resolução de três questões: a escolha de uma ocupação, desenvolvimento de uma identidade sexual e adoção de valores sob os quais viver. Nessa fase do desenvolvimento é comum que o adolescente se afaste dos pais e se aproxime mais dos amigos, onde busca referências de comportamento, companhia e intimidade. A relação do adolescente com os pais vai depender muito da intimidade estabelecida entre eles durante a infância. Frequentemente podem ocorrer conflitos familiares devido à forte busca por autonomia e confrontos quanto aos valores e regras impostas pelos pais. Neste momento há maior dependência do discurso social, o que não significa que os pais se tornaram ultrapassados, mas que agora passam a ocupar um lugar na retaguarda enquanto outros discursos irão passar a exercer maior poder de influência (Prioste, 2016).

Frequentemente os adolescentes formam grupos de pares (grupo de pessoas que desenvolvem um grau de intimidade, afeto, acolhimento, compreensão e orientação. Um local de experimentação e conquista de autonomia que pode, porém, pressionar para a realização de comportamentos que os pais desaprovam). Estes grupos podem ter forte influência sobre o comportamento dos jovens, em especial entre 12 e 13 anos, diminuindo gradativamente até a fase adulta. Isto pode vir a ser um problema se o apego do adolescente aos pares for tão forte a ponto de violar as regras de obediência à família para obter popularidade e aprovação no grupo (Papalia & Feldman, 2013).

Outra forma de interação cada vez mais usada pelos adolescentes é a internet e suas redes sociais. Este é um fator que possui aspectos positivos e negativos, pois, se por um lado a comunicação virtual estimula e promove uma sociabilidade, por outro lado aumentam-se os casos de cyberbullying (bullying virtual), além da maior facilidade em mentir utilizando-se do anonimato (Papalia & Feldman, 2013). O cyberbullying pode provocar na vítima uma série de efeitos como a diminuição da autoestima, desmotivação com as atividades da escola, sentimento de humilhação e desprezo, o que, somados a outros fatores, podem contribuir para o surgimento da ideação suicida (Pereira *et al.*, 2017). À seguir, no Quadro 2, temos alguns outros sinais de risco para o suicídio, descritos por Almeida e Filho (2017).

O paciente fala frequentemente sobre a morte.

Mudanças emocionais e de comportamento (tristeza, irritabilidade, isolamento, perda de interesse pelas atividades ou companhia de amigos, baixa capacidade de concentração, ansiedade, desânimo, culpa, baixa autoestima, desesperança).
Mudanças de sono e apetite.
Baixo rendimento escolar de início recente.
Agressividade e condutas antissociais.
Uso abusivo de drogas psicoativas (incluindo álcool).
Comportamento desorganizado e caótico.

Quadro 2 - Sinais de risco para o suicídio na adolescência.

Fonte: Almeida e Filho (2017).

Outro fator importante a ser considerado e que pode vir a tornar-se um sinal de risco para o suicídio é a falta de convívio com os pares, o sentimento de solidão que está muito presente entre os adolescentes com tentativas de suicídio, que relatam não terem amigos e pessoas com quem dividir experiências pessoais (Braga & Dell'Aglio, 2013).

Deve-se sempre atentar aos sinais descritos acima, pois muitas vezes o suporte é negado ao jovem pela tendência a se naturalizar o sofrimento nesta fase, considerando as crises passageiras e superadas naturalmente com o tempo, o que nem sempre ocorre (Prioste, 2016).

Efeito de Werther ou Copycat

Ambos, Werther e Copycat, se referem ao efeito de modelagem e contágio do suicídio desencadeado por meio da divulgação de um caso na mídia (Pereira *et al.*, 2017).

O termo Efeito de Werther foi cunhado em 1974 por Phillips como referência ao incidente onde, em 1774, o romance de Goethe intitulado *Die Leiden des Jungen Werthers*, ou, em português, “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, que termina com o suicídio de seu protagonista suscitou, após sua publicação, uma profusão de suicídios de imitação. (Almeida A. F., 2000). Sendo assim, “a mídia, independente de sua forma de apresentação, seja por livros, jornais, revistas ou a internet, pode influenciar na decisão de cometer ou não o suicídio” (Gomes, Baptista, Carneiro, & Cardoso, 2014, p. 66).

Algumas teorias como a Teoria do Contágio Comportamental e a Teoria da Aprendizagem Social contribuem quando se trata de explicar o Efeito de Werther. Segundo a teoria do contágio comportamental, um comportamento surge em função de um determinado grau de conflito e, ao ocorrer a exposição de comportamentos como o de suicídio na mídia, estas atuam como veículos de contágio e diminuem o grau de conflito necessário para a produção do comportamento, o que facilita uma possível adoção destes

comportamentos pelos indivíduos. A teoria da aprendizagem social também corrobora com o Efeito de Werther, vendo o homem como um ser que aprende seus comportamentos através de observação e modelagem. Segundo essa teoria, é através da observação que se formam as ideias de como um comportamento é executado, o que pode servir também como desinibidor, ou até mesmo como um guia para a ação (Roque, 2014).

Em estudo realizado em Lisboa por Almeida (2000) constatou-se que adolescentes que possuem fatores de risco para o suicídio parecem escolher-se mutuamente como amigos e que, a presença de amigos que realizaram tentativas de suicídio é um fator de risco importante para a ideação suicida e consequentes tentativas, assim como para o efeito imitativo. Sendo assim, se ao invés de encontrar adultos acolhedores o adolescente se relacionar com pessoas deprimidas, sem compromisso com a vida e, por vezes, anônimas, as chances são grandes de que os secretos pensamentos sobre a morte, que poderiam ser transitórios, se transformem em atos impulsivos e espetaculares de atentado contra a vida (Prioste, 2016).

Em tempos de grande uso de internet, este efeito é ainda mais preocupante, pois as notícias são instantâneas e podem ser publicadas sem antes passar por filtros (Júnior & Pereira, 2018), utilizando-se de chats, fóruns e redes sociais, para influenciar casos de suicídio, fornecendo dicas e métodos de como realizá-lo (Pereira *et al.*, 2017). Há também a possibilidade de contágio por meio da divulgação de funerais e homenagens na internet, onde pode ocorrer certa idealização da morte por parte dos jovens (Pereira & Botti, 2017).

Segundo Freud (1996), no luto, o indivíduo passa por uma fase comum de distanciamento do mundo exterior, de onde ele retira a energia libidinal investida no objeto perdido e a retoma para si, voltando a investir em novos objetos assim que a perda é elaborada. Há, porém, ocasiões em que ocorre a melancolia, onde a libido, em vez de voltar-se para novos objetos externos, é novamente investida no Ego em forma de identificação radical com o objeto perdido, significando então a perda do objeto, perda do próprio Eu (Ego).

Quando são fornecidos dados concretos de relatos suicidas, corre-se o risco de familiarizar os indivíduos com um cenário determinista e generalista do ambiente e das circunstâncias do ato, o que poderia facilitar a identificação com a vítima por meio da empatia, fator que gera um cenário favorável para a transmissão de contágio (Roque, 2014). Este quadro se torna ainda mais agravante quando o adolescente experienciou algum caso de suicídio no meio familiar ou com algum conhecido, pois então este comportamento pode ser

apreendido como uma forma de resolução de conflitos, podendo ser repetido mais facilmente (Braga & Dell'Aglio, 2013).

Efeito de contágio em outros termos

Na literatura pesquisada encontram-se diferentes termos utilizados para descrever o efeito de contágio do suicídio. Estes termos serão dispostos a seguir, a título de informação, com suas respectivas definições.

Cibersuicídio – o termo refere-se á tentativa ou ato suicida influenciado pela internet (Roque, Internet, 2014)

Suicide contagion (contágio suicida) – refere-se à influência da divulgação de comportamentos suicidas sobre o comportamento de pessoas vulneráveis, que pode incitar o comportamento de imitação (Braga & Dell'Aglio, 2013).

Comportamental suicide modelling – refere-se ao efeito de influência das mídias sobre a decisão de executar o suicídio. Os autores consideram que os atos suicidas podem ser frutos do que as pessoas consideram como modelos em suas vidas, especialmente entre 15 e 24 anos (Gomes *et al.*, 2014).

Suicídio em *clusters* – abrange dois tipos de situações: “*clusters* em massa”, que ocorre quando há aumento geral no número de suicídios após a cobertura de casos pela mídia; e “*clusters* em pontos”, que acontecem em tempo e espaço específico, podendo se tratar de comunidades ou instituições (Niedzwiedz, Haw, Hawton, & Platt, 2014).

Cyberbullicídio – embora não seja ligado diretamente ao efeito de contágio, o cyberbullicídio é um termo bastante atual e importante, que se trata dos suicídios relacionados direta ou indiretamente ao cyberbullying (Pereira & Botti, 2017).

Suicídio e as redes sociais

A adolescência é a fase de maior exposição e envolvimento com as mídias sociais, bem como de maior afastamento dos pais. As mídias oferecem hoje uma maneira de disseminar ideias e de organizar movimentos em torno de uma causa coletiva que, muitas vezes, pode ser autodestrutiva quando se trata de um público vulnerável (Pereira *et al.*, 2017). Em relação aos dependentes da internet nota-se principalmente as seguintes vulnerabilidades pessoais: não toleram frustrações, se esquivam dos danos, baixa autoestima, ansiedade. Muitas vezes a internet é utilizada como um refúgio para alívio de situações da vida real, porém, ao fazê-lo, as características apresentadas anteriormente se intensificam progressivamente (Prioste, 2016).

Como citado anteriormente, atualmente encontram-se sites dedicados ao suicídio, retratando-o como uma forma eficaz para a resolução de problemas, com dicas para

a prática e a possibilidade de realização de pactos de suicídio coletivo (Roque, Internet, 2014). Alguns sites inclusive oferecem formas de ingerir medicamentos e fotos (Gomes *et al.*, 2014). Nestes sites, pessoas interagem entre si estimulando planos suicidas e, há também, os chamados “predadores de suicidas”, que procuram pessoas que demonstrem certa vulnerabilidade ao comportamento suicida e as incitam à prática, disponibilizando informações de como proceder ao ato (Pereira & Botti, 2017).

Estas práticas vêm ocorrendo em diversos lugares no mundo e parecem atrair pessoas já fragilizadas e excluídas socialmente. Um exemplo que podemos citar é o trágico incidente ocorrido em 2004 no Japão, onde nove pessoas se suicidaram após a realização de um pacto iniciado na internet (Roque, Internet, 2014).

Em pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2014), não foram encontrados sites que encorajem ou facilitem o suicídio, porém, ainda assim, o Brasil é o primeiro país no ranking da América Latina a realizar pesquisas nas ferramentas de busca com o termo “suicídio”, o que pode indicar que as pessoas encontrem estas informações em sites internacionais, ou ainda, que criem chats e fóruns sobre o assunto. Nos fóruns a discussão sobre o suicídio pode ser facilitada devido à comunicação ser instantânea (Pereira & Botti, 2017).

De todas as redes sociais, a mais preocupante quando se trata de exposição a conteúdos sem critérios de controle foi o Orkut, extinto em 2014. Nele eram formadas inúmeras comunidades relacionadas ao tema suicídio com fóruns de incitamento á prática. Percebe-se que há na internet certa valorização da morte, sem que haja qualquer coibição ou criminalização dos grupos que incitam o suicídio (Prioste, 2016).

De acordo com pesquisa realizada em 2014 as redes sociais mais utilizadas são: Facebook (83%), Whatsapp (58%), Youtube (17%), Instagram (12%) e Google+ (8%) (Pereira & Botti, 2017).

As redes sociais não estão alheias ao cibersuicídio e algumas já manifestam preocupações com os casos, oferecendo a possibilidade de realizar denúncias a postagens consideradas ofensivas. Ainda assim, cresce a quantidade de casos de suicídio que envolvem a internet e, em específico, as redes sociais. Um caso de cibersuicídio bastante veiculado nas mídias aconteceu em 2013, quando a adolescente britânica Hannah Smith cometeu suicídio por enforcamento após ser vítima de abusos no site ask.fm, rede social em que os membros podem fazer perguntas uns aos outros, inclusive em regime de anonimato (Roque, Internet, 2014).

Desafios de autoextermínio

Recentemente tem-se conhecimento da existência de jogos e desafios virtuais, aqui intitulados desafios de autoextermínio, conhecidos por promoverem e estimularem o suicídio. (Pereira *et al.*, 2017). Considerando-se a importância de que todos os profissionais da saúde conheçam a fundo estas questões para que, ao interagirem com os jovens, possam avaliar de forma concreta as situações, serão aqui expostos, a título de informação, os principais jogos e desafios conhecidos até o momento, expostos em notícias na mídia (Roque, Internet, 2014).

Jogo da Baleia Azul – Teria surgido na Rússia em 2015 e seu nome seria devido às supostas tendências suicidas das baleias azuis, que procurariam voluntariamente se encalhar para morrer. Esta tendência, porém, não foi confirmada pelos biólogos (Carvalho, 2017). O jogo consiste em um conjunto de 50 desafios propostos, os quais têm por objetivo final o suicídio do jogador (Pereira *et al.*, 2017).

Desafio da Água Quente – Não se sabe ao certo de onde surgiu este desafio - que parece ter sido inspirado no popular desafio do balde de gelo, corrente realizada pela internet para angariar fundos pra o tratamento de pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) - , mas os jovens são incitados a realizá-lo através do Youtube (O GLOBO, 2017). O desafio consiste em duas tarefas distintas, sendo uma surpreender alguém lhe jogando água fervente e a outra seria tomar água fervente como desafio de valentia. O jogo já causou graves ferimentos de queimadura e a morte de alguns jovens (Pelarigo, 2017).

Desafio da Canela – Disseminado no Youtube em 2012, o desafio da canela consiste em ingerir uma colher de sopa de canela em pó pura em um minuto e gravar o resultado. O desafio aparentemente inocente pode causar crises de asma, pneumonia e inflamações pulmonares, pois as partículas da canela são pequenas e facilmente inaladas (Bem Estar, 2013). Há registros de mortes por asfixia devido a este jogo (Pelarigo, 2017).

Desafio do Fogo – Circula na internet há cerca de 4 anos e consiste em derramar algum líquido inflamável pelo corpo e atear fogo em frente a uma câmera. Recentemente, no dia 17 de Agosto de 2018, uma jovem de 12 anos foi internada em Michigan (EUA) com queimaduras em 49% de seu corpo após tentar copiar o desafio do Youtube (O GLOBO, 2018).

Desafio do Preservativo – Ao que parece, começou a circular pela internet em 2007 através de vídeos no Youtube. Consiste em gravar um vídeo onde se aspira uma camisinha pelo nariz e a remove pela boca (Redação Vírgula, 2018). Esta brincadeira é extremamente perigosa e pode provocar sufocamento e graves infecções. Outra variação

do desafio consiste em encher a camisinha de água e soltá-la sobre a cabeça para que a envolva como um capacete, o que pode causar morte por asfixia (Pelarigo, 2017).

Desafio da Asfixia ou do Desmaio – Mais popular nos Estados Unidos desde 2005, porém com casos registrados no Brasil, o desafio consiste em, sozinho através de cordas ou em dupla através de estrangulamento ou pressão no peito, provocar desmaio através da queda de oxigenação no cérebro (Pelarigo, 2017). Este desafio é extremamente perigoso e já provocou a morte de dezenas de adolescentes. Há risco de morte por enforcamento, parada cardiorrespiratória, AVC, isquemia e perda de memória (A Tribuna, 2016).

Desafio do Desodorante – Há registros de publicação de um vídeo em 2016 no Youtube com instruções para o desafio. Ele consiste em aspirar desodorante aerosol pelo maior tempo que conseguir enquanto grava. O desafio pode causar arritmia cardíaca, danos cerebrais pela falta de bombeamento de sangue pelo coração, reação alérgica exacerbada, que pode causar asfixia, parada cardiorrespiratória e a morte. Uma variação do desafio consiste em acionar o spray bem próximo a pele continuamente, o que pode causar queimaduras e ferimentos graves (Veja, 2018).

Desafio do Sabão – O desafio é recente e começou quando alguns adolescentes publicaram vídeos onde mastigavam cápsulas de detergente e desafiavam outras pessoas a realizarem a mesma tarefa. A proposta é tentar ingerir as cápsulas, que são inclusive colocadas em alimentos como pizzas numa tentativa de facilitar a ingestão. Os danos causados são muito sérios, podendo ocorrer intoxicação com diarreia, vômitos, alterações de frequência cardíaca e pressão sanguínea, convulsões, perda de consciência e morte. Além disso, as substâncias químicas podem causar queimaduras no esôfago, na boca e trato digestório, parada respiratória, edema pulmonar e coma (Veja, 2018).

Jogo da Boneca Momo – Este jogo tem preocupado diversos países. Não se sabe exatamente quem o criou, mas trata-se de perfis do Whatsapp que usam como imagem uma escultura japonesa de uma mulher-pássaro, que foi nomeada como Momo. A ideia seria adicionar estes perfis e conversar com a personagem, que responderia de forma agressiva, com fotos e vídeos. O grande perigo no jogo consiste em criminosos utilizarem-se destes perfis para assédio, roubo de informações pessoais, incitação ao suicídio ou à violência e extorsão, contribuindo para o surgimento de transtornos físicos e psicológicos, como depressão, ansiedade, insônia etc. (BBC, 2018).

Com todos estes desafios e o surgimento a cada dia de novos e mais perigosos atos de incitamento ao suicídio podemos nos perguntar o que faz com que isso ocorra desta

maneira. Segundo Prioste (2016), os adolescentes são expostos desde muito cedo às tecnologias televisivas, incluindo o Youtube, o que faz com que haja pouco recurso simbólico, dificuldade de expressão de pensamentos e necessidades e baixa tolerância às frustrações. Os limites entre realidade e ficção estão sendo apagados e o homem muitas vezes vive a vida de personagens fictícios em detrimento de sua própria (Prioste, 2016). Sendo assim, estamos vivendo na chamada “sociedade do espetáculo”, onde a violência, o sofrimento e a morte tornam-se espetáculos, produtos a serem vendidos (Júnior & Pereira, 2018).

Muitos adolescentes fazem de tudo para saírem do anonimato e serem notados. “A rede explora a necessidade de pertencimento a um grupo social, a diversão por meio dos jogos e as pulsões voyeurístico-exibicionistas, isto é, o desejo de ver e de ser visto” (p.148). O envolvimento do adolescente em situações de risco é uma maneira de provar sua existência e ser aceito pelos pares ou ter a reação de pessoas próximas, tarefa difícil se tratando de uma sociedade individualista e indiferente. Neste contexto, o jovem busca atitudes cada vez mais extremas para ser notado (Prioste, 2016), e a morte passa a ser banalizada, tendo como substitutos das cartas de despedida comuns entre os que cometem suicídio os vídeos, áudios e imagens postados nas redes sociais (Júnior & Pereira, 2018).

Formas de prevenção e intervenção

Diferindo bastante do cenário atual descrito acima, as ações de prevenção ao suicídio se iniciaram no começo do século XX, em Londres, com iniciativas religiosas, filantrópicas e humanitárias, sem base científica, e realizadas por grupos da sociedade e não de órgãos governamentais, o que fez com que apresentassem “fragilidades metodológicas”. Na década de 90 programas de prevenção ao suicídio foram criados, porém não apresentavam descrições detalhadas, objetivos ou público-alvo (Bertolote, 2012).

No Brasil, a trajetória da prevenção do suicídio é marcada por uma importante organização filantrópica chamada Centro de Valorização da Vida (CVV), que iniciou suas atividades em 1962 e, atualmente, conta com aproximadamente 2400 voluntários em 93 postos, realizando mais de 2 milhões de atendimentos por ano via telefone, chat, email ou pessoalmente nos postos (CVV, 2018).

Atualmente é reconhecida a importância de que sejam divulgadas as estratégias mais utilizadas na prevenção e cuidado aos jovens com risco potencial ao desenvolvimento de comportamentos suicidas. Para isso, é importante entendermos inicialmente quais são as modalidades de prevenção existentes. Para isso, estas serão dispostas no Quadro 3 resumidamente.

Prevenção Universal	Iniciativas de prevenção que atingem toda a população, independente do grau de risco que apresentem, com o objetivo de impedir que os comportamentos suicidas se iniciem.
Prevenção Seletiva	Iniciativas destinadas a indivíduos que possuem risco de suicídio, mas que ainda não começaram a desenvolver os comportamentos. Objetiva a identificação e redução de fatores de risco.
Prevenção Indicada	Iniciativas voltadas a indivíduos com alto risco de suicídio e que já começaram a manifestar os comportamentos suicidas. Nesta modalidade enquadram-se as pessoas que já tentaram se matar.

Quadro 3 - Modalidades de Prevenção do Suicídio.

Fontes: Bertolote (2012) e Botega (2015).

Além destas modalidades, segundo Bertolote (2012), em 1998, a OMS propôs inicialmente três áreas prioritárias para a elaboração de programas de prevenção ao suicídio. Em 2004, porém, em nova reunião, outras duas áreas foram acrescentadas, como mostra o Quadro 4 à seguir.

Áreas estabelecidas em 1998
Tratamento de pessoas com transtornos mentais.
Restrição do acesso a métodos empregados em comportamentos suicidas.
Abordagem adequada pelos meios de comunicação de notícias e informações relativas a comportamentos suicidas.
Áreas acrescentadas em 2004
Programas adequados de educação e de informação em escolas, para o público em geral e para os trabalhadores do setor sanitário e social.
Busca ativa e triagem sistemática de pessoas com alto risco de comportamentos suicidas.

Quadro 4 - Áreas prioritárias para desenvolvimento de atividades de preventivas.

Fonte: Bertolote (2012).

Neste artigo o foco estará na terceira área apresentada, que diz respeito à forma com que a mídia deve divulgar as notícias que envolvem comportamentos suicidas,

pois esta poderá servir como forma de prevenção quando feita de forma adequada, ou, senão, como forma de contágio. Com isso em mente, foram criadas cartilhas para orientar os profissionais que trabalham com a mídia em como proceder ao divulgar notícias nessa área. Aqui foram analisadas duas das principais cartilhas disponíveis em português: “Suicídio. Saber, agir e prevenir.”, feita em parceria da CVV com o Ministério da Saúde e “Prevenção do Suicídio: Um Manual para Profissionais da Mídia”, feita por iniciativa da Organização Mundial da Saúde em 2000.

Ambas as cartilhas estão em acordo no que diz respeito ao que fazer e o que não fazer em relação à divulgação dos casos na mídia, e suas principais recomendações estão dispostas no quadro 5 a seguir.

O que fazer
Publicar a notícia em páginas internas de jornais impressos e na TV ou rádio no segundo ou terceiro bloco, sem grandes destaques e sensacionalismo.
Apresentar apenas dados relevantes.
Destacar alternativas ao suicídio.
Referir-se ao suicídio como “consumado” e não “bem sucedido”
Informar telefones e locais de onde buscar ajuda.
Mostrar os sinais de alerta aos comportamentos suicidas
Trabalhar junto a profissionais da saúde.
Respeitar o luto da família e amigos.
Dar destaque quando houver algum problema de saúde mental.
Descrever as consequências físicas de tentativas de suicídio não fatais.
O que não fazer
Não colocar a palavra suicídio no título da notícia.
Evitar fazer repetições ou atualizações da matéria.
Não dar detalhes acerca do método utilizado e de como conseguiu-lo.
Não publicar fotos do falecido ou do local da morte, bem como das homenagens feitas ou da família.
Não publicar cartas de despedida.
Não descrever o suicídio como inexplicável ou oferecer explicações simplistas.
Não apresentar o suicídio como uma forma de solucionar um problema.
Não atribuir causas.

Não tratar o suicídio como um crime.
Não utilizar termos alarmantes como “epidemia”.

Quadro 5 - Principais recomendações sobre a divulgação de casos de suicídio.

Fontes: (OMS, 2000); (CVV e Ministério da Saúde, n.d.)

Como podemos ver, existem diversos cuidados a serem tomados quando se deseja falar sobre o suicídio para que não se torne uma forma de contágio, mas sim de prevenção à ocorrência de novos casos. Porém, esta responsabilidade envolve diversos outros profissionais, principalmente os da área da saúde, que devem estar disponíveis a ouvir o sujeito com atenção e empatia, de preferência em um local mais reservado onde possa haver um mínimo de privacidade (Ministério da Saúde; Opas; Unicamp, n.d.), e dedicar um tempo maior no cuidado aos pacientes em risco, mesmo que haja outros esperando, (Bertolote, 2012).

Em muitos casos, o primeiro contato com o paciente em risco se dá nas equipes das unidades básicas de saúde, que são consideradas as portas de entrada aos demais serviços. Neste ponto é importante que a equipe possa acolher, ouvir e encaminhar o paciente para profissionais da saúde mental. É extremamente importante para todos os profissionais que não se faça julgamentos, doutrinações ou juízo de valores (Botega, 2015).

Ao entrar em contato com um paciente em risco, os primeiros pontos a serem avaliados são: o estado mental do sujeito, ou seja, se ele apresenta um discurso coerente ou aparenta estar sob uso de medicações ou entorpecentes; o plano suicida atual, ou seja, se ele tem planos de como se suicidar, se esses planos têm data definida e quão preparado está o sujeito para concretizá-los; e o apoio social, que se refere às pessoas que poderiam ajudá-lo, como familiares e amigos. Para isso, deve-se desconstruir a ideia de que falar sobre o suicídio pode suscitar este comportamento, pois, é justamente através da fala que se entende o posicionamento do sujeito e criam-se estratégias para auxiliá-lo a criar novas possibilidades de enfrentamento das situações vividas (Ministério da Saúde; Opas; Unicamp, n.d.).

Quanto aos psicólogos, segundo Marquetti e Leite (2018), a intervenção com pacientes que já tentaram o suicídio deve ser de ajudar o sujeito a dar um sentido para seu ato e assim, através da reflexão, sair da posição em que se encontrava anteriormente, pois, se o profissional tentar ignorar o ocorrido e evitar falar sobre, ele estará baseando-se na falsa possibilidade de retornar a um estado ideal que se tinha antes da tentativa, o que desconsidera o fato de que o ato de tentar suicidar-se é apenas o “apogeu drástico de uma ruptura que começou no curso normal da vida e envolve situações críticas comuns” (p.157). Desta forma, deve-se considerar este sujeito como uma pessoa comum, que, em algum ponto de sua vida,

deparou-se com situações críticas e perdeu-se, passando a entender o suicídio como uma solução possível. Neste sentido a coerção e a proibição não são eficazes, pois não trabalham com o sujeito em sua posição e seu desejo diante da morte. Por outro lado, ao propiciar que o sujeito se reposicione diante de seu ato numa espécie de “por que eu fiz isso e quis (ou ainda quero) me matar?” (p.162), ele mesmo, estranhando-se, muda de posição, sem que nada lhe seja imposto, sendo que o terapeuta se oferece em presença auxiliando para que o discurso do próprio sujeito surja.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo discutir aspectos relacionados à influência da mídia no suicídio na adolescência, tendo em vista a importância destas informações aos profissionais da saúde, que devem criar estratégias para intervir nesse contexto.

A pesquisa aponta como fator preocupante o chamado efeito Werther, conhecido também por outras terminologias, que se refere ao efeito de contágio ou modelagem de comportamento que pode surgir após a divulgação de casos de suicídio na mídia, aumentando sua prevalência.

Ao analisar as referências a este efeito, conclui-se que as mídias podem influenciar nos comportamentos suicidas principalmente no que se diz respeito a uma naturalização do comportamento como forma aceitável de resolução de problemas, ou então, através da facilitação de uma identificação do jovem, já com suas características e vulnerabilidades, com a vítima de suicídio, passando esta a repetir seus comportamentos, bem como buscar a companhia de pessoas com a mesma tendência suicida.

Outro fator bastante evidente nesta pesquisa é o surgimento de inúmeros desafios virtuais que incitam comportamentos autodestrutivos nos adolescentes, o que se dá, principalmente, pelo grande desejo de ver e ser visto, podendo vir a tornar-se um desfecho trágico. Para retratá-los adequadamente fez-se necessário o uso de fontes não científicas por não existirem ainda materiais científicos a respeito.

Pensando nisso, são desenvolvidas estratégias de prevenção, que vão desde orientações gerais aos profissionais da mídia sobre como publicar estas notícias, até a orientações bastante específicas aos profissionais da saúde, que visam estabelecer um manejo adequado ao paciente em risco, para que este possa ser bem acolhido, encaminhado corretamente aos serviços de saúde mental e, lá, possa ter a possibilidade de dar novo sentido aos seus atos e se reposicionar diante das situações vividas.

Por tratar-se de um tema delicado e atual, com relativamente pouco material científico, sugere-se a realização de mais pesquisas na área, buscando entender a fundo os mecanismos que estão por trás do desejo de matar-se, bem como os fatores que fazem com que o adolescente se identifique com a vítima de suicídio com mais facilidade, pois só através do conhecimento é possível o estabelecimento de ações preventivas que funcionem para este público, que não é facilmente acessado pela rede pública de saúde.

Referências

A TRIBUNA. (17 de Outubro de 2016). **"Alguns podem não voltar", diz médica sobre jogo da asfixia**, disponível em <<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/alguns-podem-nao-voltar-diz-medica-sobre-jogo-da-asfixia/?cHash=d0115e213f3d510bcb4c8e7af9fd27cb>>. Acesso em 6 de Setembro de 2018.

ALMEIDA, A. F. (2000). **Efeito de Werther**. *Análise Psicológica*, XVIII(1), pp. 37-51.

ALMEIDA, R. S., & FILHO, O. C. (2017). **Tentativas de suicídio em crianças e adolescentes: abordagem do pediatra**. *Revista de Pediatria SOPERJ*, 17(1), 4-11.

BBC. (6 de Agosto de 2018). **O que é a 'Momo do WhatsApp' e quais são os riscos que ela representa?**, disponível em <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2018/08/06/o-que-e-a-momo-do-whatsapp-e-quais-sao-os-riscos-que-ela-representa.ghtml>>. Acesso em 6 de Setembro de 2018.

BEM ESTAR. (22 de Abril de 2013). **Brincadeira em que jovens ingerem canela em pó pode fazer mal**, disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/04/brincadeira-em-que-jovens-ingerem-canela-em-po-pode-fazer-mal.html>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

BERTOLETE, J. M. (2012). **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp.

BOTEGA, N. J. (2015). **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed.

BRAGA, L. d., & DELL'AGLIO, D. D. (Janeiro - Junho de 2013). **Suicídio na Adolescência: fatores de risco, depressão e gênero**. *Contextos Clínicos*, 6(1), pp. 2-14.

CARVALHO, A. (20 de Abril de 2017). **Baleia-azul não é suicida; saiba mais sobre o animal que dá nome ao jogo.**, disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/04/20/conheca-a-baleia-azul-animal-que-da-nome-ao-jogo-mas-nao-sao-suicidas.htm>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

CVV. (2018). **O CVV**, disponível em: <<https://www.cvv.org.br/o-cvv/>>. Acesso em 25 de Agosto de 2018.

CVV; MINISTÉRIO DA SAÚDE. (n.d.). **Conheça Mais**. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/09/folheto-jornalistas.pdf>>. Acesso em 25 de Agosto de 2018.

FREUD, S. (1996). Luto e melancolia. In: S. FREUD, **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)** (pp. 249-263). Rio de Janeiro: Imago.

GOMES, J. O., BAPTISTA, M. N., CARNEIRO, A. M., & CARDOSO, H. F. (2014). **Suicídio e internet: análise de resultados em ferramentas de busca**. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), pp. 63-73.

JÚNIOR, A. F., & PEREIRA, M. E. (2018). Cuidados na divulgação da morte por suicídio e por homicídio: uma perspectiva crítica. In: FUKUMITSU, K. O. **Vida, morte e luto - Atualidades brasileiras** (pp. 257-268). São Paulo: Summus.

LEITE, M. (2006). **A perenidade do Ramayana.**, disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/a-perenidade-do-ramayana/>>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

LEO, D. D. (2012). **Apresentação**. In: J. M. BERTOLOTE, **O suicídio e sua prevenção** (pp. 7-14). São Paulo: Unesp.

MARQUETTI, F. C., & LEITE, P. M. (2018). Intervenção na crise suicida: silenciar determinantes ou produzir sentidos e ações na ruptura? In: FUKUMITSU, K. O. **Vida, morte e luto - Atualidades brasileiras** (pp. 155-165). São Paulo: Summus.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; OPAS; UNICAMP. (n.d.). **Prevenção do Suicídio - Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental**.

MOREIRA, L. C., & BASTOS, P. R. (2015). **Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura**. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), 445-453.

NIEDZWIEDZ, C., HAW, C., HAWTON, K., & PLATT, S. (2014). **The Definition and Epidemiology of Clusters of Suicidal Behavior: A Systematic Review**. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 569-581.

O GLOBO. (14 de Agosto de 2017). **Novo 'desafio da água quente' preocupa pais nos EUA - 'Brincadeira' que surgiu nas redes já levou uma criança à morte.**, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/novo-desafio-da-agua-quente-preocupa-pais-nos-eua-21705095>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

O GLOBO. (22 de Agosto de 2018). **'Quando a criança se submete ao desafio, ela já foi exposta a ele outras quatro vezes', diz especialista sobre jogos perigosos na**

internet - Menina de 12 anos teve 49% do corpo queimado após participar do 'Desafio do fogo', disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/quando-crianca-se-submete-ao-desafio-ela-ja-foi-exposta-ele-outras-quatro-vezes-diz-especialista-sobre-jogos-perigosos-na-internet-23000782>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2000). **Prevenção do Suicídio: Um Manual para Profissionais da Mídia**. Genebra.

PAPALIA, D. E., & FELDMAN, R. D. (2013). **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda.

PELARIGO, J. F. (30 de Agosto de 2017). **Os 10 desafios mais perigosos da internet**, disponível em: <<http://spotmais.iol.pt/baleia-azul/jogos/estes-sao-os-desafios-online-mais-perigosos>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018

PEREIRA, C. C., & BOTTI, N. C. (Junho de 2017). **O suicídio na comunicação das redes sociais virtuais: revisão integrativa da literatura**. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*(17), pp. 17-24.

PEREIRA, E. C., MACÊDO, C. K., & FARIAS, A. M. (2017). **SUICÍDIO E ADOLESCÊNCIA: AS REDES SOCIAIS E O EFEITO COPYCAT**. *Anais do II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde*. Campina Grande PB.

PRIOSTE, C. (2016). **O Adolescente e a Internet - Laços e Embarços no Mundo Virtual**. São Paulo: EDUSP.

REDAÇÃO VÍRGULA. (2 de Abril de 2018). **INTERNAUTAS ASPIRAM CAMISINHA PELO NARIZ EM DESAFIO NA WEB**, disponível em: <<http://www.virgula.com.br/inacreditavel/internautas-aspiram-camisinha-pelo-nariz-em-desafio-na-web/>>. Acesso em 6 de Setembro de 2018.

ROQUE, M. (2014). Comunicação Social. In: SARAIVA, C. B.; PEIXOTO, B. & SAMPAIO, D. **Suicídio e Comportamentos Autolesivos - Dos conceitos à prática clínica** (pp. 505-513). Lisboa: Lidel.

ROQUE, M. (2014). Internet. In: SARAIVA, C. B.; PEIXOTO, B. & SAMPAIO, D. **Suicídio e Comportamentos Autolesivos - Dos conceitos à prática clínica** (pp. 515-522). Lisboa: Lidel.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2017). **Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde**. *Boletim Epidemiológico*, 48(30), 1-14.

VEJA. (1 de Fevereiro de 2018). **A nova moda de comer sabão em cápsulas: entenda os riscos**, disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/a-nova-moda-de-comer-de-sabao-em-capsulas-entenda-os-riscos/>>. Acesso em 6 de Setembro de 2018.

VEJA. (14 de Fevereiro de 2018). **O que é o ‘desafio do desodorante’ que levou criança à morte.**, disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/o-que-e-o-desafio-do-desodorante-que-levou-crianca-a-morte/>>. Acesso em 6 de Setembro de 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2018). **Suicide rates, crude - Data by country.**, disponível em: <<http://apps.who.int/gho/data/view.main.MHSUICIDEv?lang=en>>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

A METÁFORA DO ÓRGÃO: TRAÇOS SOBRE O CAMINHO SUBJETIVO DO CÂNCER

Daniella Simões Baldoni Pinto

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
daniellabaldoni@gmail.com

Resumo. Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo referente à psicossomática, o câncer e o significado do órgão de choque. Teve-se como foco mulheres com este diagnóstico, fazendo um prévio levantamento do histórico de vida com um questionário elaborado para correlacionar o órgão acometido com fatores emocionais, sociais e sentimentos não exteriorizados da maneira adequada. A amostra foi constituída de 8 mulheres diagnosticadas com câncer, utilizando a análise do Discurso do sujeito coletivo. O que tornou possível a verificação de aspectos concernentes à simbolização do sujeito e como seu processo de vida afeta diretamente os órgãos.

Palavras-Chave. Saúde-doença. Psicossomática. Câncer. Mulheres. Órgão de choque.

Abstract. This essay has the objective of presenting a study about the psychosomatic, cancer and the meaning of "organ of shock". The focus was directed towards women with this diagnosis, where one's life history was catalogued and a quiz administered to correlate the organ affected with emotional factors, as well as social factors and inadequately expressed feelings. The sample constitutes of 8 women diagnosed with cancer, using the analysis of the Discourse of the collective subject, that made possible the verification of aspects concerning the symbolization of the subject and how the life process affects directly the organs that are the most sensible part of a being and how the body is reactive to these processes.

Keywords. Health-disease. Psychosomati. Cancer. Women. Organ of shock.

INTRODUÇÃO

O processo saúde-doença implica em fatores correlacionados com a manutenção e promoção da saúde, tal qual com o encadeamento do adoecer. Dentro dessas concepções há a visão materialista, na qual os aspectos pertinentes são de natureza física, e já numa visão ampliada, aspectos cognitivos e emocionais são destacados como primordiais da saúde e da doença. “Sabe-se que o sistema nervoso autônomo, responsável pela coordenação do funcionamento de todos os órgãos internos, é regulado pelo sistema límbico, que por sua vez é afetado pelas experiências afetivas e emocionais do indivíduo em seu contexto social” (Cruz & Júnior, 2011, p. 46).

Sevalho (1993) aborda a historicidade do processo saúde e doença, em um período antiquíssimo, cuja cultura era compreendida por meio de elementos sobrenaturais, valores e crenças poderosas, remetendo a sentimentos de culpa, superstições, enigmas e englobando também os elementos naturais, fazendo então conexão com as doenças, epidemias, dor, sofrimentos e o sentido da morte. Em uma cultura posterior, a doença pertencia à religião, tratando-se de obras dos Deuses. E uma mudança ocorreu a partir dos egípcios há mais de 5.000 anos, que de certa forma viabilizaram um efeito mais natural da saúde e da doença, juntamente com essas crenças sobrenaturais e religiosas já existentes, sendo a posteriori transmitida aos gregos, através do Mar Mediterrâneo, tendo como principal referência Hipócrates, considerado o Pai da medicina, responsável nesse período pela transmutação do sobrenatural para o natural.

Gadella *et al* (2001) citam que Walter Cannon nas décadas de 1930 e 1940, teve como intuito descobrir o que sustentava a harmonia do organismo e o sistema de equilíbrio do corpo, dando-lhe o nome de homeostase. Ele afirmava que diversas experiências, como a puberdade, adolescência, fadiga, entre outros fatores podem acarretar impactos físicos no corpo. Citam também Hans Selye, que em 1936 realizou pesquisas com animais de laboratório, expondo-os a contextos hostis e agressivos, dos quais não podiam se proteger, e o organismo respondia de maneira regular e específica, com alterações orgânicas e da homeostase. Com essas descobertas, foi possível a ampliação de estudos para a compreensão do adoecimento a partir de situações psíquicas, introduzindo o sistema imunológico como meio importante na homeostase, bem como na manutenção da saúde ou aparecimento de doenças, como o câncer.

Silva & Ribeiro Filho (2006) mencionam que a dor pode ser experimentada subjetivamente, estando relacionada a um dano real ou potencial nos tecidos, portanto não há um meio específico para mensuração objetiva da dor. Entretanto é necessário considerar não somente a característica sensorial e a intensidade, mas afetivas e emocionais, assim como entender a importância de uma medida eficaz para possibilitar avaliar sua natureza, origens e parecer clínico, relacionados aos aspectos emocionais, motivacionais, cognitivos e de personalidade do paciente, ponderando suas perspectivas e autoavaliações para determinar a gravidade e o seu alívio para o adequado tratamento.

Quando as pessoas conseguirem diferenciar doença e sintoma, seus comportamentos e maneiras de se referir à doença irão modificar rapidamente, pois o sintoma não será algo negativo e o intuito de destruí-lo não será a razão principal, mas sim um meio capaz de propiciar a descoberta do que lhes falta, tornando possível obter a consciência de si próprio e vencer a doença. O sintoma pode expressar o que ainda falta no nosso caminho, mas é necessário compreender essa linguagem, já que a cura acontece por meio da integração daquilo que está faltando, sendo possível apenas com a expansão da consciência (Dethlefsen & Dalke, 2005).

Segundo Gimenez Ramos (2005), diversos pacientes fisicamente enfermos não apresentaram alexitimia ou estavam reduzidos a um processo operatório. E declarou não ser possível reduzir símbolo ao verbal, pois somatizar já é um modo de simbolizar, porém com um problema na interligação da vida consciente-inconsciente, pois o paciente psicossomático perdeu a conexão de seu corpo com o inconsciente somático, de forma que a vida de fantasias, de ideias está em desconectada da vida orgânica, ou seja, eles simbolizam de uma maneira restrita e compulsiva.

A autora supracitada, mencionando Jung (1971, p.36) evidencia:

[...] “a distinção entre mente e corpo é uma dicotomia artificial, um ato de discriminação baseado muito mais na peculiaridade da cognição intelectual do que na natureza das coisas. De fato, é tão íntimo o inter-relacionamento dos traços psíquicos e corporais que podemos não somente estabelecer inferências sobre a constituição da psique a partir da constituição do corpo como também podemos inferir características corporais a partir das peculiaridades psíquicas”.

2. A EMOÇÃO NO CORPO

“A doença, não é algo que vem de fora e se superpõe ao homem, é sim um modo peculiar de a pessoa se expressar em circunstâncias adversas” Perestrello (1989, p.43).

Como citado por Santos (2010), Dunbar (1934) ressalta que:

A abordagem psicossomática é mais do que o que tem sido chamado a arte médica ou atitude do médico para com seus pacientes, mais do que a influência magnética da personalidade do médico sobre o paciente, inculcando-lhe fé e confiança. Ela é baseada no conhecimento específico dos fatores emocionais que operam em cada caso e dos mecanismos fisiológicos por meio dos quais os fatores emocionais influenciam o processo de doença. Somente com este conhecimento, a psicoterapia pode ser inteligentemente coordenada com as medidas somáticas. A primeira condição básica é um conhecimento geral de patologia- tanto psicológica quanto somática (p.10).

Hulak (2003) enfatiza a diferença entre a Medicina Psicossomática e a Psicossomática, sendo a primeira uma abordagem direcionada à união de práticas de atendimento de pacientes (semiologia, que se trata da forma de examinar um doente; a propedêutica que aborda as etapas iniciais do processo de estudo; a terapêutica visando os procedimentos de tratamento e a didática de como repassar conhecimentos, e a segunda dispõe-se a verificar a abrangência do ideário, do filosófico, humanístico da Psicossomática e sua história e espaço. Aponta também que a Medicina Psicossomática não é apenas uma ideia bonita, com uma abordagem almejada ou um destino utópico, mas ocupa um lugar, que se composto da maneira correta, se unirá às demais disciplinas para alcançar uma saúde justa, humana e equânime.

O avanço da psicossomática se deu em diferentes fases. Sendo a primeira nomeada de inicial ou psicanalítica, com estudos direcionados à origem inconsciente das doenças, princípios de regressão e sobre os ganhos secundários de todos os adoecimentos. A segunda fase, conhecida como intermediária, foi inspirada na teoria Behaviorista, na qual se destacava pesquisas em homens e animais, contribuindo com os estudos sobre o stress. E a terceira,

denominada atual ou multidisciplinar, prezou o lado social, interacional e de inter-relação entre os profissionais de diferentes áreas da saúde (Mello Filho, 1992).

O autor supracitado alega que é imprescindível assimilar o conflito como fator desencadeador de problemas, sendo capaz de ocasionar impactos nas funções orgânicas e conforme a frequência e constância podem levar a transformações na vida celular e gerar lesões. E isso se agrava quando as emoções são muito contidas ou não são demonstradas adequadamente, geralmente por excesso de hostilidade ou submissão.

De acordo com Capra (1982):

O termo “psicossomático” exige um certo esclarecimento. Na medicina convencional, era usado para referir-se a um distúrbio sem uma base orgânica claramente diagnosticada. Em virtude da forte tendência biomédica, os "distúrbios psicossomáticos" eram considerados muito mais imaginários do que reais. A nova acepção do termo é inteiramente diferente; deriva do reconhecimento de uma interdependência fundamental entre corpo e mente em todos os estágios de doença e saúde (p.321).

Ramos e Winter (2005) citando Ramos remetem o surgimento da doença como uma manifestação da transição do estado de equilíbrio, e que de forma errônea muitos profissionais podem comprometer a recuperação de pacientes, já que seriam capazes de contribuir com a eliminação de uma doença, porém colocá-los em outra e até mesmo torná-la mais grave. E apontam como é fundamental a relação do profissional da saúde/paciente, sobre o significado da doença, pois ambos podem romper com um estado de equilíbrio, seja através da alteração ou da consideração da permanência como um novo estado, posto que procura-se mudanças resolutivas.

Jurkiewicz (2008) declara que em relação à simbolização do indivíduo, focado no desejo de conferir significados aos acontecimentos, tem-se que a elaboração é um trabalho psíquico, pois se trata de uma necessidade de conferir um significado e imagem representativa do que é real, elaborando as vivências no processo do objeto faltoso, que se trata de tornar presente o ausente.

Ávila (2012), afirmou que por meio de psicoterapia, pretende-se alcançar a representação psíquica do subjetivo, biografia e experiências existenciais que encontraram no

corpo um meio de emergir, adoecendo-o. E o autor citando Ávila (2002) propôs que: “Se tome o sintoma psicossomático como um capítulo da história do sujeito que não pôde ser escrito psiquicamente e que tomou a forma de um hieróglifo inscrito no corpo. Visto desta forma, sua dissolução equivale a transcrevê-lo: dar-lhe linguagem verbal e representacional na esfera psíquica” (p. 61).

3. A INTER-RELAÇÃO DO CÂNCER, A PSICOSSOMÁTICA E O ÓRGÃO.

A palavra Câncer vem do grego *karkínos*, que significa caranguejo, e foi utilizada pela primeira vez por Hipócrates, e sendo identificada em múmias egípcias evidenciou-se tratar de uma doença muito remota, já que existia há mais de três mil anos antes de Cristo. Na contemporaneidade o câncer é uma nomenclatura dada a um conjunto de mais de 100 doenças, que se trata do crescimento desordenado de células que invadem tecidos e órgãos. Essas células que deveriam crescer e morrer para obter um ciclo continuam crescendo indiscriminadamente, constituindo novas células anormais, dividindo de maneira rápida e agressiva, ocasionando transtornos funcionais (INCA, 2011).

Em uma estimativa do INCA em 2016, as maiores incidências de câncer em mulheres foram: mama (57.960), cólon e reto (17.620), colo do útero (16.340), pulmão (10.860), estômago (7.600), corpo do útero (6.950), ovário (6.150), glândula tireoide (5.870) e linfoma não-Hodgkin (5.030), e o tipo mais incidente em ambos os sexos será o de pele não melanoma (175.760 casos novos a cada ano).

Spinelli (2010) salienta que os termos doença orgânica e doença psicológica estão ficando defasados, pois toda doença deve ser considerada psicossomática, seja qual for a causa. Isto quer dizer então que, mesmo uma neoplasia maligna resultante de irradiação solar está no interior de todo um esquema corporal interligado a uma psique que irá receber essa invasão. Assim como, analisando em diferentes pensamentos, seja construtivista, teleológico ou relativista, e dentro da psico-oncologia, psicocardiologia, psicoimunologia há a ocorrência de transição do plano físico adoecido para o abstrato, e em como o psíquico tem direta conexão na evolução e reestabelecimento no quadro geral do paciente.

Isto vem ao encontro da simbologia, expressada pela autora, a seguir:

Usando uma metáfora, poderíamos dizer que, embora a música dependa de um instrumento, ela não é reduzível à matéria da qual é ele feito. Nem o piano faz a música, nem a matéria cerebral faz a psique, no entanto, um não existe sem o outro. Assim como a música, poderíamos falar que toda produção humana é produto de um fator que transcende a matéria e a própria consciência, isto é, o símbolo, esse fator básico na construção do ser humano e da cultura (Spinelli, 2010, p. 2).

Em decorrência da importância do câncer e de seus agravamentos, o campo da psicoimunologia foi um dos que mais progrediu nos últimos anos. Com isso, diversos trabalhos foram feitos e publicados demonstrando a relação entre sentimentos ocasionados devido à perda significativa, luto, vergonha e desesperança ao surgimento de linfomas, leucemia e outros tipos de câncer. Assim como, a dificuldade de expressar sentimentos hostis, tensões com familiares e solidão estão regularmente associados ao aparecimento da doença, pois essa interiorização de emoções negativas e fortes predispõe uma alteração do desempenho do sistema imunológico, levando o organismo a se tornar mais vulnerável à formação de tumores malignos (Gadelha et al, 2001).

Mello Filho (2005, p. 21), citando Granel, diz então: “A pessoa adoce com alguém, por alguém e para alguém. Perguntemo-nos sempre: que se propõe o paciente com esse sintoma? Quem é seu destinatário? Em função de que situação foi criado?”

Há um processo nesse adoecer, já que antes de se manifestar fisicamente, surgiu com quadros de stress, levando a uma queda imunológica e paralelamente não houve uma percepção direta do que estava ocorrendo no corpo, até a obtenção do diagnóstico, ou seja, esse diagnóstico é resultante de um processo iniciado há muito tempo. E sabe-se que existem os nomeados órgãos de choque, que são as partes mais sensíveis do ser, portanto são os primeiros a captarem e sentirem os ataques extrínsecos ou intrínsecos durante a vida, porém não é de costume prestar tanta atenção neles. E quando o órgão se sobressai, existe sempre um meio medicamentoso para tratá-lo, e indaga-se por quanto tempo, quais as agressões canalizadas, a expressão emocional e mensagem que ele contém, se algo modificará se soubermos lidar as dificuldades do mundo e relevantemente se há a possibilidade desse órgão adoecer novamente no futuro (Ivancko, 2006).

A autora mencionada anteriormente aponta que órgão de choque é referenciado também como de órgão impactado, “locus minoris resistentiae”, demonstrando a fragilidade de determinado órgão. Diante disso, descreve o fato de existirem casos em que o órgão de choque é retirado cirurgicamente, e com isso a energia anteriormente canalizada ao órgão específico é deslocada a outro ou ficará retida no local da remoção, pois a necessidade que o órgão possuía não foi suprida. E salienta que são diversos fatores relacionados e que favorecem a canalização de expressões a um órgão enfraquecido, porém há poucos estudos e pesquisas científicas que retratem especificamente sobre o órgão de choque.

Conforme definiu Sontag (2002, p. 7), “a doença é o lado sombrio da vida, uma espécie de cidadania mais onerosa”, que posteriormente irá reivindicar do ser uma visão direcionada a este lado permeado de fantasmas, medos e incertezas. E evidenciou duas doenças repletas de adornos da metáfora: a tuberculose e o câncer. A tuberculose englobava a fantasia da doença da pobreza e desprovemento. E a etiologia do câncer não é clara, portanto é repleta de metáforas.

4. METODOLOGIA

Foi realizado neste trabalho o delineamento qualitativo, do tipo exploratório e transversal.

A abordagem qualitativa tem como suporte teórico a teoria das Representações Sociais e como apoio metodológico o Discurso do sujeito coletivo.

Foi feito um modelo de entrevista semiestruturada previamente elaborado, com o intuito de compreender o processo saúde-doença em sua direta relação mente-corpo com uma amostra de 8 mulheres.

Ao longo dessas análises, foram apresentados relatos de mulheres diagnosticadas com câncer no setor de oncologia do hospital universitário Dr. Samuel Libânio, na cidade de Pouso Alegre-MG, em conformidade com a autorização e o parecer do Comitê de Ética número 2.664.701 em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí, bem como autorização prévia do entrevistado com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sendo possível a partir deste método uma visão ampliada e com senso crítico, já que permite o conhecimento de experiências de vida de modo coletivo, com narrativas íntegras

de contextos reais, possibilitando a análise fiel ao que é demonstrado pelos discursos. Assim como apontar os relatos mais aprofundados, através do destaque de falas inerentes e simbólicas do sujeito.

5. ANÁLISE DE CASOS: VIVÊNCIAS E SUAS SIMBOLOGIAS

A amostra foi constituída de 8 mulheres diagnosticadas com câncer, com idade média de 54 anos, dentre os quais de: Mama, abdômen, útero, intestino, intestino grosso, ovário e metástase em fígado e pulmão.

Através do questionário foi possível coletar dados da história de vida, observando-se aspectos correlacionados à ansiedade, medos, sentimentos, afetos, relações sociais e vivências conturbadas, caracterizando em reações psicossomáticas, já que aspectos psicológicos podem afetar o corpo por meio de somatizações como o câncer.

A partir das entrevistas observou-se a dificuldade em relembrar situações do passado, já que havia fuga do assunto inicialmente ou demonstravam receio, assim como atitudes comportamentais diferentes das anteriores, porém quando relatavam as vivências, elas expressaram diversos acontecimentos vinculados à medos, sonhos não realizados, relacionamentos complicados, saudades entre outros sentimentos e fatos.

Para embasar estas questões destacaram-se relatos e impressões a partir da análise do discurso do sujeito coletivo e falas simbólicas que expressam toda essa base do corpo vinculado à subjetividade.

De modo geral as pacientes relataram o cotidiano como algo diferente, que não conseguem fazer muita coisa por se sentirem mal, por desânimo ou por não ter opção. Em contrapartida a P8 disse: *“Gosto de ver filmes quando estou cansada e ouvir música, pois me faz muito bem e me anima”*.

Na questão relacionada ao momento da notícia, 7 pacientes relataram de forma a demonstrar a negação e resistência diante de tal circunstância, e durante a fala não sabiam explicar a sensação e o porquê do sentimento “estranho” e diferente do que haviam passado.

Silva (2010) citando Freud, aponta a definição concernente a negação como um mecanismo de defesa do ego, dizendo que é um dos mais simples e diretivo meio em que o sujeito se recusa admitir uma condição muita intensa e penosa para suportar, isto é, o sujeito faz como se não existisse um pensamento, sentimento ou fato, pois seria doloroso e angustiante. E este mecanismo é visto a partir dos relatos:

P.2- Disse que estava com a irmã, que ficou calma e disse que tudo estava avançado, então daria certo. Sem perceber disse: *“Eu só dormia”*.

P.3- A paciente estava no processo de quimioterapia acompanhada pela irmã que relatou que a paciente não conseguiu compreender o que o médico disse no dia do diagnóstico.

P.4- *“Nossa nem me fale, entrei em pânico”*. A filha que deu a notícia; e segundo a paciente demorou mais de uma semana para cair a ficha e pensava quanto tempo de vida teria.

P.5- *“Não tive noção, não sabia nada. Depois desanimei”*.

P.6- *“Fiquei pensativa, se ia dar certo ou não e entreguei nas mãos de Deus. E não contei para ninguém”*.

P.7- *“Eu nem pensava, estava igual criança”*.

P.8- *“Eu sou louca, não liguei; não acreditei ou ignorei, não caiu a ficha. Eu não queria colocar nada na cabeça na hora. Chorei em casa, mas não tive medo, eu acho.”*

Quando questionado se houve mudanças nas características emocionais, 5 mulheres responderam que sim, 2 que não e somente 1 referenciou como *“Um pouco”*, relatando da seguinte forma: *“Diferencia um pouco, chorei sem parar por uma semana, mas agora tá bão”*. Todas as mulheres durante estes questionamentos refletiam sobre suas características, de forma a comparar com a doença antes mesmo de ser perguntado sobre as alterações, refletindo sobre como consideravam aquela característica fazendo parte de seu ser e dizendo sempre: *“Antes eu era mais/ menos”*.

Surgiu com uma paciente o fato de não conseguir verbalizar a palavra câncer, o que vem de encontro com:

Espíndola (2012) demonstra que houve uma grande mudança em relação ao diagnóstico e ao fato de pacientes conseguirem falar a palavra câncer, já que anteriormente a doença era considerada como cruel, sem nomeação, sinônimo de morte, sendo chamada de *“aquela doença”*, *“coisa ruim”*. Porém apesar da desmistificação, continua muitas vezes

indizível e “mal” dita. E se a palavra câncer não for pronunciada, tem-se falado sobre a responsabilidade do indivíduo neste decorrer do adoecimento; e o se responsabilizar não quer dizer a autopunição, ou sair a procura do causador do mal. Destacando então: “Significa, ao contrário, desconstruir um encadeamento cartesiano de causa e efeito que somente culpabiliza e tecer a possibilidade de uma construção única de sentidos do adoecer dentro da trajetória de vida de cada indivíduo” (p. 11).

A paciente 2 em nenhum momento disse a palavra câncer, e quando recebeu em uma das questões o termo, disse claramente: “*Não diga essa palavra, ela não precisa ser dita*”, o que vem contrapor o discurso de que a doença não lhe afetou e que sua vida estava “normal” como antes, porém quando abordada disse que seu cotidiano é mexer no celular apenas, indo ao encontro do que realmente ela gostaria, quando descreve seus sonhos e percepções a cerca da vida, e frases que segundo a participante a inspira:

“Deveria ter ideias para trazer a felicidade para a humanidade”.

“Sono é energia, mas cada um em uma frequência”.

“Eu escolho ser feliz ou triste”.

“A depressão, a noite escura da alma”.

“As pessoas se matam”.

“Tenho que ser feliz comigo mesma”.

A autora mencionada acima, citando Neme, também demonstra o que ocorre em relação a algumas influências entre as questões psicológicas particulares e a ocorrência de diversas doenças como o câncer. Apontando como principais fatores o isolamento, dificuldade nos relacionamentos, melancolia, negligência, repressão, agressividade, resistência para o enfrentamento e a depressão.

Evidenciou-se a depressão nos discursos, durante a narração da história em 5 participantes, e vários outros sentimentos. Portanto, as emoções se destacaram no decorrer da vida, anterior ao diagnóstico. Demonstrando então, esta interferência dos fatores emocionais.

Mello Filho e Burd (2010) apontam para a existência de relações entre os “modos de ser” da pessoa e a emergência da doença oncológica.

Os indicadores a respeito da história de cada uma giraram em torno de situações difíceis e condições muito subjetivas sobre como enfrentar essas questões. Sendo os relacionamentos interpessoais, o reprimir sentimentos e desejos os principais aspectos visualizados, como observado em diferentes relatos.

A referência principal no caso a seguir foi o primeiro relacionamento, em que passou pela experiência do luto, porém diz não esquecer-lo. E percebe-se a associação da parte abdominal, quando diz sobre as dores no estômago do ex-marido.

P.1- Câncer no abdômen: Disse que morava na roça e casou-se com 18 anos, porém o pai não aceitava, mas ela decidiu e viveu 25 anos casada (se emocionou contando), o esposo então faleceu com câncer no estômago e disse que ele sentia muita dor na boca do estômago. Casou-se novamente, porém relata: *“Sinto muita falta dele, a saudade aperta (primeiro esposo)”*.

A partir do seguinte relato observam-se traços da não aceitação de perda e um desejo intenso em ser mãe.

P.2- Câncer no reto/ metástase pulmão: Relata que o pai faleceu em janeiro e ela sonhou com isso, dizendo ser muito sensível e que sempre cuidou dos irmãos; a mãe foi embora com outro homem e filhos. Com 25 anos namorou (primeira paixão) por um ano e meio, mas ele a trocou pela irmã.

“Nosso estado emocional quando está afetado afeta o corpo; ser mãe é a fonte da criação”. “Eu me imaginava mãe”.

“Sonhava, só que nos sonhos era de alto de risco”. “Menstruação vinha e eu ficava triste”.

“Me olhava na esperança”.

“No começo já senti que engravidei, quando entrou no óvulo me deu uma estremeçada”. “Acabei de engravidar”.

Assim que teve a filha precisou retirar o útero e as trompas. *“Foi minha chance, meu tempo de tê-la”*.

O próximo relato contemplou significativas perdas de consciência, histórias que não foram verbalizadas completamente e afastamento total da família desde muito jovem. E uma ligação de sentimentos não exteriorizados com o intestino preso.

P.3- Câncer no intestino: Começou a trabalhar aos 12 anos em casas de família (não quis falar muito sobre a experiência), se separou dos irmãos e dos pais desde então.

A irmã acompanhante relatou que ela já teve episódios de ausência, crises nervosas e foi internada umas três vezes na clínica São Camilo por vários dias, anteriormente ao início da medicação para depressão. Que ela nunca conseguiu “se abrir com ninguém”. Ambas disseram que ela tinha intestino preso desde criança quando estava muito nervosa e há três anos teve pedra na vesícula.

Neste caso evidencia-se uma relação difícil com o pai, sem lacunas de aproximação e dores na barriga desde criança. Luto não elaborado da mãe e saudade intensa do que não pôde ter com o pai.

P. 4- Câncer no intestino grosso: Relatou que teve uma vida muito difícil; que o pai era muito “bravo”(não era de conversar) apenas dava ordens e que sempre trabalhou em lavoura. Disse que *não teve adolescência, não teve fases*, preparou para casar e se casou com 18 anos para sair de casa e depois mudou de cidade.

“Passei 15 anos tentando ter um filho, fiz tratamento”. (Tem 2 filhas)

“Hoje sou bem diferente do que pensei”.

Com 24 anos perdeu a mãe de derrame, *“foi uma perda muito grande, entrei em depressão”.*
“Minha esperança em tudo era ela”.

“Eu tinha que visitar meu pai... (faleceu há 9 anos), e enfrentei melhor”.

“Eu tinha muita dor de barriga”.

*“Querida que meu pai fosse mais carinhoso, tentei, mas não consegui. Em partes eu entendia, mas tinha falta. **Nunca dei um abraço nele.** Tinha que obedecer rigorosamente”.*

Reconhecendo a questão da perda e vivências mal resolvidas em relacionamento conjugal, é possível apontar questões subjetivas neste outro caso de câncer de intestino, como forma de evasão dos sentimentos e situações vivenciadas.

P.5- Câncer no intestino/ metástase no fígado: Faz 17 anos que a mãe faleceu (eram muito próximas), e disse que foi muito difícil, “revoltou”, disse que demorou 10 anos para aceitar. Nesse período o marido adoeceu (com pancreatite) e não retornou da cirurgia, - *“tive apenas 35 dias”...* *“A gente teve esse tempo para ficar bem”.* Contou que resolveu o que lhe incomodava na relação e se aproximaram, mas não houve tempo.

“Não tô participando daquilo, é fora da gente, sente que tudo está acontecendo” (sobre tudo em sua vida).

São perceptíveis fatores vinculados a um ambiente familiar falho, saudades de um relacionamento iniciado e o fato de nunca conseguir se casar e ter filhos.

P.6- Câncer no ovário: Disse que teve uma infância difícil, com pouca presença dos pais, porém morou com eles até falecerem. Gostava de um namorado e ele foi embora e ainda tem saudades (nunca se casou), se emocionou falando sobre o relacionamento da juventude.

Filgueiras et al, (2007, p. 552) citando Dorian & Garfinkel, (1987) associa: “uma postura defensiva particular, envolvendo a supressão de afetos, principalmente agressivos, a evitação de conflitos e o desenvolvimento de malignidade, estando incluídas entre essas formas malignas, os cânceres de mama e os ginecológicos”.

Neste primeiro caso relacionado à mama, instalou-se reações ansiogênicas, arrependimentos, luto não elaborado e relacionamento conjugal penoso. Assim como questões ligadas à maternidade.

P.7- Câncer de mama: *“Eu sempre fui a mais nervosa, sofri muito”*. Disse que ia visitar a irmã no colégio de freiras e chorou muito dizendo que se arrepende por não ter estudado.

Casou-se com 22 anos, mas que queria a mãe, pois eram muito apegadas. *“Meu casamento foi esquisito, eu estava sempre nervosa, não me sentia bem perto dele, quando estava em casa com ele sentia raiva e quando estava longe sentia falta”*.

“Tive um aborto e fiquei muito mal, ainda amo ele”... “Foi uma loucura na minha vida”.

Disse que os filhos não quiseram leite materno.

O marido teve derrame e cuidou por 9 anos dele e não pôde cuidar da mãe e se arrepende.

“Tenho medo de abandono”. Disse aleatoriamente durante a conversa.

Contou que aos 14 anos conheceu um rapaz e ficou 4 anos com ele, porém ele não queria assumir nada sério (que ainda gosta dele e sente saudade). Que seu filho com 15 anos ficou muito problemático (porém não justificou).

Teve depressão há uns 10 anos (época que a mãe faleceu) e conta que foi muito difícil a perda. *“Tinhamo medo da noite, se ouvisse conversa alta achava que era briga”*.

“Não gosto de pensar coisa ruim, mas penso.”

Relata que desde 2008 (época da morte da mãe) sabia ter câncer, que sentia “algo” nela, mas os exames não davam nada e os médicos diziam que ela estava bem. Em 2017 constatou-se o câncer e fez a cirurgia.

O segundo caso, além dos já apontados sentimentos e vivências, ela apresentou fatos conturbados com a mãe, que controla sua vida, abusos sexuais e frases simbólicas muito expressivas sobre seu câncer.

P.8- Câncer de mama: *“Minha infância foi boa, até meus 13 anos, brincava bastante...” “Minha mãe fez uma cirurgia e ficou debilitada e mudamos para a cidade, e surgiram muitos problemas em casa (espiritualmente) e minha mãe virou evangélica e ficou ainda mais rígida, cobrava muito”.*

“Aos 14 anos conheci o pai das minhas crianças e eu não podia sair, fazer nada, ele era muito rígido, e engravidei logo em seguida. Eu não queria casar e meu pai me apoiou, mas minha mãe não deixou, obrigou a me casar”.

Disse que a mãe sempre controlou sua vida, mesmo após o casamento. E pediu sua primeira filha para criar, pois segundo a mãe ela não daria conta e assim foi feito. E que até hoje ela é controlada e não quer mais isso.

Disse que não gostava do marido e tinha relações forçosamente, e seis meses após a primeira filha engravidou novamente e ela não desejava essa gravidez e relatou o fato do marido ter tentado matar sufocada a primeira, por a criança chorar muito. Depois de 5 anos teve o 3º filho e conta também que o companheiro tratava todos mal. Ficou na relação por 10 anos, por não ter para onde ir, até que começou a trabalhar, mesmo que contra a vontade dele e saiu de casa.

Nessa transição teve depressão, e disse que o psicológico não a deixava dormir. *“Eu era um lixo”*- utilizou da expressão nesse momento da fala.

Após um ano conheceu um homem e em pouco tempo já foram morar juntos, e disse que os três primeiros anos foram bons. *“Depois ele começou a sair, chegava de madrugada e eu fingia que não via.”*

Engravidou 4 anos depois e conta que chorava muito, pois ele bebia e disse fingir não saber que era traída. *“Ele chegava tarde e com cheiro de perfume”* e depois de um tempo descobriu porque lhe contaram que ele usava cocaína (e que já havia achado um pino, mas ele inventou histórias e ela *“quis”* acreditar) e ficou mais 1 ano e meio com ele após ter

descoberto, até que se confirmou a traição. Durante o tempo separados se encontraram algumas vezes e diz sentir medo de recair.

“Não sei se aprendi a amar ele ou viver por ele”.

*“Após um mês comecei a sentir um caroço no peito. Não sei se foi ele que **deu** o câncer.”*

“Ele debochava de mim. Me fez muito mal”.

*“Se ele fosse bom, eu não teria sofrido tanto, não teria **criado** o câncer em mim”.*

Conforme a questão sobre o significado do órgão para cada participante, o resultado alcançando foi de 2 mulheres atribuindo pouca importância e 6 como algo de muito valor, demonstrando a dúvida sobre a representatividade daquela parte inata e repleta de funções e simbolismo.

P.1- *“Não significa NADA, já sarou”.*

P.2- *“PULMÃO - a raiz, terra. RETO - solidão, eu tinha muita, me sentia desamparada”.*

P.3- *“Disse que o órgão representa uma VIDA para ela”.*

P.4- *“Representa muita coisa. Dá a impressão que sinto falta”.*

P.5 - *“A VIDA e que pensa no fígado”.*

P.6- *“Não representa NADA”.*

P.7- *“Não gostei de tirar, me sinto esquisita”.*

P.8- *“É o que eu sempre tive, não sei o que na perda (do seio) vou sentir. Era minha parte favorita”.*

Filgueiras *et al* (2007, p. 555) citando Lisboa ressalta que o grupo familiar é a representatividade de continente materno, “um ancoradouro das excitações psíquicas e dos conflitos existentes em seus membros”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados da presente pesquisa, verificou-se a partir dos relatos e análise dos casos de maneira aprofundada como o ambiente familiar, relações conjugais, lutos não elaborados, sonhos frustrados, medos, ansiedade, insegurança entre outras emoções mal representadas afetam diretamente o psiquismo. Sentimentos estes que são dolorosos e inconscientemente reprimidos e negados, tendo como meio de exteriorização e significação o reflexo no corpo.

Foi possível apontar aspectos concernentes à simbolização do sujeito e como seu processo de vida afeta diretamente os órgãos que são as partes mais sensíveis do ser. Sendo, portanto os primeiros a captarem e serem prejudicados por fatores extrínsecos e intrínsecos durante toda a vida, caracterizando o significado de órgão de choque, que possui inerentemente uma expressão e mensagem emocional para cada mulher, demonstrando esta “escolha” inconsciente do órgão adoecido, não vinculando tal fato a generalizações a tipos de personalidade, já que o indivíduo diferencia e elabora os acontecimentos de maneira subjetiva, assim como a maneira que irá exteriorizar estes fatos.

Algumas mulheres conseguiam verbalizar o pensamento de estarem adoecidas devido a todas as dificuldades passadas, ou demonstravam essa dúvida. Já outras através das perguntas refletiam tal evento e as demais discursavam sem a vaga ideia de como o percurso de vida são elementos extremamente expressivos e dotados de energia que se esvaem em formato de sintoma e doença.

A simbologia incorporada deixa marcas significativas e faz parte de um processo com diferentes esferas e abstrações da dinâmica psíquica do indivíduo.

Freud citado por Valente (2012, p.15) nos remete essa cadeia de significados da seguinte maneira: “O corpo é o palco onde se desenrola o complexo jogo das relações entre o psíquico e o somático, é o personagem integrante dessa trama de relações”.

As mulheres que participaram da pesquisa verbalizaram situações e comportamentos diretamente ligados a essa singularidade de enfrentamentos, tal qual a maneira de enxergar o que aconteceu após o diagnóstico.

Tudo se trata de uma complexa rede, na qual há diferentes propósitos, que demanda enriquecimento das representações e conhecimento de si e para si.

Fundamentando-se em tais conceitos, demonstrou-se a importância de analisar os relatos, evidenciando como o corpo é reativo ao processo vivencial, em como o órgão é captado e que o apoio psicoterápico realizado anteriormente à doença é relevante na vida para alcançar uma representação psíquica adequada à subjetividade do ser, construindo um transcurso de vida para que não se alcance o auge do adoecimento, mas sim um caminho de

enriquecimento e transformação. E tudo isso corrobora com o meio científico sobre haver um processo no adoecimento anterior ao diagnóstico.

Diante de tais perspectivas embasadas e analisadas aponta-se a necessidade de mais pesquisas para destacar a relação da psicossomática ao câncer, e principalmente sobre o órgão de choque, que é relativamente pouco estudado e difundido, para se obter então, enriquecimento no acervo da Psicologia e no desenvolvimento de tratamentos com métodos preventivos.

7. REFERÊNCIAS

ÁVILA, L.A. (2012). **O corpo, a subjetividade e a psicossomática**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v44n1/v44n1a04.pdf>. Acesso em 04 de março de 2018.

CAPRA, F. (1982). **O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix.

COUTINHO, S. M. G. Júnior A. L.C. Kanitz, S. (2000). **Manejo de variáveis psicológicas no tratamento do câncer em crianças: algumas contribuições da Psiconeuroimunologia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v17n3/04.pdf>

CRUZ, M. Z. Júnior, A.P. (2011). **Corpo, mente e emoções: Referenciais Teóricos da Psicossomática**. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/CorpoMenteeEmocoes.pdf>. Acesso em 02 de março de 2018.

DETHLEFSEN, T. Dahlke, R. (2005). **A doença como caminho**. São Paulo: Cultrix.

ESPÍNDOLA, A. M. (2012). **Estresse, Emoções e Câncer de mama: relações possíveis**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Andr%C3%A9ia-Magalh%C3%A3es-Espindola.pdf>.

FILGUEIRAS, M. S. T. Lisboa, A.V. Macedo, R. M. Paiva, F. G. Benfca, T. M. S. Vasques, V. A. (2007). **Avaliação Psicossomática no câncer de mama: proposta de articulação entre os níveis individual e familiar.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a14.pdf>.

GADELHA, M. E. C. Arruda, M. L. B. Rocha, M. Carero, A. (2001). **Câncer e Psicossomática.** Disponível em: <http://www.psicologiapsicossomatica.com.br/acrobat/tcc-cancer-e-psicossomatica.pdf>. Acesso em 02 de março de 2018.

GIMENEZ RAMOS, D. (2005). **A psique do corpo. A dimensão simbólica da doença.** 5 ed. São Paulo: Summus.

HULAK, S. (2003). **Psicossomática Atual. Medicina Psicossomática, ontem, hoje, amanhã.** Revista da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática. VI 7. Disponível em: http://www.psy.med.br/textos/revista_psicossomatica.pdf

INCA. (2011). **Ministério da Saúde.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc_do_cancer.pdf. Acesso dia 04 de março de 2018.

_____ (2016). **Ministério da Saúde.** Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/e_stimativa_incidencia_cancer_2016. Acesso dia 04 de março de 2018.

IVANCKO, S.M. (2006). **Uma Compreensão Psicossomática do Órgão de Choque através do trabalho com Polaridades.** Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp008782.pdf>.

JURKIEWICZ, R. (2008). **Vivências de perdas: Relação entre eventos significativos, luto e depressão, em pacientes internados com doença arterial coroniana.** Disponível em: <file:///C:/Users/aluno23/Downloads/racheljurkiewicz.pdf>.

- MELLO FILHO, J. (1992). **Psicossomática Hoje**. Artmed Ed. SA.
- MELLO FILHO, J. (2005). **Concepção Psicossomática: Visão atual**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- MELLO FILHO, J. & Burd, M. (2010). **Psicossomática hoje** (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- PERESTRELLO, D. (1989). **A medicina da Pessoa**. São Paulo: Atheneu.
- RAMOS, M.B.B. Winter, A.H.V. (2005). **A fronteira do adoecer: o sentir e a psicossomática**. Rio de Janeiro: Mauad.
- SANTOS, A. S. G. (2010). **Algumas Escolas de Psicossomática. In: Introdução à Psicossomática**. São Paulo: Atheneu.
- SEVALHO, G. (1993). **Uma Abordagem Histórica das Representações Sociais de Saúde e Doença**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/22.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.
- SILVA, J. A. Ribeiro Filho, N. P. (2006). **Avaliação e mensuração de dor. Pesquisa, Teoria e Prática**. Ribeirão Preto, SP: Funpec.
- SILVA, E. B. T. (2010). **Mecanismos de defesa do ego**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>
- SONTAG, S. (2002). **A doença como metáfora**. (M.Ramalho, Trad.).(3 ed). Rio de Janeiro: Graal.
- SPINELLI, M.R. (2010). **Introdução à Psicossomática**. São Paulo: Atheneu.
- VALENTE, G. B. (2012). **A questão da simbolização na Psicossomática: estudo com pacientes portadores de transtorno neurovegetativo somatoforme e de transtorno de pânico**. São Paulo. Disponível em:

ANEXO
QUESTIONÁRIO

<i>Nome:</i>	<i>Idade:</i>
<i>Profissão:</i>	<i>Estado Civil:</i>
<i>Tipo de câncer:</i>	<i>Filhos:</i>

O que você faz no seu cotidiano?

Quando recebeu o diagnóstico?

Como lidou no momento da notícia e posteriormente?

Quem foi a primeira pessoa que você contou sobre o diagnóstico e por quê?

Há casos de câncer na família? Se sim, quais?

Mudou algo em sua vida após o diagnóstico? O quê?

Conte-me um pouco sobre sua relação familiar?

1) Como é sua autoestima?

2) Você se considera uma pessoa:

- | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="radio"/> Ansiosa | <input type="radio"/> Irritada | <input type="radio"/> Batalhadora |
| <input type="radio"/> Calma | <input type="radio"/> Insegura | <input type="radio"/> Receosa |
| <input type="radio"/> Estressada | <input type="radio"/> Tímida | <input type="radio"/> Esperançosa |
| <input type="radio"/> Afetiva | <input type="radio"/> Sonhadora | <input type="radio"/> Nervosa |
| <input type="radio"/> Agitada | <input type="radio"/> Alegre | <input type="radio"/> Receptiva |

Outras: _____

A doença provocou mudanças nessas características? Quais e por quê?

3) O que este órgão adoecido representa para você?

"FILOSOFIA DE BOTEQUIM": O DISCURSO DA MALANDRAGEM RESISTENTE NO SAMBA DE ATAULFO ALVES¹

Francisco Antonio Romanelli

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

faromanelli@gmail.com

Resumo. A pesquisa busca, em recortes de canções de Ataulfo Alves, sambista, compositor e intérprete, sentidos no discurso sobre a resistência do chamado mundo do Samba, por meio de um subgênero típico nomeado “samba malandro”. O discurso do “samba malandro”, inaugurado por Noel Rosa, se construiu pelo uso de certa característica resistente da tradição ancestral negra de compor, ritmar e interpretar canções, utilizando-se da síncopa, e atraindo uma maneira distinta, aqui denominada de “filosofia de botequim”, de pensar e denunciar agruras do cotidiano. Ataulfo, compositor e intérprete, a despeito de aparentemente alinhado aos sistemas dominantes, praticava a “filosofia de botequim”.

Palavras-Chave. Samba malandro. Discurso resistente. Filosofia de botequim. Ataulfo Alves.

Abstract. The research seeks, in clippings of songs by Ataulfo Alves, samba composer and performer, senses in the discourse on the resistance of the so-called Samba world, through a typical subgenre named "trickster samba". The speech from trickster samba, inaugurated by Noel Rosa, was constructed by the use of certain resistant characteristic of the black ancestral tradition by composing, rhythm and interpreting songs, using syncopation, and attracting a distinct way (here called "barroom philosophy") of thinking and denouncing hardships of daily life. Ataulfo, composer and performer, despite seemingly aligned with the dominant systems, practiced the "barroom philosophy".

Keywords. Trickster samba. Resistant speech. Barroom philosophy. Ataulfo Alves.

¹ A apresentação, no Seminário, basicamente acompanhou a introdução elaborada para a tese. Portanto, é praticamente o mesmo texto que se apresenta para publicação, ressaltando-se o acréscimo de elementos alheios à introdução, mas que foram apresentados no evento.

Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

(Jacques Rancière, 2009)

1. Problematização: por que filosofia de botequim?

A pesquisa, em que se fundamenta esta tese, procurou os sentidos que derivam do discurso *sobre* a resistência que se materializou no mundo do Samba², por meio de um subgênero típico a que se chamou de “samba malandro”, conforme se deduz de textualizações do cancionário de Ataulfo Alves em forma de pensamento popular, ou filosofia do cotidiano, recortando-se dos respectivos textos (tomando-se o texto como “unidade de análise” [ORLANDI, 2011a, p. 159]), ou seja, das letras das canções que serão apresentadas, o objeto do *corpus* de análise.

Para tanto, defendo, neste trabalho, as seguintes teses:

1) o samba urbano carioca, a partir da formatação que se usa chamar de “samba de sambar do Estácio”³, construiu um discurso de resistência contra as condições opressivas de existência dos pobres em um espaço sócio-histórico delimitado, que abrangia, primordialmente, morros e a chamada “região da Praça Onze”, na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas iniciais do Século XX;

2) esse discurso se materializou por meio de certa característica de compor, ritmar e interpretar canções, que derivou, em maior intensidade, para o chamado “samba malandro”

² Neste trabalho, chamo de “mundo do Samba”, com “S” maiúsculo, o modo de vida que, como mecanismo de resistência à aculturação caolha imposta pela ideologia dominante, acabou se transformando em um sistema próprio de viver e de pensar, restrito ao universo pobre dos morros e de alguns bairros próximos ao centro do Rio de Janeiro, formado principalmente pelos ex-escravos ou descendentes. Esse modo de vida se organizou em torno da tradição negra e se manifestou através de reuniões festivas, musicais, dançantes, gastronômicas, esportivas, de culto religioso, de aconselhamento, atendimento medicamentoso e convivência social. Os encontros geralmente se davam nas então chamadas “Rodas de samba” ou nos candomblés. Tais encontros compreendiam toda a gama de relações e inter-relações sócio-históricas do fim do século XIX, nos anos limítrofes à abolição da escravatura, até meados do século XX, no citado espaço geográfico específico do Rio de Janeiro, onde o samba urbano, gênero hoje tido como símbolo musical do país, e grafado com inicial, “s”, minúsculo, se gestou e se firmou (ROMANELLI, 2015b).

³ Adiante, no fluir do texto, o termo será esclarecido.

e para o Carnaval de rua, característica essa calcada na tradição ancestral negra do uso da síncopa⁴ como um elemento de interpretação da vida em sentido amplo;

3) o “samba malandro”, fio discursivo que foi trilhado pela pesquisa, focalizado como suporte de busca dos sentidos que demonstrem os movimentos de resistência, foi originalmente instaurado pelas canções do compositor e intérprete Noel Rosa, que, acolhendo o sistema tradicional de uso da síncopa para dar materialidade a uma maneira distinta de pensar e denunciar as agruras do cotidiano pobre, fundou um discurso que apresentava uma “nova” poética e uma maneira típica de refletir a existência, que, neste trabalho, proponho chamar de “pensamento sincopado”.

Entendo como pensamento sincopado a maneira intencional de fraturar os sentidos pela retomada do uso de um sistema característico de ensino tradicional, que se dava pela fala cantada, pela canção e pela elaboração rítmica onde abundava o uso da síncopa, como marca de fixação de conteúdo, vindo com os cativos da distante África. Na fratura provocada pelo sambista, em terras brasileiras, há uma quebra ou supressão da informação previsível (entendida como o equivalente à quebra ou supressão do tempo forte, na marcação musical), e um realce, pelo silêncio ou pela informação destoante (dúbia, irônica ou polissêmica; na equivalência musical, o avanço do tempo fraco sobre o tempo forte), que proporciona a desconstrução do referente (ou, pelo menos, o conflito de prováveis sentidos) e, com isso, a emersão de algum sentido inesperado: dúbio, polissêmico ou irônico. Note-se que esse jogo, na canção popular e, principalmente, no samba malandro, é valorizado – na melodia ou no pensamento – pelo ritmo, pela fala ou pelo corpo do intérprete, nas execuções musicais e nas rodas de samba, que privilegiam o destacado uso da síncopa.

Proponho, por outro lado, consideradas as circunstâncias enunciativas (ou “da comunicação imediata” [ORLANDI, 2012a, p. 14]) que acompanhavam a construção do samba malandro, geralmente formatado nas vivências dos botequins e ambientes boêmios, que se chame de “filosofia de botequim”, ao resultado discursivo do “pensamento sincopado” fundado por Noel (e até em homenagem a este, que fincou um marco inaugural

⁴ “Na linguagem musical, deslocamento da acentuação de um tempo rítmico para antes ou depois da parte que naturalmente deveria ser acentuada” (LOPES; SIMAS, 2015, p. 276).

na canção “Conversa de botequim”, de 1934), ao instaurar sentidos outros na historicidade do “mundo do Samba”⁵;

4) Ataulfo Alves, nascido em Minas Gerais, mas “formado” no samba malandro carioca, a despeito de manter aparência de sambista enquadrado nas regras impostas pelo sistema de governo e pelo sistema legal, praticou, por composições e interpretações musicais, legítima filosofia de botequim e sua obra cancionista se integrou ao discurso do samba malandro resistente, pois que dela derivam sentidos harmônicos com o “pensamento sincopado”. Ao compor, no entanto, sempre esteve afetado por certa ideologia de pertencimento ao sertão mineiro, que o acompanhou da distante Zona da Mata mineira. Isso marcou suas composições com um “sotaque” característico, justificando uma nostálgica “pitada” de malandragem mineira na malandragem carioca de suas composições.

O discurso que demonstra o “pensamento sincopado” e a “filosofia de botequim” é visto, neste trabalho, a partir dos sentidos que se instauram nos entremeios de um campo de saber, o mundo do Samba, ideologicamente apropriados como fonte discursiva de ampla possibilidade, que embasam, motivam e sustentam as efetivas enunciações. Sentidos esses que se manifestam a partir do discurso “samba malandro”. Ou seja, trata-se do discurso *sobre*, aquele que “faz falar discursos outros” (COSTA, 2011, p. 9) quando da enunciação, já que “ao redor do *discurso sobre* se organizam diferentes vozes, pois o *dizer sobre* aciona um *discurso que faz falar o(s) discurso(s) (dos) outro(s)*” (Ibid.. Destaques do original). Isso, porque

o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc. (ORLANDI, 2008, p. 44. Grifos da autora).

⁵ O que chamo de “filosofia de botequim” é a maneira de expor um pensamento socialmente relevante, de materializá-lo pelo samba malandro, carregada de sentidos resistentes que denunciam “as mazelas e as agruras da existência, as questões miúdas individuais e domésticas e outras de interesse particular, a par de trazer para a mesa do boteco – física ou metafórica - questões universais, como o amor, a morte, as transformações sociais, a sorte, o dinheiro. Isso é feito pela ótica de pensadores artistas, às vezes sequer letrados” (ROMANELLI, 2015b, p. 20).

Aponta para as vozes, de cunho resistente, próprias de um sistema peculiar de vida típico dos negros e pobres⁶ dos morros e periferias da cidade do Rio de Janeiro, desde finais do Século XIX e que tinha, como uma de suas principais expressões o samba, música e ritmo, que culminou por moldar o gênero musical autenticado como elemento identitário da nacionalidade brasileira e onde se construiu o discurso *do* samba malandro, iminentemente resistente.

Para melhor compreensão de tal proposta de estudo, é importante compreender que, por volta da época da libertação dos escravos – nos anos imediatamente anteriores e nos imediatamente posteriores –, negros e pobres, procuraram meios de subsistência na então capital da República brasileira, o Rio de Janeiro, acabando amontoados em áreas excludentes, vitimados por perseguições policiais, discriminação racial e social, falta de amparo público-político, dificultados de sustento próprio e familiar e carentes de vagas e possibilidades de colocação adequada no plano do trabalho regular. Além de terem sido vitimados por hegemônica e crescente “ideologia” de inferioridade étnico-racial e de branqueamento⁷ do povo brasileiro. Tais motivos propiciaram um movimento de agregação, tendo como suporte a tradição ancestral negra, que se tornou um grande movimento de resistência, do qual o gênero musical samba, pelo estilo que tenho chamado de “samba malandro”, acabou por ser uma das principais vozes.

Por seu lado, uma das maneiras encontradas, pelos oprimidos, para questionar a vida e denunciar, por meio de suas canções e ritmos, os descasos e abusos a que eram submetidos, foi a elaboração de letras, na canção popular, que se escoravam em pensamento questionador que problematizava as agruras do cotidiano. Assim, refletiram para o universal as minúcias do particular que os afetavam e os maltratavam, focando temas de interesse geral, que a todos, de qualquer época, lugar, ou situação econômica, interessavam, como o amor, a morte, o cotidiano, a miséria e as desditas que lhe foram impingidas. Essa maneira de pensar, nascida de um tipo de “filosofia” cotidiana que, na minha pesquisa de mestrado (ROMANELLI,

⁶ Para o ideário político dos poderes e elites dominantes, o que se mirava era a tradição ancestral africana, dominante absoluta em tal espaço, independentemente da cor da pele. Assim como para Silva (2016, p. 160), que não classifica o negro pelo tom da coloração da pele, a discriminação oficial afetava “negros e negras todos aqueles e aquelas que têm uma relação de pertencimento e ancestralidade com a África”. Ou seja, basicamente todo o mundo do Samba.

⁷ “No Brasil, o ideal de branqueamento ganhou forma nas teses de teóricos como Nina Rodrigues e Silvio Romero que, em livros como *Os africanos no Brasil*, defenderam que ‘a raça negra (...) há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo’ ou que ‘a constituição orgânica do negro (...) não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores’. Embranquecer, então, tornou-se um ‘ideal’, o único caminho para a ‘ordem e o progresso’” (SILVA, 2016, p. 106. Parênteses e itálicos do original).

2014), convertida em livro (ROMANELLI, 2015b), denominei de “filosofia de botequim”, seria formatada por uma espécie de “pensamento sincopado”, com amparo na síncopa⁸ característica da tradição rítmica dos negros africanos, mormente dos povos do estrato linguístico *bantu*. Tal característica se incorporou na base do samba, ou seja, materializou-se sob a forma da multiplicidade de sentidos permitida pelo samba malandro, trazida da maneira intencionalmente polissêmica de pensar, como influência da síncopa (ROMANELLI, 2015b).

Abro um parêntese para justificar o uso de termos, tanto aqui, como no correr da tese, relacionados à polissemia. Assim, como se lançou acima, “maneira intencionalmente polissêmica de pensar”, em outras ocasiões falarei de “samba malandro, polissêmico” ou de uso de linguagem polissêmica etc., relacionando tal uso a uma aparente (aparente porque, em Análise de Discurso⁹, percebe-se que a consciência de dizer é sempre ilusória) intenção autoral de ocultar sentidos outros, além daqueles que se demonstram “evidentes”. Trata-se da polissemia vista como “propriedade da significação linguística [...] de abarcar toda uma gama de significações que se definem e precisam dentro de um contexto” (CÂMARA JR., 2011, p. 241). Ou, no dizer de Iser (1999, p. 106), como a absorção, pelo leitor, de não-ditos ou lugares vazios que “incentivam o leitor a ocupar as lacunas com suas projeções”, o que acaba por autorizar o dito em si, que ganha significância “no momento em que remete ao que oculta” (Ibid.).

Os “lugares vazios” são “lacunas que marcam enclaves no texto e demandam serem preenchidos pelo leitor” (Ibid., p. 107). Tal explicação é necessária porque a polissemia, em AD, conceito que, adiante, também será trazido a este trabalho, sofre um deslocamento para se colocar como elemento constitutivo da dinâmica discursiva. Ou seja, a polissemia, ao lado da paráfrase, na AD, é inerente ao discurso, em gradação que o afasta ou o aproxima de certa ruptura com o “mesmo” (ORLANDI, 2011a, p. 136-137), independentemente de qualquer ato de volição do sujeito do discurso¹⁰ (na função autor ou na posição leitor).

⁸ “O efeito da síncopa, própria do ritmo do samba, em que se nega o tempo forte e o substitui por outro, fraco (e vice-versa), faz com que o leitor (ou ouvinte) sinta o estranhamento da construção e complete a falta com o corpo (SODRÉ, 2007, p. 67), ou com interpretação própria (batucando em uma mesa, por exemplo)” (ROMANELLI, 2015b, p. 105).

⁹ Doravante, no correr do processo de redação deste trabalho, identificada pela sigla “AD”.

¹⁰ No momento adequado, voltarei a indagar o conceito.

A seu turno, a síncopa propicia o domínio do corpo (SODRÉ, 2007, p. 20-21), tendo a “ginga”, física e discursivamente, como seu resultado. A síncopa é uma característica rítmica dos povos negros, principalmente daqueles do estrato linguístico *bantu*, que domina o movimento corporal (Ibid., p. 67) e, no meu entendimento, pelas formas discursivas que lhe são consequentes, também domina o pensamento resistente, “sincopado”, e a “filosofia de botequim”.

Para ser ouvido, extraconfinamento cultural, esse mundo amalgamou uma série de detalhes do cotidiano de sua vida miúda e deu-lhes voz pelo ritmo, pela dança e pela canção, gestando, nesse caldo primordial, o gênero musical “samba”, que contribuiu para a formação da identidade nacional brasileira. Atraindo o discurso da tradição africana incidente sobre as desditas da escravidão, esse instante propiciou rica possibilidade de construção discursiva, em que formações ideológicas diversas se amalgamaram em miríades de formações discursivas, carregadas de sentidos de relevante interesse para o analista de discurso, considerando-se que ele “não visa interpretar os textos que analisa mas compreender os processos de significação que estes textos atestam. Detectar os gestos de interpretação que nele se inscrevem. É a leitura, a escuta desses gestos que o analista põe à disposição de seu leitor” (ORLANDI, 2012a, p. 50).

Considerando-se a posição discursiva do sambista, a partir do momento opressivo que era imposto ao mundo do Samba, vai-se ao encontro de tal riqueza de sentidos. Isso, porque as “formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2015a, p. 41): tensão relacional potencializada pela condição do/de sambista. “O sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Ibid., p. 40). Esse vasto potencial analítico se deve a que, segundo Azevedo (2013, p. 611), a “essência do discurso do samba” é “sua tendência a ser construído no patamar da vida diária, concreta e cotidiana, vista pelo prisma do senso comum”. Isso faz, do discurso do samba, um discurso vivo, discurso *sobre* a vida daquele momento da historicidade, discurso transitivo, atraindo o conceito de que é absoluta

linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação do que se diz. Estabelece-se, assim,

pela noção de discurso, que o modo de existência da linguagem é social: lugar particular entre língua (geral) e fala (individual), o discurso é lugar social (ORLANDI, 2011a, p. 157-158).

Ou seja, toma-se o discurso do samba pelo seu *funcionamento*: “do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso” (Ibid., p. 117). O discurso do samba, pautado na resistência, desnuda uma rica maneira de ritmar, compor e interpretar, tendo, como se disse, suporte na síncopa e, sobre essa base sincopada, de construir sistemas resistentes à opressão generalizada então imposta pelo mundo elitizado, branco, de tradição europeia dominante. O que se percebe é que a tensão instaurada então, e constituinte daquela historicidade típica, acabou por gerar a maneira característica de pensar e questionar o cotidiano.

A construção de poética nova, fincada na tradição ancestral negra do uso do ritmo sincopado e, também, no sistema tradicional de ensino afro, que educava por meio de ditos populares cantados (SODRÉ, 2007, p. 44), é atribuída a Noel Rosa¹¹ (que, aliás, era branco e de classe média). A despeito de calcada na tradição negra, Noel ressignificou a manifestação estética, que, atemporal, pôde ser lançada a um futuro indistinto, o que propiciou a instauração de um discurso fundador, de agudo sentido resistivo, indagador, reflexivo, adequado a formatar o samba, gênero e ritmo, como veículo de novas formações ideológicas e discursivas, apropriadas a incorporar o pensamento sincopado e a filosofia de botequim.

Por discurso fundador, que, neste trabalho, remete a filiação musical ao estilo poético inaugurado por Noel Rosa, utilizo do conceito elaborado por Eni Orlandi (2003), qual seja, a “instauração de uma nova ordem de sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 13). Aquele discurso que “cria uma nova tradição, [...] re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (Ibid.). Com isso, “o sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra ‘tradição’ de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova ‘filiação’” (Ibid.).

¹¹ Noel de Medeiros Rosa (Rio de Janeiro, 1910-1937), compositor, cantor e violonista. Nascido no bairro de Vila Isabel, onde sempre viveu e morreu precocemente, com apenas 26 anos e meio, de tuberculose. De família de classe média, chegou a estudar medicina, abandonando o curso para se dedicar à canção e à boemia. Por sua maneira questionadora de composição, foi alcunhado de Poeta da Vila e de Filósofo do Samba (ALBIN, 2006, p.647-648).

Vale dizer que muitos outros grandes sambistas trilharam (e alguns, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, ainda hoje trilham) as veredas do pensamento popular que indaga a existência da vida comum, servindo-se daquela mesma memória discursiva que se construiu sobre o discurso fundador inaugurado por Noel Rosa. Observe-se que, por memória discursiva, adotados o entendimento segundo o qual ela é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2015a, p. 29). Ou seja,

Ele [Pêcheux] define este [o interdiscurso] como memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer. De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente. As formações discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em situação dada em uma conjuntura dada. O dizer está pois ligado às suas condições de produção. Há um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade (ORLANDI, 2005, p. 10).

É ao produto no real (ou seja, a produção de sentidos) dessa maneira sincopada de materializar o pensamento, ou a prática de filiação, que tenho chamado de “filosofia de botequim” (ROMANELLI, 2015b, p. 20). Nem todo samba malandro é veículo dessa “filosofia de botequim”, mas toda “filosofia de botequim” é veiculada por um samba malandro, ou seja, um samba que veicula múltiplos sentidos, ou, atualizando-se, um “samba-duplex”¹². Por isso, é de significativa importância a percepção segundo a qual “a MPB [Música Popular Brasileira] no Brasil desempenha um papel particular que se poderia aproximar daquele de uma filosofia popular, lugar em que se trabalham identidades, em que se concebem traços importantes do consenso social etc.” (ORLANDI, 2015b, p. 99).

2. Por que Ataulfo Alves?

¹² “Samba-duplex” foi o termo utilizado por Chico Buarque, sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide, para se referir ao samba de múltiplos sentidos, na entrevista concedida ao jornalista Mário Prata (PRATA, 1974).

De tais pensadores populares, um dos que trazem em sua poética formações discursivas escoradas em expressivo número de ditos, transformados em “voz do povo”, foi o negro, profissionalmente remediado, mas sempre pobre, da “pequenina” Mirai, na Zona da Mata mineira, Ataulfo Alves¹³.

Por isso, de forma específica, mostrarei que o sambista, compositor e cantor negro, Ataulfo Alves, um dos ícones do samba no período da chamada “era de ouro da música brasileira” (entre a década de 1930 a meados da década de 1950)¹⁴, aderindo à resistência do “mundo do Samba”, aplicou, eficiente e adequadamente esse atributo, o “pensamento sincopado”, na canção brasileira, e, com isso, criou obras que, além do relevante valor artístico e cultural, manteve diálogo estreito com o discurso de resistência da tradição africana. Isso, porque, a resistência do samba é, também, uma ação para “resgatar uma tradição mais antiga, ‘a resistência persistente, e em contínua evolução, dos povos africanos à opressão’” (SILVA, 2016, p. 28). Para isso, destacarei, em sua vida e obra, traços da memória discursiva adquiridos na historicidade típica e que deixam transparecer sentidos que, ao compor melodias ou elaborar letras das canções, o vinculam à malandragem do samba carioca, materializados no silêncio e na resistência que alimentavam indagações e denúncias existenciais de um mundo culturalmente rico, mas submetido a políticas cruéis de opressão, discriminação, perseguição, maus-tratos e descaso.

A escolha do sambista não é vã, e isso porque, em primeiro lugar, nem todos os grandes sambistas que lhe eram contemporâneos – e que, portanto, também participaram da formatação do samba na “era de ouro” –, mesmo usando fartamente a síncopa em suas composições, fizeram de suas obras suporte veiculador do pensamento sincopado, voltado para a denúncia e crítica do cotidiano miúdo e oprimido do mundo do Samba. Em segundo lugar, porque insistentemente se atribuiu, e ainda hoje se atribui, a Ataulfo, comportamento de “bom mocinho”, sempre alinhado aos poderes políticos institucionais e governamentais. Os motivos seriam as diversas canções que demonstravam enaltecer o trabalho, como assim bem o queria o poder político central, e as que elogiavam os governantes, além do fato de Ataulfo ter sido próximo de Getúlio, de Juscelino e de Jango e de ter lidado, com sabedoria e eficiência, na política de direitos autorais.

¹³ Ataulfo Alves de Sousa nasceu em Mirai, MG, em 02 de maio de 1909, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 20 de abril de 1969.

¹⁴ Expressão cunhada pelo radialista Renato Murce (FENERICK, 2005, p. 57).

O que, no entanto, me parece ter ocorrido é que o compositor se viu, em busca da integração, como negro, na sociedade de classes, dominada por brancos, preso à circularidade de um processo comum e também resistente, que pode ser assim explicado:

o “negro” pode tentar assumir os papéis sociais inerentes ao *status* adquirido. Então, descobre as “manobras” ou as “maquinações” de pessoas (“brancas” ou “negras”) empenhadas em “deturpar suas intenções” ou em “sabotar seus interesses”. Leva os primeiros choques. Mas aprende que “tem de possuir sua política”. Nesse ponto, não só descobre que precisa “agir com a cabeça”; já sabe, por experiências amargas, que “quem não cuida de si, se dana todo” (FERNANDES, 2014, p. 396. Destaques e aspas do original).

Daí, no caso específico de Ataulfo, entendo que se viu, pressionado sob tal conjuntura, a se deslocar, em seu ajuste e busca de se estabilizar na cidadania, em direção à resistência própria do samba malandro, valendo-se de sua reconhecida aptidão artística e da rica musicalidade que lhe era natural. Posição na qual se fixou e bem representou. Entendo, ademais, ter adequadamente problematizado, na pesquisa, pela análise dos recortes apresentados, o discurso resistente de Ataulfo que “alfinetava”, quando necessário, o sistema oficial, usando das habilidades e mestria características do bom “pensamento sincopado”, veiculando, de forma irônica e/ou questionadora, legítima filosofia de cotidiano e, portanto, pelas características próprias da resistência do mundo do Samba, verdadeira “filosofia de botequim”. Por outro lado, discursos daquela historicidade típica apontam para formação discursiva que atribuía ao compositor o adjetivo “mineiro”, ou seja, dotado de mineiridade, que se utilizou de tal qualificante no seu estilo de compor, interpretar e conduzir seu fazer artístico.

3. Por que “samba malandro”?

Por tudo isso é que iniciarei demonstrando que há a linguagem singular no discurso geral do Samba, segundo a tradição negra – e, por consequência no gênero samba posteriormente praticado – dependente dos ritmos negros ancestrais, moldada pela síncopa que lhes é característica, e que materializou, no mundo real, sentidos de resistência e contestação às duras condições de vida dos ex-escravos, descendentes, nativos e pobres – e que, de maneira geral, se lançou e se fixou no imaginário nacional, por meio de flertes com reflexões filosóficas sobre a vida miúda cotidiana, mesmo porque “entre o tempo fraco e o

forte, irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra” (SODRÉ, 2007, p. 67).

A síncopa, por ser um ato vocal e musical, naturalmente usada na tradição negra, é, pois, o elemento que direciona e determina a produção de sentidos no gingado malandro do samba, sentidos esses que persistem produzindo efeitos ainda hoje, tanto na canção popular, como na vivência do brasileiro. Tais efeitos de sentido sugerem algumas marcas que emergem nas canções de Ataulfo Alves, como se apontará no decorrer deste trabalho.

Quando necessário, para elucidação, lanço mão de alguns termos distintivos, que denotam fases de transformações do samba, como gênero musical urbano e carioca, nem sempre coincidentes com os termos adotados por pesquisadores, estudiosos, repórteres, jornalistas, músicos ou pelo uso coloquial¹⁵.

Tais distinções, em alguns momentos, se mostram úteis como sinalizadores dos caminhos trilhados pelo samba, em direção ao samba malandro, polissêmico, tais como “samba de patente”, aquele que se formou nos núcleos negros da cidade (região da Praça Onze de Junho), de influência dos negros e descendentes migrantes da Bahia, tinham autoria e eram registrados; “samba tradicional”, o ritmo que se praticava nas rodas de samba e de batuque tradicionais, principalmente nos morros, com forte influência dos ex-escravos e descendentes, que tinha um batido mais próximo das raízes africanas; o “samba batucado”, a transformação do samba tradicional em samba com características mercantis, mas ainda com forte influência da tradição do morro; “samba de sambar do Estácio”, uma nova maneira de ritmar e compor, moldada pelos sambistas do Bairro do Estácio de Sá, meio caminho, “mestiçado”, entre morro e cidade¹⁶.

Esta última formatação do samba é a que se tornou definitiva, constituindo-se em gênero musical típico da nação e permitindo, inclusive, os desfiles elaborados das escolas de samba, que só surgiram após seu aparecimento. O samba do pessoal do Estácio também

¹⁵ Lopes e Simas (2015, p.254-271) apontam para nada menos que 47 denominações derivadas do gênero e subgêneros do samba.

¹⁶ A divisão entre samba de morro e samba da cidade causou uma celeuma só aplainada pelos tempos de Noel Rosa. Tratei do tema, com olhar mais acurado, em “Rio: uma cidade dividida pelo samba” (ROMANELLI, 2015a, p. 171-173)

permitiu o aprofundamento e a complexidade maior da malícia gingada trazida do lundu¹⁷ e deu, portanto, chance ao aparecimento do samba malandro, do pensamento sincopado e da filosofia de botequim, tecedura que é a meta a que se lança este trabalho.

Foi a partir do “samba de sambar”, absorvidas influências culturais (em geral) e musicais (em especial), que o tronco principal do samba urbano carioca se engalhou pelos diversos subgêneros, em múltiplas divisões e subdivisões que se nos apresentam e se multiplicam até os dias de hoje, sendo os provavelmente mais significativos os conhecidos como samba de raiz, samba sincopado, samba de breque, samba-canção, samba-enredo (ou de enredo), bossa-nova e as diversas variações do pagode. Anterior a ele, prevaleciam o samba de roda, o partido-alto, o batuque e o “samba amaxiado”¹⁸.

A identificação da palavra “samba” a uma maneira de tocar ou compor, ou a um gênero musical, foi reconhecida a partir do final do ano de 1916, mais precisamente de novembro daquele ano, quando Donga (Ernesto dos Santos) registrou junto à Biblioteca Nacional, a primeira partitura da melodia de uma canção identificada como “samba carnavalesco”, ou seja, a canção “Pelo telefone”¹⁹. Antes desse marco, a palavra identificava reunião festiva e social daquele que chamo de “mundo do Samba”. A tais reuniões se dava o nome de Samba²⁰, “roda de samba” ou “roda de batuque”, ou “pagode” (dependendo de certas peculiaridades e finalidades dos encontros)²¹. Os ritmos ancestrais que influenciaram

¹⁷ Gênero brasileiro de música e dança, de tradição africana (LOPES; SIMAS, 2015, p.177), sincopado, em grande evidência entre os séculos XVII e XIX, considerado um dos precursores do samba, teve, em suas variantes de maior aceitação, o uso “amalandrado” e sensual da poética, como resistência e denúncia, realçando sobremaneira o erótico, no que pôde ser chamado de “erotismo atrevido” (RENNÓ, 2007, p. 2; LIMA, 2010, p. 20 et seq.).

¹⁸ Uma evolução do maxixe – ritmo anterior ao samba e tido como um de seus precursores – e que foi reconhecido como o samba inicial, a partir de “Pelo telefone” e até o surgimento do “samba de sambar”.

¹⁹ Anotam-se cerca de uma outra dezena de canções gravadas anteriormente a “Pelo telefone” em que se apontava, como gênero, a palavra “samba”. No entanto, “Pelo telefone” é um marco do surgimento de um ritmo típico, registrado perante a Biblioteca Nacional em primeiro lugar e que, constituindo-se um grande sucesso de carnaval, tornou a palavra definitivamente sinônimo de gênero musical, definindo o marco primeiro do “samba de patente”. Essa é uma posição unânime no cânone da canção popular brasileira (ROMANELLI, 2015b, p. 58-59).

²⁰ Que grafo, no correr do trabalho, com iniciais maiúsculas, para distingui-lo do samba como gênero musical.

²¹ As rodas de samba tinham objetivos mais abrangentes, de socialização, aconselhamento, festa gastronômica, musical, dançante, esportiva etc., enquanto as rodas de batuque eram mais restritas à produção rítmica com danças e disputas de “pernadas” (um provocador e um provocado disputavam, à base de pernadas, quem derrubaria o outro). Muitas vezes, dentro da roda de samba, acontecia a roda de batuque. Existiam, também, reuniões apenas festivas, gastronômicas, musicais e dançantes, que eram chamadas de “pagode” (ROMANELLI, 2015b, p. 35; 38).

Donga a “montar”²² a canção “Pelo telefone”, com letra do jornalista Mauro de Almeida, cognominado “Peru-dos-pés-frios”, foram, principalmente, o choro brasileiro (então, já de complexa harmonia, ritmo rico e bela melodia)²³ e o gingado do maxixe, enquanto a malícia típica (que daria oportunidade ao aparecimento do samba malandro) provavelmente veio do lundu, mas influenciado pelo sistema africano de ensino que se dava por meio de cantos e ditos de sabedoria ancestral.

O corpus recortado neste trabalho é constituído de algumas canções de Ataulfo Alves que evocam elementos discursivos que denotam a filiação, o assujeitamento²⁴, do compositor e intérprete, ao discurso da resistência materializada pelo samba malandro, apontando-se, dentre outras que serão visitadas no desenvolvimento do trabalho, as canções “Leva, meu samba”, “Meus tempos de criança”, “Ai, que saudades da Amélia” e “Laranja madura”. Importante realçar, no entanto, que a noção de recorte, para fins de análise, é característica da AD, ou seja, “a noção de recorte (que [...] desloca a de segmentação) é a operação que representa a maneira de instaurar a pertinência, a relevância. A relevância se faz no texto enquanto este é a unidade, a totalidade que organiza os recortes” (ORLANDI, 2011a, p. 172). Assim, o termo deverá ser entendido no correr de todo este trabalho.

Tomei o samba malandro como base das pesquisas já que, desde aquelas que empreendi ao cumprir o Mestrado (junto à UNINCOR), o tema se me demonstrou de relevante interesse. Em primeiro lugar, porque a poética típica e sua respectiva maneira dúbia, contundente, resistente, às vezes irônica, de dizer nos entremeios de falas habituais e previsíveis, me pareceu fascinante e irresistível. Depois, ao conseguir observar esse momento discursivo (que constituiu o discurso *sobre* o samba malandro), que, só se apresenta, pela sua própria essência malandra, fluídico e oblíquo, que se dá a ver apenas de soslaio, atraiu, por intrigante, minha curiosidade e a sede de me inteirar sobre fato de farta riqueza social e

²² Porque também é unanimemente reconhecido que “Pelo telefone”, tanto em melodia como em letra, é montagem de temas anteriores praticados em reuniões musicais (rodas) e que foram cooptados tanto por Donga como por Mauro de Almeida (em cartas escritas por este último, publicadas, respectivamente, nos jornais “A Notícia”, de 24 de janeiro de 1917, e “O Paiz”, de 15 de fevereiro de 1917, retomadas por pesquisas de Flávio Silva, Mauro confessava ter apenas “arreglado” as estrofes da canção, que já “andaram por aí no canto popular” (SILVA, 1976, p. 2-3).

²³ O próprio Donga era um dos componentes do grupo “4 Ases”, junto com Pixinguinha, músico, compositor, intérprete-instrumentista, considerado a principal figura do nosso “chorinho”.

²⁴ Entende-se “assujeitamento”, no correr do trabalho, nos moldes da AD, segundo teorização de Orlandi: “A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submetta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (ORLANDI, 2015a, p. 48).

histórica. Por fim, percebi que os desvãos da historicidade do Samba, em seu aspecto resistente e malandro, escondem um universo peculiar que, ao ser encarado, se abre ampla e infinitamente em direção a novo entendimento da história, do mundo e da vida brasileiros: é um manancial inesgotável, com divisas inatingíveis.

No entanto, tamanha grandiosidade não desperta sequer uma parcela da atenção acadêmica que faz por merecer. Os tímidos fantasmas que fogem pelo pequeno átrio que dá acesso a tão imenso espaço, não são suficientes para despertar interesses mais profundos de muitos, senão de uma pequena parcela de pesquisadores. A mim, o contato com a visão desse universo me comoveu, me encantou, me atraiu e me aceitou como, dentro de tal pequena parcela, discípulo singelo, mas definitivamente enredado por sólido interesse.

Sob essa motivação, me empenhei, já na dissertação de mestrado, em pesquisar tal fonte, permitindo-me chamá-la pensamento sincopado, aquele que construiu e sustentou o samba malandro, e a seu desenlace material, de filosofia de botequim. Meu estudo e empenho acadêmicos persistem desde então, já me propiciando não só a publicação da dissertação, como uma série de outros artigos, sempre caminhando pela polissemia e dubiedade do samba malandro, publicados em revistas ou em livros. E persiste, espero que firmemente, na pesquisa atual, que dá amparo a este trabalho.

4. Os instrumentos teóricos discursivos mobilizados

Para o desenvolvimento analítico do discurso que se incrusta no cerne da tese, disponibiliza-se, basicamente, os dispositivos teóricos da AD proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux, muitas vezes chamada de AD de linha francesa, já que Pêcheux “é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso” (ORLANDI, 2005, p. 10), com o desenvolvimento que lhe foi aposto pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi, na teorização e ampliação de sua obra (ORLANDI, 2012a, p. 37-49).

Dentre tais dispositivos teóricos, e de algum outro, encontrados nas pesquisas de estudiosos da língua e do discurso, necessariamente terão de ser acessados aqueles que tratam da Ideologia²⁵ e das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 146) que conformaram a

²⁵ A palavra, sempre que se referir à Ideologia em geral, ou seja, aquela que se alheia à história, como exposto por Pêcheux, absorvendo teorização de Althusser, assim como ele mesmo o faz, e que eu entendo como aquela que é vista, quando possível, apenas em seu aspecto subjetivo, será grafada com inicial

resistência do mundo do Samba, do sujeito sambista e de seu assujeitamento à “filosofia de botequim”. Ou seja, “o sujeito, constituído pela sua relação com a linguagem e interpelado pela ideologia, [que] individua-se pela articulação simbólica e política produzida” pelas artimanhas oficiais do “Estado, seja pelas Instituições, seja pelos discursos que este engendra e administra” (ORLANDI, 2016a, p. 10) no processo de tentativa de submissão do mundo do Samba.

Também faço uso daqueles dispositivos que tratam da língua e seu funcionamento, no movimento resistente do samba, e da linguagem quando veiculada no sentido de apontar para o “pensamento sincopado”, como acontecimento discursivo; do silêncio que o mundo do Samba incorporou à sua voz buscando produzir sentidos de resistência, ou quando se viu silenciado por aparatos de poder (os Aparelhos Ideológicos de Estado, nos termos usados por Althusser [1992, p. 67 et seq.]), por meio de silenciamento justificador dos atos de resistência e do surgimento da maneira típica de compor, ritmar e cantar. Para tanto, não há, ainda, como não se mergulhar, ainda que não muito profundo, nos conceitos de memória, memória discursiva, formação discursiva e outros.

De relevante importância é, também, o encontro da memória discursiva, dentro de sua historicidade, pois é por meio dela que se traz à tona a tradição imemorial negra, com as contradições que o processo de silenciamento impôs, bem como dos efeitos do político, visto como conflito (ORLANDI, 2007, p. 300), onde se instaura a ruptura, que se materializava nos movimentos do samba, deixando vislumbrar a sua raiz negra, sofrida e africana, e seu movimento em oposição ao sistema oficializado, elitizado, economicamente bem sustentado, dominante e europeu (culturas ainda em choque, já que “a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente do trabalho escravo” [FERNANDES, 2014, p. 568], o que ampliava a divisão dos sentidos e, portanto, o efeito do político²⁶).

maiúscula, para melhor distingui-la das ideologias localizadas, históricas, ou formações ideológicas (sujeitas à historicidade e que se materializam pelo discurso), tratadas, pela necessidade do texto, sob a palavra “ideologia”, aqui, sempre com inicial minúscula. Isso porque: “enquanto ‘as ideologias têm uma história própria’ uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história [...]” (PÉCHEUX, 1995, p. 151).

²⁶ “O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998a, p. 74 [n. de Rodapé]).

Como o cerne da análise é o encontro da autoria da linguagem “sincopada” em Ataulfo Alves, apontando para o discurso do samba malandro, nos recortes de sua obra, o “pensamento sincopado” e a “filosofia de botequim”, naturais da resistência de que foi voz o samba malandro, passa-se por aqueles mecanismos concernentes às derivas de sentidos, concernentes aos processos metafóricos que foram a alma de uma linguagem polissêmica, autenticando o discurso malandro e o pensamento sincopado. Tal forma de pensar e organizar o discurso é a que advém da discrepância causada no movimento do pré-construído sobre o sujeito interpelado ao enunciar, como apontado por Pêcheux (1995, p. 156), quando ele, sujeito, ao invés de a ela, discrepância, se submeter por ignorância, a “apreenda por meio de sua agudeza de ‘espírito’”, o que lhe propicia “construir” sentidos, como faz o samba malandro, fato análogo ao que faz com que

um grande número de brincadeiras, anedotas, etc., são, de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância; elas constituem como que sintomas dessa apreensão e têm como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a “estupidez”) à contradição apreendida e exibida (isto é, a “ironia”) (Ibid.).

Portanto, atraindo tão veementemente a este estudo o mundo do Samba e do samba gênero, e suas adaptações ao discurso resistente, não se pôde esquecer, desde as preliminares da pesquisa, que a absorção da historicidade se faz vital ao trabalho já que o “discurso em si não diz nada, pelo contrário, é necessário chamar atenção para os diferentes discursos que são produzidos acerca de um mesmo tema, e notar que da confluência e da intersecção destes é que um acontecimento pode surgir” (COUTO, 2011, p. 2).

Essa complexidade de relações discursivas no mundo do Samba confluuiu para o samba malandro, que melhor nos interessa, até como técnica de composição usada pelos que miravam a resistência cultural e a filosofia do cotidiano, como armas de denúncia e crítica. Afinal, os discursos do samba malandro, assim como os discursos em geral, “não estão de forma alguma presos a uma ou outra cadeia de enunciados. Eles estão no fluxo, são de passagens [...] é preciso que se procure o movimento, o turbilhão da linguagem que se expressa na liquidez” (Ibid.).

Observe-se que o sentido de liquidez já está funcionando na própria palavra “discurso”. Por isso que, ao tratar do discurso sobre o samba malandro, procuro acompanhar os movimentos, produtores das derivas, que conduziram, pela historicidade, o

discurso. A palavra discurso “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2015a, p. 13). E, afinal, na Análise de Discurso o que se busca é “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Ibid.).

5. Relevância do tema

O samba, gênero musical cuja formatação primeira é atribuída a Donga, descendente de baianos e de escravos, com as alterações que lhe foram impostas, por volta de 1927, por um grupo de sambistas do bairro do Estácio de Sá, capitaneados por Ismael Silva, Alcebíades Barcelos (o “Bide”), Rubens Barcelos (o “mano Rubens”), e que passaram para a história da canção brasileira como o “Pessoal do Estácio” (LOPES; SIMAS, 2014, p.124), esconde, sob o gingado alegre e aparentemente descompromissado do ritmo, o discurso que denuncia uma história de perseguições, opressões, inferiorização racial, discriminação ética e social, sonegação econômica e desculturação e, por consequência, também da correspondente contrapartida, sob a forma de resistência. Afinal, quando se foca a crítica da ideologia ou da política pública, “para toda ação existe uma reação igual e oposta”, como expressa a terceira lei de Newton (que se pede vênica para declará-la válida no modelo discursivo ora apresentado).

Vê-se, pois que não é por casuismo que o samba foi elevado à condição de gênero musical típico do Brasil e que é tratado, pelos historiadores em geral, como um dos elementos da identidade nacional brasileira. O discurso do samba interveio profundamente no pensamento nacional, nos costumes do país, na construção social e na Língua aqui falada. É um veio inesgotável de interesse científico, ainda pouco explorado, sempre aberto a um incontável número de pesquisas nas mais variadas áreas de estudo. O mundo do Samba é uma rica convergência de “fenômenos sociais percebidos em determinado momento como importantes [...], cujo estudo é [deve ser] considerado necessário por um conjunto de pesquisadores” (MAINGUENEAU, 2017, p. 50). Por isso, no meu entender, a pesquisa realizada, encontra e demonstra marcas de sentido no discurso do “mundo do Samba”, textualizado por letras de canções que apontam para o chamado “samba malandro”, fruto do “pensamento sincopado”.

Exemplo é o Samba (como coletânea de composições) de Ataulfo Alves. Nele, vamos perceber, ainda que, grande parte das vezes, significativamente velado, um significativo encontro da dialética malandra de resistência com a canção popular, usando, farta e intencionalmente, múltiplos efeitos de leitura (polissêmicos, portanto), muitas vezes irônicos, mas sempre folhetins de denúncia e crítica ao pesado sistema de opressão econômica, social e política a que foram submetidos (e ainda o são) os habitantes do mundo do Samba. Para tanto, Ataulfo metaforizou o cotidiano por ditos populares, por “frases de efeito”, por construções irônicas, sempre manipulando com habilidade o uso da língua como sistema coletivo de fala, como instrumento de resistência específico de um povo (os pobres em geral e os negros em especial) que se comunicava por jargões e termos típicos. Portanto, há em suas enunciações as características adequadas para se extrair a presença do “pensamento sincopado” do qual fez largo uso, materializando-o em autêntica “filosofia de botequim”.

Outra observação se faz indispensável, como preâmbulo ao desenvolvimento da tese. Como já o disse, o mundo do Samba é um universo difícil de ser palmilhado em toda sua extensão. O discurso sobre o samba malandro, tomado como ritmo, melodia, harmonia, letra, interpretação e arranjo – canção popular que se presta à resistência daquele mundo no embate contra severas e opressivas políticas de perseguição, impedimentos e discriminação e desculturação raciais – se abre em gradiente quase infinito de possibilidades analíticas. Este trabalho tem a pretensão de imergir em uma mínima parcela dessas possibilidades, e o faz tomando como base apenas recortes de algumas letras de canções e, além disso, de um mesmo compositor. Isso obriga a que muitas outras possibilidades sejam necessária e inexoravelmente silenciadas.

A malandragem do samba, a que o trabalho se refere, não repousa somente em trechos textualizados das letras. Muito pelo contrário: os demais elementos, como o ritmo, a melodia, o arranjo, a execução, a interpretação, são valiosos, são estruturas de inafastável importância para que o acontecimento seja adequadamente visualizado. Falar do samba, gênero musical, principalmente pelo invocado uso da síncopa, indispensável ao pensamento malandro, sem os contatos auditivos, táteis, visuais e emocionais, que também o compõem, é praticar reducionismo absurdo. É como se se pretendesse encontrar toda a complexidade do discurso religioso em um único exemplar do folhetim semanal da igreja. Isso, sem se considerar que o gestual – e, portanto, o discurso que se reforça corporalmente – é fundamental não só na dança, no canto e na execução das canções, como, também na

vivência cotidiana do mundo do Samba. É um apelo trazido pela tradição negra de distantes terras africanas, reforçado na resistência à escravidão, nestas paragens.

A complexidade é tamanha que, na interpretação cantada, o cantor se desdobra do indivíduo que é, para o narrador que fala, e daí para o sujeito malandro que nele se oculta, como o militante que resiste e ataca acusando, sem se descuidar de que é, ainda, o sujeito que goza no samba pois sofre na vida e o samba é seu único refúgio. Quando a fala, como forma de expressar-se, compõe o discurso, é elemento de exponencial potencialização, pois, no caso, como esclarece Souza (2014, p. 205), “além de ostentar sua identidade irreduzível, o indivíduo fica, pela voz, condenado a ser sujeito de certo discurso”. Isso, porque, “a modulação vocal, com tudo que comporta de prosódia e musicalidade, é fator constitutivo do discurso” (Ibid., p. 207). Afinal, se “na escrita o que se perde é o corpo, [...] na transcrição da fala é o corpo como movimento vocal que se perde” (Ibid., p. 204). “A própria voz é um gesto e tem sua historicidade, sua singularidade” (ORLANDI, 2012a, p. 17 [em N.R.]).

A situação se complexifica ainda mais quando à voz se agrega toda a possibilidade enunciativa do corpo, que se deixa ao ritmo e enuncia no balançar e no gestualizar, como acontece com a canção em geral e o samba em especial, sem se esquecer que, em qualquer canção “a *performance* vocal não remete nem para o conteúdo, nem para a pessoa que canta, mas para o sujeito que se faz enquanto canta” (SOUZA, 2009, p. 140). Ou seja, para o sujeito sambista malandro, que participa, ainda que de forma não consciente, da resistência levada adiante pelo samba, dependendo de qual(quais) formação(ções) discursiva(s) em que se inscreve e qual(quais) formação(ções) ideológica(s) o assujeita(m). Não é a pessoa do compositor ou do cantor, ou mesmo do narrador, que se apresenta, mas uma espécie de “incorporação” do discurso malandro e resistente. Por isso, para a análise discursiva mais apropriada, dever-se-ia voltar a atenção também para a escuta da interpretação, fazendo contato com o traço da singularidade do cantante “que só se constitui no tempo em que canta” (Ibid., p. 142), além de se envolver com a percepção física e emocional dos demais elementos musicais e corporais da canção, o que é impossível. Portanto, de qualquer forma, à percepção analítica sempre faltará, no correr do trabalho, a maior parte dos suportes de sustentação do discurso malandro do samba resistente.

A tese a que aqui se introduz está desenvolvida em três capítulos, cada um deles dividido em três subcapítulos. O primeiro capítulo, sob o título de “Samba: discurso e ritmo”,

trata do dispositivo teórico que se entendeu adequado à análise discursiva dos recortes textuais do *corpus*, em que predomina o discurso do samba malandro, matriz do pensamento sincopado e gerador da filosofia de botequim.

O segundo capítulo, titulado “Ataulfo: discurso em ritmo de samba” se volta ao deslinde de quem foi o homem e sambista Ataulfo Alves, dentro de seu momento histórico e sociocultural típico, ou seja, na historicidade em que se constituiu sujeito de samba e, principalmente, do samba malandro, sem se esquecer de sua apontada mineiridade e da nostalgia que ela trouxe, como elemento fundador de sua obra, ao samba.

Por fim, o terceiro capítulo, “Ataulfo: o discurso mineiro no samba malandro carioca”, observa, com mais precisão, o dispositivo analítico. O *corpus* da análise é o recorte feito sobre as letras das canções “Meus tempos de criança” (1956, samba-canção, composição de Ataulfo Alves), “Ai, que saudades da Amélia!” (1942, samba, composição de Ataulfo Alves e Mário Lago) e “Laranja Madura” (1966, samba, composição de Ataulfo Alves).

São as seguintes as letras das canções analisadas:

(a) - Meus tempos de criança:

*Eu daria tudo que eu tivesse
Pra voltar aos dias de criança
Eu não sei pra que que a gente cresce
Se não sai da gente essa lembrança*

*Aos domingos, missa na matriz
Da cidadezinha onde eu nasci
Ai, meu Deus, eu era tão feliz
No meu pequenino Mirai*

*Que saudade da professorinha
Que me ensinou o bê-á-bá
Onde andaré Mariazinha
Meu primeiro amor, onde andaré?*

Eu igual a toda meninada

*Quanta travessura que eu fazia
Jogo de botões sobre a calçada
Eu era feliz e não sabia*

(b) – Ai, que saudades da Amélia:

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
As vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado dizia:
meu filho o que se há de fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia que era a mulher de verdade*

(c) – Laranja madura:

*Você diz que me dá casa e comida
Boa vida e dinheiro pra gastar
O que é que há, minha gente, o que é que há?
Tanta bondade que me faz desconfiar*

*Laranja madura na beira da estrada
Tá bichada Zé ou tem marimbondo no pé*

*Santo que vê muita esmola na sua sacola
Desconfia e não faz milagres não
Gosto de Maria Rosa mas quem me dá prosa é Rosa Maria
Vejam só que confusão*

*Laranja madura na beira da estrada
Tá bichada Zé ou tem marimbondo no pé.*

6. (In)Conclusões

Pela pesquisa, entendo que resultou demonstrado que, assujeitando-se a formações ideológicas que constituem o discurso sobre o samba malandro, como sujeito “sambista-mineiro-malandro” na historicidade da malandragem e da filosofia de botequim do samba carioca, Ataulfo Alves praticou o discurso resistente próprio do mundo do Samba.

Também, permitiu-se o uso intencional de linguagem dúbia, figurada, muitas vezes embasadas em ditos de sabedoria popular e na filosofia do cotidiano, próprios da tradição ancestral negra, que, por sua multiplicidade de sentidos, admite interpretações apontando para os efeitos materiais da resistência ao sistema opressor, enquanto questionava mazelas da vida dos morros.

Ataulfo Alves, nascido em Minas Gerais, mas “formado” no samba malandro carioca, a despeito de manter aparência de sambista enquadrado nas regras impostas pelo sistema de governo e pelo sistema legal, praticou, por composições e interpretações musicais, legítima filosofia de botequim. Sua obra cancionista se integrou ao discurso do samba malandro resistente, pois que dela derivam sentidos harmônicos com o “pensamento sincopado”.

Ao compor, no entanto, sempre esteve afetado por formações ideológicas que o acompanharam da distante Zona da Mata mineira, o que marcou suas composições com um “sotaque” característico, justificando uma nostálgica “pitada” de malandragem mineira na malandragem carioca de suas composições.

Referências

ALBIN, Ricardo Cravo (criador e supervisor). **Dicionário Houaiss Ilustrado – Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Paracatu, 2006.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ALVES, Ataulfo. **Laranja madura**. Intérprete: Ataulfo Alves. Rio de Janeiro: Polydor, p1966. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm, mono, 8 pol. Lado 1 (faixa única). (Compacto simples).

ALVES, Ataulfo. **Meus tempos de criança**. Intérprete: Ataulfo Alves. Rio de Janeiro: Sinter, p1956. 1 disco sonoro, 78 rpm, mono, 8 pol. Lado 1 (faixa única).

ALVES, Ataulfo; LAGO, Mário. **Ai, que saudades da Amélia!**. Intérprete: Ataulfo Alves e suas pastoras. Rio de Janeiro: Odeon, p1942. 1 disco sonoro, 78 rpm, mono, 8 pol. Lado 1 (faixa única).

AZEVEDO, Ricardo. **Abençoado & danado do Samba: um estudo sobre o discurso popular**. São Paulo: EDUSP, 2013.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática referente à Língua Portuguesa**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COSTA, Greciely Cristina da. **Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2011.

COUTO, Varlei Rodrigues do. Memórias na sombra, sombras da memória: a construção da zona e o nascimento da puta. **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v. 3, n. 1, jul. 2011. Pouso Alegre, UNIVÁS, 2011. (p. 1-14).

FENERICK, José Adriano. **Nem do morro nem da cidade**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (No limiar de uma nova era). V. 2. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Globo, [2008] 2014.

ISER, Wolfgang. A interação entre texto e leitor. In: **O ato da leitura: Uma teoria do efeito estético**. Trad. Johannes Kretschmer. v. 2, c. IV. São Paulo: 34, 1999.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da História Social do Samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. 1. reimp. São Paulo: Parábola, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: _____ (Org.). **Instituição, Relatos e Lendas**: Narratividade e Individuação dos Sujeitos. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. ISSN 1413-2109. Consultada no site Ciências da Linguagem / Univás <http://www.cienciasdalinguagem.net/>. (p. 9-19).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. 4. reimp. Campinas: Ed. Unicamp, 2015b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. (p. 295-311).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**. n.1. Jun. 2005. Vitória da Conquista: UESB, 2005. (p. 9-13).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: _____. (org.). **Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 3.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PRATA, Mário. O samba duplex e pragmático de Julinho da Adelaide. **Jornal Última hora**. 7 e 8 de setembro de 1974. Disponível em <http://www.chicobuarque.com.br/texto/entrevistas/entre_07_09_74.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.

ROMANELLI, Francisco Antonio. Rio de Janeiro: uma cidade dividida pelo samba. In: BIANCHI, Leonor (Org.). **Rio: 450 anos de histórias**. Nova Friburgo: E-ditora, 2015a. (161-207).

ROMANELLI, Francisco Antonio. **Roda de samba, roda da vida: filosofia de botequim em Noel, Paulinho e Chico**. Varginha: Ed. do autor, 2015b.

ROMANELLI, Francisco Antonio. **Roda de samba, roda da vida: filosofia de botequim em Noel, Paulinho e Chico**. Dissertação. (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR. Três Corações: UNINCOR, 2014.

SILVA, Flávio. Pelo telefone (Comunicação n.º 2/1.Tema: Método de pesquisa em Música Popular Brasileira). **2.º Encontro de pesquisadores da Música Popular Brasileira**. Fundação Nacional de Música – Funarte – Mec. Rio de Janeiro, de 08 a 13 de novembro de 1976. (Cópia da Comunicação original gentilmente cedida pelo próprio pesquisador).

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da Democracia Racial: Um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Sundermann, 2016.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed., 2.reimp. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SOUZA, Pedro de. A propósito do corpo feminino na voz: a dor que se transmuta nas cantoras de rádio. In: TORNQUIST, Carmem Susana et al. (Orgs.). **Leituras de resistência: Corpo, violência e poder** V. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. (p. 137-157).

SOUZA, Pedro de. Sobre o Discurso e o Sujeito na voz. **Línguas e Instrumentos lingüísticos**, n. 34, jul.-dez. 2014. ISSN 1519-4906. Campinas: Ed. RG: Labeurb-UNICAMP, 2014. (p. 199-211).

LINGUAGEM E COGNIÇÃO PELO OLHAR DA PSICOLINGUÍSTICA

Gabrielle Zoe Lima

Faculdade de Ciências de Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho Universidade
do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG –
Brasil

Resumo. A seguinte pesquisa apresenta um estudo a respeito da Psicolinguística, enfocando-se a relação entre cognição e linguagem, relacionando a Linguística à área da Psicologia. Trata-se de uma pesquisa na literatura, realizando um levantamento das teorias científicas, abordando estudos e pesquisas na área, em artigos nacionais e estrangeiros, com a finalidade de embasar uma argumentação. Encontrou-se que há uma conexão significativa entre Linguística e Psicologia, na qual a perspectiva psicológica serve de base para se compreender o fenômeno linguístico. Autores trazem que aspectos da cognição se mostram essenciais na compreensão dos processos mentais envolvidos na linguagem verbal, tanto oral como escrita.

Palavras-Chave. 1 Psicolinguística. 2 Psicologia. 3 Cognição. 4 Linguagem. 5 Psicologia.

Abstract. The following research presents a study on Psycholinguistics, focusing on the relation between cognition and language relating Linguistics to the Psychology area. It is a research in literature, conducting a survey of scientific theories, realizing studies and research in the area, in national and foreign articles, for the purpose of basing an argument. It was found that there is a very significant connection between Linguistics and Psychology, in which the psychological perspective serves as a basis for understanding the linguistic phenomenon. Authors point out that aspects of cognition are essential in understanding the mental processes involved in verbal language, both oral and written.

Keywords. 1 Psycholinguistics. 2 Psychology. 3 Cognition. 4 Language. 5 Psychology.

1. LINGUAGEM

1.1 Definição de linguagem

A linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos. Essa linguagem é a resposta à habilidade inata e necessidade natural do ser humano de falar. O homem está programado para aprender línguas, a menos que surja algum problema de ordem neurológica, do contrário a linguagem verbal será aprendida e se manifestará pelos atos de fala. O aprendizado da fala se dará pela influência do meio cultural e social, que se mostra essencial ao se observarem casos nos quais, apesar do seu traço genético, não pôde ser aprendida pela falta do ambiente propício estimulador, como é o caso de crianças selvagens, cuja capacidade comunicativa não fora bem desenvolvida (Fiorin, 2013).

A linguagem seria um instrumento simbólico de nomeação do mundo, criando conceitos para se ordenar a realidade (Fiorin, 2013). Segundo o autor, as palavras formam todo um sistema de coisas nomeadas por elas, a variar de acordo com cada língua. Não há uma regra de nomeação de termos universal, cada língua tem a sua própria forma de categorizar. Por exemplo, enquanto em português, dedo do pé e dedo da mão são chamados da mesma maneira, em inglês usa-se *toe* para o primeiro caso e *finger* para o segundo.

Petter (2002) infere que a linguagem exerce um fascínio sobre o homem, afinal, com ela seria possível criar, nomear e transformar o universo real, trocar experiências, contar sobre o que existiu, existe, poderia ou jamais poderia existir. Essa linguagem verbal seria matéria do pensamento e veículo da comunicação em uma sociedade que, sem a linguagem jamais poderia existir. Ela ocorreria em uma realidade material, por meio da organização de sons, palavras e frases, expressando emoções, ideias e propósitos.

A linguagem corresponde a uma das habilidades mais significativas do ser humano. Borges e Salomão (2003) afirmam ser este um sistema de sinais de duas faces. Uma delas seria o significante, o aspecto formal da linguagem, constituído pela junção hierárquica de fonemas, que se integram em palavras, que são combinadas em orações e que, juntas, compõem o discurso. A outra face seria o significado, referindo-se ao aspecto funcional da linguagem, sendo o responsável pela comunicação no meio social. Este último representaria o papel semântico da fala, uma vez que a sintaxe não explicaria por si só as expressões linguísticas sintaticamente corretas, mas não empregadas no falar.

Além dessas, fora incorporada aos estudos linguísticos (Borges & Salomão, 2003) a abordagem da pragmática, que trata dos aspectos comunicativos da linguagem, relacionando-a ao contexto da fala no meio social e cultural no qual é usada. Entendendo-se o contexto no qual a fala ocorre, é possível compartilhar informações sem a necessidade de uma

verbalização. Por exemplo, uma criança vê a mãe comendo um doce e imediatamente lhe estende o braço. Seu gesto, no caso fora suficiente para significar seu desejo pelo doce.

Os estudos em linguagem, outrora, tinham por objetivo criar gramáticas e estudar a linguagem para fazer Filosofia ou crítica literária, mas com o tempo a linha de interesse se expandiu, definindo a língua como objeto de estudo (Sampaio & Costa, 2010). Diversos autores se dedicaram ao estudo da linguagem e suas particularidades.

1.2 Teorias de aquisição da linguagem

A aquisição da linguagem tem sido objeto de estudo daqueles que se interessam pelo desenvolvimento humano. De acordo com Quadros e Finger (2008), os primeiros estudos que denotaram desenvolvimento linguístico datam dos séculos XVIII e XIX, porém o tema passa a ser investigado, como objeto de interesse, no início do século XX. Esse interesse se intensifica, em meados desse século, com a formulação do problema de aquisição de uma linguagem, como o processo de identificação de uma gramática dentro de uma Linguística Gerativista. Assim, era necessário registrar o curso dessa aquisição da linguagem e, principalmente, caracterizar o modo e as condições que tornam possível a identificação da gramática nesse contexto.

O Behaviorismo, propagado por Pavlov, Watson e Skinner, traz sua contribuição para tal entendimento ao enunciar o conceito de comportamento verbal, criado pelo último autor. Quadros e Finger (2008) apresentam a definição de operante verbal proposta por Skinner, como o comportamento que é reforçado através da mediação de outras pessoas, mantendo o comportamento desse falante. É este então, um comportamento operante que ocorre em três etapas: um estímulo verbal antecedente, como palavras de um interlocutor, gera uma resposta operante, que será reforçada, aumentando sua probabilidade de se repetir.

Skinner (Quadros & Finger 2008) identificou as seguintes classes de operantes verbais:

Mando: Pedido/comando estimulado por um evento não verbal, direcionado a um ouvinte, que visa alcançar o desejo do indivíduo falante.

Tato: O indivíduo é estimulado por objetos não verbais, levando-o a nomeá-los.

Comportamento ecoico: Resposta verbal do falante a uma sequência verbal ou escrita antes por ele assimilada, caracterizando uma repetição.

Comportamento textual: Um estímulo escrito ocasiona uma resposta verbal correspondente.

Operante intraverbal: Um estímulo verbal que elicia, como resposta, uma palavra ou conjunto de palavras por meio da associação.

Autoclíticos: Um operante verbal básico elicia uma resposta mais complexa do ouvinte sobre a sentença eliciada por este primeiro.

Por sua vez, a abordagem Gerativista de Chomsky (Augusto, 1995) afirma o inatismo da linguagem. Dentro de uma proposta mentalista, Chomsky traz que o homem tem acesso ao conhecimento do mundo pela via das operações mentais. Assim, a criança poderia adquirir aprendizado linguístico num espaço de tempo curto e sem a língua ter lhe sido exposta anteriormente.

Chomsky (Gonçalves, 2007) trazia a ideia de que os indivíduos falantes internalizam regras a fim de interpretar e produzir sentenças de acordo com a gramática de sua língua, sendo esse o estágio final do desenvolvimento da Gramática Universal, geneticamente inscrita em todo o ser humano. Assim, um conjunto de regras sintagmáticas poderia ser bastante aumentado, para englobar todas as possíveis estruturas sintáticas da língua e todas as possibilidades de léxicos. Dentro dos recursos da língua, o número de possíveis sentenças, utilizando-se certa quantidade de elementos de estrutura sintagmática e itens lexicais, é bastante amplo, como apresenta o seguinte exemplo:

A menina ama seu cão

A menina ama o pequeno cão

A menina brinca com o cão

A menina do cão brinca com o cão da menina

Seguindo a linha cognitivista, tem-se o construtivismo de Piaget (Dias, 2010), que entende a linguagem como um processo evolutivo, permitindo ao sujeito evocar verbalmente objetos e eventos, no momento ausentes. Ela seria assim um instrumento que a criança vai construindo por meio da constância objetual, na qual o infante passa a representar os objetos. Essa capacidade de simbolismo surge após a passagem pelo período sensório motor pré-verbal. É nessas experimentações ativas da criança do sistema sensório motor que a linguagem irá nascer, por meio da interação com o meio. Após o período sensório motor, o infante entraria no estágio pré-operatório, aquele em que surge a representação, a elaboração da relação de causalidade e as simbolizações, ao passo que se reduz a dependência exclusiva a atividade motora (Dias, 2010). Sucede este estágio o das operações concretas (Pádua, 2009), no qual há a constituição de uma lógica sobre os objetos. O quarto estágio é o das operações formais, caracterizado pela possibilidade de realizar operações por hipóteses, enunciados verbais e proposições, não mais apenas sobre objetos concretos.

Outro importante destaque se dá a teoria do interacionismo, no campo da Psicologia do desenvolvimento, uma vertente que, segundo Lemos (2016), privilegia a interação social da criança com um membro mais experiente da sua espécie, e assim se dá o processo de construção da linguagem. Deste modo, por exemplo, ao enunciar de uma frase pela mãe, resultará a resposta de repetição da sentença pelo infante.

Vygotsky (Scarpa, 2001) traz a importância do interlocutor para o desenvolvimento da fala. Ele também apresentou o desenvolvimento da linguagem e operações mentais em estágios: natural ou primitivo (caracterizado pela fala pré-intelectual e o pensamento pré-verbal); psicologia ingênua (aqui o infante experimenta as propriedades físicas do seu corpo e dos objetos a sua volta, aprendendo pela prática e aplicando essas experiências ao uso de instrumentos); signos exteriores (é o estágio da fase egocêntrica, quando as operações externas são usadas para auxiliar as internas); e crescimento interior (no qual as operações externas se interiorizam).

Pode-se falar também sobre a visão do conexionismo, na qual, segundo Scarpa (2001), se afirma que o aprendizado é *ad hoc*, ou seja, tudo ocorre num processo de entrada (*input*) e saída (*output*). Busca explicar os mecanismos que embasam o processo mental, sendo um deles a linguagem, que se dá por meio da interação entre o organismo e o ambiente, afirmando a existência de um algoritmo de aprendizagem interno, que permite o aprendizado a partir de experiências. Aqui se entende por organismo o emaranhado que consiste a rede neural, o cérebro é formado por uma rede de unidades de processamento interconectadas. Cada unidade seria um neurônio, que recebe atividade elétrica de outros neurônios, por meio das sinapses, podendo estas serem excitatórias (íntensas) ou inibitórias (fracas). A aprendizagem estaria vinculada então, a mudanças nas conexões neurais. Sempre que um estímulo (dado de entrada) ativa determinados neurônios, a conexão entre eles torna-se mais forte, criando uma rede que será ativada toda vez que um desses neurônios receber o estímulo.

A Psicolinguística também se torna essencial dentro dessa investigação, a qual pode ser dividida em duas fases, como afirmam Quadros e Finger (2008). A primeira, nas décadas de 1960 e 1970, seria o estudo do tipo de informação de que a criança se utiliza ao buscar significado para enunciados linguísticos e ao tipo de informação gramatical a que ela estaria atenta, revelado na produção de sua fala e, paralelamente, a investigação sobre o processamento do sinal acústico da fala do bebê que não pode se valer do conhecimento da língua, isso dentro de uma busca por recursos específicos existentes para processar o material linguístico. A segunda fase, da década de 1980 em diante, converge as duas linhas de

investigação anteriores no entitulado “problema do desencadeamento na aquisição da linguagem”, que seria explicar a forma como se dá a sintaxe da língua pelo infante, partindo de informações de outra ordem, como significado inferido a enunciados que se apresentam a percepção da criança.

Logo essa teoria linguística viria a chamar a atenção de psicólogos do desenvolvimento, visando situar a aquisição e apuração da linguagem dentro do crescimento cognitivo e social da criança, o que veio a ser chamado de Psicolinguística do Desenvolvimento (Quadros & Finger 2008).

2. PSICOLINGUÍSTICA

2.1 Histórico

Os conceitos básicos da Psicolinguística (Pissani, 2013) tiveram suas origens ainda no antigo Egito, com estudos embrionários sobre o cérebro. Mais tarde na clássica Grécia, com filósofos e pensadores, como Platão, que escreveram sobre a linguagem. No século XIX, com trabalhos sobre a relação entre linguagem e cérebro, com destaque para Franz Gall que, por seus estudos em Frenologia, afirmou que a função da linguagem se localizava na parte anterior do cérebro (Altman, 2006). No entanto, o interesse profissional pela Psicolinguística moderna começa nos anos 1950, em especial com a publicação da monografia intitulada “Psicolinguística: um levantamento de problemas teóricos de pesquisa”, na Universidade de Indiana em 1954 (Rieber, 2013).

Ao nascer, a Psicolinguística teve como raízes os princípios behavioristas, que pressupunham uma teoria do aprendizado, tendo por base associações a determinados comportamentos linguísticos gerados em resposta a estímulos externos ao sujeito, fixados pela repetição. Assim, a linguagem era dominada pelo ponto de vista da linguística estrutural, em uma filosofia operacionalista (Rieber, 2013).

No final da década de 50, como coloca Rieber (2013), a Psicolinguística tomou outro rumo, com a publicação do livro “Estruturas Sintáticas”, por Noam Chomsky, que afirmava, diferentemente do behaviorismo, que a linguagem não é um sistema de repetições, mas frases produzidas por meio da criatividade, uma capacidade inata e localizada no cérebro. Para Chomsky, de acordo com o trabalho de Pereira (2010), a linguagem é apresentada como competência, constituída de condições universais pré-existentes, de todos os falantes. E também como desempenho, por sua realização, de natureza individual. Este, para Rodrigues (2016) é o período mais linguístico da Psicolinguística.

Como refutação à afirmação de Chomsky, os behavioristas (Reis & Araujo, 2004) se posicionaram, objetando que talvez este primeiro não tenha compreendido a especificidade do trabalho do behaviorismo radical de Skinner, confundindo-o com antigos pressupostos da linha teórica. Outra réplica às posições de Chomsky diz respeito a afirmação sobre a inadequação da explicação behaviorista sobre a aprendizagem da gramática. Têm sido apresentadas alternativas dentro da própria teoria Skinneriana a esse respeito.

Já na década de 70, de acordo com as pesquisas em Psicolinguística, a diferença entre competência e desempenho foi muito mais importante do que se pensou originalmente, além do que, percebeu-se que as regras da linguística na teoria da competência não incorporaram uma teoria do processo psicológico envolvido (Altman, 2006). Assim, os conceitos de Chomsky, unidos ao estudo da mente humana, chamaram a atenção de psicólogos cognitivos, que voltam seu interesse para memória de trabalho, memória de curto prazo e o processamento de informação, com interesse dos linguistas em uma teoria linguística com orientação cognitiva, levando assim ao início da teoria gerativa, na qual estudos comportamentais se voltam para a Psicologia da linguagem (Pissani, 2013).

Segundo Pereira (2010), nessa época, a linguagem como comunicação e a análise do processo comunicativo passam a ganhar destaque, levando-se à investigação sobre a compreensão, produção e recepção da linguagem. Também se foca na linguagem como aquisição, associando-a com a Biologia, Fonoaudiologia e Fisiologia, e tendo por tendência teórica base o gerativismo. Nesse meio surge a necessidade de explicar o funcionamento cognitivo da linguagem. Assim, a Psicologia Cognitiva entra neste campo e a Psicolinguística passa a buscar estudos sobre a linguagem pelo âmbito da cognição.

A linguagem como processo cognitivo (Pereira, 2010) torna-se o centro dos estudos, com foco na produção e compreensão. Para tanto, foi necessária uma aproximação maior com a Psicologia, a Medicina e as Neurociências. A Psicolinguística passa, assim, a ver o cérebro como um importante caminho de análise para entender tais focos.

2.2 Psicolinguística na aquisição da linguagem

A aquisição da linguagem corresponde ao campo de estudos da Psicolinguística Desenvolvimentista (Leitão, 2008). Essa teoria da cognição humana traz que temos um desenvolvimento protraído, o que permite um longo período de plasticidade para a aquisição da cultura (Bowerman, Levinson & Levinson, 2001). Dentro desse particular campo de estudo e interesse específico, diversas teorias de diferentes autores na área da Linguagem, corroboram para a construção do conhecimento.

A teoria da Psicolinguística sobre a aquisição da linguagem, como referem Quadros e Finger (2008), tem uma concepção cognitiva da língua, na qual esta é parte constitutiva da cognição humana. Buscou referência ao modelo de Chomsky na primeira fase de pesquisas em Psicolinguística, quando se voltava para a identificação, pela criança, de regras sintagmáticas e transformacionais no processo de aquisição da linguagem. Na verdade, há duas linhas de investigação nesta fase. A primeira corresponderia ao estudo com crianças que já produzem enunciados linguísticos de mais de uma palavra (dois anos ou mais) na qual, distinções gramaticais em suas falas dariam origem a formulação de princípios operativos universais para aquisição da língua, em termos de instruções a seguir na aquisição da mesma, englobando ordem de palavras, afixos flexionais e conectivos como informação a qual a criança estaria atenta. Já a segunda linha de conhecimento foi movida pela teoria de que o infante, primeiramente, deveria estabelecer um sistema de contrastes fonêmicos por meio de distinções fonéticas para adquirir determinada língua. Pesquisas nesse sentido identificaram que, nos quatro primeiros meses de vida, bebês possuem grande capacidade discriminatória para contrastes consonantais e sons de vogal.

Na década de 1980 (Finger, 2008), a Teoria dos Princípios e Parâmetros (TPP) levaria ao desenvolvimento de modelos conexionistas de aprendizagem e processamento linguístico, caracterizando abordagens radicalmente empiristas, trazendo consigo um instrumental utilizado em simulações computacionais do processo inicial de aquisição de linguagem, independente dos processos epistemológicos implícitos na investigação. Estudava-se o problema do desencadeamento, ou seja, o modo como a criança identifica categorias gramaticais e as usa na construção de estruturas hierárquicas. Aqui, duas vias de acesso são consideradas. A via semântica/intencional estudou a hipótese do desencadeamento semântico na aquisição da língua, na qual a criança chegaria à sintaxe já possuindo o significado de algumas palavras, explorando as bases semânticas de categorias lexicais. Na via fonética/fonológica considera-se a criança diante de uma sequência de palavras e enunciados cuja estrutura interna se torna acessível a ela.

Segundo Clark (2009), pesquisas revelam as percepções das crianças em um discurso. Assim como os adultos, elas podem reagir a mudanças percebidas ao seu redor e se habituarem ou entediarem-se após várias repetições de um mesmo evento. Além disso, são sensíveis a novos sons, principalmente aqueles acompanhados de uma imagem.

Estudos especulam que a atenção infantil à voz humana pode indicar um conhecimento inato. Freire (2013) afirma que bebês reconhecem as ações das mãos e outros

“objetos” animados significativos como intencionais e objetos inanimados como desprovidos de intenção.

Dos catorze aos dezoito meses o bebê é sensível à direção do olhar e à direção para a qual o adulto aponta, descobrindo, por meio disto, qual o foco de atenção deste último (Freire, 2013). São também sensíveis à expressões faciais e imitam apenas ações intencionais. Ao final do primeiro ano os bebês são seres sociais e aos 24 meses são capazes de reconhecer desejos externos e visíveis, como o ato de tentar alcançar algo, por exemplo, porém não conseguem compreender os desejos internos que movem tais atos. A compreensão de que os outros possuem desejos e gostos que podem ser diferentes dos seus próprios surge entre os 2 e 3 anos. Mais tarde, aos 3 anos e meio, passam a ver que, quando satisfeito, o desejo não existe mais. Estudos mostram que, aos 3 anos, o conceito de crença é identificado e aos 4, a aquisição da falsa crença está completa.

Faria (2009) apresenta um arcabouço para a teoria da aquisição da linguagem, originalmente proposto por Culicover e Wexler. Ele descortina a relação entre a gramática, os dados de entrada e o procedimento de aquisição. Mostra-se a seguir dois esquemas, nos quais, no primeiro, é explicada uma teoria de aprendibilidade, onde G é a classe de gramáticas possíveis, I é a classe de possíveis conjuntos de dados dentro da gramática (G_i) e LP é um processo de aprendizagem da língua que mapeia dados nas gramáticas. No segundo, traz-se os requisitos de adequação para essa teoria: gramáticas descritivamente adequadas para toda língua natural estão em G ; I inclui os conjuntos de informação disponíveis sobre a língua ao aprendiz, ou seja $I(G_i)$ está em I ; toda gramática G_i em G pode ser aprendida pelo procedimento LP , por meio do conjunto de informação $I(G_i)$ em I .

Estudos como o de Freire (2013) apontam que bebês vêm ao mundo com dotes linguísticos. Até os dez meses, eles são capazes de distinguir os fonemas de diversas línguas e após isto são hábeis para reconhecer os fonemas de sua própria como distintos dos de outras, isso antes de emitir ou compreender palavras, classificando assim os sons para emitirem os fonemas usados em sua língua.

No entanto, antes de atingir a sintaxe da língua, o infante deve adquirir um léxico mínimo e suficiente. Até que a criança apresente o conceito dos nomes, antes ela deverá ser capaz de fazer uma triangulação entre o falante, o ouvinte (ela mesma) e o objeto da fala, isso graças ao entendimento da intencionalidade. Como aponta Freire (2013), no centro da convergência entre cognição e linguagem está a aprendizagem de palavras, que se dá por meio da disposição para vincular palavras a conceitos, sendo essa a base para a formulação de todo um repertório de referências. Mas um dos papéis mais fundamentais à aquisição cabe

à animacidade (diferenciação entre seres animados e inanimados), permitindo a distinção entre reconhecer as pessoas como agentes e distinguí-las do resto do universo.

2.3 Linguagem e cognição

Nos últimos anos, a relação entre linguagem e cognição tem se tornado objeto de estudo de diversas teorias no campo da linguística (Morato, 2002), principalmente a Neurolinguística e a Psicolinguística. Apesar das dificuldades, esforços científicos têm buscado verificar o que há de linguístico na cognição humana e qual é seu estatuto base. Neste ponto, diversas abordagens teóricas colocam que a linguagem seria uma forma de apreender ou categorizar as coisas do mundo físico, como reflexo da representação mental.

De acordo com Batoréo (2000), há relações de interdependência entre a linguagem verbal e outras capacidades cognitivas humanas, como a percepção, a atenção e a memória, e essas relações tornam-se evidentes em casos como os de lapsos de língua (quando dizemos algo diferente do que planejamos), dificuldades de acesso ao léxico mental (temos a expressão “na ponta da língua”, mas não conseguimos nos lembrar), tomar consciência do que pensamos após o formularmos linguisticamente ou mesmo resolver um problema em aberto quando decidimos falar sobre. Assim, o discurso produzido deverá conter elementos indiciadores dos diferentes processos que lhe são subjacentes, sejam linguísticos, cognitivos ou sociais.

Tal interdependência, segundo Batoréo (2000) pode se traduzir na categorização, ou seja, no nível da relação entre as categorias perceptuais e a linguagem verbal. Essas categorias são formadas por conjuntos de atributos perceptuais a depender do grau de conhecimento que cada indivíduo possui em relação ao real, a depender das particularidades de seu ambiente. No entanto, existem também as chamadas categorias universais, para as quais, relações constituem processos mais complexos que os atributos perceptuais.

Dentro do campo de estudos sobre a correlação entre cognição e linguagem, tem-se a, chamada por Silva (1997) Linguística Cognitiva, que consiste em uma abordagem da linguagem na qual as estruturas da mesma são entendidas como manifestações de capacidades cognitivas gerais. Ela se fundamenta no postulado da existência de um nível estruturado ou sistêmico da significação linguística, tendo como objeto de investigação a linguagem como sistema de conhecimento. Atribui grande importância aos aspectos funcionais do fenômeno linguístico e tece sua análise com base na observação do uso da linguagem. Ela sintoniza com diversas teorias, e se concentra no uso da linguagem e das funções por ela desempenhadas.

Faz-se importante, nesse estudo, falar sobre o processo de categorização, ou seja, a capacidade mental de identificar, classificar e nomear diferentes entidades como membros de uma mesma categoria. Silva (1997) aponta que as pesquisas a respeito desse processo foram desenvolvidas em dois sentidos: dentro da Psicologia, visando à elaboração de modelos formais da memória conceptual humana; e no âmbito da Linguística, em especial no da Semântica Lexical, segundo a qual as categorias se formam e se definem em propriedades necessárias e suficientes. Os elementos de uma categoria têm o mesmo estatuto e os limites entre si e entre diferentes categorias são claros. A categorização se dá em termos de prototipicidade, ou seja, as representações mentais das categorias. Cada membro em uma categoria possui seu grau de distinção e se agrupa por similaridades parciais, como a categoria aves, por exemplo, que abrange uma grande variedade de indivíduos da espécie. A não igualdade entre os membros de um mesmo agrupamento e as dificuldades de demarcação daí resultantes, são duas propriedades fundamentais.

Há ainda, como ressaltado por Pagio e Assumpção (2018), dentro da Psicologia Cognitiva, os esquemas, que consistem em uma forma de o indivíduo organizar e compreender as experiências por ele vivenciadas, desenvolvendo assim, cognições e comportamentos de acordo com o que se capta da realidade, elaborando seus próprios padrões mentais. Geralmente esses padrões são constituídos de forma saudável, porém há casos nos quais surgem os chamados Esquemas Iniciais Desadaptativos (EID), em que padrões alterados começam a ser desenvolvidos ainda na infância e são repetidos durante toda a vida. Essas cognições, como afirma Algarves (2018), funcionam como regras fundamentais para o processamento de informações, que indicam um plano cognitivo que tem por função guiar o indivíduo na interpretação das informações e na resolução dos problemas.

2.4 Processamento da linguagem

A Psicolinguística é um estudo conjunto, no qual, de um lado o linguista determina a natureza da estrutura linguística, e do outro o psicólogo investiga o aprendizado do uso da linguagem. A linguística é autônoma, pois o sujeito pode processar a informação que lhe chega a mente e criar um esquema mental dela à sua própria maneira. Para Da anpoll, (2005), a estrutura dessa criação da imagem se dá por meio das ondas sonoras captadas que, podem eliciar uma resposta linguística diferente a depender da intensidade das primeiras. Com as informações que chegam e eliciam um esquema mental, gera-se a chamada realidade psicológica na mente do indivíduo, algo de que apenas este tem conhecimento.

Grande contribuinte no campo de estudos da linguagem e seu processamento é a área da Neurolinguística, que, segundo Da anpoll, (2005) trabalha especificamente com as ondas magnéticas emitidas pelo cérebro frente a estímulos linguísticos. Negrão e Silva (2012) trazem que a partir do século XIX, quando foi estimulado eletricamente o córtex central por meio de equipamentos computadorizados, fora estudada mais detalhadamente a fisiologia linguística no cérebro. No entanto, sabe-se que que o homem possuía capacidades anatômicas que possibilitavam a fala há dois mil anos, contanto que exposto ao ambiente social e linguístico. A fala consiste em diversos eventos produzidos no cérebro, como: definir a posição de articulação dos fonemas, a emissão vocal, a musculatura da língua e laringe pelos nervos cranianos e calcular o movimento para articulação e emissão dos fonemas. Em relação a escrita, afirma-se que há uma área pré-motora no cérebro guiando a função motora da mão, nos casos de cópia e escrita por eliciação auditiva. A percepção auditiva também traz a sua influência, uma vez que cada fonema humano é caracterizado por um conjunto específico de frequências, estimulando receptores distribuídos por várias regiões na cóclea, sensíveis aos mesmos e conduzindo a respostas neurais. Assim, a entonação da fala pode dar um significado completamente diferente àquilo que é recebido pelo cérebro.

Associações também são feitas no cérebro objetivando o processamento de sentenças. Miyamoto (2004) afirma que não lemos todas as palavras em uma sentença de uma só vez. Na verdade, cada palavra é lida isoladamente e a sequência mental da frase é construída. O processamento de sentenças envolve dois componentes básicos: a gramática e as normas de uma determinada língua e um algoritmo que usa a gramática para processar sentenças. Aqui, a gramática seria o conhecimento estático de um falante sobre sua língua nativa e o algoritmo consistiria em uma descrição dinâmica de como as sentenças são processadas no uso da gramática.

Um fenômeno no processamento de sentenças, segundo Miyamoto (2004), tem despertado o interesse de pesquisadores, que seria o processamento de orações relativas ambíguas. Na frase “A filha do coronel que sofreu acidente” o sujeito associado a ação “sofrer acidente” pode ser tanto o sujeito distante “filha” como o sujeito mais próximo, “coronel”. Há uma longa tradição em processamento de sentenças indicando que, em sentenças ambíguas nas quais há mais de um candidato possível, a preferência é pelo mais próximo, porém a diferença em preferência nas diversas línguas refuta a homogeneidade desse algoritmo de processamento.

O processamento sentencial pode ser explicado por meio de diferentes teorias, que trazem, cada uma, sua importante contribuição para os estudos na área. Leitão (2008) aponta

saber-se hoje que, após ouvidas e lidas, as palavras ficam retidas na memória por cerca de um segundo, no caso da percepção visual (escrita), e quatro segundos, na percepção auditiva (fala). Isso pode ser explicado pela teoria do *garden-path*. Para Araújo (2013), tal teoria, também conhecida como Teoria do Labirinto, compara o processador sintático (*parser*), frente a uma sentença a ser processada, a uma pessoa entrando em uma casa. Ao entrar na casa, a pessoa só tem a informação de suas estruturas internas, por meio de suas paredes e portas, assim, se a pessoa desejar ir ao quarto, mas abrir uma porta e esta lhe levar ao jardim, por exemplo, terá de refazer o percurso. Dessa forma também, o *parser* usa o conhecimento gramatical isoladamente de seu conhecimento de mundo e semântico; as escolhas são feitas no momento do processamento e, ao deparar-se com o caminho errado, o *parser* reanalisará a sentença a fim de seguir outra interpretação. Cada caminho tomado é escolhido levando-se em conta a economia de nossos recursos cognitivos, que visará trazer menor custo operacional a memória de trabalho.

3. PSICOLOGIA

3.1 Trabalhos em Psicologia

Diversos trabalhos, dentro da linguística, têm sido desenvolvidos visando a investigação da comunicação humana e suas nuances, despertando também o interesse em outros campos de estudo. Na Psicologia, por exemplo, disciplina que se volta bastante para as funções cognitivas relacionadas à língua, há trabalhos encontrados em interseção com a Psicolinguística, alguns citados a seguir.

No contexto experimental, muito fora investigado a respeito do esquema narrativo. Spinillo (1993) analisou em seu trabalho a narrativa de histórias por crianças de 4 a 8 anos, e dentro dessas narrativas, funções como esquema, organização, construções e convenções. Às crianças fora solicitado produzir histórias em quatro situações diferentes: a partir da produção de uma gravura por parte do infante, tendo como estímulo uma sequência de gravuras, a produção livre da história e criar e ditar uma história para o experimentador. Encontrou-se que histórias mais elaboradas surgiam na ausência de estímulos visuais, embora uma sequência de gravuras levasse a um melhor desempenho que uma gravura apenas. Também que, quando ditado a alguém, o texto narrado possui maior qualidade de contextualização. Identificou-se diferenças na habilidade e repertório para narração das crianças, correlacionando-se com a idade e a série que cursavam, ou seja, maior repertório e coerência narrativa foram encontrados em infantes de idade e série mais avançadas.

A narrativa, aliás, pode ser muito mais eficiente na compreensão dos padrões de comportamento humano do que abordagens bastante conhecidas, como a utilização do modelo de regras e papéis, por exemplo. Brockmeier e Harré (2003) estabelecem, em sua pesquisa, a diferença entre a narrativa e outros padrões de discurso e analisam as qualidades que fizeram desta uma abordagem bastante produtiva. Têm sido amplamente estudados os significados de palavras, expressões, sentenças, atos de fala, textos, formas convencionais de discurso, a lógica dos nomes, metáforas, proposições e redes léxicas, importantíssimos na compreensão dos aspectos narratológicos da natureza linguística. A narrativa possui um caráter sociopsicolinguístico, portanto, ela expressa e define a cultura, ao passo que essa última, por sua vez, também define a primeira. Uma vez que crescemos em meio ao repertório de narrar histórias, vê-se que tal ato está presente em tudo o que dizemos, pensamos e imaginamos, sendo assim, a narração é um princípio organizador do discurso. Deste modo, a narrativa pode ser entendida como uma forma inerente de o indivíduo alcançar conhecimentos que venham a estruturar a experiência do mundo e de si mesmo.

Ponto importante também abordado foram as dificuldades na escrita de palavras, por Festas Martins e Leitão (2007). Os autores analisam a forma de avaliação das dificuldades de escrita tendo como base o teste PAL-PORT, uma adaptação brasileira à bateria de testes PAL, de língua inglesa, baseado em um modelo psicolinguístico. Investigou-se, dentro da bateria, especificamente os testes que avaliavam competências relacionadas a escrita. Obteve-se que a avaliação da produção, por meio de determinadas provas da bateria PAL-PORT, permitiu a identificação dos processos específicos que afetam os problemas de escrita e são essenciais para a construção de um programa que vise a superação de tais dificuldades.

Há ainda trabalhos atuais, como o de Finger-Kratochvil e Giraldeello (2018) que, em uma investigação documental, buscaram traçar uma relação, por meio de trabalhos anteriores, do que o conhecimento científico tem apresentado em relação ao tema leitura e sua compreensão. Encontraram que pesquisas sobre leitura vem aumentando no decorrer dos anos. Diversos trabalhos falam dos múltiplos componentes de compreensão em leitura, outros trazem informações sobre o funcionamento cerebral na leitura, também se fala em processamento linguístico em bilíngues, leitura e letramento, avaliação em leitura e aspectos didático-metodológicos no processo de ensino e aprendizagem. É perceptível o aumento crescente na busca por desvelar como ocorre o fenômeno da compreensão leitora, principalmente relacionado às bases da leitura. Levantou-se também informação sobre estudos a respeito de estratégias que amparem e melhorem a compreensão leitora.

Outro trabalho importante a ser destacado, foca-se especificamente na compreensão leitora. Flôres e Pereira (2018), enfocando o ensino desta por meio da Psicolinguística, examinam diferentes formas de leitura e suas relações com o divergente contexto contemporâneo, no qual há a influência do computador e da internet sobre a atenção e o funcionamento da memória de trabalho no processamento da leitura. A comunicação social, a computação, a Psicologia, as Neurociências e a educação trazem, cada uma, contribuições importantes aos estudos de processamento e compreensão de leitura. Ressalta o trabalho as novas fontes de leitura online, com as quais o indivíduo se utiliza da técnica de leitura por alto e são analisadas as variáveis envolvidas no processo de compreensão dessa leitura. Estudos na Psicolinguística, Psicologia e Neurociências apontam que tal leitura entrecortada traz dificuldades às crianças no aprendizado e no processamento da compreensão leitora, propondo-se assim um direcionamento da atenção desses aprendizes, favorecendo o uso produtivo dessas funções e o alcance de bons níveis de leitura.

Também se investiga a respeito do reconhecimento explícito das metáforas de leitura, contribuindo para a compreensão metalinguística. Pineda (2018) trabalhou com crianças em idade escolar e enquadrou seu estudo em um pequeno projeto de leitura intitulado “crianças e suas famílias”, que consistiu na realização de sessões de leitura de fragmentos de livros infantis disponíveis nas bibliotecas escolares. Com isso foi avaliado o reconhecimento de metáforas por essas crianças. Foi encontrado que a capacidade geral dos alunos para reconhecer as metáforas é baixa, tendo relação com a grade escolar e o nível de compreensão leitora. Aponta-se que um melhor nível de compreensão leitora se reflete em habilidades metalinguísticas mais desenvolvidas e uma maior capacidade de se adaptar ao modo de leitura para cumprir os objetivos específicos do que se pretende ler.

4. CONCLUSÃO

4.1 Considerações finais

Seguindo sua proposta, o presente trabalho trouxe todo um apanhado de informações a respeito da linguagem e dos estudos que relacionam esta a funções cognitivas, dentro do campo da Psicolinguística. Foi um extenso caminho trilhado até a base de conhecimento que hoje se possui na comunidade científica.

Foram encontradas diversas pesquisas a respeito das diferentes teorias de aquisição da linguagem, dentre elas a Psicolinguística, apresentando dados como o desenvolvimento e aprendizado do indivíduo em sociedade, o processo de aquisição, internalização, uso de recursos internos e utilização das regras do código de linguagem do grupo para interpretação

e produção de sentenças. A respeito de aspectos como relação entre linguagem verbal e faculdades cognitivas, encontrou-se certa dificuldade na busca de tal informação em artigos nacionais, sendo necessária a realização de uma busca em trabalhos estrangeiros.

Uma vez que se analisa as funções cognitivas dentro do campo da linguagem, as Neurociências assumem papel de destaque. Traz contribuições importantes na compreensão da fala e como sua produção se dá concomitantemente a eventos produzidos no cérebro.

Para a Psicologia, os estudos em Psicolinguística têm importância fundamental. A linguagem e suas particularidades, tendo relação íntima com o que ocorre no interior do cérebro humano, geram grande interesse em profissionais da Psicologia por identificar, compreender e tratar problemas relacionados com a fala, sua compreensão, funções como memória e atenção, emissão e escrita. Testes e experimentos vem sendo desenvolvidos, inclusive atualmente, com a finalidade de produzir conhecimento a respeito das fontes de dificuldades na compreensão da fala, leitura e escrita e propondo estratégias para o desenvolvimento de ações para a resolução e prevenção de tais problemas. Isso aponta a necessidade de desenvolvimento de mais trabalhos a respeito do tema no Brasil, dada sua essencial relevância.

Referências

ALGARVES, Cleonice Pereira. Esquemas iniciais desadaptativos de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo, 2018.

ALTMANN, Gerry TM. History of psycholinguistics. *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Elsevier, 2006.

ARAÚJO, Vanessa Cristina de. O papel da prosódia no processamento sintático de sentenças garden-path, 2013.

AUGUSTO, Marina RA. Teoria gerativa e aquisição da linguagem. *Sicientibus*, Feira de Santana, (13), 115-120, 1995.

BATORÉO, Hanna. Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição. FCT/Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BORGES, Lucivanda Cavalcante, & NÁDIA Maria Ribeiro Salomão. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 327-336, 2003.

BOWERMAN, Melissa., LEVINSON, Stephen C., & LEVINSON, Stephen C. (Eds.). Language acquisition and conceptual development (No. 3). Cambridge University Press, 2001.

BROCKMEIER, Jens & ROM Harré. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(3), 525-535, 2003.

CLARK, Eve V. First language acquisition. Cambridge University Press, 2009.

DA ANPOLL. Educat. Processamento da linguagem. Pelotas: EDUCAT, 2005.

DEL PRETTE, Zilda AP. Linguagem em Skinner e Vygotsky. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 8(1), 147-164, 1995.

DIAS, Fernanda. O desenvolvimento cognitivo no processo de aquisição de linguagem. *Letrônica*, 3(2), 107-119, 2010.

FARIA Brino, Ana Leda, & Carlos BA de Souza. Comportamento verbal: uma análise da abordagem skinneriana e das extensões explicativas de Stemmer, Hayes e Sidman. *Interação em psicologia*, 9(2), 2005.

FARIA, Pablo. Propriedades das línguas naturais e o processo de aquisição= reflexões a partir da implementação do modelo em Berwick (1985), 2009.

FESTAS, Maria Isabel Ferraz, C. Martins, & J. A. S. G. Leitão. Dificuldades na escrita de palavras: Sua avaliação numa bateria de provas psicolinguísticas (PAL-PORT). *Psicologia da Educação*, 6(1), 2007.

GIRALDELLO, Ademir Paulo, & CLAUDIA Finger-Kratochvil. A pesquisa científica no campo da compreensão em leitura: um estudo analítico da produção acadêmica. *Signo*, 43(77), 2-18, 2018.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. *Linguística*, 13-46, 2013.

FLÔRES, Onici Claro, & VERA Wannmacher Pereira. Ensino da compreensão leitora: faces e interfaces psicolinguísticas. *Linguarum Arena: Revista de Estudos em Didática de Línguas da Universidade do Porto*, 3, 75-88, 2018.

FREIRE, Gustavo Andrade Nunes. A aquisição de verbos perceptivos e causativos e a Teoria da Mente, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo T. Chomsky e o aspecto criativo da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL*, 5(8), 1-13, 2007.

LEITÃO, Márcio Martins. Psicolinguística Experimental: focalizando o processamento da linguagem. *Manual de Linguística. São Paulo: Contexto*, 217-234, 2008.

LEMOS, Cláudia TG. Interacionismo e aquisição de linguagem. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 2(2), 2016.

MORATO, Edwiges Maria. *Linguagem e cognição as reflexões de LS Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. Plexus Editora, 2002.

MIYAMOTO, Edson T. Orações relativas ambíguas e a homogeneidade do processamento de sentenças, 2004.

NEGRÃO, Alexandra Maria Góes; MIYAGAWA, Patrícia Naomi & DA SILVA, Valquíria Franco. Neurofisiologia da linguagem: como o cérebro funciona na comunicação, 2012.

PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan. A epistemologia genética de Jean Piaget. *Revista FACEVV | 1º Semestre de*, (2), 22-35, 2009.

PASSOS, Maria de Lourdes Rodrigues et al. A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior (1957) de BF Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 195-213, 2003.

PEREIRA, Vera Wannmacher. Pesquisa em Psicolinguística: antecedentes, caminhos e relatos. *Letras de Hoje*, v. 3, n. 45, p. 48-53, 2010.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. Introdução à linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

PINEDA, Patricia. Reconocimiento de metáforas de literatura en niños escolares. *Colombian Applied Linguistics Journal*, v. 20, n. 1, 2018.

PISSANI, Laura. Breve introdução ao campo da Psicolinguística, 2013.

DE QUADROS, Ronice Müller; FINGER, Ingrid. Teorias de aquisição da linguagem. Ed. da UFSC, 2008.

REIS JUSTI, Francis Ricardo; DE FREITAS ARAUJO, Saulo. Uma Avaliação das Críticas de Chomsky ao Verbal Behavior à Luz das Réplicas Behavioristas1. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 20, n. 3, p. 267-274, 2004.

RIEBER, Robert W. (Ed.). *Psychology of language and thought: essays on the theory and history of psycholinguistics*. Springer Science & Business Media, 2013.

RODRIGUES, E. S. Explorando o processamento linguístico: Psicolinguística e Teoria Linguística em diálogo. *Gerativa:(inter) faces de uma teoria*, 83, 2016.

SAMPAIO, Thiago; COSTA, Marília. História e métodos experimentais em Linguística e Neurociência da Linguagem. In: Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia III. 2010. p. 279-283.

SCARPA, Ester Mirian. Aquisição da linguagem. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 2, p. 203-232, 2001.

SILVA, Augusto Soares. A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Revista portuguesa de humanidades, v. 1, n. 1, p. 59-101, 1997.

SOUZA PAGIO, Marília Beatricci & ASSUMPÇÃO, Alessandra Almeida. Terapia do esquema como ferramenta para a construção da conceitualização cognitiva: revisão integrativa. Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 6, p. 116-131, 2018.

SPINILLO, Alina Galvão. Era uma vez... e foram felizes para sempre: Esquema narrativo e variações experimentais. Temas em Psicologia, v. 1, n. 1, p. 67-77, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich et al. Pensamento e linguagem. 2008.

A TECNOLOGIA E O DIGITAL NAS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Luis Daniel Pittini Strumiello

Faculdade Adventista de Minas Gerais
Estação Ferroviária Ityrapan – 37200-000 – Lavras – MG – Brasil
strumiello@hotmail.com

Resumo. A BNCC objetiva colocar “a educação brasileira em compasso com as demandas do século XXI” (BNCC, 2017, p.14) sendo imperativo “atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais...”. Dentre as competências gerais que consubstanciam o projeto, 4 apresentam os termos tecnologia e/ou digital, inserindo-o como diretriz no cotidiano escolar. Nesse sentido, o processo ensino-aprendizagem sofrerá, mais intensamente, as influências do discurso da inovação, gerando uma expectativa nos públicos e seus impactos nos resultados do processo de escolarização. Esta análise avalia as condições de produção do discurso sobre a inclusão da tecnologia e do digital na escola.

Palavras-chave: BNCC. Condições de Produção. Tecnologia. Digital.

Abstract. The BNCC aims to put "Brazilian education in line with the demands of the 21st century" (BNCC, 2017, p.14) and it is imperative "to act with discernment and responsibility in the contexts of digital cultures ...". Among the general competences that constitute the project, 4 present the terms technology and / or digital, inserting it as a guideline in the daily school. In this sense, the teaching-learning process will suffer, more intensely, the influences of the discourse of innovation, generating an expectation in the public and its impacts on the results of the schooling process. This analysis evaluates the conditions of discourse production on the inclusion of technology and digital in school.

Keywords: BNCC. Production Conditions. Technology. Digital.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi lançada pelo Governo Federal em 2017 e, de acordo com o site que apresenta o projeto, “coloca a educação brasileira em

compasso com as demandas do século XXI”, e atende a algumas requisições legais que envolvem a Constituição Federal de 1988, a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação de 2014. Desse modo, a BNCC propõe ser um “instrumento para a promoção da equidade na medida em que define as aprendizagens essenciais” ... e “terá papel decisivo na formação integral do cidadão e na formação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, de acordo com o site (BNCC, 2017, p.14).

Dentre os aspectos relevantes da BNCC são destacadas 10 competências gerais que consubstanciarão o “âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BNCC, 2017, p.8). Dentre essas 10 competências, 4 envolvem os termos tecnologia e/ou digital, não somente incentivando mas inserindo esse recurso na escola como diretriz. A proposta desse trabalho é avaliar as condições de produção do discurso sobre a inclusão da tecnologia no ambiente escolar e os desafios locais para sua execução por meio de análise de dados sobre as configurações locais, compreendendo o espaço para o político dentro da proposta.

Entende-se que é relevante entender quais condições geraram esse discurso de imposição da tecnologia em sala de aula como política de governo e, verificar, por meio de dados, qual a viabilidade para sua execução, uma vez que como o próprio projeto afirma, o Brasil é um país continental e o objetivo é promover essa equidade para todos os brasileiros.

Contextualização

A identificação do binômio Estudo-Trabalho está cada vez mais presente no Brasil. Após vários anos de descaso com a Educação Básica, a sociedade brasileira percebe a sua importância. O Artigo 5º. da Constituição Federal de 1988 destaca que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Observa-se aqui pelo menos três objetivos da Educação segundo a constituição: a) visar ao pleno desenvolvimento da pessoa; b) seu preparo para o exercício da cidadania e c) sua qualificação para o trabalho.

Cada um destes objetivos desdobra-se em uma série de temáticas que trazem desafios e são debatidas sob diferentes pontos de vista, por exemplo, o que considerar o “pleno desenvolvimento da pessoa”? Por outro lado, identifica-se, também, nestes objetivos a preocupação com o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho. Compreende-

se, portanto, que o papel da escola é contribuir no pleno desenvolvimento e o preparo para a cidadania e o trabalho.

Com essas premissas, em 2017, o governo Federal lançou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A BNCC do Ensino Médio foi lançada em 2018. Tal ação foi tomada pois o artigo 9º. da LDB no Inciso IV destaca que cabe à União “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL 1996). O Plano Nacional da Educação quando desenvolvido já afirmava “a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica” (BRASIL 1996, p. 12).

Desse modo, a BNCC considera ser necessário definir as “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2017, p.7). Tais aprendizagens devem contribuir para o desenvolvimento de 10 competências gerais que percorrem as três etapas da Educação Básica, sob as quais a BNCC foi estruturada. Tais competências “consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. Além disso, abordam a “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8).

O texto ainda esclarece que, de acordo com a LDB, competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos, ou seja, as competências nortearão a estrutura curricular, mas os currículos serão definidos regionalmente para atender a necessidades, características e cultura locais.

O texto afirma ser necessário reconhecer o cenário mundial em seu contexto histórico e cultural o que requer também o desenvolvimento de competências entre elas “atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais...” (p.14). Tais questões devem levar à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.

Apesar da diversidade cultural e as singularidades regionais, a proposta desta BNCC é manter a igualdade educacional. O texto aborda os históricos resultados de evasão escolar e acredita que a BNCC auxiliará nessa questão, sem muita clareza na justificativa de solução para esse problema.

As competências e as condições de produção

Um dos principais fatores de alavancagem dessas necessidades decorre do fenômeno da inovação que proporciona uma dinâmica em diversas esferas da sociedade e, evidentemente, tem consequência no ambiente escolar. O processo ensino-aprendizagem tem sofrido as influências da inovação, gerando uma expectativa bastante grande nos variados públicos da escola em função dos impactos destas novas linguagens nos resultados do ensino. Tal análise é relevante pois tais condições ambientais causam necessidade de adaptação na educação e, conseqüentemente, nas condições de produção da BNCC.

Segundo Orlandi (2015, p.28 e 29) as condições de produção

compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. ...em sentido estrito e termos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

É necessário, portanto, considerar que as condições de produção descritas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) lançada em 2017, destaca que o processo de ensino-aprendizagem (que envolve os sujeitos e a situação) deve ser orientado, de forma a ser concebido como uma oportunidade de formação plural, dinâmica e multicultural (contexto sócio-histórico, ideológico). Ela deve ter fundamentos nos princípios filosóficos educacionais e nos referenciais bibliográficos didático-pedagógicos. Identifica-se que a necessidade de uma ação pedagógica se tornar flexível e dinâmica, cabendo ao professor inspirar e mediar o desenvolvimento das potencialidades do educando (contexto imediato), de modo a visar ao pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tais situações são identificadas na descrição das dez competências da BNCC conforme explicitadas a seguir.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar

e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2017, p.9)

Tais competências podem ser definidas nas seguintes expressões: 1) **Conhecimento**, 2) **Exercício do pensar científico**, 3) **Diversidade cultural**, 4) **Habilidades de Comunicação**, 5) **Comunicação Digital**, 6) **Exercício da Cidadania e Autonomia**, 7) **Papel Social**, 8) **Autoconhecimento**, 9) **Tolerância às diferenças**, 10) **Responsabilidade com a sociedade**. Desse modo, depreende-se que tais competências direcionam para a consecução dos três objetivos preceituados na **Constituição já expostos**.

O foco deste trabalho é identificar as condições de produção na qual foi desenvolvida a BNCC, no que se refere às suas propostas tecnológicas para a escola avaliar a viabilidade e as condições de acesso da população para essa execução.

Analisando em detalhes as dez Competências Gerais identifica-se que em pelo menos quatro delas salienta-se a questão “Tecnologia” ao destacar as palavras: Digital (1 e 4), Tecnológicas (2) e Tecnologias digitais de informação (5). Sendo assim, essas 4 competências serão analisadas, verificando as propostas do trabalho em cada uma delas.

3.1 Competência 1

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2017, p.9)

Pecheux (1997) destaca que o processo de produção do discurso é “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. A memória, nesse caso, também se faz relevante pois essa construção, conforme Orlandi (2015, p. 29) aciona e faz valer as condições de produção, falando “antes, em outro lugar, independentemente”. Nessa competência, fica evidenciada a necessidade de valorizar os conhecimentos para, de posse desses, contribuir com a construção da sociedade sonhada para o futuro. Dentre os conhecimentos objetivados inclui-se no texto o conhecimento digital. Nesse ponto cabe discutir as condições de produção desses conhecimentos, nesse caso o digital, em cada região.

Um em cada três brasileiros vive em áreas sem jornais ou sites noticiosos locais

RAPHAEL HERNANDES
DE SÃO PAULO

08/11/2017 © 02h00



Aproximadamente 70 milhões de brasileiros – cerca de 35% da população nacional – vivem em áreas sem a presença de um jornal ou de um site de notícias local.

A conclusão é do "Atlas da Notícia", estudo realizado pelo [Projor](#) (Instituto para o Desenvolvimento de Jornalismo) e pelo [Observatório da Imprensa](#), em parceria com a agência Volt Data Lab, publicado nesta terça-feira (7).



Figura 1: Falta de informações locais

Fonte: Jornal Folha de São Paulo (acesso em 08/07/2018)

A figura 1 demonstra uma notícia divulgada em 08/11/2017 no jornal Folha de São Paulo, referindo a uma pesquisa do Atlas da Notícia apontando que “aproximadamente 70 milhões de brasileiros – cerca de 35% da população nacional – vivem sem a presença de um jornal ou de um site de notícias local”. Isso significa que esse conhecimento digital, apesar de importante, para boa parte da população dificilmente reforçará a cultura, história, memória e aspectos regionais. Tal ação apesar de relevante demonstra que o digital, apesar de proporcionar uma visão de mundo, muitas vezes pode causar um afastamento da realidade

local, ou seja, esses conhecimentos historicamente construídos, quando são analisados deste ponto de vista, tem a tendência de serem apagados em locais como os citados pela pesquisa.

3.2 Competência 2

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BNCC, 2017, p.9)

É interessante a abordagem das condições de produção neste contexto pois elas podem mesclar “o jogo de imagens que o sujeito está inserido (as formações imaginárias a respeito de sua própria posição e da posição do outro) e a situação concreta historicamente determinada” (SIQUEIRA, 2017). Esse exercício da curiosidade intelectual tem sua relevância, todavia a sua avaliação não é a finalidade do trabalho. Neste momento a análise foca na formulação de hipóteses e sua resolução inclusive de modo tecnológico, mas considerando o impacto que isso terá nos espaços regionalizados de recursos tão diversos. Essa análise crítica é fundamental pois numa sociedade com mudanças rápidas, a escola não pode ser concebida como um local onde ocorre a transmissão de conhecimentos prontos, ela deve criar um contexto que conduza o aluno a desenvolver uma postura decorrente de uma pedagogia da pergunta ou da indagação, no lugar da pedagogia das respostas prontas inacabadas. O lócus no qual a educação seja vista não como transmissão de conhecimentos, mas como uma soma de instrução, entendimento, manejo de regras (competências) e reconhecimento dos saberes da humanidade. A questão que se coloca é como utilizar essas tecnologias tão díspares a serviço da educação.

É interessante observar que, nesse caso, a competência não aborda o tema tecnologia digital, logo entende-se que esse exercício da curiosidade pode auxiliar no desenvolvimento de soluções tecnológicas, a partir de materiais simples encontrados localmente, sendo possível sua interação com os instrumentos locais, proporcionando um ganho pessoal e para a sociedade.

3.3 Competência 4

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BNCC, 2017, p.9)

Tal competência aborda as habilidades de comunicação e, dentre essas, a linguagem digital. É interessante que, nesse caso, observar o conceito das condições de produção dessa competência, pode nos oferecer a “possibilidade de problematizar os vestígios históricos de constituição e produção sucessiva de informação” (MEDEIROS, 2008, p.48). Esse movimento de preocupação em colocar na escola, à disposição das crianças, as linguagens digitais já se faz presente em algumas escolas consideradas de elite, conforme demonstra a figura 2.

Crianças começam a ser preparadas para a era da automação



A pesquisadora Amanda Sullivan com crianças em acampamento organizado pela Universidade Tufts

Do "New York Times"

07/08/2017 © 02h00

Figura 2: Era da informação

Fonte: Jornal Folha de São Paulo (acesso em 08/07/2018)

A figura 2 demonstra uma reportagem do jornal Folha de São Paulo em matéria intitulada “Crianças começam a ser preparadas para a era da automação” de 07/08/2017 relata que nos Estados Unidos algumas escolas já ensinam lógica de programação como se fosse um outro idioma, citando que essa é uma das “competências fundamentais que definem se uma pessoa vai ficar para trás ou prosperar na economia moderna são desenvolvidos cedo, e disparidades nas realizações já aparecem no pré-primário”. A matéria também dá destaque para o fato de que pais, preocupados quanto ao futuro “estão pressionando seus filhos para que aprendam a escrever código de software aos dois anos de idade, e os proponentes dessa modalidade de educação dizem que isso é tão importante quanto aprender letras e números”. No Brasil este fenômeno também está ocorrendo conforme exemplifica o jornal Estadão (Figura 3) na matéria “Escolas novas já pagam até R\$ 20 mil para atrair professor” de 07/01/2018 expondo a concorrência no ramo da educação, e cita as novidades didáticas

adotadas por escolas de elite na cidade de São Paulo, entre elas o ensino de lógica de programação e cita o depoimento de uma mãe afirmando que se encantou com o ensino proativo de determinada escola “e com o fato de o filho poder, desde pequeno, aprender lógica de programação”.

Escolas novas já pagam até R\$ 20 mil para atrair professor

Busca pelos melhores professores faz colégios internacionais usarem até headhunters e instituições, que abrem em 2018, recebem enxurrada de currículos; mensalidade é de até R\$ 8 mil

Especial

Reportagens ▾ TODAS AS MATERIAS DESSE ESPECIAL

Renata Cafardo, O Estado de S. Paulo
07 Janeiro 2018 | 03h00



SIGA O ESTADÃO



Figura 3: Novidades didáticas

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo (acesso em 08/07/2018)

Ensinar linguagem digital não é necessariamente o mesmo que ensinar lógica de programação, mas essa iniciativa proposta na BNCC objetiva o preparo para o desenvolvimento da habilidade de comunicação em diversos formatos de modo a permitir, ao cidadão, a possibilidade de interagir com seu meio. A questão que se coloca são as grandes diferenças de recursos entre as regiões. A matéria citada na figura 3 expõe o alto investimento no professor para que ele esteja preparado para agir proativamente com os alunos e saiba utilizar tais recursos de forma a contribuir com o aprendizado e a fazer isso de modo interessante para o aluno. Nesse contexto, em regiões com maior escassez de recursos, inclusive humanos, qual o preparo dos professores para essa interação? Novamente é necessário refletir nas condições de produção de tal atividade pois, apesar da proposta parecer interessante, quando aplicada, identifica-se uma grande dificuldade em sua execução. Outra análise é, quais as necessidades que esse cidadão terá em sua região de modo a aplicar isso? Não haveria outros conhecimentos, tecnologias, métodos mais adequados para a sua formação profissional e enquanto cidadão?

3.4 Competência 5

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e

disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p.9)

Esta competência preocupa-se em desenvolver uma cultura digital para viabilizar essa comunicação no ambiente digital em que vivemos e ter domínio sobre o acesso às informações e tecnologias para ser protagonista de suas decisões. Como nas competências anteriores o desenvolvimento dessa cultura foi colocado também sob a responsabilidade da escola demonstrando a importância atribuída pelo Governo às tecnologias digitais na formação do cidadão e profissional.

É interessante observar, todavia, que o conceito de *condição de produção* de Pecheux tem um lugar privilegiado, uma vez que [não é mais possível atribuir ao sujeito a produção de suas falas](#) (desse modo, não é mais possível afirmar que o sujeito é a fonte do discurso) (Siqueira, 2017). Logo a formação do cidadão crítico, dono de si tem forte influência dessas condições de produção sem que o mesmo sequer identifique essa influência. Ainda cabe destacar a existência da memória metálica que segundo Orlandi (1998, p.16) “reduz o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente transparentes”, ou seja, a produção discursiva estará vinculada às informações que este teve acesso, sendo a este quase que imperceptível essa influência.

Um fato que corrobora as afirmações de Pecheux e Orlandi, são os dados do IBGE, constatando que, em 2016 quase 70% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Tais dados quando analisados discriminadamente demonstram que enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tem em média 73% desses lares com acesso, nas regiões Nordeste e Norte essa média é de 59%. Outro dado interessante refere-se à comparação entre domicílios urbanos e rurais. Enquanto nos urbanos o índice é de 75% (chegando a quase 80% nos domicílios urbanos da região Sudeste), nos domicílios rurais é de pouco mais de 33% (chegando a 22% dos domicílios rurais da região Norte). Isso significa que dos pouco mais de 206 milhões de brasileiros, quase 54 milhões não tem acesso à internet em seus domicílios.

A análise e interpretação de tais dados é relevante pois essas condições de produção impactam as políticas públicas pois qualquer projeto que queira ser implantado precisa levar em consideração o acesso digital necessário para viabilizá-lo. Observa-se que há uma lacuna relevante entre as regiões no que se refere a esse acesso à internet, sendo que nas regiões menos favorecidas neste aspecto, mais de 40% dos domicílios não tem esse acesso. Quando observado para as áreas rurais identifica-se que o desafio é ainda maior. Tal situação, conforme já explicitado, impactam também na mão-de-obra (professores) preparada para ministrar esses conteúdos para os alunos. Cabe ainda identificar o acesso não somente à internet, como também às tecnologias digitais nas escolas para proporcionar esse

aprendizado aos alunos e cumprir o que a BNCC se propõe, propiciar educação igualitária para todos.

Considerações Finais

A BNCC, de acordo com o Governo Federal, foi resultado de um amplo processo de consulta pública à sociedade brasileira quando, em sua primeira etapa, teve mais de doze milhões de contribuições. O projeto pretende ser um documento plural, moderno e que prepare jovens para o pleno exercício da cidadania, oferecendo igualdade de condições a todos os brasileiros.

Dentre os pontos importantes da BNCC, o desenvolvimento e aculturação com as questões de tecnologia digital estão bem claras no projeto. De acordo com a análise das condições de produção apregoadas no projeto, identificou-se que há uma pressão da sociedade para a inserção destes conteúdos no cotidiano escolar. O mercado da educação sofre influências como qualquer outro mercado gerando pressões pela adoção de tais tecnologias.

Apesar dessas pressões identificou-se que o acesso à internet e às tecnologias como um todo, são bastante díspares nas diversas regiões do país. Mesmo dentro das regiões com maior acesso a esses recursos há uma diferença bastante impactante entre escolas públicas e particulares, tendo casos extremamente avançados nessa adoção, enquanto que em outros casos, o próprio acesso à internet é muito limitado.

Tal situação gera muitas dificuldades na execução do plano e até os desvirtua, pois há uma série de ações que poderiam ser tomadas para a integração à cultura e necessidades locais que acabam ficando em segundo plano por um suposto atendimento à BNCC. Nesse aspecto é relevante citar Nogueira e Dias (2017, p.953) ao afirmarem que, o lugar do político nesse sentido, será “deslocado para outro lugar. Trata-se de um efeito ideológico. Isto é, estamos dizendo que há um apagamento daquilo que é constitutivo das relações de classe no capitalismo”. Tal situação acabará distorcendo a proposta, pelo fato desta ser imposta por outros motivos que não somente o aprendizado e sua aplicabilidade utilizará recursos (humanos, financeiros e estruturais) que serão desperdiçados, dificultando ainda mais o processo ensino-aprendizagem.

Diante de tais constatações é necessário ter a liberdade, considerando a proposta da BNCC para um entendimento da realidade local e a verificação da viabilidade de sua execução. A existência da BNCC, além de legal, pode trazer benefícios às escolas de todo o país ao proporcionar um rumo a seguir, todavia é imprescindível a atenção às condições de

produção locais, de modo a permitir a identificação com a cultura local, compreensão da realidade e a contribuição efetiva com a região de atuação da escola e das pessoas envolvidas.

Referências

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Educação é a base. Terceira versão. Ministério da Educação: Brasil, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado. Acesso em: 08 julho 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> . Acesso em: 08 julho 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>: Acesso em: 08 julho 2018.

ESTADÃO. Escolas novas já pagam até R\$ 20 mil para atrair professor. <Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,escolas-novas-ja-pagam-ate-r-20-mil-para-atrair-professor,70002141009>.

MEDEIROS, Caciene Souza de. As condições de produção e discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. Porto Alegre: FAMECOS. 2008. V.20, p.48-55

FOLHA de São Paulo. Um em cada três brasileiros vive em áreas sem jornais ou sites noticiosos locais. <Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1933597-um-em-cada-tres-brasileiros-vive-em-areas-sem-jornais-ou-sites-noticiosos-locais.shtml>>: Acesso em: 08 julho 2018.

FOLHA de São Paulo. Crianças começam a ser preparadas para a era da automação.shtml. <Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1907717-criancas-comecam-a-ser-preparadas-para-a-era-da-automacao.shtml>>: Acesso em: 08 julho 2018.>

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 2016 Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal](https://www.ibge.gov.br/estatisticas). <Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas)

novoportala.gov.br/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=19937&t=sobre>:

Acesso em: 08 julho 2018.

NOGUEIRA, L.; DIAS, J. P. **Educação e Trabalho na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): linguagem, instituições e práticas sociais**. In: Enelin 2017 - VII Encontro de Estudos da Linguagem e VI Encontro Internacional de Estudos da Linguagem, 2018, Pouso Alegre - MG. ENELIN 2017 / Textos Completos - Pouso Alegre - MG: Univás, 2018. v. 1. p. 948-958.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)** IN GADET, F. HAK, T. (Org.). Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 74.

SIQUEIRA, Vinícius. **Condições de produção do discurso** – Michel Pêcheux. <disponível em: <http://colunastortas.com.br/condicoes-de-producao-do-discurso-michel-pecheux/>> 2017: Acesso em: 10 julho 2018.

A FUNCIONALIDADE SOBRE O DIREITO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Maria Gorete Ferreira²⁷

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

mgfunivas@hotmail.com

Resumo: o estudo teve como objeto esclarecer o funcionamento da atividade artística do artigo 5º da CF, IX, sobre a liberdade de “expressão da atividade artística”. Essa norma possui um conceito amplo, aberto e variável, não somente no Brasil, mas também no direito comparado. A liberdade de expressão da atividade artística é um instrumento viável e utilizado pelo ser humano como forma de manifestação e disseminação de ideais. Não sendo difícil defrontar-se com situações que impossibilite o exercício dessa liberdade, assim colidindo com outros direitos. Considerando essa viabilidade de colisão de direitos a técnica aplicável para a interpretação será de ponderação.

Palavras-chave: *Liberdade de expressão. Colisão de direitos. Direito fundamental. Princípios.*

Abstract: *the purpose of the study was to clarify the operation of the artistic activity of article 5 of the CF, IX, on the freedom of "expression of artistic activity". This standard has a broad, open and variable concept, not only in Brazil, but also in comparative law. The freedom of expression of artistic activity is a viable instrument and used by the human being as a form of expression and dissemination of ideals. Not being difficult to confront with situations that preclude the exercise of this freedom, thus colliding with other rights. Considering this feasibility of collision of rights the technique applicable to the interpretation will be weighted.*

²⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL - Universidade do Vale do Sapucaí – Univás. Pouso Alegre- MG. Bolsista da FAPEMIG (Fundação e Amparo à Pesquisa de Minas Gerais), <http://lattes.cnpq.br/1757644387080248>.

Keywords: *Freedom of expression. Collision of rights. Fundamental right. Principles.*

1. Introdução

O presente estudo teve como finalidade pensar como circula o funcionamento da atividade artística que tem regra contida no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu inciso IX, sobre a liberdade de “expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação...”. Essa norma explicitada no referido diploma legal possui um conceito extremamente amplo, aberto e variável, não somente em nosso país, mas também no direito comparado por se tratar de tema complexo e sem definição no ordenamento jurídico. Para isso é relevante que as cortes constitucionais estabeleçam critérios, quando houver demandas que possam configurar algum tipo de ilícito, agressão ou mesmo ofensa a terceiros.

Pois, a liberdade de expressão da atividade artística é um instrumento viável e utilizado pelo ser humano como forma de manifestação e disseminação de ideais. Dessa maneira, não é difícil defrontar-se com situações que exponha o exercício dessa liberdade, ou seja, desse direito resguardo no texto legal, que possui fissura, brechas, lacunas que poderá colidir com outros direitos de mesma ordem. Quando houver essa possibilidade de colisão de direitos é fundamental que haja uma ponderação por parte dos julgadores e que façam valer o princípio da proporcionalidade ou sopesamento, isto sem deixar de considerar a elasticidade inerente à atividade artística.

2. Conteúdo essencial dos direitos fundamentais

Em razão da essencialidade pode-se dizer que os direitos fundamentais não são absolutos e ilimitados é possível demonstrar e provar desde diversos pontos de vista. Para dimensionar essa ideia a cerca dessa essencialidade de conteúdo é relevante utilizar o que vêm sendo sustentado pela doutrina e pela jurisprudência. Assim estabelecendo critérios que lhe permitam avaliar e ponderar princípios que esteja em conflito diante da situação ocorrente

e que não importe esvaziamento do conteúdo essencial dos direitos fundamentais em questão. Considerando a superação dos antagonismos sem ferir a perspectiva axiológica concreta. (DA SILVA, 2010).

Dessa maneira, sabe-se que a harmonização dos direitos fundamentais é uma, sendo que perante o ordenamento jurídico não uma hierarquização entre princípios e sim, uma incessante caminhada no rumo da consolidação dos chamados Estados Democráticos. Com efeito, nos dizeres de Sarlet (2008) “existe uma imbricação intensa entre o princípio da legitimidade e o resguardo jurídico da pessoa em sua essência, porque, está claro, os princípios fundamentais se constituem mutuamente e jamais devem-se eliminar”. (SARLET, 2008).

Diante disso, é dizer que a preocupação objetiva visa respeitar o nosso Estatuto Fundamental em relação à eficácia dos direitos fundamentais no momento que se identifica com o intuito de cumprir e apresentar resultados da aplicabilidade máxima, interpretando-o e, em simultânea medida, concretizando-o adequadamente o caso concreto. (SARLET, 2015).

Para que haja uma concretização na aplicabilidade dos direitos fundamentais é necessária uma compreensão mais ampla, no que tange a ausência de uma explícita proteção do núcleo essencial dos referidos direitos, possibilitando adotar a avançada hermenêutica no sentido de que os direitos fundamentais (expressos e implícitos) não formam um sistema separado e sim que sejam configurados em um sistema aberto e flexível. Considerando, “os limites intransponíveis (formais e materiais), cujo respeito faz-se indispensável para que se evitem retrocessos em face de exageros do poder constituinte derivado”. (SARLET, 2015).

Ao mencionar a justificação da interpretação sobre um direito fundamental a que se falar em elementos configuradores do direito fundamental. Sendo os seguintes elementos: (a) os sujeitos dos direitos fundamentais (titular e destinatário); (b) o âmbito de proteção material, definido e delimitado a partir do objeto de proteção (suposto de fato mais bem jurídico regulado) e os limites que tenha o direito fundamental; e (c) a justificação constitucional dos limites, que se funda, primeiro, na autorização de restrição (reserva de lei), portanto, no aspecto formal, e, segundo, nos limites materiais (princípio da proporcionalidade e conteúdo essencial do direito fundamental). (STEIZNMET, 2014).

Quando se expõe estes três elementos como justificção para a aplicabilidade dos direitos fundamentais é relevante que seja destacado o segundo elemento: o âmbito material de proteção. Assim, há que se verificar primeiramente qual é o objeto protegido, ou seja, qual a essência/conteúdo do direito fundamental em questão, o bem jurídico regulado e a previsão de restrição pela Constituição. Para melhor compreensão, nesse sentido lembra Hesse: “cada direito fundamental encontra seu limite principalmente lá onde termina seu alcance material. Esse limite é, uma vez, uma questão do seu 'âmbito da norma', isto é, daquela parte da - muitas vezes, juridicamente já moldada - ‘realidade’, que é o objeto da garantia [...]”. (HESSE, 1998).

Para estabelecer esse limite e encontrar o alcance da norma material se faz necessário nortear fatos que ocorrem entre as relações de direitos fundamentais entre particulares, que também chamamos de efeitos horizontais dos direitos fundamentais, isto é, nas relações entre particulares. Devido a ampliação de direitos fundamentais e sua característica de inexauribilidade, é possível que toda relação contratual exista uma brecha/ vazio que algum direito fundamental seja “tocado”. A partir dessa constatação a doutrina atribuiu como características dos direitos fundamentais – a inalienabilidade, inegociabilidade, irrenunciabilidade, vedação do retrocesso, etc., ao fazer essa menção referente às características, a doutrina pressupõe que os efeitos dos direitos fundamentais limitam-se às relações verticais, ou seja, entre o Estado e indivíduos. (DA SILVA, 2014).

Diante disso verifica-se que a relação conflituosa e problemática, no que tange a direitos fundamentais esta ancorada nas relações entre particulares, ou seja, quando falamos em horizontalização de direitos fundamentais. Daí nota-se que não é somente o Estado que pode ameaçar os direitos fundamentais dos cidadãos, mas também os próprios cidadãos, sendo que qualquer relação entre particulares significa uma relação entre titulares dos mesmos direitos. Sendo estes direitos encontrados no mesmo nível, ou seja, na mesma ordem. Neste ponto, temos a grande questão, percebe-se a colisão de direitos, pois, não há como atender os mesmos titulares em um mesmo caso concreto que se encontra em oposição pretendendo a essência/conteúdo do direito fundamental em questão, sendo que ambos os titulares estão amparados pela norma jurídica. (DA SILVA, 2014).

3. Liberdade de expressão artística na Constituição Federal

A doutrina brasileira aponta como liberdade de expressão àquela que se destina a tutelar o direito de externar ideias, opiniões, juízos de valor, em suma, qualquer manifestação do pensamento humano. Da mesma forma, a expressão artística muitas vezes tem por base acontecimentos reais. (BARROSO, 2004).

Já a Constituição da República Federativa do Brasil traz no Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, expõe em seu Artigo 5º, e inciso IX:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença”.

Esse comando do *caput* do art. 5º sobre o direito da liberdade é amplo e aberto, porém quando em contradição com outro direito do mesmo nível há que se valer do objetivo daquilo que se convencionou a denominar técnica da ponderação.

A ponderação consiste, portanto, em uma técnica de decisão jurídica aplicável a casos difíceis, sobretudo quando uma situação concreta dá ensejo à aplicação de normas de mesma hierarquia que indicam soluções diferenciadas. A estrutura interna do raciocínio ponderativo está associada às noções difusas de balanceamento e sopesamento de interesses, bens, valores ou normas. “Todo esse processo intelectual tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade ou razoabilidade”. (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com os dizeres de Barroso (2004), “o equacionamento do problema e a apresentação da solução constitucionalmente adequada dependem da discussão relacionadas com a nova interpretação constitucional: colisão de direitos fundamentais, ponderação de valores, discricionariedade judicial e teoria da argumentação”. (BARROSO, 2004).

Sabe-se que ocorre nos casos de decisões jurídicas, ou seja, nas inúmeras possibilidades de interpretações que pode gerar quando se discute princípios e direitos previstos na Constituição que entram muitas vezes em linha de colisão, por abrigarem valores contrapostos e igualmente relevantes, como por exemplo: livre iniciativa e proteção do consumidor, direito de propriedade e função social da propriedade, segurança pública e liberdades individuais, direitos da personalidade e liberdade de expressão. O que caracteriza esse tipo de situação jurídica é a ausência de uma solução em tese para o conflito, fornecida abstratamente pelas normas aplicáveis. Desse modo sugere-se para a aplicabilidade da norma a técnica da ponderação.

4. Direito à liberdade de expressão no sentido estrito

Com base no exposto acima, saliento em dizer aqui ou intitular esse subitem de direito à liberdade de expressão no sentido estrito por estar esse direito de liberdade de expressão é assegurado no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal Brasileira, e em seus termos dispõe que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Esse comando ocorre em contrapartida do vem explícito no inciso IX, desse mesmo artigo, que aduz: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, independente de censura ou licença”. Essa declaração do direito de liberdade prevista no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira não é absoluta, ela é limitada, basta observar que o inciso IV deste artigo, declara a livre manifestação do pensamento, todavia veda o anonimato, e mais adiante o inciso X, impõe responsabilidades para aquele que violar a intimidade, a honra ou a imagem de outrem. (COSTA, 2017).

O direito à liberdade de expressão é um direito básico, porém ele é relativo. Dessa maneira, far-se-á se necessário uma ponderação aos excessos da liberdade de expressão, de modo que ao limitar não restrinja essa garantia constitucional, e ao se expressar, criar, ou comunicar, não profane o direito alheio.

De outro lado, faz-se pertinente sabermos o que a legislação brasileira expõe sobre atividade artística, que se encontra respaldo na Lei nº. 6.533 de 24 de maio de 1978, que regulamenta as profissões de Artistas, conforme exposto no seu artigo 2º:

Art. 2º. Para os efeitos desta lei, é considerado:

I - Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública.

Para regulamentar essa lei, o Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, traz em quadro anexo uma série de conceitos para as diversas atividades que o termo artista abrange. Em vista disso, faz-se necessário visualizar as diversas realidades nas quais os artistas encontram-se inseridos, principalmente em nosso país, por conta de nossas disparidades econômicas, sociais e regionais, bem como a relação que o intérprete estabelece para com sua obra, a forma com a qual ele a visualiza, concebe e objetiva seu destino. Cada ator difere do outro, não só pelo contexto em que está inserido e por sua aptidão, vivência, técnica e personalidade, mas também pela forma, conteúdo e destinação que almeja para seu objeto artístico. (MOURA, 2010).

Sobre esses dizeres Diniz, expõe que:

Mais adiante, é sempre relevante termos consciência de que a história da arte não deve ser nosso único parâmetro de análise da legitimidade dos artistas. Haverá sempre aqueles que serão altamente legitimados em seus bairros, cidades, estados, países ou mesmo continentes, e, no entanto não serão citados na ‘grande história da arte’. Esses artistas, todavia, contribuem imensamente para o desenvolvimento das artes em seus sistemas específicos – provavelmente mais do que o fazem os livros e historiadores que elencam importâncias mundiais da arte -, ao vivenciar e contribuir com a discussão de questões específicas (e importantes) ao sistema do qual fazem parte e que não necessariamente são abordadas em outros ambientes. (DINIZ, 2008, p. 157).

Diante de nossa contextualidade social que o que compreendemos por atividade artística de desdobra em espaço e atenções com a televisão, o cinema, o marketing, a educação, movimentos culturais e outras áreas, “o ator se desdobra em dois grandes modelos: de um lado, aquele a serviço da sociedade de consumo, e, de outro, aquele disposto a uma atividade mais agenciadora do homem que lhe assiste”. (CARVALHO, 1992, p. 81).

Cumprе ressaltar que chamo esse subitem de direito à liberdade de expressão no sentido estrito, no que tange a atividade artística por estar ela designada em lei específica e infraconstitucional e estar ainda, regulamentada perante o nosso ordenamento jurídico.

Ainda buscando apontamentos sobre a atividade artística diz Aristóteles (1966, p. 22) ao indicar duas as causas que deram origem à arte, são elas: o fato de que a reprodução de atos alheios é natural ao homem desde sua infância e a ocorrência de que esta imitação é um aprazível meio de aprendizado. (ARISTÓTELES, 1966).

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) – PNCs, que foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Para fundamentar tal posição, é sabido que a dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. (BRASIL, 1998).

Ainda com relação aos PNCs é relevante ressaltar que a manifestação artística tem em comum com outras áreas de conhecimento um caráter de busca de sentido, criação, inovação. Essencialmente, por seu ato criador, em qualquer das formas de conhecimento humano, ou em suas conexões, o homem estrutura e organiza o mundo, respondendo aos desafios que dele emanam, em um constante processo de transformação de si e da realidade circundante. Compreendemos aqui a dimensão da atividade artística como direito fundamental em nosso ordenamento jurídico, podendo ser objeto de colisão de direitos. (BRASIL, 1998).

5. Considerações finais

Considerando a temática do estudo a cerca da funcionalidade do direito à liberdade de expressão e a possibilidade de uma colisão de direitos fundamentais vinculado ao objetivo de esclarecer como circula o funcionamento da atividade artística que tem regra contida no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu inciso IX, sobre a liberdade de “expressão da atividade intelectual, artística... verificou-se que a busca pela interpretação da norma jurídica, sempre pela melhor posição da hermenêutica se dá em razão da aplicabilidade da técnica da ponderação quando houver a colisão de direitos fundamentais, sendo estes ancorados na horizontalidade.

Correlacionando a ideia da interpretação no campo do Direito, observou-se para sua realização, produção e eficácia da essencialidade do conteúdo dos direitos nas relações jurídicas é necessária a aplicabilidade de uma técnica, como visto acima. Esta técnica envolve adequação, necessidade, proporcionalidade ou sopesamento de princípios onde houver a colisão.

Por outro lado, convergindo a ideia de interpretação em nosso campo de estudo, ou seja, o campo das ciências da linguagem, mais precisamente, na teoria da Análise de Discurso a compreensão a cerca do método de interpretação, dizemos o lugar do qual se interpreta, sendo possível verificar as evidências e compreender como a linguagem funciona pela interpelação do sujeito, que acolhe a opacidade da linguagem. Desse modo, sendo este método capaz de constituir um dispositivo teórico, a partir da “determinação dos sentidos pela história, a constituição dos sujeitos pela ideologia, o inconsciente, permeando espaço para o possível, a singularidade a ruptura e a resistência”. (ORLANDI, 1999).

A Análise de Discurso busca uma proposta de construção de um dispositivo de interpretação que contemple a característica que se coloca o dito em relação ao que não foi dito, aquilo que o sujeito expõe de um determinado lugar e diz o mesmo de outro lugar, ocupando uma posição sujeito diferente, isso alavanca um discurso irregular. Aqui se observa amplitude da Análise de Discurso quando pugna por “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. (ORLANDI, 1999).

Assim Pêcheux diz que todo enunciado é linguisticamente possível de ser descrito como uma série de pontos de deriva que possibilita um lugar à interpretação. Esse lugar que toma o enunciado acaba sendo suscetível de ser/tornar-se outro. Aqui a interpretação se dá pela manifestação do inconsciente, da ideologia, com capacidade de envolver a produção de sentidos e desancorar na constituição dos sujeitos.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.

BARROSO, Luis Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista de direito administrativo**, v. 235, p. 1-36, 2004.

BRASIL. **Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm. Acesso em 14 de nov de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998. 116 p. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/artes.pdf>. Acesso em 16 de nov de 2018.

CARVALHO, Ênio. **O que é ator**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

COSTA, Daniela Oliveira Rodrigues. **Lei antibaixaria**: uma ponderação aos excessos da liberdade de expressão. Revista Científica do Curso de Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rccd/article/download/2706/2249/>. Acesso em 16 de nov de 2018.

DA SILVA, Virgílio Afonso. Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. Editora Malheiros, 2ª Ed., São Paulo, 2010.

DINIZ, Clarissa. **Crachá**: aspectos da legitimação artística (Recife – Olinda, 1970 a 2000). Recife: Editora Massangana, 2008.

HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**. Trad. De Luis Afonso I-Jeck. Porto Alegre: S. A Fabris, 1998., p. 250.

MOURA, Gyl Giffony Araújo. **De quem é a cena**: a regulamentação do exercício dos atores amadores e profissionais no Brasil. VI Enecult, encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12ª edição. Rev atual e ampl. Porto Alegre. Livraria do Advogado/ Editora 2015.

SARLET, I. W. **Direitos Fundamentais e Proporcionalidade**: notas a respeito dos limites e possibilidades de aplicação das categorias da proibição de excesso e de insuficiência em matéria criminal. In: Revista da Ajuris, v. 35, nº 109, março 2008. p. 155.

STEINMETZ, Wilson Antônio. **Colisão de direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade**. 2001.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. **Por uma teoria dos princípios**. O princípio constitucional da razoabilidade. 2003, p. 219.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Michel Pêcheux e a análise de discurso.** Estudos da Língua (gem), v. 1, p. 9-13, 2005.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: A ESCOLA MUNICIPAL "JOÃO LÚCIO DOS SANTOS" DA CIDADE DE CONGONHAL (MG)

Matheus Jerônimo Henrique Lopes, Cleyton Antônio Da Costa

Curso de História
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

matheujhl@gmail.com , cleytoncac@yahoo.com.br

Resumo. O presente estudo investiga as diferentes memórias de diferentes sujeitos sociais da Escola Municipal João Lúcio dos Santos na cidade de Congonhal – MG. Trabalharemos com as narrativas orais e as fotografias que possibilitarão compreender como os sujeitos sociais, como egressos, professores e funcionários, compreendem e significam o espaço escolar, que é permeado por diferentes lembranças e sentidos. Lembranças que oportunizam conhecer acontecimentos que envolvem alunos, professores, diretores, colaboradores, egressos que vivenciaram diferentes momentos na escola.

Palavras-Chave. Cidade. Escola. Memórias. História. Experiência

Abstract. *The present study investigate the different memories of different social subjects of the João Lúcio dos Santos Municipal School in the city of Congonhal - MG. We will work with oral narratives and photographs that will allow us to understand how social subjects, as graduates, teachers and employees, understand and mean the school space, which is permeated by different memories and senses. Memories that allow to know events that involve students, teachers, directors, employees, graduates who have experienced different moments in school.*

Keywords. *City. School. Memoirs. Story. Experience*

Introdução

A escola é vista como espaço marcado como o lócus do saber, ou seja, o lugar em que é ministrado o saber institucionalizado. Regido por normas, preceitos e toda uma organização regimental para o seu “bom” andamento. Nosso intuito é ir além dessas questões mencionadas, busca-se conhecer e investigar as memórias e experiências que permeiam e permearam a Escola Municipal João Lucio dos Santos da cidade de Congonhal, sul de Minas.

Imbuídos nessa tarefa, compreendemos o compromisso de trazer à tona as lembranças que resistem ao tempo. Lembranças que oportunizam conhecer acontecimentos que envolvem alunos, professores, diretores, colaboradores, egressos que vivenciaram diferentes momentos na escola.

Almeja-se investigar as diferentes memórias na/da Escola Municipal João Lucio dos Santos, propiciando conhecer diferentes experiências. A escola registra grande parte da memória social de uma comunidade devido de seu cotidiano e de sua temporariedade.

A escola oportuniza o tempo da aprendizagem através de práticas utilizadas na infância e juventude, sendo essas práticas como normas e regimentos; transmissão de valores; indumentária específica como o uniforme; o percurso traçado até à escola; brincadeiras e desafios; experiências com o grupo; festejos, reuniões e encontros; material didático utilizado e outros acontecimentos que ganham sentido na relação social com o cotidiano. Isso mostra que a escola enquanto lugar de memória.

2. A Escola: Espaço de Memórias

Uma escola compõe a história de uma comunidade. Junto a ela é entrelaçada as memórias dos sujeitos sociais. Nisto, vemos a importância de se ter uma escola atuante dentro de uma cidade.

Na busca de olhar a cidade, que vai além do material, do físico, do concreto, Fenelon nos adverte:

A cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto nos resultados e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos... Ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e projetos oficiais sempre justificados como o necessário caminho do progresso e da modernidade (1999, p. 07).

Vemos a cidade como o lugar em que os sujeitos sociais dinamizam o seu viver, buscamos entender a cidade não apenas como algo estrito ao físico, ao bruto, ao concreto, ao asfalto, prédios, ruas, casas. Mas sim, a interação dos sujeitos com estes espaços o que, conseqüentemente, resulta nas marcas ao longo da história.

A cidade é constituída como espaço vivido de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos, muitas vezes de forma conflituosa. Neste espaço vivências, valores, sentimentos, tensões, conflitos são manifestados e reafirmadas lembranças e esquecimentos. Pelo fato de

a atuação dos grupos hegemônicos que trabalham na organização e manutenção da cidade, esta dinâmica do lembrar/esquecer, é materializada nos espaços urbanos em prol de um discurso pautado no ideário de progresso.

Como instituição que proporciona a formação social e intelectual de crianças, jovens e adultos. Nisto vemos suas marcas efetivas dentro do espaço urbano. E essas marcas são constituídas pelas experiências passadas e que são significadas ao longo do tempo.

Trabalharemos com as memórias desses sujeitos sociais que são construídas socialmente e trazem à tona significados e interpretações variadas:

se consideramos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumento socialmente criados e compartilhados (Portelli, 1997, p. 16).

A memória é uma construção que, ao longo das experiências, significa e/ou ressignifica os acontecimentos passados diante do contexto em que é produzida. Ela se refere a uma pessoa, a que relata ou escreve suas percepções, porém esta elaboração se efetiva com a convergência de experiências compartilhadas socialmente. Os sentidos, significados, impressões se somam mediante a interação estabelecida no grupo, sociedade, família, no trabalho, em diferentes épocas.

Portanto, o passado vivido se mescla com as experiências recentes proporcionando a elaboração de olhares múltiplos.

Tal como apreender a ampliação do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam (Delgado, 2010, p. 38).

Imersos nessas memórias variadas é possível compreender, refletir as diferentes problematizações que atravessam a história da Escola Municipal João Lúcio dos Santos.

Teixeira discute que

A escola armazena grande parte da memória social em decorrência de seu cotidiano e de sua temporariedade. Ela representa o momento de toda aprendizagem através de elementos utilizados na juventude, tais como normas; transmissão de valores; uniformes; caminho percorrido até à escola; brincadeiras e desafios; experiências com o grupo; material didático utilizado e outros acontecimentos que ganham sentido na relação social com o cotidiano. Isso mostra que a escola enquanto lugar de memória é ao mesmo tempo simbólica e material (2015, p.03).

Notamos que a escola é um lugar repleto de elementos que possibilitam muitas reflexões e debates. Mas pretendemos compreender esse espaço como um lugar que é significado pelos docentes, colaboradores, egressos que vivenciam e vivenciaram neste lugar grande de suas vidas.

Assim, devemos conhecer a historicidade que envolve a Escola Municipal João Lúcio dos Santos em Congonhal.

No ano de 1965, o município de Congonhal possui uma escola, e com o aumento da população escolar fez-se necessário a criação de uma nova escola. E em 23 de março de 1966, foi criado o “Grupo Escolar de Congonhal” e no mesmo ano é denominada “Grupo Escolar João Lúcio dos Santos”, homenageando um filho da terra, que pertencia a uma ilustre família da cidade.

No ano de 1998, a escola foi municipalizada através do decreto nº 8.650 de 04 de fevereiro de 1998, passando a ser denominada de “Escola Municipal João Lúcio dos Santos”, que atendendo ao Ensino Fundamental I.

Desta maneira, buscamos trazer à tona as diferentes memórias que envolvem o âmbito escolar. Memórias que trazem brincadeiras, aprendizados, festejos e vivências oportunizadas pelo convívio na escola.

A escola representa diversos aspectos para a criança, pois sendo uma das primeiras fases de convívio fora do lar, a instituição escolar tem por objetivo transmitir valores, conhecimentos e desafios, dando sentido social em meio ao convívio no cotidiano.

Na narrativa da senhora Celina

A escola acaba sendo para o filho ficar, eu acho que a escola não pode ser vista como um depósito de criança. Tem que ser vista como um espaço privilegiado de transformação da vida. Quando a gente tem a oportunidade de conversar pessoalmente, a gente fala assim, conta a experiência da transformação da escola na vida de todo mundo (Entrevista com Celina Salete Sousa Alvarenga, no dia 24/07/2018).

Ao analisar esse fragmento pode-se compreender o contexto sobre a relação entre escola e família, no qual, muitos pais colocam as crianças na escola não só pelo fato de estarem buscando conhecimento, mas sim, consideram esse espaço como um lugar para seus filhos ficarem, com o propósito de fazer outras atividades cotidianas.

Ao analisar uma instituição como a escola, podemos ver diversas funções com variados sujeitos, cada qual exercendo a sua prática escolar. A função de uma supervisora é auxiliar as atividades dos professores, supervisionando suas aulas e trabalhando

cada vez mais em uma melhor didática. Celina, porém, além de exercer sua função na qual foi destinada, exerce não só em um campo profissional, mas também em uma questão moral e sentimental, pois busca estar conversando e aconselhando os pais com o propósito de conscientizar a tamanha importância que a escola tem para seus filhos.

A escola se constitui como um espaço de diferentes práticas, uma das dinâmicas é o contato com produção cultural com a poesia, música. Vemos na fotografia uma apresentação de música.



Figura 1. Alunos da Escola Municipal João Lúcio dos Santos. Fonte: Rede Social Facebook.

Nesta fotografia podemos ver uma apresentação musical entre os alunos, tendo a foto assim como evidência ou testemunho daquela que foi essa experiência, tanto para as crianças, quanto para os professores que organizaram.

Manter crianças dessa idade concentradas e sem fazer bagunça é uma tarefa difícil para quem está tomando conta. Podemos analisar da forma em que a foto às vezes não consegue ser fiel a realidade, pois ao bater os olhos nela vemos muitas crianças sentadas e concentradas no que está acontecendo, mais para isso acontecer precisa de uma certa disciplina e organização.

Compreendemos que “a fotografia passa a ser compreendida não como verdade, mas como marca, isto é, índice. O índice é um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente” (Lima; Carvalho, 2012, p. 42). Atentos a este caminho interpretativo, vemos a fotografia como um suporte que não carrega em si a verdade, a totalidade, mas uma percepção do ocorrido que foi registrado, que favorece o lembrar do

fato que foi cristalizado neste suporte, consistindo como um vestígio, ou seja, fornece informações, porém estas disponibilizadas pelo ângulo do fotógrafo.

Dona Celina narra acerca do nome que a escola leva:

Eu sei que ele foi uma pessoa mais antiga e influente na política Congonhalense. Ele teve vários filhos né, todos moraram aqui na época. As pessoas quase não estudavam, eles eram estudados. Tinha o Tião Lúcio que era veterinário, tinha o Rubens, que ele foi agrônomo, que formou em Lavras. Então, tinha o Zé Vilela, ele era advogado. Então, era uma época que quase ninguém aqui estudava, então o pessoal que viveu se fosse vivo hoje teria mais de 80 e 90 anos. Eles eram todos formados, era uma coisa rara na época para o município, ele tinha essa visão de colocar os filhos para estudar (Entrevista com Celina Salete Sousa Alvarenga, no dia 24/07/2018).

Entender a escola como um espaço de memórias é primordial para que se construa uma história social dessa instituição, abarcando sujeitos que trabalham, que estudam e que participam do convívio escolar. Mas compreender o espaço físico, buscando conhecer também o início e quem teve o incentivo para a construção, é essencial para a história.

Por isso, é necessário entender o papel do sujeito na qual a escola carrega seu nome, que é o João Lúcio dos Santos.

De acordo com Celina, ele foi uma pessoa muito influente na cidade e tinha uma visão diferenciada sobre a educação, incentivando assim, seus filhos a estudarem.

Congonhal antigamente vivia da base agrícola e do comércio, sendo assim, muitos não tinham essa visão de sair, estudar e ter uma formação acadêmica, e muitos também não tinham condições de sustentar seus filhos em uma faculdade. João Lúcio sim, tinha essa concepção e condição e, no entanto, todos os seus três filhos se formaram, sendo eles veterinário, agrônomo e advogado.

A partir disso, o nome João Lúcio dos Santos foi incorporado no prédio escolar e em uma rua da cidade também. Seu rosto foi assimilado em um busto que se localiza na parte frontal da escola, ou seja, é um monumento que significa um personagem histórico na paisagem urbana.

O monumento tem por objetivo conservar uma memória, usada como critério de preservação daquilo que se torna uma identidade daquele espaço.

É indispensável conhecer essas histórias, mas temos que ter consciência de que todo e qualquer espaço é formado por memórias e sujeitos que muitas vezes são esquecidos. E na escola João Lucio dos Santos não é diferente, é um espaço que se tem uma memória física e pessoal.

A narrativa oral possibilita conhecer questões e acontecimentos que não foram registrados, ouvir as experiências dos sujeitos possibilita o contato com lembranças que não circulam, pois alguns tiveram contato com essas memórias.

Domingues nos aponta que

A História Oral tem sido uma das grandes contribuições ao estudo das experiências de homens e mulheres em diversos e diferentes setores da sociedade, abrindo um caminho de conhecimento e possibilidades de valorização de grupos sociais até invisíveis na documentação e escrita (2011, p. 21).

A História Oral é uma metodologia, que não vem para somente responder ausências, é mais uma forma de interpretação. Caminha junto à memória oficial, porém oferece novas possibilidades com outras memórias tidas como não oficiais. E tendo a oralidade como possibilidade de conhecer vivências que até então não foram evidenciadas. Dando a possibilidade de outras perspectivas e significados que antes não tinham sido evocados pela historiografia local e regional.

Dona Celina como docente e supervisora relata sua afetividade em relação com os alunos.

A gente percebe, por exemplo, que eu gosto muito de ficar no recreio, porque o recreio é o momento que você olha como a criança se relaciona com a outra. Até não é muito função da supervisora, mas eu gosto de ficar porque você vai conversar com algum pai, você tem que falar a parte social do filho. Eu vejo também isso aí: que quem tava olhando as crianças? A merendeira. Lá eu percebo muito carinho delas com as crianças, porque elas vão até atrás daquele que ainda não alimentou, fica alguém olhando eles lá no banheiro, se estão demorando, chama. A gente percebe que as pessoas que trabalham na escola gostam muito das crianças (Entrevista com Celina Salete Sousa Alvarenga, no dia 24/07/2018).

O espaço escolar do João Lúcio engloba o ensino básico e é permeado por muitas crianças, assim os funcionários acabam criando vínculos com elas. Nesse trecho da entrevista pude reconhecer o que já vivi no tempo em que estudei lá. A maioria das crianças tratam e respeitam os funcionários como se fossem da família e a recíproca sempre se torna verdadeira.

Quando a pessoa gosta do que faz igual as merendeiras e professores da escola João Lúcio, acabam criando uma memória afetiva daquele local. E não somente eles, mas de quem estuda e estudou nesse espaço, carregando assim, uma carga de memória dos sujeitos que fizeram parte do seu convívio escolar.

A dinâmica escolar não se restringe ao espaço físico da escola, alguns passeios são organizados.



Figura 2. Alunos da Escola Municipal João Lúcio dos Santos visitando o Asilo da cidade Conghal. Fonte: Rede Social Facebook.

Na imagem anterior podemos ver uma turma da escola João Lúcio dos Santos fazendo uma visita ao Asilo Bom Pastor de Congonhal.

Notamos que o percorrer a cidade, traz outras experiências aos alunos, como a visita ao um asilo. Ter o contato com idosos formula um encontro de gerações e constitui o respeito ao sujeito idoso. Ao estabelecer uma prática pedagógica em que o aluno sai da sala e tem experiências diferentes permite a formação de um sujeito consciente da cidadania e de sua atuação na sociedade.

3. Considerações finais

O presente estudo em andamento busca conhecer as diferentes memórias acerca da Escola Municipal João Lúcio dos Santos, compreendendo o espaço escolar como um lugar significativo na formação dos cidadãos. Não apenas na formação escolar, mas com todas as experiências que são possibilitadas neste local.

A escola proporciona o contato com diferentes práticas como festejos, gincanas, o domínio da leitura, a formação de amizades, nisto compreendemos o espaço escolar como um lugar primordial na vida dos sujeitos.

Compreendemos que as memórias que permeiam esse local são divergentes e múltiplas, pois trazem a experiência de cada sujeito, mas permitem entender a escola como um lugar marcante na formação dos sujeitos.

Dentro da cidade, a escola constitui um espaço de referência por ser uma instituição que marca a formação de seus moradores. É reforçada a relação dos moradores com a escola, pois leva o nome de sujeito que nasceu na cidade e tem relações afetivas diante dos familiares que residem na cidade de Congonhal. Ao ter uma referência é articulada demonstra uma maior significação com o espaço escolar.

Também, entendemos a escola como um espaço de trabalho, onde docentes e colaboradores se dedicam para construir um lugar propício ao saber, a construção do ser humano com dignidade.

Referências Bibliográficas

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memórias, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Andrea Silva. **A arte de falar**: redescobrimo trajetórias e outras histórias da Colônia do Pulador Anastácio / MS. Jundiá: Paco, 2011.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho - Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, nº 15, Abril de 1997.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Aguiar. A escola como lugar de memória. In: Anais de textos completos do **XXVIII Simpósio Nacional de História**: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

O ABANDONO E A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DO SUJEITO

Pâmela Da Silva Lima

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37554-210 – Pouso Alegre – MG – Brasil

RESUMO

A contextualização de crianças abandonadas pode ser possivelmente adquirida no processo de existência do sujeito, contribuindo para a formação de sua personalidade. Como pressupostos a tentativa de desconstruir a presunção do tema abandono e as rotulagens vindas da nossa cultura. O objetivo principal é estudar a formação da personalidade do sujeito abandonado, seja qual for o motivo do desamparo, buscando apresentar o que isto implicará no desenvolvimento infantil. A pretensão desta pesquisa é demonstrar de maneira informativa e preventiva aos demais profissionais da área de Psicologia, entre outras áreas, para que haja obtenção de conhecimento.

Palavras-chave: Abandono; formação da personalidade; crianças.

ABSTRACT

The contextualization of abandoned children can be possibly acquired in the process of existence of the subject, contributing to the formation of his personality. As assumptions the attempt to deconstruct the presumption of abandonment theme and the labeling coming from our culture. The main objective is to study the formation of the personality of the abandoned subject, whatever the reason for the helplessness, trying to present what this will imply in the development of children. The intention of this research is to demonstrate in an informative and preventive way to the other professionals in the area of Psychology, among other areas, to obtain knowledge.

Keywords: Abandonment; personality formation; children.

INTRODUÇÃO

O abandono infantil atualmente é um tema que se compõe de vários paradigmas e ainda é considerado um ato corriqueiro. Na decorrência da história, essa condição foi se atenuando, mas até então, há termos e julgamentos referentes a essas crianças e adolescentes, principalmente em relação às famílias e de como elas são estruturadas. No entanto, se esquecem de que muitas dessas crianças futuramente se tornarão adultos e conviverão com essa experiência até o término de suas vidas.

Sendo assim, o abandono é conhecido como uma das condutas mais graves de negligência, que indica a ruptura do elo adequado dos pais para com os filhos, sujeitando as vítimas a aguentarem o sofrimento físico e psíquico, que todas as crianças são dignas de terem condições básicas de vida, em especial terem o direito ao respeito, à dignidade e à liberdade. Contudo, as “Crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar e com a sua comunidade, de modo a poderem se desenvolver plenamente como seres humanos apesar da família ter o dever posto em lei de proteger e fortalecer os vínculos familiares e comunitários a serem desenvolvidos por suas crianças e adolescentes, ela é a principal responsável pelo abandono” (ALVES; SILVA, 2012, p.4).

ABANDONO

Desde as grandes civilizações, o abandono infantil já estava presente, visto que era uma prática habitual e bastante recorrente, da mesma forma que o aborto e o infanticídio (Marcílio, 1998). “Nesse sentido, o conceito de abandono somente se configura como tal, a partir do momento em que o mesmo ganha conotação jurídica e passa a ser resultado de um não-cumprimento da lei, de um não-cumprimento de direitos. Desse modo, abandonar significa ignorar e não atender alguém que tenha direitos” (MARTINS, 1993 citado por SANTOS, 2010, p. 68).

2.1 Definições do Abandono

Conforme o minidicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1993, p. 15), o significado de abandono é o ato ou efeito de abandonar (-se), sendo a definição do termo a seguinte: Desistir de algo ou alguém como entregar, largar e desamparar.

Segundo Craidy (1993), citado por Santos (2010), ao focalizar a questão do abandono, se faz um alerta a respeito do equívoco em nomear as crianças como desamparadas, sendo que a maior parte delas têm família. Deste modo, Tovar (2010) cita que o abandono afetivo sucede quando os filhos são restringidos de terem uma convivência com os seus pais, o que pode ser uma exigência de um dos genitores que difama a imagem do outro genitor, ou seja, por vontade própria do pai que deixa de acatar o princípio da responsabilidade paterna, deixando de conviver diariamente com o seu filho e de prover todo o amor essencial para uma sadia formação psicológica da filiação, visto que o afeto que delinea o caráter da pessoa.

Diante disso, a família torna-se a base da sociedade, e, portanto, possui a proteção especial do Estado, em razão de uma família desestruturada conduzir a um desequilíbrio social, sendo capaz de ampliar a criminalidade. Silva (2009) cita também que a base de aprendizagem da criança se torna a família, a qual irá auxiliá-la no processo de elaboração do desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo.

De acordo com a Organização Centro de Capacitação e Incentivo à Formação – CeCIF (2002), citado por Silva (2009):

No enfoque legal, o abandono refere-se à situação da criança que deixou de ser atendida em suas necessidades por parte de seus pais. E isso engloba vários tipos de abandono. Os veiculados na mídia referem-se às situações explícitas em que a criança foi exposta a risco de vida, como os abandonos em vias públicas, em terrenos baldios, em lixeiras, etc. Outros, apesar de explícitos, carregam um sentido de proteção, como nos casos de crianças deixadas em hospitais, em igrejas, etc. (p.26).

Em concordância com o parágrafo anterior, há uma variedade de motivos que levam as famílias a entregarem as crianças para a adoção e a efetivar o abandono. A princípio, o CeCIF (2002) afirma que o abandono da criança tinha como base a ilegitimidade²⁸, porém, o problema da pobreza está gradativamente incluso nesta realidade, e a concepção de uma família despreparada se torna sempre evidente quando se trata de abandono, o que pode ser proveniente da situação de reclusão (prisão) dos pais, do uso de álcool ou das drogas, falta de moradia, de alimentação, de apoio familiar, por problemas psiquiátricos, etc. Mesmo que não seja a justificativa para tudo, isto se torna um possível determinante na maioria das situações.

Entretanto Oriente (2004), afirma uma ideia contrária a respeito da classe social das famílias que abandonam, no qual se abre a tal questionamento:

²⁸ Característica, particularidade ou estado do que é ilegítimo; que se opõe aos preceitos da lei e do direito.

Se os adultos e adolescentes que frequentam o consultório, pertencentes a famílias aparentemente com estreitos vínculos afetivos entre vários dos seus membros e procedentes de uma classe social privilegiada economicamente, manifestam tal sentimento, qual não deve ser, então, o sentimento das crianças confinadas em instituições, entregues a elas, por vezes, pelos próprios familiares ou pelos conselhos tutelares, juizados da infância e juventude, muitas vezes em decorrência de maus-tratos, abusos psicológicos, sexuais ou negligência (p.18).

Segundo Tovar (2010), a total dedicação dos genitores para com seus filhos representa um componente indispensável de aperfeiçoamento, desenvolvimento e formação, o que resulta no princípio da dignidade humana. Desta forma, surge a necessidade de um resgate do valor afetivo. Não meramente acionar uma indenização contra os pais negligentes, o que se torna proposto para alguns filhos que foram desamparados moralmente. Todavia, deve-se buscar o amor como um valor inerente à família e à dignidade da pessoa, em decorrência do valor que o afeto tem na estruturação da personalidade do ser humano.

Deste modo, de acordo com o entendimento de Costa (2008), a ausência de afeto dos genitores durante anos pode gerar consequências para a prole, em seu desenvolvimento e formação da personalidade. Por isso, os tribunais do Brasil tomaram algumas decisões que favorecem o julgamento do genitor, e o responsabiliza pelo motivo do abandono.

Como evidenciado anteriormente, Vasconcelos (2006) ressalta que devido às graves consequências do abandono, é fundamental o toque afetivo para o crescimento humano. Caso isso não ocorra, podem se apresentar como sequelas para as crianças: alterações no sono; dificuldade de aprendizagem e no apetite; mudanças que não se apresentavam antes, visto que futuramente poderão desenvolver problemas de saúde, podendo também apresentar complicações de interação social e não adquirir recursos necessários para o enfrentamento da vida cotidiana, o que pode dificultar possíveis criações de vínculos afetivos com os outros.

Para o entendimento de CeCIF (2002), os abandonos não são todos iguais. Há casos em que, de fato, os pais ou a mãe abandonam a criança sem se preocupar com seu destino ou futuro, caso em que devemos considerar quais vivências a criança teve antes de ter sido efetivamente abandonada. É possível que o abandono propriamente dito tenha sido um momento de alívio para a criança, que vivia em situação de negligência ou de maus tratos. Contudo, no abandono, existem perdas e luto a serem elaborados, o que muitas das vezes não ocorre, acarretando possíveis marcas na existência do sujeito.

Contextualização Histórica do Abandono

Segundo Ramos (2000), que relembra sobre a dramática história marítima de quando o Brasil ainda era colônia, vieram da Terra de Santa Cruz pouquíssimas mulheres, uma grande quantidade de homens e não houveram muitas crianças a serem embarcadas. Devido às más condições a bordo das embarcações, as crianças eram submetidas a todos os tipos de abuso, via de consequência, boa parte delas não resistiam e poucas chegavam a sobreviver. Antes de embarcarem de Lisboa, para a chegada ao Brasil, as crianças enfrentavam o frio, a sede, a fome, entre diversas humilhações e etc. No entanto, pela vivência trágica da travessia marítima, quando todas chegavam, elas se sentiam como adultas em corpos infantis, e quase todos os seus sonhos se esvaíram.

Ainda sobre a chegada das crianças por meio das embarcações vindas de outros países, é notório historicamente o quanto este processo foi conturbado. Após passar o ocorrido, foi surgindo a realização do abandono e da adoção infantil, com isto, foram aparecendo instituições de acolhimento. Para Trindade (1999), citado por Rizzini e Rizzini (2004), ressalta-se que ainda no período da colonização no Brasil, sendo o final do século XIX, as crianças que sofriam abandono eram chamadas pelos termos "enfeitados" e "expostos". Apesar disso, essas expressões condiziam ao tipo de privação mais comum para a época, cuja ação era recusar os recém-nascidos e as crianças, expondo-as em ambientes e locais públicos onde seriam recolhidas, como igrejas e conventos.

Como Rizzini (1993) declara, mesmo com estes fatos que surgiram no Brasil, ainda existiam as inúmeras Rodas de Expostos²⁹, em contrapartida, na Europa acontecia o combate dos reformadores e higienistas, em razão da elevação da mortalidade e pela suposta motivação do abandono de crianças. Mas, apenas no século XX perceberam que esta discussão não era desconhecida no Brasil, então houve a interferência da ação normativa do Estado e com o processo de organização da assistência à infância no país, fazendo com que o atendimento aos abandonados sofresse mudanças significativas.

Devido à mediação do Estado em relação às ações no Brasil, iniciou-se, no período da colonização a proteção em relação às crianças abandonadas, devido à negligência, à falta de interesse e à omissão, a todo o momento marcaram-se as instituições oficiais que eram designadas a essa tarefa. Silva (2012) declara que estas ações do Estado, sobretudo as práticas de colocação e/ou adoção de crianças e adolescentes em famílias substitutas, faziam com

²⁹ Foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo Brasil na época da Colonização. Freitas, M. C. e Organizadores. História social da infância no Brasil. 5. ed. - São Paulo, 2003. 334 p.

que fossem atendidos os interesses das pessoas que não podiam gerar seus filhos biológicos, gerando um aumento na execução e ação referente à adoção, e que também pudesse privilegiar os interesses de crianças e adolescentes disponíveis para adoção.

Orionte e Sousa (2005) apontam que a sociedade civil, na realidade, mesmo com sua organização precária, preocupou-se com os pequenos indivíduos sem família, que eram abandonados à própria sorte. À frente das situações de miséria, a institucionalização torna-se um meio de sobrevivência para crianças de classes populares.

De acordo com Santos (2010), por volta do século XIX havia uma distinção nos termos “menor” e “criança pobre”, já que a criança pobre recebia educação, segurança e atendimento preventivo com princípios filantrópicos, enquanto o menor era incluído como ser que se afastava do convívio social, em razão dos riscos que poderiam gerar para a sociedade. Por este objetivo já se caracterizava a exclusão de crianças. Orionte e Sousa (2005) também retratam a restrição dos abrigos: somente se atentavam às necessidades básicas das crianças, deixando de lado o amparo afetivo de que as mesmas necessitavam. Sendo assim, perde-se repentinamente o vínculo familiar da criança, o que muitas vezes somente pode ser esclarecido pelos procedimentos judiciais aos quais ela está sendo submetida.

As orientações do ECA são distintas às dos abrigos, os quais não são locais, muitas vezes, como casas de passagem, mas locais em que se mantém a criança por um longo período de sua existência, visto que acabam criando sua história, laços afetivos e elaborando sofrimentos nesses locais.

De acordo com Silva (2012), os possíveis motivos pelos quais as crianças e adolescentes residem nas instituições de abrigo:

São crianças, adolescentes e/ou jovens que enfrentam problemas de violência, negligência e abandono; colocadas nas instituições, chamadas abrigos, por motivos variados (carência financeira da família, abandono, doença dos pais, prisão dos pais ou responsáveis, orfandade, abuso sexual, mendicância e violência doméstica etc.) alojados, pois em tais instituições, crianças, adolescentes e jovens que convivem com uma realidade que nem sempre é percebida pela sociedade. Também as crianças que hoje habitam em abrigos não são somente aquelas abandonadas pelas próprias famílias, parte delas são crianças que saíram de suas casas e viveram experiências de vida pelas ruas e rejeitam a sua própria família. Não que tenham esquecido ou deixado de valorizar a convivência familiar, mas não querem se sujeitar aos conflitos familiares que viviam. Outra questão que pode levar a criança a ser abrigada é a tentativa de seus responsáveis tentar livrá-las do envolvimento com as drogas (p.07).

Porém, Silva (2009) refere-se à existência de pais que deixam os filhos sob a responsabilidade de terceiros, sendo familiares ou não, deixando, assim, de procurá-los, o que identifica-se como situação de abandono diante da lei. Há famílias que não consideram essa ação, de deixar a criança sob cuidados de alguém, como forma de desamparo. Pode acontecer diversas situações de abandono, como quando a família para de proceder a visitas às crianças no abrigo, mas existem também crianças que vivem com o sentimento de não pertencer à família, pois acabam sofrendo a rejeição dentro de seu próprio lar.

Para Oriente (2004), em nossa sociedade a voz da criança prossegue sendo sufocada pelo olhar adultocêntrico³⁰ daquela. Há pouca compreensão e visibilidade do indivíduo enquanto criança, o que se torna pouco entendido dessa fase tão típica do ser humano. Apesar disso, o adulto é incapaz de conviver e perceber a criança, gerando nela um profundo sentimento de abandono – no adulto isto não desaparece, fazendo-o buscar ajuda profissional, sem assimilar exatamente o que ocorreu com ele. O fenômeno surge de diferentes formas, mas entre uma das características, a que se torna a mais evidente é a depressão.

Portanto, conforme Dias (2007), citado por Silva (2009) menciona, “a falta de convívio dos pais com os filhos, em face do rompimento do elo da afetividade pode gerar severas sequelas psicológicas e comprometer o desenvolvimento saudável da prole [...]” (p.407).

Leis de Proteção às Crianças em Situação de Abandono

A implementação do ECA ocorreu nos anos 1990 e foi marcada pelo esforço de sua realização. Com efeito, houve modificações na lei no que dizia respeito à internação, a qual dependia da natureza da medida aplicada; o abrigo era como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção às crianças em situação considerada de risco, seja pessoal e/ou social; a internação de adolescentes em instituições era vista como uma medida socioeducativa de liberdade e privação. A lei prevê que, em ambos os casos, isto garante à criança e ao adolescente o cumprimento de seus direitos.

De acordo com Jesus (2006), citado em Oliveira (2013):

³⁰ Relativo aquilo que apoia, defende ou corrobora como adultocentrismo. O adultocentrismo é a prática social que coloca os adultos em uma posição muito mais privilegiada do que adultos ou adolescentes, excluindo estes de escolhas políticas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) institui a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, considerando criança a pessoa com até 12 anos incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos, fixando-lhes os direitos e deveres e prevendo as medidas aplicáveis àqueles que afrontem os seus preceitos legais. O Estatuto substitui o antigo Código de Menores (Lei nº 6.697/79) e a sua doutrina da situação irregular, mas fundamentalmente foi uma resposta aos movimentos da sociedade que pendiam uma nova política de atendimento às crianças e aos adolescentes [...] (p.15).

Dessa forma, a legislação no Brasil exauriu-se no ECA, no entanto, nele declara que para as crianças e adolescentes a família é prioridade absoluta na Doutrina de Proteção Integral, sendo assim, a formulação das políticas sociais deve ter como prioridade especial a família. No que diz respeito à exploração e às desigualdades sociais destas famílias nem sempre as crianças e adolescentes conseguirão ser protegidas (OLIVEIRA, 2013). Conforme assinala Freire (2007), citado por Oliveira (2013), “o legislador buscou, por meio do ECA, proteger crianças e adolescentes de qualquer arbitrariedade por parte do Estado, da família e da sociedade” (p.354).

Ainda segundo Veronese (2003), citado pelo mesmo autor, entende-se que:

O ECA criou os conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal que passam a ser canal de participação e envolvimento conjunto do Estado e da sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os conselhos tutelares que atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e adolescentes, que se encontram em situação de risco (p.354).

Conforme citado pelo mesmo autor, desta maneira encontram-se ampliados os direitos da criança e do adolescente em uma série de direitos fundamentais. Relativamente aos referidos direitos fundamentais, o ECA traz consubstanciado no art. 4º, 7º e no caput do art. 19, o “direito à vida, à saúde e à convivência familiar e comunitária”. Por fim, o ECA determina, em seu art. 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (p.353).

Para Vieira & Abreu (2015), o maior desafio a ser conquistado é a mudança cultural em relação ao ECA, destinando-se a provocar transformação de olhares em relação a práticas e métodos, já que culturalmente a sociedade brasileira visa crianças e jovens ainda de forma enraizada. Pode-se notar os progressos que aconteceram não somente na criação dos direitos da criança e do adolescente, mas também em conselhos tutelares, o que refletiu na redução da mortalidade infantil e no atendimento aos jovens que são vítimas de abandono social.

Porém, como Alberton (2005) menciona:

Neste contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) teve seu surgimento a partir da experiência de indignação nacional e pressões internacionais a favor das crianças e dos adolescentes, que prima por mudanças na política de tratamento às crianças e dos adolescentes enquanto sujeitos de direito. Foi por meio do ECA, que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como “sujeitos de direitos” de “prioridade absoluta” (p.58).

Inclusive, o Superior Tribunal de Justiça se manifestou neste sentido, fixando o entendimento seguinte: “Responsabilidade Civil, Abandono Moral, Reparação, Danos Morais e Impossibilidade”. Portanto, caso o abandono afetivo ocorra, cabe uma indenização por dano moral, pressupondo a prática de ato ilícito. Isto é, qualquer cidadão que comete abandono se enquadra na norma do “art. 159 do Código Civil de 1916, o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária. Recurso especial conhecido e provido” (DIAS; COSTA 2007).

Dentre várias leis que protegem as crianças e adolescentes vítimas de qualquer exposição e violação de seus direitos, há um artigo que exemplifica este assunto. De acordo com o ECA (1990), citado em Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA (2017), o Artigo 39 menciona:

Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança (p. 215).

Segundo Velasquez (2006), a falta de afeto e diálogo, a negligência familiar e o abandono também correspondem a problemas comuns que preocupam os jovens. O que já não é de se espantar é que mais de 90% dos adolescentes infratores internados advêm de famílias com o contexto bastante desestruturado, tendo como efeito histórico agressões físicas e emocionais; problemas psiquiátricos; ausência das figuras paterna e materna, ou seja, pela rejeição pura e simples e, por último, pela morte ou doença, também podendo ser causado pela violência urbana.

Tipos de Abandono e Suas Descrições

Segundo Bicca (2015) descreve, o Poder Familiar está corretamente regulamentado em nossa legislação, o que corrobora em especial nos artigos 227 e 229 da Constituição Federal (1988), no art. 1634 do Código Civil (2002) e no art. 22 do ECA (1990).

Deste modo, o autor ainda declara que toda a legislação em vigor vem prestando proteção especial e irrestrita às crianças e aos adolescentes. O abandono é visto pela lei como um ato ilícito, o que é moralmente grave, que vai contra o princípio fundamental da dignidade do ser humano e a dignidade constitucional da família, gerando-se verdadeiramente danos aos direitos de personalidade da criança. Consequentemente, dentre os deveres essenciais na posse do familiar está o de cuidado, proteção, convívio e criação e educação dos filhos (BICCA, 2015).

Conforme determina o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a Constituição Federal (1988) prevê, no artigo 229, que os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores. Da mesma forma, isto se aplica aos filhos maiores, que têm como obrigação amparar os pais na velhice, por carência ou enfermidade. Por ventura, caso este dever não seja cumprido, isto se enquadrará na lei, enquadrado como crimes de abandono intelectual, material ou, em conformidade com a jurisprudência recém firmada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), como o abandono afetivo. Caso um desses crimes ocorra, a pena prevista é a detenção e o pagamento de indenizações à vítima.

Ademais, o CNJ (2015) afirma que no Brasil os crimes de abandono material e intelectual estão previstos no Código Penal, no capítulo III, intitulado “Dos crimes contra a assistência familiar”. Sendo assim, estabelece o artigo 244 do Código que o abandono material advém quando se deixa de prover, sem justa causa, a subsistência do filho menor de 18 anos, não proporcionando os recursos necessários ou deixando de pagar a pensão alimentícia acordada na Justiça ou, ainda, deixando de socorrê-lo em uma enfermidade grave. A pena para este crime é de um a quatro anos de detenção, além de multa fixada entre um e dez salários mínimos.

Conforme Tartuce (2009), citado por Poli, Cardin e Mafra (2015), no que diz respeito ao abandono afetivo, pode-se concluir que o crucial argumento jurídico para viabilizar a reparação por danos morais é a conduta do agente que se enquadra no art. 186 do atual Código Civil, dirigindo-se ao conceito de ato ilícito: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Assim, o abandono afetivo representa o ato ilícito, de modo que, sendo o afeto um princípio ou valor jurídico, consequentemente se trata de um dever jurídico imposto ao pai, frente à prole. O indivíduo que deixar de cumprir tal

imposição infringe um preceito legal. Tal violação, aliada aos demais pressupostos, proporcionaria a condenação do infrator à indenização por danos morais.

Assim, de acordo com Lidora (2011), citado pelos mesmos autores, o abandono de recém-nascidos é um acontecimento antigo, que cada vez mais vem se tornando frequente na atual sociedade. Há inúmeros fatores que levam os responsáveis a praticarem tal delito. O que já havia sido debatido foi a preocupação com o bem-estar e a proteção dos menores, algo contínuo na sociedade moderna, razão pela qual o legislador penal elaborou normas para conter tais questões. Em seguida, os artigos 133 e 134 do Código Penal preveem que “quais sejam os crimes de abandono de incapaz e exposição ou abandono de recém-nascido, estes que estão dispostos no Capítulo III do atual Código Penal brasileiro, definidos como crime de periclitacão³¹ da vida e da saúde (denominados doutrinariamente de crimes de perigo individual)”.

3. A CRIANÇA ABANDONADA E SUA FORMAÇÃO

A criança que é privada de conviver com seus familiares provavelmente terá dificuldade em desenvolver sua própria identidade e ter uma natural interação social (WINICOTT, 2008 citado por SILVA, 2012). “A convivência familiar é fundamental para que a criança se adapte à vida em sociedade, seus valores e a sua solidez prepara as relações com as adversidades culturais e sociais, características do período de maturidade”. Também é por meio da família que a criança adquire uma boa aprendizagem, podendo alcançar adequadamente um desenvolvimento físico, afetivo e social (Freire, 1993).

O Papel da Família no Contexto Social da Criança Abandonada

De acordo com Gregori (1998), todo e qualquer ser humano deve possuir como valor primordial a convivência familiar, uma vez que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança proclamada em 1989, cita a família como um elemento básico na convivência social de todos os membros, fornecendo-os bem-estar e acompanhamento corriqueiro no crescimento, especialmente para a criança. Em vista disso, para qualquer sujeito, a família tende a propiciar oportunidades de desenvolvimento harmonioso da personalidade, de modo que os adultos, parentes, entre outros membros que exerçam o papel

³¹ Ação de periclitacão, de criar uma situação perigosa ou de colocar alguém em perigo.

de referência, tornam-se essenciais para assegurar estes vínculos estáveis e saudáveis com a própria família.

Em contrapartida, os autores afirmam que entre todos os grupos sociais existentes, a família cumpre com o seu dever de seguir o desenvolvimento humano, da infância até a adolescência, tendo que oferecer cuidados e educação desde o nascimento, adquirindo o reconhecimento da linguagem materna e a repressão das pulsões. No entanto, estas aquisições correspondem ao processo do desenvolvimento psíquico da criança. Em razão disso, quando existe a ausência da família de origem, o ECA recomenda tal substituição, para que essas funções se tornem eficazes e importantes para essas crianças. (Moreira, Salum; Oliveira, 2016)

Assim como Bock, Furtado e Teixeira (2011) também certificam que a família tem a responsabilidade pela sobrevivência física e psíquica das crianças, a qual se torna o primeiro grupo a estabelecer um intermédio do sujeito com a sociedade, o que sucede para que os primeiros hábitos de aprendizagem, desenvolvimento e costumes culturais aconteçam no contexto familiar.

Os autores ainda ressaltam sobre o compromisso da família, o qual:

Não podemos nos esquecer de que a família – reconhecida como lugar de procriação – é responsável pela sobrevivência física e psíquica das crianças, constituindo-se o primeiro grupo de mediação do indivíduo – daquele bebê, que está ali no berço – com a sociedade. É na família que ocorrem os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura. É na família que se concretiza, em primeira instância, o exercício dos direitos da criança e do adolescente: o direito aos cuidados essenciais para seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social (BOCK, FURTADO; TEIXEIRA, 2011, p.238).

Ao longo da história, o núcleo familiar ocidental era composto somente pelo casal e os filhos gerados desta união. Porém, pode-se dizer que com o passar dos anos este modelo familiar nem sempre foi predominante. A respeito disso, no Brasil, é notável nos dias de hoje a presença de bastantes famílias recompostas, isto é, resultado do grande número de divórcios no país, ou famílias extensas, que são compostas pelos avós, filhos e netos. Também não se pode deixar de citar a família mais predominante no momento, a monoparental, em que sua estrutura é formada somente pela mãe e os filhos (MOREIRA, SALUM; OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, Bock, Furtado e Teixeira (2011) expõem que o padrão familiar, há algum tempo, era constituído pelo pai, mãe e filhos. Toda a sociedade tinha uma ideia determinante a respeito deste modelo, o qual é personificado como sendo o ideal. É por este

pensamento que rotulam essas famílias como sendo problemáticas, desestruturadas e desorganizadas, o que se torna a ideia ainda mais preponderante de não terem recursos. Portanto, não há dúvidas que mostrem que isto não é científico, mas sim uma crítica e um julgamento moralista sobre a estrutura familiar, o que deixa claro o paradigma sobre a questão.

Apesar disso, nos dias de hoje é possível notar a existência de diversas formas de composição de família, ou seja, famílias cuja responsável pelo gerenciamento da casa é a mulher; as famílias que são compostas por pais separados, em que ambos possuem proles de uma relação anterior e decidem se unirem; há também as famílias homossexuais; as extensas e as nucleares, visto que conforme o tempo vai passando vão surgindo novos modelos de família, devido à diversidade de cultura que estão se relacionando (BOCK, FURTADO; TEIXEIRA, 2011).

Moreira, Salum e Oliveira (2016) elucidam que:

Atualmente, não é raro encontrarmos uma crítica sobre a forma como algumas famílias se estabelecem, classificando-as como desestruturadas. Acredita-se que essas famílias, ao se afastarem do modelo ideal, estariam impossibilitadas de exercerem as funções que lhe concernem. Todavia, é preciso advertir que não existe um modelo ideal de família. Pois, trata-se de um gênero que comporta várias espécies, não se reduzindo ao formato nuclear e conjugal que vigora em nossa época (p.109).

Outros autores citam o quão grande é a importância do papel da família para o indivíduo e para a cultura, e as crianças e adolescentes que têm este grupo ausente necessitam que haja uma “família substituta”, ou que sejam encaminhadas para as instituições de acolhimento, visto que nestas entidades tenham como exercer funções tanto materna quanto paterna, ou seja, para propagar cuidados, valores e crenças a estes indivíduos, dispondo de recursos para interagir em sociedade. “Portanto, inexistindo a família de origem – consanguínea, biológica -, outro grupo deverá dar conta de sua função” (BOCK, FURTADO; TEIXEIRA, 2011).

Segundo Barros, citado em Paschoal e Marta (2012), o afeto existente não está ligado somente nos que permaneceram em uma estrutura familiar, nem mesmo o sucesso e o desenvolvimento se refere à genética ou pela escolha de suas mães, tanto é que um dos componentes fortificantes dos laços familiares em seu cotidiano é a confiança, que se é dada, e o amor verdadeiro, que se é criado e demonstrado.

No entanto, Paschoal e Marta (2012), citam um novo exemplo das atuais estruturas familiares e a função que exercem na vida das crianças e adolescente:

Com o surgimento de novos modelos familiares como a família homoafetiva, dentre outras, ampliou-se a chance dessas crianças e adolescentes de refazerem suas vidas ao lado de famílias não convencionais, suscitando, assim, ao Direito, que, enquanto ciência, tem como escopo regular os comportamentos sociais, a necessidade de investigar e proteger novas entidades familiares (p.234).

O Art. 101 da Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009) traz benefícios para as famílias extensas e destaca na legislação as responsabilidades para com os membros desta família. Neste quesito, a ideia que se tem é a de que o desligamento familiar não é a melhor solução, evitando dessa forma a institucionalização. Isto é, pela ligação que se tem com o sofrimento, rejeição e a sensação de culpa, pode resultar no rompimento deste vínculo harmonioso dos amigos, familiares e no distanciamento da comunidade e do âmbito escolar, o que pode suceder na geração de aspectos e efeitos negativos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, podendo-se destacar, também, que muitos autores mencionam a importância da família extensa, já que proporcionam um amplo e essencial apoio afetivo para as famílias vulneráveis. (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006)

Siqueira e Dell'Aglio (2011), citados por Siqueira (2012), citam também um outro artigo, que exemplifica as condições de retorno dos indivíduos para a convivência familiar:

Outra inovação da Nova Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009) foi a limitação para dois anos do tempo de permanência da criança e/ou adolescente em instituição de acolhimento (Brasil, 2009, Art. 19, § 2º). Além disso, deverão ser realizadas avaliações periódicas dos casos, sempre buscando a garantia ao direito à convivência familiar e comunitária, com o retorno da criança à família nuclear ou extensa, ou sua colocação em família adotiva ou substituta. Com essa determinação, a legislação busca evitar os longos períodos de institucionalização de décadas anteriores e possibilitar a convivência familiar por meio do aumento das possibilidades de adoção (p.442).

Vale ressaltar, a respeito das famílias que até pouco tempo atrás foram rejeitadas pelas instituições de acolhimento por serem desvalidas, que estas mesmas instituições proporcionavam cuidados e proteção às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. As entidades que forneciam este amparo mantinham um certo autoritarismo com as famílias relacionadas e, por outro lado, uma prepotência no trato com as crianças e adolescentes que estavam sob seus cuidados, isto é, correspondendo a um ambiente organizacional – sendo eles abrigos, escolas ou até mesmo programas socioeducativos, reforçando a ideia de classificação dessas famílias como sendo constituídas de abandono e violência e, por tais questões, não tivessem direito de terem possibilidades protetivas e benefícios do âmbito social (GREGORI, 1998).

Atualmente, as políticas públicas estão sendo implementadas em prol das famílias para permanecermos com um novo contexto, principalmente em relação às crianças e aos adolescentes, com o propósito de alcançar colaborações de programas e serviços sociais que são dirigidos ao público infantil e jovem. O que é percebido é que as famílias precisam de cuidados e acolhimentos, mas “carecem de estratégias e de programas que fortaleçam vínculos relacionais e produzam redes de inclusão e proteção” (p. 120).

A Criança Abandonada na Ótica da Psicanálise

A relação mãe-filho chama bastante atenção, tendo a percepção de que o afeto é fundamental desde o período do nascimento e que é a partir desta relação que o bebê desenvolve a consciência. Alguns pesquisadores observaram durante seus estudos que, a participação da mãe neste processo é primordial, pois ela proporciona um ambiente acolhedor, contribuindo para um bom desenvolvimento, entre outros aspectos da formação do bebê (SPITZ, 1958 citado por HECHT; SILVA, 2009). Segundo Aragão (2004), citado pelos autores, “o conjunto das interações precoces vividas pelo bebê em seu corpo e em seu comportamento dão lugar a uma atividade de mentalização e figuração absolutamente essencial na ontogênese do aparelho psíquico da criança” (p.02).

Afirma-se que as primeiras concepções psíquicas dos recém-nascidos começam a dar início quando interagem de forma afetiva com a mãe. Sendo assim, é constituída uma relação de apego a essa figura materna, pois é por meio deste vínculo com a mãe que a criança irá conseguir satisfazer todas as suas necessidades sociais primárias - Bowlby (1981) citado em Hecht e Silva (2009). Portanto, é através deste contato que o bebê passa a se perceber como sujeito de vontades e a reconhecer suas condições de ser e de existir no mundo (WINNICOTT, 2000). A presença materna ou a presença do outro, que estabeleça essa função para a criança, faz com que o bebê construa o seu psiquismo, deste modo, à medida em que a criança vai identificando suas necessidades e o amparo que recebe, ela começa a criar meios de realizar suas pulsões. Para Aragão (2004), “Quando existe um bebê sadio e uma mulher consciente de seu desejo de ser mãe, a experiência de interação resultará quase sempre, numa representação harmoniosa da interação. Mas, a relação pode ser preocupante, conflituosa e então o corpo do bebê expressará sua inconformidade através de somatizações” (p.214).

Quando a criança tem a ausência materna nos primeiros anos de vida, ou uma relação conturbada, isto resultará em comportamentos perigosos, assim como citam vários

pesquisadores sobre esta questão. Além disso, os indivíduos que crescem em instituições de acolhimento desde o início da infância, adquirem prejuízos no desenvolvimento físico e mental. Siqueira & Andriatte (2001) alegam terem identificado nos bebês que mantinham experiências habituais de privação afetiva uma dificuldade em manter uma relação segura com alguma pessoa; em consequência disso, promove-se o comprometimento na elaboração da interação social e graves disfunções.

Ainda afirmando os prejuízos da falta familiar, após o nascimento, os bebês que são abandonados têm uma concepção de cisão em relação a tudo que conhecem, sendo a ausência do contato com a mãe, seu cheiro, os ruídos do pai e a percepção do ambiente familiar, o que quer dizer que todos estes aspectos habituais são interrompidos para o recém-nascido. Szejer (1999) certifica que os responsáveis por essa criança devem demonstrar este afeto para promover esse elo o quanto antes, de preferência logo após essa separação.

Nota-se o quão traumático pode ser essa ausência familiar para o desenvolvimento infantil, acarretando danos que podem prejudicar todo o seu aspecto de elaboração psíquica. Spitz (1958), citado em Hecht e Silva (2009), menciona danos como:

Eles apresentavam dificuldades no seu desenvolvimento físico, tinham o rosto vazio de expressão, tinham insônia, faltava-lhes apetite, não ganhavam peso e, aos poucos, iam perdendo interesse por se relacionar, o que na maioria das vezes os levava ao óbito. Assim se afirmou que a ausência das relações objetais, causada pela carência afetiva, detém o desenvolvimento em todos os setores da personalidade. Quando existe carência das relações objetais fica impossível a descarga de impulsos agressivos naturais, então o bebê volta a agressão para si mesmo, se negando a assimilar a comida, se tornando vítima da insônia. Mais tarde, estas crianças atacam a si próprios, dando cabeçadas contra a parede, arrancando tufo de cabelo, etc. Spitz descreveu o resultado da ausência dos pais e do afeto como fator determinante no desenvolvimento com prognóstico reservado (p.03).

As crianças que sofrem separação familiar desenvolvem uma relação de apego com quem tendem a manter o vínculo afetivo, como outras crianças, desejando ter uma relação semelhante à maternal, tais como as relações entre os irmãos mais velhos cuidando dos irmãos mais novos. Os autores ainda citam que, mesmo que as crianças estabeleçam um vínculo afetivo, é pela mãe que se tem uma relação idealizada, e muitas das vezes isso se torna uma relação fantasiosa, pois a criança idealiza que a mãe irá buscá-la e tirá-la da instituição de abrigo, levando-a para casa, onde elas se sentirão amadas e zeladas, visto que há crianças que têm uma grande carência de elo com seus familiares e principalmente com mãe, seja a legítima ou a temporária (ALEXANDRE; VIEIRA, 2004). Tal qual Bowlby (1981), citado

em Hecht e Silva (2009) e outros autores completam: “que a figura materna, mesmo provisória e substituta, minimiza os efeitos nocivos da privação, pois possibilita a existência de uma relação afetiva, contribuindo para a saúde mental das crianças” (p.6).

Pelo meio dos cuidados de uma mãe substituta, Bowlby (1981), citado pelos mesmos autores, afirma que há algum tempo foi sugerido para as instituições de abrigo que houvesse esses cuidados substitutos para as crianças, com o propósito de que isso resultaria na redução de prejuízos causados pelo abandono ou ausência de afeto por parte de seus pais. Então, dessa forma, os cuidados substitutos são necessários para que haja um bom desenvolvimento na formação da personalidade, mas, ainda que cause uma evolução no desenvolvimento psíquico da criança, este cuidado não é o mais apropriado.

Portanto, a ideia que Siqueira e Dell’Aglio (2006) têm sobre as funções que as mães substitutas têm dentro das instituições e a maneira pela qual elas amparam a formação do desenvolvimento das crianças:

A instituição de abrigo é um local muito importante, pois é onde os abrigados “realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto”. Ademais, o abrigo não é somente um local de moradia, pois também proporciona recursos para o enfrentamento e todo o tipo de situação de vida, adversa ou positiva. O apoio social afetivo oferecido pela instituição pode gerar “o desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de adversidades promovendo características de resiliência e desenvolvimento adaptativo (p.73).

Nogueira e Costa (2005) evidenciam, a princípio, uma outra compreensão sobre a questão das mães sociais, pela qual, em razão das crianças já terem vivenciado o abandono, fosse necessário ter muita cautela, porque este critério das instituições de proporcionarem este cuidado das mães substitutas é essencial, mas as entidades podem efetuar a troca dessa mãe. Portanto, essa criança pode já ter criado um vínculo e, em consequência disso, os sujeitos podem vivenciar novamente a situação de desamparo e ruptura dessa relação, porém, os autores também expõem a relevância que este contato pode fornecer na construção da psique da criança, isto é, uma decorrência de todo o trabalho das mães sociais. Essas mulheres têm um papel muito importante neste processo de elaboração da personalidade e da interação social, seja por atitudes, brincadeiras, sentimentos, observação de comportamentos e auxílios na rotina, visto que elas acompanham de perto o cotidiano dessas crianças.

É eminente que a ausência do amor materno nos primeiros anos de vida provoque uma extensa implicação no desenvolvimento físico, psíquico e social desses indivíduos. A

incoerência desta questão é que há vários estudos e indicadores que mostram que as crianças possuem um desenvolvimento insatisfatório, ocasionado pela situação, mas deixam de analisar as demais crianças que possuem essa mesma bagagem, mas conseguem elaborar recursos de desenvolvimento comumente (SIQUEIRA; ANDRIATTE, 2001). Há estudos que revelam que o prejuízo pode ser ainda maior em crianças que têm um longo período de ausência da figura materna. Entretanto, não se pode desconsiderar alguns aspectos que podem ser importantes, como a idade da criança; fatores hereditários e até que ponto ela ficou exposta a essa privação.

Cabe enfatizar que não se sabe ao certo o que ocasiona prováveis danos em determinadas crianças e em outras não, pois ainda se encontra pouco estudo para este assunto.

A Formação da Personalidade da Criança Abandonada

Quando as crianças, em especial as institucionalizadas, são impedidas de terem os cuidados maternos, Winnicott (1995), citado em Cesca (2004), menciona que esses sujeitos terão um possível retardo no desenvolvimento, prejudicando-os no social, físico e intelectual, tendo, conseqüentemente, aparições de doenças físicas e psicológicas. No entanto, o sujeito identifica a inexistência de afeto e a privação parental como um modo de punição recebida pelos pais, o que pode ter como consequência uma fragilidade, dificultando a demonstração de algo que não receberam de seus pais e responsáveis. Por estas circunstâncias, os pais são capazes de provocar alguns comportamentos violentos no desenvolvimento do filho (SOEJIMA; WEBER, 2008).

Recorrente disso, é enfatizado que as problematizações vêm da ausência que as crianças têm de seus familiares, o que seria resultante das condições sociais, como a pobreza ou dificuldade de relacionamento entre pais e filhos. Então, as crianças se tornam o reflexo dessa situação e são direcionadas às instituições de acolhimento, nas quais ocorrem fatores “como promoção da insegurança, perda de laços afetivos e sociais, estabelecendo-se cisões emocionais e comportamentais diante da perda de referencial”. Em consequência disso, há uma dificuldade na elaboração de vínculos sociais, que está associada, muitas das vezes, às condições psicológicas, acarretando, dessa forma, uma perturbação no meio social do indivíduo (MENDONÇA, 2011).

Bowlby (1988), citado em Böing e Crepaldi (2004), menciona que as dificuldades que o sujeito apresenta estão totalmente ligadas ao grau de privação que a criança sofre em relação à família, ou seja, isto pode ocasionar uma sucessão de danos, tais como:

A privação parcial pode gerar angústia, exagerada necessidade de amor; fortes sentimentos de vingança e, conseqüentemente, culpa e depressão. Como a criança pequena não sabe lidar com estas emoções, sua forma de reação a tais perturbações poderá resultar em distúrbios nervosos, em uma personalidade instável. A privação quase que total, observada, por vezes, em instituições de abrigos, creches, hospitais, aumenta a severidade dos danos no desenvolvimento psicoafetivo, denominada "hospitalismo"; sendo que a privação total, por sua vez, pode aniquilar a capacidade da criança de estabelecer relações futuras com outras pessoas (p.03).

A profundidade da “ferida psíquica” vem em conformidade com o que o autor cita logo acima, que depende do nível de privação que essa criança vivenciou e da assistência que recebeu desse ambiente. Por isso, pode ser que este sujeito tenha meios de adotar soluções que o levem à maturidade, mas também pode propiciar níveis menores de adaptação, levando ao agravamento das habilidades e ajustamentos sociais. Assim como outros autores afirmam, o abandono infantil ou qualquer outra causa de violência é uma das maiores razões do comprometimento da construção psíquica e no desenvolvimento da interação. Estes fatores podem prejudicar e determinar traumas psicológicos no sujeito e, em virtude disso, impedir que o processo de aprendizagem se concretize (SAPIENZAL; PEDROMÔNICO, 2005).

Há outros fatores que contribuem para as causas psicológicas das crianças, entre um dos fatos está o abuso sexual, que também é decorrente do desamparo e ausência de cuidados parentais, podendo ocasionar vários danos, entre eles “(...) emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais. As crianças podem apresentar: pesadelos e distúrbios do sono, isolamento, comportamentos regressivos como voltar a fazer xixi na cama, ataques de raiva sem aparente motivo, doenças sexualmente transmissíveis, insegurança ou retraimento” (SANDERSON, 2005 citado por COSTA, 2007). Pela descoberta do episódio, o sujeito demonstra retraimento social e ausência de afeto, em que passa a estigmatizar e a não confiar na sua família de origem ou na família substituta (COSTA, 2007).

Para Winnicott (1987), o conceito de privação é o de que se há um comprometimento nos vínculos primários, no qual refere-se como um “déficit” em virtude da falta, a criança terá isso mais direcionado à mãe do que com as outras figuras parentais. Pode-se dizer que a “solidão primária” deixa possíveis sintomas psíquicos. Só se saberá até

que ponto essa marca ficou instaurada quando o sujeito demonstrar ter habilidades para lidar com o surgimento dos momentos futuros de solidão, já que a solidão primária é um contexto que todos passam, e a dificuldade é mais evidente nos indivíduos que não tiveram uma relação emocional com as figuras parentais, em específico com a mãe.

Ainda de acordo com o mesmo autor, ele revela as condições fundamentais que a criança tem para o desenvolvimento básico:

A relação emocional profunda e edificante entre o filho e figuras parentais, ou, mais especificamente, entre filho e mãe, é condição básica para que a criança vivencie a confiabilidade do lar, que, na linguagem de WINNICOTT (1987), é um dos suprimentos ambientais básicos para o desenvolvimento saudável da personalidade. Sentindo a confiabilidade do lar, a criança terá condição para desenvolver duas experiências fundamentais e estruturantes de personalidade. De um lado, a experiência de sua agressividade, aprendendo a dimensioná-la e a administrá-la. De outro, a experiência de sua capacidade construtiva, descobrindo em si e desenvolvendo seu desejo de se dar e de contribuir (p.16).

Porém, há casos em que a criança, nos primeiros anos de vida, tem um vínculo adequado e recíproco com a mãe, mas as crianças que sofrem privações emocionais relevantes depois, podem vir a retroceder, em questão de apresentar “comportamentos hostis, antissociais e, futuramente, desenvolver condutas delinquentes, bem como tornar-se resistente a se entregar a (novas) experiências de relações afetivas, dada a experiência de perda que sofreu”. Quanto maior o nível de privação no início da vida de uma criança, mais desinteressada e apática ela se tornará, apesar de que se a privação for alternada por momento afetivos, essa criança irá sofrer discordâncias de amor e ódio e poderá se voltar contra a sociedade e as pessoas que motivaram este sentimento (BOWLBY, 1995 citado por SÁ, 2001, p. 16).

Apesar de que a criança que demonstra desinteresse e apatia, para a percepção dos adultos, isto é, uma atitude considerada normal, mas na realidade isto pode representar outra demanda:

Urge buscar uma solução a partir da própria infância, na adolescência e ao longo da vida. Inicialmente, a criança poderá conter seus impulsos e manter-se numa posição neutra, posição essa que, para os adultos, parecerá normal e sem riscos. Essa posição, porém, de neutralidade ou de indiferença é meramente aparente. Na verdade, trata-se de uma atitude de exploração e de expectativa frente à nova realidade, uma atitude transitória, pois a criança não pode permanecer neutra e indiferente frente a um quadro de privação e, conseqüentemente, de ansiedade que nela se instalou (SÁ, 2001, p.17).

O autor reconhece na tendência antissocial duas direções ou motivações básicas, que não necessariamente se excluem: para o furto e para a destrutividade. A motivação da ação do furto (no qual poderíamos incluir os delitos contra o patrimônio ou que visam à posse de objetos, de dinheiro, de bens materiais), o que se tem é a procura obsessiva de “algo”, de forma insaciável desse “algo” que nunca se encontra e que é exatamente o objeto primordial perdido. Tem-se aí a compulsão libidinal, e o furto torna-se uma expressão da privação do objeto. Na destrutividade, por outro lado (na qual poderíamos incluir os crimes contra a vida, contra a integridade física e moral, contra o ambiente, os atos de vandalismo), o que se tem é a procura dos limites, do controle externo, da continência dos próprios impulsos, já que a criança, por si própria, não está sabendo como lidar com eles, como contê-los, como administrá-los. A explicação que o mesmo autor cita sobre a delinquência elucida essa relação entre o sujeito e os familiares: “a delinquência pode ser entendida como uma busca de solução da privação emocional dentro do referencial das teorias criminológicas que tomam como ponto central de explicação da criminalidade os conflitos sociais” (WINNICOTT, 1987, p.20).

Quanto mais cedo e grave for a ausência, maiores serão as proporções. A sociedade sempre leva as problemáticas de modo temporário, mas se esquece de que as crianças que sofrem abandono crescerão sendo adultos inseguros, com atraso no desenvolvimento, adquirindo possíveis distúrbios e impossibilitados de manter qualquer relacionamento confiável e duradouro. Portanto, a sociedade será constituída de pessoas carentes e de futuros pais que não conseguirão expressar afeto, pois não poderão demonstrar algo que nunca receberam (ALVIM; QUINTELA, 1960).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que há uma diversidade de situações que envolvem a questão do abandono, a mais conhecida ainda é o quesito social e que, de certa forma, as famílias ainda não têm o conhecimento integral dos direitos, auxílios e amparos que o Estado pode oferecer. Além disso, a responsabilidade da família é a de fornecer afeto para sua filiação, já que isso faz parte da construção da dignidade humana e da elaboração que este sujeito terá na formação de seu caráter.

Vale enfatizar que as crianças, independentemente de serem institucionalizadas, têm o direito de conviver em um ambiente familiar, o que não só trará segurança e confiança, mas também contribuirá para que seu crescimento e desenvolvimento seja regular. Portanto,

este ciclo só será bem elaborado se a criança construir um bom vínculo com a mãe, ou seja, a figura principal em todo este processo, mesmo que não seja a mãe de origem, a mãe substituta também consegue manter um laço forte com a criança. Esta relação só não pode ser interrompida durante este processo de afeto, caso isso ocorra, a criança vivenciará novamente a sensação de abandono e desamparo, devido a essa cisão de vínculo, resultando em uma ferida psíquica que refletirá em todo o seu desenvolvimento, prejudicando-a na sua futura formação física, psíquica e social.

É preciso considerar, neste trabalho, o quão essencial é o papel da família na elaboração da personalidade da criança, também de que modo as mães sociais conseguem cumprir bem o papel e a representação da figura materna. Mesmo que as crianças tenham a mesma experiência de abandono e desamparo, provavelmente não serão todas que desenvolverão dificuldades, o que instiga ir além dessa pesquisa, desvendando o porquê algumas crianças apresentam dificuldades e outras criam recursos para se desenvolver normalmente após o abandono.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. **Violação da infância. Crimes abomináveis: humilham, machucam torturam e matam!** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: AGE, 2005.

ALEXANDRE, D.; VIERA, M. **Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo.** *Psicologia em Estudo*, 9 (2), 207-217, 2004.

ALVES, Camila. Vitorino; SILVA, Keliane. Lima. **Abandono familiar infanto-juvenil: um olhar sobre uma instituição do agreste Pernambucano**, 2012. Disponível em: <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-149.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

ALVIM, Mariana Agostini Villalba. QUINTELA, Glória. **A criança abandonada.** *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/view/14147/13012>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ARAGÃO, Regina Orth. (org.) **O bebê, o corpo e a linguagem.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BICCA, Charles Christian Alves. **Abandono afetivo.** Editora: OWL, 2015. Disponível em: <<http://abandonoafetivo.org/abandono-afetivo/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BOCK, Ana. Mercês. Bahia, FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 368p, 2011.

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. **Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção**. Estudos de Psicologia (Campinas), 21(3), 211-226, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000300006> Acesso em: 8 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto**. Diário Oficial da União, p. 1, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Centro de Capacitação e Incentivo à Formação – CeCIF. **101 Perguntas e Respostas sobre abandono e institucionalização**. São Paulo: CeCIF, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CEDCA/RJ. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069 de 13/07/1990. 12. ed. Rio de Janeiro: MEC/RJ, 2002.

CESCA, Taís. **O lugar da psicologia forense na violência intrafamiliar**. Psicologia para América Latina, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2004000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2018.

COSTA, Liana Fortunato, PENSO, Maria Aparecida, RUFINI, Beatriz Rossatto, MENDES, Josimar Antônio Alcântara; BORBA Natalia Ferreira. **Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 59 (2), 245-255, 2007. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/105/109>>. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA, Walkyria Carvalho Nunes. **Abandono afetivo parental**. Revista Jurídica Consulex. – Brasília, 2008.

DIAS, Bianca Gabriela Cardoso; COSTA, Maria. Fé. Bezerra. **Abandono afetivo nas novas ordens constitucional e civil: as consequências jurídicas no campo da responsabilização**, 2007. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/campos/maria_da_fez_bezerra_da_costa.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. **Lei federal nº 8069, 13 de julho de 1990**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; CEDECA – Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (p. 15), 1993.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis, 1993.

FREIRE, Neto João Francisco. **Princípios fundamentais do estatuto da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

GREGORI, Maria Filomena (Coord.). **Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Alegro, 134p, 1998.

HECHT, Bruna; SILVA, Rebeca Fabricio Pereira. **Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno**. Faculdade de Psicologia – Porto Alegre – RS, 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0199>. Acesso em: 6 jun. 2018.

LIDORA, Milena Silveira. **O recém-nascido e o abandono: Reflexões acerca dos artigos 133 e 134 do Código Penal Brasileiro**. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Tubarão, SC, 2011. Disponível em: <http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/106091_Milena.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

MENDONÇA, Patrícia Lima. **Abandono Afetivo: Um conceito em debate na psicologia?** Universidade do Sul de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/104107_Patricia.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira. (Org.); SALUM, Maria José Gontijo. (Org.); OLIVEIRA, Rodrigo Tórres. (Org.) et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades**. 268p. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

NOGUEIRA, Paula Cristina; COSTA, Liana Fortunato. **Mãe social: profissão? função materna?**. Estilos da clínica. 10 (19), p.162-181, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010>. Acesso em: 5 set. 2018.

OLIVEIRA, T. C. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Interdisciplinar de Direito, 2013. Disponível em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/173>> Acesso em: 13 ago. 2018.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. Psicologia em revista, 11(17), 29-46, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000100003>. Acesso em: 12 mai. 2018.

ORIONTE, Ivana. **Abandono e institucionalização de crianças significados e sentidos**. Goiânia, 2004. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1889/1/Ivana%20Oriente.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PASCHOAL, Gisele Ribeiro; MARTA, Taís Nader. **O papel da família na formação social de crianças e adolescentes**. Confluências. Vol. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, 219 a 239, 2012. Disponível em: <<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/viewFile/91/112>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

POLI, Luciana Costa, CARDIN, Valéria Silva Galdino; MAFRA, Tereza Cristina Monteiro. **Direito de família e sucessões**. Organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara. Mafra – Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/rlmau22a/r97fhNJIYGWdsDI9.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

RAMOS, Fábio. Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In: Del Priore, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em:

<http://www.editora.vrc.pucRio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: EDUSU, 1993.

SÁ, Alvino Augusto. **Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional**. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1, 13-22, 2001. Disponível em:

<
https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/top/midias_noticias/editora/old/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_3_-_Numero_1/v3n1_art1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2018.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros. **Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças**. *Rev. Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences*. Maringá, v. 32, n. 1 p. 63-72, 2010. Disponível em: < DOI: 10.4025/actascihumansoc.v32i1.7210>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente**. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SILVA, Raquel Antunes Oliveira. **A Adoção de crianças no Brasil: Os entraves jurídicos e institucionais**. Centro Universitário – FIEO. Osasco, SP, 2012. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/21.pdf> >. Acesso em: 13 mai. 2018.

SILVA, Valquíria Toreli. **Crianças e adolescentes institucionalizados: visão do abandono e expectativas da adoção tardia**. Pouso Alegre: FACIMPA – UNIVÁS, 2009.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco**. *Estudos de Psicologia – Campinas*, 29 (3), 437-444, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29n3/13.pdf> >. Acesso em: 22 mai. 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80, 2006.

_____. **Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. *Psicologia & Sociedade*, 23 (2), 262-271, 2011.

SIQUEIRA, L.; ANDRIATTE, A. **Um estudo observacional sobre o vínculo afetivo de bebês abrigados em instituições.** Boletim de Iniciação Científica em Psicologia, 2(1), 8-25, 2001.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **O que leva uma mãe a abandonar um filho?** Aletheia. n.º.28, p.174-187, 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Alegação de abandono afetivo não enseja indenização por dano moral.** Notícias do STJ. Relator Luiz. F. B. S. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Abandono+afetivo+do+genitor>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

SZEJER, Myriam. **A escuta psicanalítica de bebês em maternidade.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

TOVAR, Rachel Salles. **Dano moral decorrente do abandono afetivo nas relações paterno-filiais.** Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2010/trabalhos_12_010/racheltovar.pdf>. Acesso em: 16. Jun. 2018.

VASCONCELOS, N. Z. F. **“Caminhos e encantos da adoção”.** Monografia, Universidade Católica Dom Bosco – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Curso de Psicologia Campos Grande, MG, Brasil, 2006.

VELASQUEZ, Miguel Granato. **Hecatombe x ECA.** Doutrina – Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS, 2006.

VIEIRA, Ana Luisa. PINI, Francisca; ABREU, Janaina. **Salvar o estatuto da criança e do adolescente (ECA).** 1ª. ed. – São Paulo: Instituição Paulo Freire, 2015. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/eca/e_book_ECA.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2018.

WINNICOTT, Donald. Woods. **Privação e delinquência.** Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Da Pediatria à Psicanálise.** Rio de Janeiro, Editora Imago, 2000.

EVIDÊNCIA DE VALIDADE COM BASE EM VARIÁVEIS EXTERNAS EM GRUPOS CONTRASTANTES PARA O TESTE TATI-J

Patrícia De Fátima Marques¹, Marcos Antonio Batista²

Faculdade de Ciências da Saúde, Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Avenida Alfredo Custódio de Paula, 240 – 37550-00 – Pouso Alegre – MG – Brasil
patricia7marques@gmail.com¹, marcosantoniobatista@yahoo.com.br²

Resumo. Este trabalho teve como objetivo verificar a existência ou não de diferenças entre adolescentes e adultos quanto ao funcionamento da tipologia, bem como saber como fazem suas escolhas cognitivas por meio do teste TATI-J e contribuir com evidências de validade com base em variáveis externas. As médias dos universitários no teste TATI-J foram comparadas por meio do Teste t de Student com as médias do grupo normativo composto por adolescentes. Os resultados confirmaram a validade com base em variáveis externas para o teste TATI-J em universitários.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Tipologia Junguiana; Adolescência.

***Abstract.** This study aimed to verify the existence or not of differences between adolescents and adults regarding the functioning of the typology, as well as how they make their cognitive choices by means of the TATI-J test and contribute with evidence of validity with Based on external variables. The averages of the students in the TATI-J test were compared using the Student's T-Test with the means of the normative group composed of adolescents. The results confirmed the validity based on external variables for the TATI-J test in university students.*

***Keywords:** Psychological Evaluation; Jungian Typology; Adolescence.*

INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia, no primeiro semestre de 2018, lançou a resolução 09/2018, a qual atualizou as diretrizes referentes à avaliação psicológica bem como seus instrumentos e o código que a regulamenta. Desse modo, a Avaliação Psicológica passou a ser entendida como um procedimento estruturado de averiguação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, tendo como intuito prover

informações à tomada de decisão, na esfera singular, grupal ou institucional, embasado por demandas, condições e finalidades específicas (CFP, 2018).

A avaliação psicológica, por várias vezes, se identifica com uma peça da psicologia destinada ao entendimento de instrumentos e técnicas (PRIMI, 2010), sendo considerada uma parte de muita importância para a atuação interventiva do profissional da psicologia. A avaliação psicológica, durante a história, foi adquirindo distintas configurações que levaram em consideração a questão de estudos dos variados fenômenos psicológicos (MÄDER, 2016). Uma das maneiras de se entender esses fenômenos se dá pelos testes psicológicos. Visto que desde seu aparecimento os testes psicológicos têm como foco, avaliar dimensões psicológicas internas ou subjacentes ao comportamento dos indivíduos (ALMEIDA & CRUZ, 1985).

No término do século XIX e início do século XX foram surgindo os testes psicológicos, concebendo um campo propício para a geração e expansão da psicometria (PASQUALI, 2001). Aqui, faz-se necessário trazer a definição de psicometria entendida como um agrupamento de técnicas que quantifica os fenômenos psicológicos, sendo que a quantificação dos mesmos tem maior importância (Erthal, 2009).

Para Urbina (2007), os testes psicológicos são ferramentas elaboradas para colaborar na obtenção de inferências sobre os indivíduos e grupos e, se empregados corretamente, podem ser fundamentais na prática e na ciência da psicologia.

Os testes psicológicos seguem dois formatos, os psicométricos e os projetivos. Os psicométricos se caracterizam por terem seu alicerce na teoria da medida, mais especificamente na Psicometria, ou seja, esses se utilizam dos números para descrever características psicológicas do sujeito, fazendo uso obrigatório da estatística. Em contraponto, os projetivos fundamentam sua teoria na descrição linguística, embora possam usar e valer-se dos números. As tarefas não são ordenadas, o que atribui boa parte da correção e interpretação ao aplicador (PASQUALI, 2001).

Os testes psicológicos, além de serem divididos em psicométricos ou projetivos, podem ser classificados quanto ao processo psicológico que se propõem a medir, dividindo-se em: testes de capacidades intelectuais, como a inteligência geral; testes de aptidões, que são as inteligências diferenciadas, como verbal, espacial, numérica dentre outras; testes de aptidões específicas, tal como a psicomotricidade; testes de desempenho acadêmico, como, provas educacionais, testes neuropsicológicos, disfunções cerebrais, neurológicas e testes de preferência individual, que envolvem interesses, atitudes, valores e, entre outros, as características de personalidade (Silva, 2008). Independente da classificação dos testes, é

fundamental que eles sigam um delineamento previamente hipotetizado ou sustentado por um referencial.

O modelo junguiano de tipologia apresenta-se como um tentame de, em linhas gerais, deliberar estilos cognitivos e condutas singulares, qualificando afinidades e diferenças em alguns grupos (ZACHARIAS, 2003). A tipologia procura identificar, de modo geral, o que algumas pessoas comungam com outras, bem como suas diferenças. Para Jung, tipo se caracteriza como um arranjo geral que se observa no indivíduo, caracterizando-o quanto ao interesse, preferência e habilidade (ZACHARIAS, 1995).

Em aproximadamente todas as extensões humanas, como biologia, adaptação, motivação, relações interpessoais, tomada de determinações, formas de resolver um conflito, fontes de satisfação, entre outras questões com as quais as pessoas se deparam em sua existência, a tipologia está presente, visto que a mesma se fundamenta em processos que tocam as estruturas mais basilares e elementares do funcionamento psíquico (AMEZAGA & SAIZ, 2015).

Jung notou na psique dois arranjos psíquicos, sendo eles extroversão e introversão, os quais chamou de tipos genéricos, ou gerais de atitude, sendo que esses se diferem pelo interesse individual, pelo movimento que a sua libido toma. Além dos dois arranjos, verificou que a psique conta com quatro funções psíquicas: sensação e intuição (funções de percepção ou irracionais) e pensamento e sentimento (funções de julgamento ou racionais), sendo essas os tipos funcionais, que possibilitam adaptações do ser humano à realidade particular e objetiva, em que está inserido (JUNG, 2009; RAMOS, 2005).

Jung definiu duas atitudes, a introversão e a extroversão. Por atitude entende-se a direção tomada pela libido, na qual a pessoa foca sua atenção. Existem duas possibilidades: focar a atenção no objeto, ou seja, no mundo externo de fatos, pessoas e coisas, ou no sujeito, no próprio interior de suas representações e impressões psíquicas (ZACHARIAS, 1995). O que difere os introvertidos e os extrovertidos é a oscilação da libido, ou seja, da energia psíquica (ANJOS, 2013).

O introvertido procura o intrínseco, a subjetividade, tendendo deslocar sua libido do objeto como se protegesse do que está no exterior de suas reflexões (ANJOS, 2013). Dirige a sua energia para o seu universo interior, tendo maior interesse por conceitos e ideias (Mello, 2003). Normalmente é controlado e retraído, com exceção de quando está em companhias íntimas; é mais direcionado à atividades solitárias e que se realizam em seu interior, preferindo compreender a realidade antes de se dispor nela (ZACHARIAS, 2003).

Os extrovertidos estão mais dirigidos para e pelo mundo exterior e seus interesses são maiores por pessoas e coisas (MELLO, 2003). Vai ao encontro do objeto aceitando-o com facilidade (SILVEIRA, 2011). É relativamente bem ajustado às circunstâncias que lhe são dadas e possui pretensões objetivas, não dando muita importância a realidade de suas penúrias e precisões subjetivas. Tem chances de ser atraído para dentro do objeto e nele se perder completamente, dando origem a perturbações corporais, funcionais ou reais (CAMPOS, 2005).

Apesar da disposição ser predominante, as duas podem acompanhar as pessoas, possibilitando-lhes uma adaptação às cobranças abarcadas pela sua natureza interna (a realidade subjetiva, psíquica) e por seu mundo exterior (a realidade objetiva, ambiental e social) (RAMOS, 2005). Os seres humanos não são de todo introvertidos ou extrovertidos. Uma analogia para se vislumbrar melhor é o de uma gangorra em desequilíbrio: os introvertidos têm um grande peso de um lado (introversão) e um muito leve de outro (extroversão); em contra partida, os extrovertidos se desequilibram ao contrário. Para se ter uma pessoa saudável é necessário um equilíbrio entre os lados da gangorra, assim elas se sentiram confortáveis tanto com seu mundo interno como externo (FIEST, FIEST & ROBERTS, 2015).

Há quatro funções das quais duas são racionais e duas irracionais. As funções sensação e intuição não utilizam da razão, pois essas contam com o conhecimento e não as avaliam, sendo então, racionais. O pensamento e o sentimento são funções que julgam e avaliam algo. Ambas cuidam de estabelecer e classificar as situações experienciadas pelo sujeito, constituindo, portanto, as funções racionais (SCHUTZ & SCHUTZ, 2011).

Existem duas possibilidades de receber dados acerca de algo interno ou externo ao indivíduo: a sensação e a intuição, que são as funções de percepção ou irracional (RAMOS, 2005). Função irracional é a maneira possível de receber alguma informação, quer dizer, a forma pela qual uma pessoa afere um conhecimento do meio para poder processá-la e agir nele (SILVA, 2010).

A sensação examina a presença dos acontecimentos que cercam o sujeito sendo responsável pela adequação da pessoa à realidade objetiva (SILVEIRA, 2011). Prioriza dados decorrentes dos órgãos dos sentidos, averiguando a aspecto sensorial dos fatos que o cercam, a situação do “aqui e agora” (RAMOS, 2005). Observa os detalhes, não se prendendo à uma visão geral. Prefere executar do que planejar algo, necessita de dados concretos para julgar uma situação (ZACHARIAS, 2003).

A intuição é uma percepção pelo inconsciente, sendo uma apreensão da atmosfera onde se movem os objetos, de onde vêm e qual o possível curso de seu desenvolvimento (SILVEIRA, 2011). A intuição transpassa a sensação, procurando as definições, analogias e probabilidades futuras do que recebe. Diz respeito a uma inquietação perceptiva dos elementos (pessoas, objetos e fatos) pela entrada inconsciente. A intuição visa “ver” a natureza “oculta” de tais elementos (RAMOS, 2005).

Pode-se considerar que a sensação se incumba de receber estímulos físicos e transmiti-los para a consciência perceptiva, em contraste com a intuição, que abarca mais adiante do trabalho da consciência. O embasamento na percepção de ocorrências elementares absolutas, sendo fonte de fornecimento de material bruto para o pensamento e sentimento, é papel da sensação. A intuição é mais criativa, acrescentando ou subtraindo elementos da sensação consciente, o que marca a diferença entre elas (FEIST, FEIST & ROBERTS, 2015).

Tem-se também as funções de julgamento ou racionais, sendo, pensamento e sentimento, definindo as duas possibilidades de se aferir os dados, decidindo sobre eles (RAMOS, 2005). É a maneira como uma pessoa avalia o que recebe pelo meio ambiente e como toma decisões (SILVA, 2010).

O pensamento explana o que significam os objetos. Julga, classifica, discrimina uma coisa da outra (SILVEIRA, 2011). Realiza isso com base na coerência da razão, procurando ponderar os “prós” e “contras” da natureza de tais acontecimentos (RAMOS, 2005). Gosta da organização e da lógica, sendo seu julgamento baseado em padrões universais e coerentes e não em valores pessoais (ZACHARIAS, 2003).

O sentimento avalia os objetos. Define o valor que tal objeto tem para o sujeito, estabelecendo críticas assim como o pensamento, porém a seu nexo é todo diferente. Ele usa a lógica do coração (SILVEIRA, 2011). Realiza ponderação dos acontecimentos embasado em algo de valor, ou seja, se lhes afagam ou não. Julga pela lógica dos valores pessoais, recebendo interferência de importâncias sociais (RAMOS, 2005).

Um resumo básico para diferenciar o pensamento do sentimento é: o pensamento distingue-se por uma atividade lógica, gerando um circuito de ideias; o sentimento descreve o procedimento de apreciação de uma ideia ou acontecimento (FEIST, FEIST & ROBERTS, 2015).

Jung (1991), citado por Batista (2006), ressalta que todas as pessoas podem usar as duas atitudes e as quatro funções, mas a relativa prevalência de uma ou de outra é o que define o tipo psicológico do indivíduo. A variação das atitudes, assim como das funções, diz

respeito ao fluxo normal da vida, sendo o contexto externo e interno algo que favorecem umas e limitam outras.

Pela natureza adaptativa da adolescência, o jovem, muitas vezes, se vê na incumbência de dar respostas adequadas ao ambiente social. Isso por si só seria motivo para alternância de postura tipológica. Outros momentos propícios para esse tipo de imprecisão tipológica referem-se a situações que exigiram certa mudança como, por exemplo, o status educacional.

É necessário compreender mais sobre o cotidiano do adolescente, saber sobre seus desejos, necessidades bem como as expectativas dos mesmos na contemporaneidade. Pesquisas nessa direção são relevantes com vistas a entender como os adolescentes têm lidado com as mudanças e cobranças que a sociedade lhes feito, assim como, possibilitar aos profissionais mais subsídios para lidar com essa população quando demandados (BATISTA, 2007). É notório que quando mais o indivíduo cresce mais cobranças e responsabilidades lhe são impostas, como por exemplo, a transição da adolescência para o mundo adulto.

O período da adolescência é caracterizado como a fase entre a infância e a vida adulta, sendo no ocidente a época entre os 12 e os 20 anos (FERREIRA & NELAS, n. d.). Franco (2007) pontua que a adolescência começa para os meninos próximo aos 14 anos e aos 12 para meninas, estendendo-se até os vinte, dezoito anos, respectivamente, isso para os países cujo clima é frio já nos trópicos isso acontece mais cedo.

A adolescência é a fase que se inicia mais ou menos dos 10 aos 20 anos (MOREIRA, 2011). Eisenstein (2005), em sua pesquisa, pontua os limites cronológicos da adolescência para órgãos importantes, sendo eles o ECA, a ONU e a OMS. Para a OMS, adolescência é o período entre os 10 e 19 anos; para a ONU, dos 10 aos 24 anos de idade; já o ECA considera a adolescência entre os 12 e 18 anos.

Porém, existem cientistas e pesquisadores como Susan Sawyer, diretora do Centro de Saúde do Adolescente do Hospital Royal Children`s, na Austrália, que dizem que a adolescência deve se estender dos 10 aos 24 anos de idade. A pesquisadora alega que tal mudança se sustenta no fato de que assim as leis que garantem seus direitos sejam asseguradas, mas, em contraponto, outros cientistas alegam que o fato de se estender o fim da adolescência pode criar adultos infantilizados (BBC NEWS Brasil, 2018).

É perceptível uma deficiência no que se refere a testes psicológicos específicos para a adolescência, fato já constatado por Batista (2007). O autor em sua tese ressalta que essa carência em instrumentos específicos para a fase da adolescência ecoa tanto na atuação do psicólogo, que precisa de informações mais consistentes, válidas e precisas, como também

no próprio adolescente que demanda atendimento, na fase em que o mesmo mais se encontra em vulnerabilidade (BATISTA, 2007). Isso reforça a necessidade de estudos com instrumentos específicos para a fase da adolescência, como no caso do teste TATI-J.

Como dito anteriormente, a transição do meio escolar para o acadêmico pode ser colaboradora para uma imprecisão tipológica. Cabe ressaltar que a universidade coloca o universitário frente a várias e amplas demandas interpessoais, sendo caracterizada assim, como uma conjuntura de aprendizagem e aprimoramento de competências. Esse contexto requer relacionamentos interpessoais das pessoas que dele fazem parte, solicitando habilidades de relacionamento e o aperfeiçoamento das já existentes (SOARES & DEL PRETTE, 2015).

O dia a dia universitário, demonstra várias oportunidades de aprendizagem, essas são tanto de cunho acadêmico como sociais e também sócio emocionais, incluindo-se assim o desenvolvimento das habilidades. Sendo possível que o estudante aprenda comportamentos acadêmicos e sociais, tanto por observações do comportamento de colegas, professores e funcionários (SOARES & DEL PRETTE, 2015).

É extremamente importante pesquisas com adolescentes, por se tratar de um fenômeno de transição que carrega consigo inúmeras informações e transformações para os jovens. Esses estudos também são necessários para a população adulta, seu meio social ou profissional, na qual tal pode estar inserida. Sendo assim, a área da pesquisa é de suma importância (BATISTA, 2007).

Portanto, neste estudo, o Teste TATI-J - Teste de Avaliação Tipológica Juvenil que avalia o modelo tipológico junguiano, será submetido a mais uma busca de evidência empírica que ajudará a entender se há mudança sobre como funciona o modelo tipológico junguiano durante o processo desenvolvimental.

O teste TATI-J foi objeto de estudo de dois trabalhos de Conclusão de Curso da Psicologia nesta Universidade. No primeiro estudo, Fernandes construiu o teste TATI-J com uma amostra de 130 estudantes do ensino fundamental com idades entre 12 e 15 anos. Além da validade de conteúdo realizada por especialistas, a análise Fatorial revelou adequação dos itens ao modelo tipológico junguiano e mostrou validade em sua estrutura interna. A precisão atingiu dados aceitáveis, mesmo em se tratando de um teste ipsativo. Dito de outra forma, o teste revelou capacidade para avaliar como os adolescentes fazem suas escolhas cognitivas (FERNANDES, 2016). No segundo trabalho, Pereira (2017) buscou evidências de validade para o TATI-J, contando com uma amostra de 199 participantes com idade entre 13 a 16 anos, correlacionando o teste TATI-J e o *Learning Type Measurement-LMT*. As análises dos

resultados apontaram para convergências estatísticas significativas para alguns itens e validade divergente para outros. Mas, apesar da relação matemática entre as medidas, não foi possível evidenciar explicações plausíveis entre os achados em virtude de conceitos do teste LTM se mostrarem inconclusivos sem um formato de definição. Conforme salienta o autor da teoria que embasa o *LTM* (PEREIRA, 2017), seus estudos necessitariam de revisão.

Estudos sobre tipologia podem apresentar alguns impasses no que se refere a medição de parte desses conceitos, como constatado por Moraes e Primi (2002), em seu estudo de busca de validade para a escala de auto avaliação tipológica, que seria utilizada como um critério em um estudo de validação para o Questionário de Avaliação Tipológica - QUATI. Sua amostra foi composta por 185 universitários que responderam 3 instrumentos: a escala de auto avaliação, a escala de hetero avaliação e o QUATI. A autora encontrou bons parâmetros de validade para as dimensões pensamento-sentimento e introversão - extroversão e algumas dificuldades para validade na dimensão intuição-sensação.

Dentre tantos critérios que um teste precisa contemplar, a validade se constitui como algo de extrema importância, já que a mesma se refere ao nível em que um instrumento mede a variável que diz medir, tornando-se válido na expansão em que menciona o que se propôs. A validade consiste “na medida em que as evidências empíricas e os raciais teórico, ou sumário indutivo, embasam os significados interpretativos e os usos propostos para o teste” (PRIMI MUNIZ e NUNES, 2009, p.247). Os autores ressaltam que as ideias de Messick foram influência para as *standerds* da APA em 1999.

O procedimento de validação é algo cumulativo, por isso agregam um conjunto de evidências científicas que respaldam as interpretações dos escore dos testes e a relevância da utilidade dos usos propostos (PRIMI MUNIZ & NUNES, 2009).

O *Standard* da APA 1999, definiu cinco fontes de validade utilizadas em um teste. Dentre essas cinco definições de validade, encontra-se a evidência baseada nas relações com variáveis externas, essa se caracteriza por levantar dados sobre padrões de correlação entre os escores de outras variáveis, medindo o mesmo construto ou construtos relacionados (convergência), e com variáveis medindo construtos diferentes (divergência). E também por trazer dados sobre a capacidade preditiva do teste de outros fatos de interesse direto (critérios externos) que têm importância por si só e associam-se ao propósito direto do uso do teste (APA, 1999 conforme citado por PRIMI, MUNIZ & NUNES, 2009).

Diante do exposto e com base na relevância dos construtos junguianos sobre a personalidade e suas implicações no dia a dia das pessoas, pensou-se em contribuir para o aprimoramento científico do teste TATI-J, fazendo um estudo com foco na validade de

evidência com base em variáveis externas. Objetivou-se assim, a estudar a existência ou não de diferenças entre adolescentes e adultos quando fazem suas escolhas por meio do teste TATI-J, bem como com a comparação dos grupos contrastantes filtrados por sexo.

2. MÉTODO

2.1 Tipo de pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa com delineamento quantitativo, psicométrico, transversal e analítico.

2.2 Participantes

A amostra da pesquisa foi composta por 165 participantes de ambos os sexos, com idade entre 18 e 39 anos, média de 22,01 e desvio padrão de 4,20. Com predominância da participação do sexo feminino, com 66,1% e 33,9% do sexo masculino. Todos regularmente matriculados nos cursos de Medicina, Nutrição, Publicidade, Farmácia e Enfermagem em uma universidade particular do Sul de Minas Gerais. Nesse trabalho foram utilizadas as estatísticas descritivas do grupo normativo de Fernandes (2016), que foram utilizados como critério para comparação dos desempenhos dos universitários no TATI-J. A amostra normativa se constituiu por 130 alunos de ambos os sexos com idade entre 12 a 15 anos e média de 13,77 (desvio padrão igual a 1,15). Sendo 42,3% do sexo masculino e 57,7% do sexo feminino. Todos devidamente matriculados em uma escola Pública do Sul de Minas Gerais.

2.3 Instrumento

Para a realização da presente pesquisa foi utilizado o Teste de Avaliação Tipológica Juvenil – TATI-J, que foi criado com um grupo normativo de adolescentes com idade entre 12 e 15 anos. Este teste tem em sua configuração quinze questões ipsativas relacionadas à verificação das atitudes extroversão e introversão; onze itens medindo as funções intuição e sensação e nove questões que avaliam as funções pensamento e sentimento, conforme modelo teórico junguiano, também conhecido como Psicologia Analítica criada pelo psicólogo suíço Carl Gustav Jung. O teste em questão já foi alvo de alguns estudos e até o momento conta com avaliação de juízes, realizada no ano de 2016 por Fernandes, processo este em que profissionais de notório saber em Psicologia Junguiana deram o parecer referente os itens do instrumento (validade de conteúdo). Neste estudo, quatro psicólogos, especialistas e/ou com formação na psicologia analítica avaliaram o TATI-J antes da

aplicação. Os itens que obtiveram incidência de 50% ou mais de reprovação foram modificados antes da aplicação do instrumento. Foram realizadas duas tentativas de análise fatorial, na primeira, verificou-se o critério de exclusão de frequência menor ou igual a 27% e maior ou igual a 73%. Sendo retirados os itens: 02, 07, 11, 18, 20, 21 e 50 e na segunda com todos os itens, independente da frequência.

2.4 Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi devidamente cadastrado na Plataforma Brasil, respeitando as normas e as configurações da mesma e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, aprovado por meio do Parecer Consubstanciado CAAE: 8710418.0.0000.5102. Foi efetivado o contato com os coordenadores e professores dos cursos alvo. Em seguida, realizou-se o contato com os acadêmicos voluntários, quando lhes foi explicado sobre a pesquisa e, após compreensão e aceitação dos termos, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconiza a Resolução do Ministério da Saúde N° 466/12.

2.5 Procedimentos para a coleta de dados

Respeitando os procedimentos éticos essenciais para a realização de pesquisas com seres humanos, na amostra universitária foi realizada a aplicação do instrumento TATI-J. A coleta foi realizada em sala de aula, coletivamente. O tempo de aplicação do instrumento foi de aproximadamente 20 a 25 minutos de duração. Para iniciar a coleta foi realizado um *rapport* com os acadêmicos e entregue os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, que foram lidos pelos mesmos e assinados pelos que se dispuseram a responder o teste. Por fim, foi explicado como responder o teste e esclarecidas as dúvidas sobre os procedimentos acerca do teste. Já na amostra adolescente a coleta de dados aconteceu após a assinatura dos TCLEs pelos responsáveis dos participantes. A coleta foi coletiva com duração de tempo entre 10 e 25 minutos. As instruções realizadas foram para que os estudantes assinalassem com um “X”, uma a cada duas opções apresentadas que correspondessem a de maior identificação consigo (método de escolha forçada). Os adolescentes não poderiam deixar de responder ou escolher simultaneamente as duas opções. Todas as aplicações se iniciaram após o *rapport*.

2.6 Análise de dados

Os protocolos do Teste TATI-J foram analisados e interpretados conforme o grupo normativo. Em seguida, todos os dados serão codificados no software SPSS 20.0, específico

para pesquisa na área social e, submetidos à análise estatísticas descritivas e de tendência central, com busca de evidência para o mesmo. As médias foram comparadas pelo Teste *t* de *Student*, aceitando diferenças significativas ao nível de $p \leq 0,05$.

3. RESULTADOS

Na Tabela 1 encontram-se as estatísticas descritivas referentes ao teste *t* entre a amostra normativa e a amostra universitária.

Tabela 1. Estatísticas descritivas da amostra adolescente (N=130) e universitária (N=165)

	Sexo	Média	Desvio padrão
Introversão	Masculino	6,62	4,12
Introversão	Feminino	6,68	4,42
Extroversão	Masculino	8,35	4,13
Extroversão	Feminino	8,28	4,42
Sensação	Masculino	4,89	3,27
Sensação	Feminino	6,00	2,89
Intuição	Masculino	6,07	3,26
Intuição	Feminino	4,99	2,87
Sentimento	Masculino	4,46	2,54
Sentimento	Feminino	5,77	2,04
Pensamento	Masculino	4,48	2,56
Pensamento	Feminino	3,20	2,00

A seguir são apresentados, na Tabela 2, os resultados comparativos das médias obtidas pelos adolescentes com base nos dados do estudo que deu origem ao teste TATI-J, confrontando-os com as médias dos universitários.

Tabela 2. Teste *t* de *Student* da amostra adolescente (N=130) e universitária (N=165)

	Característica da Amostra	Média Geral	Teste <i>t</i>	Significância Estatística <i>p</i>
Introversão	Adolescentes	6,03	1,90	0,06
	Universitários	6,67		
Extroversão	Adolescentes	9,00	2,09	0,05**
	Universitários	8,31		
Pensamento	Adolescentes	4,65	5,69	0,01*
	Universitários	3,64		

Sentimento	Adolescentes	4,34	5,54	0,01*
	Universitários	5,33		
Intuição	Adolescentes	5,29	0,29	0,78
	Universitários	5,36		
Sensação	Adolescentes	5,70	-	0,77
	Universitários	5,63		

**Significância estatística ($p \leq 0,05$) *Significância estatística ($p \leq 0,01$)

Na Tabela 2, é perceptível que nas atitudes a introversão não obteve significância estatística, mas no que se refere à extroversão, houve significância estatística de $p \leq 0,05$, para os adolescentes. Ou seja, são mais voltados para os contatos interpessoais. Quanto às funções racionais, as pontuações foram significativas a nível de $p \leq 0,01$, o que demonstra uma predileção dos adolescentes a fazerem julgamentos com base no pensamento e os adultos a utilizarem o sentimento. Porém, nas atitudes irracionais sensação e intuição, não houve distinção entre adolescentes e adultos.

Com vistas ao entendimento de como os universitários manifestam suas escolhas com base em suas percepções e processos cognitivos, realizou-se uma análise comparativa das médias nas atitudes e nas funções dos construtos da tipologia junguiana entre os sexos feminino e masculino. Os resultados são apresentados na Tabela 2, conforme segue.

Tabela 3. Teste t de Student filtrado da amostra de universitários por sexos

	Característica da Amostra	Nº Geral	Média t	Teste Estatística p	Significância
Introversão	Masculino	56	6,63	-0,09	0,93
	Feminino	109	6,69		
Extroversão	Masculino	56	8,36	0,10	0,92
	Feminino	109	8,28		
Pensamento	Masculino	56	4,48	3,52	0,01*
	Feminino	109	3,20		
Sentimento	Masculino	56	4,46	-3,60	0,01*
	Feminino	109	5,78		
Intuição	Masculino	56	6,07	2,18	0,05**
	Feminino	109	4,99		
Sensação	Masculino	56	4,89	-2,24	0,05**
	Feminino	109	6,01		

**Significância estatística ($p \leq 0,05$) *Significância estatística ($p \leq 0,01$)

Com base na Tabela 3, pode-se perceber que nas atitudes introversão e extroversão, não houve significância estatística entre os homens e as mulheres. Dito de outra forma, homens e mulheres desta amostra canalizam sua energia psíquica tanto para objeto externo como interno. Nas funções racionais pensamento e sentimento, houve significância estatística de $p \leq 0,01$, o que sugere tendência para os homens fazerem suas escolhas cognitivas utilizando a função pensamento, sendo o contrário também verdadeiro, já que as mulheres preferem tomar decisões pela função sentimento. No que se refere às funções irracionais, designadas por Jung como sensação e intuição, também houve significância estatística de $p \leq 0,05$, já que as mulheres obtiveram uma pontuação maior na sensação e os homens na intuição. A significância estatística sugere mulheres mais sensíveis aos seus sentidos, focando sua atenção no “aqui e agora”, enquanto os homens procuram significados e possibilidades para os estímulos que percebem.

A análise dos resultados mostrou uma caracterização bem específica e diferenciada entre os sexos, de modo que os homens agruparam suas funções como pensamento e intuição e as mulheres, ao contrário, mostraram-se mais propensas à função sentimento e sensação.

Após as análises entre o sexo masculino e feminino da amostra universitária, foram realizadas mais duas análises com vistas ao entendimento da possibilidade de haver diferenças ou semelhanças quanto ao funcionamento tipológico junguiano entre gerações específicas. Assim sendo, a análise comparou a amostra de estudantes adolescentes e universitárias adultas do sexo feminino e seu resultado está exposto na Tabela 4.

Tabela 4. Teste t de Student entre estudantes adolescentes (N=75) e mulheres universitárias adultas (N=109)

	Característica da amostra	Média Geral	Teste t	Significância Estatística p
Introversão	De 18 a 39 anos	6,69	2,21	0,05**
	De 12 a 15 anos	5,74		
Extroversão	De 18 a 39 anos	8,28	2,35	0,05**
	De 12 a 15 anos	9,28		
Pensamento	De 18 a 39 anos	3,20	4,15	0,01*
	De 12 a 15 anos	4,00		
Sentimento	De 18 a 39 anos	5,78	3,99	0,01*
	De 12 a 15 anos	5,00		
Intuição	De 18 a 39 anos	4,99	0,58	0,56

	De 12 a 15 anos	4,83		
Sensação	De 18 a 39 anos	6,01	-	0,59
	De 12 a 15 anos	6,16	0,55	

**Significância estatística ($p \leq 0,05$) *Significância estatística ($p \leq 0,01$)

Os resultados da Tabela 4, nas atitudes introversão e extroversão, possibilita observar uma significância estatística de $p \leq 0,05$ entre mulheres adolescentes e adultas. As mulheres adultas se mostraram mais introvertidas e, as adolescentes mais extrovertidas. Ou seja, as mulheres da amostra universitária direcionaram sua libido para o mundo interior, enquanto as adolescentes se voltaram para o mundo exterior, usando sua libido para contatos interpessoais.

Nas funções racionais pensamento e sentimento, foram encontradas significâncias estatísticas de $p \leq 0,01$ entre o grupo de mulheres adolescentes e adultas. As adolescentes apresentaram mais características da função pensamento e as adultas tenderam ao uso da função sentimento. Essa evidência denota que as adolescentes julgam e resolvem questões com base no raciocínio lógico e as mulheres adultas, quando precisam resolver alguma situação, o fazem com base em seus sentimentos, ou seja, atribuem valores às pessoas e aos eventos. Enquanto que nas funções racionais foram possíveis observar diferenças estatísticas, nas funções irracionais intuição e sensação, não aconteceu o mesmo. Tanto as mulheres adolescentes como as mulheres adultas mostraram aleatoriedade quanto às funções intuição e sensação. Dito de outra forma, se mostram atentas aos estímulos do ambiente ora focadas nos cinco sentidos, ora atentas aos estímulos internos.

Em síntese, as mulheres adultas da amostra universitária se caracterizaram pela atitude introversão e função racional sentimento, ao contrário das adolescentes que tiveram mais atitude extrovertida e função racional pensamento.

As médias obtidas pelo homens adultos e adolescentes do sexo masculino no teste TATI-J também foram submetidas a análise do Teste t de *Student* e são apresentadas abaixo na Tabela 5.

Tabela 5. Teste t de Student entre adolescentes (N=56) e homens adultos do sexo masculino (N=55)

	Característica da amostra	Média Geral	Teste t	Significância Estatística p
Introversão	Universitários	6,63	0,40	0,70
	Adolescentes	6,41		
Extroversão	Universitários	8,36		0,64

Pensamento	Adolescentes	8,62	-	
	Universitários	4,58	0,48	0,01*
Sentimento	Adolescentes	5,55	3,12	
	Universitários	4,46	3,01	0,01*
Intuição	Adolescentes	3,44		
	Universitários	6,07	0,32	0,75
Sensação	Adolescentes	5,93		
	Universitários	4,90	-	0,69
	Adolescentes	5,07	0,41	

*Significância estatística ($p \leq 0,01$)

Com base na Tabela 5, é notável que nas atitudes introversão e extroversão para adolescentes masculinos e homens adultos, não foi apresentada significância estatística, então homens e adolescentes canalizam suas libidos tanto para o seu interior como também para o objeto externo a eles, buscando o que lhes é intrínseco e subjetivo ao mesmo tempo em que mostram interesses por pessoas e pelas coisas externas.

Nas funções racionais pensamento e sentimento, houve significância estatística de $p \leq 0,01$ para adolescentes e homens adultos. Assim, os homens adultos apresentaram preferência em usar da função sentimento e os adolescentes mais a função pensamento. Portanto, os adolescentes desta amostra são mais calculistas, julgando as situações de forma mais classificada, enquanto os homens adultos, “movidos pelo coração”, julgaram as situações com base no que sentem. Em contrapartida às funções racionais, nas funções irracionais intuição e sensação o teste mediu de forma igual para homens e adolescentes, não tendo, assim, nível de significância estatística. Dessa forma, ambos procuram possíveis possibilidades futuras de informações recebidas e estão centrados no “aqui e agora”, dando ênfase às informações recebidas pelos sentidos.

Pode-se dizer que tanto os homens adultos da amostra universitária como os adolescentes masculinos não diferem quanto às atitudes e funções irracionais, apenas diferiram quanto às funções racionais, o que caracterizou os homens adultos como pessoas que decidem pela função sentimento, enquanto os adolescentes masculinos preferiram o uso da função pensamento.

4. DISCUSSÃO

Por meio das análises dos resultados para as funções irracionais os homens se mostraram significativamente mais intuitivos que as mulheres; por outro lado quando se compararam adolescentes masculinos com homens adultos ou adolescentes do sexo feminino com mulheres, não houve significância estatística. Esse achado não altera a funcionalidade do teste TATI-J, pois isso não interferiu na forma como ele processa a tipologia, tanto de adolescentes como de adultos. Isso pode ser apontado como validade com base em variáveis externas conforme aventado na hipótese deste estudo. Quanto à função irracional, outros estudos já apontaram dificuldade com esta dimensão. Pode-se citar Moraes e PRIMI (2002), que se deparou com problemas nesta função e, mesmo assim, encontrou validade para o teste QUATI naquela ocasião. A autora referiu-se a este fato como problema em relação à intuição e à sensação. Esta observação carece de mais estudos para que se sustente enquanto verdade científica, apesar de Nick e Kellner (1971), citado por ZACHARIAS (2003), colocar que as dimensões intuição e sensação, por se tratarem de funções perceptivas, suscitam a hipótese de que tais podem sofrer interferências momentâneas. No presente estudo, como o TATI-J trabalha com as médias que cada pessoa atinge em sua tipologia, os adolescentes e adultos foram pontuados em todas as dimensões, tanto neste estudo, como no estudo de Fernandes (2016).

Aventou-se que o TATI-J avaliasse jovens adultos e adultos, assim como bem o faz para adolescentes de 12 a 15 anos de idade, sustentado pela análise fatorial realizada por Fernandes (2016), comprovando boa estrutura interna dos itens. Messick (1986) citado por Primi, Muniz e Nunes (2009) já dizia que a validade de um teste consiste, “na medida em que as evidências empíricas e os racionais teórico, ou sumário indutivo, embasam os significados interpretativos e os usos propostos para o teste” (2009, p. 247). Assim sendo, com o TATI-J aplicado aos adultos foi possível atribuir significados aos escores produzidos, de acordo com o embasamento teórico proposto por Jung, não havendo entraves pelos adultos, desde o entendimento dos itens e o que eles mediam até a mensuração e o significado final. Entende-se isso como confirmação da hipótese proposta neste estudo, qual seja, evidências de validade com base em variáveis externas.

Evidencia-se, portanto, que na ferramenta TATI-J, Fernandes (2016) iniciou seu estudo com pesquisa na literatura tipológica, elaborando os itens, conforme referencial teórico dos tipos psicológicos propostos por Jung e submetendo-os a cinco avaliadores especialistas em psicologia junguiana. Somente os itens que obtiveram concordância de 80% fizeram parte do instrumento piloto. Entende-se, assim, que o TATI-J já é contemplado pelos especialistas e isto, em verdade, é uma análise de juízes, de acordo com PASQUALI.

Dito de outra forma, o teste TATI-J conta com validade de conteúdo. Considera-se, portanto, que o TATI-J avalia tipologicamente pessoas com idade de 18 a 39 anos, assim como bem o faz para adolescentes.

Considerando-se que os respondentes com idade de 18 a 39 anos não encontraram limitações para responder ao instrumento e em nenhum momento levantaram dúvidas ou dificuldades para fazê-lo, a validade com base em variáveis externas se cumpriu como esperado. De acordo com o *Stander* da APA de 1999, a validade com base em variáveis externas se confirma, uma vez que as variáveis externas idade e nível de escolaridade não interferiu no processo de aplicação do teste, visto que este teste foi construído com um grupo normativo composto por adolescentes de 12 a 15 anos, foi possível perceber que ele funciona bem para adultos universitários com idade de 18 a 39 anos.

É possível perceber na literatura existente que não se tem estudos cujo objetivo é verificar possíveis diferenças na manifestação da tipologia junguiana entre os grupos contrastantes. Quando comparada tipologia nos grupos contrastantes, pela presente pesquisa, foi possível perceber que nos cálculos do Teste t de *Student*, algumas dimensões apresentaram significâncias estatísticas e outras não, de acordo como cada amostra se apresentou. Isso não impossibilitou a verificação dos tipos psicológicos de cada grupo.

Quando comparada a média geral da amostra normativa do teste TATI-J, no caso os adolescentes de 12 a 15 anos com a amostra universitária de 18 a 39 anos de idade, as informações obtidas referem-se à adolescentes extrovertidos e com função racional pensamento. Caracterizam-se como pessoas voltadas para o mundo externo, com foco em grupos, coisas e acontecimentos. Apresentam dificuldades de se acomodar em relação ao mundo, podendo agir impulsivamente. Têm facilidade para conhecer vários assuntos, contudo, não conseguem se aprofundar. Quando precisam decidir sobre algo, o fazem usando a lógica, podendo desfrutar de análises sem a interferência de seus valores pessoais (ZACHARIAS, 2006). Os adultos só se distinguiram estatisticamente no que se refere a função racional sentimento e, quando demandados sobre alguma decisão, fazem isso com base no que sentem e em valores pessoais. São voltados para as relações interpessoais, uma vez que se preocupam com os sentimentos (ZACHARIAS, 2006). Ambos grupos contrastantes percebem as coisas e as situações tanto pela via dos sentidos como também pelas suas percepções internas. São focados no aqui e agora ao mesmo tempo em que buscam possibilidades futuras, apresentando grande criatividade, analisando as partes de uma determinada situação (ZACHARIAS, 2006).

Na comparação entre masculino e feminino da amostra universitária, as mulheres se sobressaíram com as funções sensação e sentimento, ou seja, essas privilegiam os órgãos dos cinco sentidos. Focadas no aqui e agora, são práticas e realistas. Têm predileção em ver as partes de algo ao invés do todo, são ligadas ao concreto e objetivo, podem descrever com riqueza de detalhes um lugar por onde passaram. Tomam decisões com base em seus sentimentos, levando em consideração o que sentem em relação a uma pessoa ou objeto. São receptivas e demonstram interesse, por histórias e tradições.

Os homens, por sua vez, demonstraram intuição e pensamento. Visam as possibilidades futuras, por isso veem o todo, preferindo planejar a executar. Possuem maior grau de criatividade e inovação, sendo a realidade concreta e a rotina algo difícil para lidarem. Quando precisam tomar uma decisão, a fazem com base na lógica, conseguindo isenção de valores pessoais. Quanto às atitudes, ambos dirigem suas energias para o mundo interno e externo. Têm facilidade em escrever e aprender por meio da leitura. Podem ser especialistas ao invés de generalistas, sendo o contrário também verdade. Ao mesmo tempo em que focam sua atenção nas pessoas e coisas, tem disposição para agir impulsivamente e para conhecer várias coisas ao mesmo tempo (ZACHARIAS, 2006).

Se comparado adolescentes femininas e mulheres adultas, as mulheres adultas são mais introvertidas e sentimento. Voltam a sua libido para o mundo interno, as ideias e conceitos chamam sua atenção (MELLO, 2003). São retraídas, direcionando-se para atividades que possam fazer sozinhas. Quando precisam tomar uma decisão, usam a lógica do coração, ou seja, levam em consideração o que sentem em relação à situação e/ou às pessoas envolvidas em tal, direcionando-se para relações nas quais tenham contatos pessoais (ZACHARIAS, 2003). As adolescentes, ao contrário, apresentaram-se extrovertidas e pensamento. Demonstram grande interesse pelas pessoas e coisas, dito de outra forma, voltam sua libido para o mundo externo (MELLO, 2003). Expressam-se melhor falando e tem preferência por agir. Avaliam os prós e contras quando têm de tomar uma decisão, levando em consideração a questão lógica de uma situação, avaliando com base em padrões universais (ZACHARIAS, 2003). Nas funções irracionais não houve significância estatística, pois ambas são focadas no aqui e agora, ao mesmo tempo em que buscam as possibilidades futuras.

Na comparação entre o sexo masculino, a única dimensão na qual se obteve diferença estatística foi a racional, uma vez que os homens adultos são mais sentimento, ou seja, avaliam coisas e situações com base em seus sentimentos, se lhes são agradáveis ou não, julgando com base em valores pessoais (RAMOS, 2005). Os adolescentes, no entanto,

apresentam-se como pensamento, usam a lógica quando precisam tomar uma decisão, embora pareçam frios quando o fazem, sendo capazes de fazê-lo sem julgamentos pessoais (ZACHARIAS, 2003).

Quanto às atitudes e funções irracionais não distinguem entre si, o que demonstra serem pessoas que recebem tanto estímulos físicos do ambiente, como também vislumbram as possíveis alternativas futuras, sendo criativos (FEIST, FEIST, 2015). Dirigem sua energia psíquica tanto para fora como para dentro. Gostam de estar sós, contrapondo-se ao fato de que se direcionam ao objeto externo (ZACHARIAS, 2003).

Nesse sentido, quando verificadas as maiores médias obtidas por cada grupo, feminino e masculino nas duas atitudes, bem como, nas duas funções racionais e irracionais nos cálculos realizados no Teste t de *Student* foi possível evidenciar os achados que se apresentam a seguir.

Nas amostras do sexo feminino, as adolescentes e as universitárias, quando comparadas entre si, assim como as mulheres quando comparadas com os homens, o que predominou para esse sexo, tanto para a adolescência quanto para a vida adulta, foi a atitude extrovertida, função principal sensação e função auxiliar sentimento - E Ss St, o que de acordo com Zacharias (2003), denota que tais são adaptáveis, amistosas e realistas. Têm confiança nas coisas e fatos que podem comprovar com base nos órgãos dos sentidos, olfato, paladar, audição, tato e visão, melhor dizendo, aquilo que lhes passa pelo corpo físico. Ao invés de tentar impor seus parâmetros pessoais, buscam por soluções satisfatórias, pois carregam a certeza de que cedo ou tarde, quando puderem entender tudo acerca do fato em questão, uma solução para os problemas se materializará, resolvendo-os por meio de adaptações. Não são preconceituosas, mas bem tolerantes. Têm a capacidade de apaziguamento de conflitos, possibilitando um acordo. Podem ser boas solucionadoras de desordens, visto a sua habilidade em focar no presente momento. Demonstram curiosidade por novas coisas, como tipos de comida, pessoas novas, objetos novos, melhor dizendo, por tudo aquilo que lhes são apresentados pelos sentidos. São focadas no “aqui e agora”, sendo suas decisões tomadas com base em valores pessoais. Podem ser consideradas mestras em viver usufruindo o máximo possível das coisas. Porém, precisam desenvolver sua função inferior - o pensamento - afim de que possam fazer julgamentos com base na lógica.

No que se refere a amostra masculina, tanto quando comparados com o feminino, como também entre si, adolescentes e homens, o tipo psicológico encontrado foi a atitude extroversão, função principal intuição e função auxiliar pensamento - E In Ps, o que denota pessoas engenhosas, visionárias de novas possibilidades e formas de realizar coisas. Têm uma

imaginação riquíssima, com disposição para começar novos projetos, contando com energia para a concretização de tais, inspirados em solucionar possíveis empasses que encontram ao longo de tais propósitos, uma vez que isso os estimula. Apresentam flexibilidade para atuar em várias áreas. Têm muita facilidade em perceber o que as outras pessoas estão pensando ou sentindo em relação às outras ou às coisas. São mais interessados em entender do que em julgar. Os seus universos estão repletos de novos possíveis projetos. Estão focados nas possibilidades dos fatos, visto que em meio a tantas probabilidades, podem encontrar dificuldades de focar em apenas um. Gostam de profissões que lhes apresentem novos desafios. A rotina é a principal dificuldade encontrada por eles. Podem perder o interesse em seus projetos na medida em que os maiores desafios são solucionados. Por isso são mais eficientes em cargos nos quais têm que criar projetos (ZACHARIAS, 2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O teste TATI-J revelou capacidade para avaliar o construto teórico a que se propõe medir e, apesar da redundância dessa afirmação, conforme outros autores como Pasquali já o apontaram, esta ferramenta acumulou mais uma evidência de validade em seu desenvolvimento. Sugere-se que novos estudos sejam conduzidos, tal como a ampliação para jovens adultos com baixa escolaridade por entender que este teste apresenta fácil compreensão de seus itens. Estudos nesta direção estariam em consonância com um grande número de pessoas que procuram ajuda para suas necessidades psicológicas em várias situações de suas vidas e nem sempre se encontra ferramentas adequadas para esta população.

Os estudos de validades são procedimentos indispensáveis para que os testes estejam aptos ao uso pelos profissionais psicólogos, pois precisam comprovar se estão condizentes com a teoria que os respaldam, se medem o que se propõem e se são compreensíveis por quem o responde. Esta ideia vai na direção do conceito de validade descrita por Messick (1986) e este pensamento sustenta e reforça a necessidade da continuidade de pesquisa com o TATI-J afim de aprimorá-lo e validá-lo.

6. REFERÊNCIAS

Almeida, Leandro S; Cruz, Orlanda. **Utilização dos testes psicológicos: algumas considerações sobre sua evolução.** *Jornal de Psicologia.* Universidade do Porto. 2010. 4(1), 13-17. 1985.

AMEZAGA, Pilar; SAIZ, Mario. **Tipos psicológicos y transtorno depresivos.** Ciência psicológica. Universidad católica del Uruguay. Montevideo. 9. 2015.

ANJOS, Ricardo Eleutério. **A teoria dos tipos psicológicos de Jung e sua contribuição para a relação professor-aluno.** Revista científica da Unisalesiano. 4(8), 80-96. 2013.

BBC NEWS Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42747453>. Em 23/10/2018 às 06:42. 2018.

Batista, Marcos Antonio. **Inventário de ansiedade do adolescente: estudos psicométricos.** (Tese de doutorado). Universidade São Francisco-USF, Itatiba, SP, Brasil. 2007.

CAMPOS, Ana Cláudia Gonçalves. **Tipos psicológicos e profissões: um estudo exploratório.** (Trabalho de conclusão de curso). Universidade do Vale do Sapucaí-UNIVÁS, Pouso Alegre, MG, Brasil. 2005.

SORES, Adriana Benevides; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Habilidades sociais e adaptação à universidade: convergências e divergências dos construtos.** Análise psicológica. 2(XXXIII), 139-151. 2015.

EISENSTEIN, Evelyn. **Adolescência: definições, conceitos e critérios.** Adolescência & saúde. 2(2), 6-7. 2005.

ERTHAL, Tereza Cristina. **Manual de psicometria** (8ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

Feist, J., Feist, G. J. & Roberts, T. *Teorias da personalidade* (8ª ed.). Porto Alegre: Artmed. 2015.

Fernandes, Camila Aparecida. **Estudo para construção do Teste de Avaliação Tipológica Juvenil (TATi-J).** (Trabalho de conclusão de curso). Universidade do Vale do Sapucaí-UNIVÁS. Pouso Alegre, MG, Brasil. 2016.

Ferreira, Manuela; Nelas, Paula Batista. (n. d.). **Adolescências...Adolescentes...** Educação, ciência e tecnologia. 141-162. Recuperado de <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/11.pdf>.

PRIMI, R., Minuz, M. & Nunes, C. H. S. S. Definições contemporâneas de validade de testes psicológicos. In C. S. Hutz (Org). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica.* São Paulo: Casa do Psicólogo. 2009.

Jung, Carl Gustav. **Tipos Psicológicos** (3ª ed, Vol 6, Obras Completas de C. G. Jung) Petrópolis; Vozes. 2009.

Lei Nº 8.06, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

MÄDER, Bruno Jardini. **Dimensões da avaliação psicológica.** In B. J. MÄDER. *Avaliação psicológica: dimensões, CAMPOS de atuação e atenção.* Curitiba: CFP. 2016.

MELLO, Carla Virmond. **Os tipos psicológicos e as competências nos novos modelos de gestão.** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. 2003.

MORAIS, Ilmara Fátima; PRIMI, Ricardo. **Escala de avaliação de tipos psicológicos: validade e precisão.** *Psico-USF.* 7(1), 25-34. 2002.

MOREIRA, Lília Maria Azevedo. **Desenvolvimento e crescimento humano da concepção à puberdade.** (3ª ed.). In *algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual.* Salvador: SciELO Books. 2011.

PASQUALI, Luiz. **Técnicas de Exame Psicológico TEP.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

PEREIRA, Jander Augusto. **Busca de evidencia de validade convergente ou divergente para o TATI-J.** (Trabalho de conclusão de curso). Universidade do Vale do Sapucaí-UNIVÁS. Pouso Alegre, MG, Brasil. 2017.

PRIMI, Ricardo. **Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* 26 n. especial, 25-35. 2010.

RAMOS, Luís Marcelo Alves. **Os tipos psicológicos na psicologia analítica de Carl Gustav Jung e o inventario de personalidade “Myers bringsgs tipe indicator (MBTI)” contribuições para a psicologia educacional, organizacional e clínica. Educação temática digital ETD. DOSSIE´ área temática: estudos piagetianos e psicologia clínica e educacional.** 6(2), 137-180. 2005.

Resolução nº 9, de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da (o) psicóloga (o), regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos-SATEPSI. Recuperado de <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao-CFP-nº-09-2018-com-anexo.pdf>.

SILVA, Ricardo Miguel Guerreiro Veigas. **O contributo de Carl Gustav Jung.** *Psicologia.pt o portal dos psicólogos.* 2010.

SILVEIRA, Nise. **Jung: vida e obra** (7ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

SOARES, Antonio Rodrigues. **A Psicologia no Brasil.** *Psicologia: Ciência e Profissão.* (30), 8-41. 2010.

SCHUTZ, Duane P; SCHUTZ, Sydney Ellen. **Teorias da personalidade** (2ª ed.) Cengage learning: São Paulo. 2011.

URBINA, Susana. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. Tipos psicológicos Junguianos e escolha profissional. **A tipologia de Carl Gustav Jung**. São Paulo: Vetor. 1995.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. **Manual do Questionário de Avaliação Tipológica-QUATI**. São Paulo: Vetor. 2003.

ZACHARIAS, José Jorge de Moraes. **Entendendo os tipos humanos** (2ª ed.). Paulus: São Paulo. 2006.

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO

Tayá Cristina Reis, Camila Claudiano Quina Pereira.

Faculdade de Ciências Médicas “Dr José Antonio Garcia Coutinho”.
Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS
Av. Cel.Alfredo Custódio de Paula – 37553-068 – Pouso Alegre – MG – Brasil.
Tayna.reis56@hotmail.com, Camila.fuvs@gmail.com

Reis, T. C. (2018). Desigualdade de Gênero no Mercado Profissional: Um Estudo Sobre a Discriminação e Segmentação das Mulheres no Trabalho. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, Pouso Alegre/ MG.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa de abordagem bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva. O objetivo desta pesquisa foi compreender como se dá a discriminação e segmentação da participação da mulher no mercado de trabalho formal à luz de indicadores, referencial bibliográfico e perspectiva de mulheres residentes no município de Pouso Alegre, sendo que uma participante reside atualmente no México. Neste âmbito, esta pesquisa utilizou o método bibliográfico, seguida de análise de indicadores do mercado de trabalho e de realização de entrevistas, para refletir sobre a desigualdade de gênero e discutir a discriminação vivenciada pelas mulheres no trabalho.

Palavras Chaves:1Mulher.2 Desigualdade de Gênero.3 Mercado de Trabalho.4 Psicologia Social.

Reis, T. C. (2018). Gender Inequality in the Professional Market: An Essay about Discrimination and Segmentation of Women in Their. Final Psychology graduation essay, University do Vale do Sapucaí – Univás, Pouso Alegre/ MG.

ABSTRACT

The following essay is a research of bibliographic, qualitative, exploratory and descriptive approach. The objective of this inquiry was to comprehend how the discrimination and segmentation of the women's participation in the formal labour market is done under the light of indicators, bibliographic reference and the actual perspective of women living in the municipality of Pouso Alegre, including a participant that currently resides on Mexico. In this context, this research used the bibliographic method, following by the analysis of indicators of the labour market and the conduction of interviews, to reflect about gender inequality and to discuss the discrimination experienced by women.

Keywords: 1 Women. 2 Gender Inequality. 3 Labour Market. 4 Social Psychology.

1. Introdução

Percebe-se uma evolução na inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que, em um mundo globalizado onde há necessidade de reações rápidas e profissionais polivalentes, as empresas buscam unir as habilidades de homens e mulheres para aumentar sua produtividade, reduzir perdas, aperfeiçoar o tempo despendido em cada tarefa. Contudo, é necessário conhecer as características, capacidades e limitações que o sexo feminino enfrenta nesta área.

Ainda hoje, existem mulheres que aceitam funções sem remuneração adicional, pois sentem a necessidade de se fixarem e provarem sua capacidade na empresa. Por outro lado, muitas empresas procuram mulheres para ocupar cargos importantes pelo fato de serem polivalentes: são trabalhadoras fora de casa, são mães e ainda cuidam do lar. O cenário atual do mercado de trabalho exige pessoas com múltiplas atividades, por exemplo, que consigam prestar atenção e fazer várias coisas ao mesmo tempo e ainda assim se atentar aos detalhes e se focar nas coisas realmente importantes. E o perfil feminino é o que mais se encaixa nesta descrição.

A mulher ainda faz parte da chamada minoria dentro do mercado de trabalho, de onde muitas vezes são excluídas juntamente com os trabalhadores com idade acima dos 50 anos, os portadores de deficiências e muitos dos iniciantes em busca de seu primeiro emprego.

Dado que historicamente as mulheres sempre foram discriminadas em relação ao alcance de determinados postos de trabalho ou equiparação salarial nas empresas, além de uma cobrança da sociedade sobre tarefas diversas como: cuidar do lar, educar os filhos, preconceitos, ter uma quantidade numerosa de filhos, terem uma formação acadêmica

diferenciada etc. Por isso, se faz necessário refletir em que medida esses valores se perpetuam nas novas orientações de carreira e quais as limitações e dificuldades enfrentadas ainda por elas no século atual para propor alternativas para enfrentar a desigualdade em virtude de gênero, tais como legislação e políticas públicas.

O objetivo deste estudo foi compreender como se dá a discriminação e segmentação da participação da mulher no mercado de trabalho formal à luz de indicadores, referencial bibliográfico e perspectiva de mulheres que atuam em cargos de liderança.

Como objetivo específico pretendeu-se: descrever a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho; analisar os indicadores do mercado de trabalho e sua evolução, no que se refere à participação feminina e masculina; descrever como se dá a desigualdade de gênero no mercado de trabalho; verificar na perspectiva de mulheres que trabalham no mercado formal do município de Pouso Alegre ou não, se percebe a ocorrência de desigualdades de gênero e discriminação na sua experiência profissional em virtude de pertencer ao sexo feminino.

2. Desigualdade de Gênero

“Viver é um rasgar-se e remendar-se todos os dias”.

O papel desempenhado pelos homens na história, sempre foram muito bem reconhecidos. Porém, o das mulheres não, assim situou a como um ser anônimo, no qual eram vistas de forma preconceituosa e desvalorizadas. Segundo Rocha (2009), as mulheres foram vítimas de verdades parciais, nas quais as julgavam como totais. Suas relações e papéis sociais restringiam sua existência, de modo que todas as verdades favoreciam aos homens e prejudicavam as mulheres.

A partir do que diz Lorenzi (1994), a Psicologia trabalha desde 1910, as afirmações que giram em torno das diferenças sexuais, percebendo se assim a questão da inferioridade feminina na qual ecoa a autonomia e a liberdade em vista das diferenças. Na medida em que oferecem a sociedade, uma visão da imagem da mulher essencial em oposição ao homem fundamental.

Na Psicologia o conceito e o impacto da pesquisa sobre as diferenças sexuais são fundamentais para esta análise. A pesquisa acerca das diferenças sexuais está historicamente associada ao desejo masculino de compreensão da natureza das mulheres e está imbuída de conflito e mistificação desde os seus tempos mais remotos. (Hare-Mustin & Marecek, 1994, p.531).

Segundo Lott (1990), diante de uma visão centralizada no indivíduo, a Psicologia tem contribuído de forma satisfatória para moldar as crenças do sujeito de si mesmo. Assim foi possível determinar autonomia de maneira delimitada ao ego, tornando se assim o

desenvolvimento mais saudável. Porém, as igualdades e diferenças entre homens e mulheres, foram as mais analisadas por meio desses determinantes. O significado do gênero à frente de uma perspectiva da Psicologia Social mostrou-se o levantamento de várias questões sobre o conceito feminino, a relação dos papéis desempenhados na sociedade e as relações de poder.

De acordo com Hare-Mustin e Marecek (1994), as desigualdades entre homens e mulheres, não representam uma garantia acerca da verdade, de que estes conceitos impostos pela sociedade realmente mostram a realidade de como são estes indivíduos, diante da teoria psicológica.

Hollway (1994), dizia que a definição de gênero, só desenvolve sua compreensão por meio das relações sociais, práticas sociais, relações de poder e convívio.

Segundo Foucault (1979), a mulher diante da desigualdade e diferenças naturais é julgada como um, ser cheio de defeitos e qualidades negativas, assim impedindo que possa viver em uma sociedade com valores iguais.

O homem quer afirmar sua existência singular e repousar orgulhosamente em sua "diferença essencial", mas ele aspira também a demolir as barreiras do eu, confundir-se com a água, a terra, à noite, o Nada, o Todo. A mulher que condena o homem à finitude permite-lhe igualmente ultrapassar seus próprios limites. Daí a magia equívoca com que ela se reveste. (Beauvoir, 1970, p. 188).

Ainda de acordo com Rocha (2009), no século XIX o papel materno foi reconhecido pela sociedade, no qual identificou-se a real importância deste papel na educação, no aperfeiçoamento físico e moral, das gerações. Em 1973, se deu por meio de um movimento, a ideia de resgatar a história da mulher. Diante de um curso realizado por Denis Diderot, foi fornecido um material de pesquisa no qual foi utilizado por Michelle Perrot na escrita de um livro sobre as mulheres. A partir daí diversas iniciativas surgiram em retratar a imagem da mulher na história.

Ainda nesta época enquanto a mulher possuía o “poder biológico”, o homem foi desenvolvendo o “poder cultural” diante do avanço da tecnologia. As sociedades eram de coleta, as mulheres mantinham uma espécie de poder, nas diferentes culturas patriarcais, essas culturas tinham de ser cooperativas agindo com a divisão de liderança entre homens e mulheres, assim fluindo um meio onde no futuro não houvesse competitividade entre ambos. Quase não existiam guerras, pois não havia pressão pela conquista de novos territórios, com o tempo e devido à escassez, as guerras se tornaram frequentes e a competitividade aumentou, o homem começa a dominar a sua função biológica e passa a tentar estabelecer controle sobre a sexualidade feminina. Surgiu então o casamento como conhecemos atualmente, onde a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina. A divisão entre o privado e o público torna-se, então, a origem da

dependência econômica da mulher, e por sua vez gera uma submissão psicológica que dura até hoje em alguns meios.(Murano , 2004).

Segundo Giddens (1994), a mulher remete-se a uma imagem mais emocional e variada em comparação ao homem, assim mostra se condicionada a um comportamento de vaidade e timidez. Que se molda a um temperamento padrão, no qual constitui a sua forma de ser dentro de um grupo. Permite se então o entendimento das categorias privadas e públicas, por meio de uma estruturação de funções entre família e trabalho.

Murano (2004),ainda afirma que a maioria dos antropólogos relata que o ser humano habita este planeta há mais de dois milhões de anos, e neste período seguido pelas crenças e culturas a mulher ocupava o poder central na sociedade. Os tempos foram mudados, porem, ainda existe alguns descendentes que cultivam a cultura de que a mulher é considerada um ser sagrado, porque pode dar a vida e ajudar a fertilidade da terra e dos animais. Nesses grupos, o princípio masculino e o feminino governam o mundo juntos e não há desigualdade entre sexos.

Na idade antiga de acordo com Rocha (2009), as mulheres eram dominadas pelo poder do sexo masculino, mesmo diante desta civilização, duas mulheres se destacaram como rainhas, exercendo o mesmo poder que o dos homens. A primeira a assumir o papel de grande soberania, foi à rainha Hatshepsut, a qual governou o Egito por muitos anos, nenhuma mulher havia antes ocupado um cargo tão poderoso. A segunda foi Cleópatra única herdeira dos Ptolomeus, e também a dominar a língua egípcia. Diante de uma longa trajetória e poder de sedução alcançou força e autoridade, governando como Rainha dos Reis.

Na antiguidade ocidental, onde as doutrinas religiosas se preponderavam à masculinidade e evidenciavam apenas um Deus, no qual seria venerado e pertencente ao sexo masculino. Assimaté o casamento e todo tipo de prazer era considerado pecado, com isso as mulheres deixaram de usufruir de seu gozo. As leis a classificavam como imbecil, e toda mulher que cometesse adultério era apedrejada até a morte. Neste contexto surgiu a história de Maria Madalena, a mulher na qual viveu diante de sua liberdade com ousadia, e não cumprir com os papéis impostos pela sociedade, assim foi perjurada a prostituta mais famosa da humanidade, a mulher que não seguiu os princípios doutrinados. A participação feminina na história dos evangelhos da bíblia foibanida, para que assim se mantivesse um sistema patriarcal, onde Jesus era seguido apenas por discípulos homens. A mulher teve por muitas vezes sua memória apagada da história (Rocha, 2009).

“A mulher é um animal que não é seguro nem estável, é odienta para o tormento do marido, é cheia de maldade e é o princípio de todas as demandas e disputas, via e caminho de todas as iniquidades”. (Santo Agostinho como citado em Beauvoir, 1970, p.126).

Ghilardi-Lucena (2003) como citado em Lima (2008) a mulher possui uma trajetória histórico-social marcada por muitos percalços e grandes sonhos. Para ela, os problemas que envolvem a sociedade se dão por meio da valorização do masculino e desigualdades sociais em torno do feminino, assim fazendo com que um gênero seja classificado como melhor que o outro.

De acordo com Rocha (2009) muitas mulheres nesta época, também assumiram uma postura de coragem, inteligência e interesse, e priorizaram diversas mudanças, desconstruindo o rumo da história. Após o sistema feudal, podemos destacar Christine de Pisano, conhecida por resguardar o papel da mulher, e assim ser a primeira mulher a viver de seu próprio trabalho em meio à sociedade.

Segundo o mesmo autor, Joana D'Arc também foi uma mulher evidenciada por um grande marco na sociedade, ela lutou bravamente pela unificação a França, obtendo muitas conquistas. Em seguida Joana foi acusada e queimada viva por dizer que lutava ao ouvir as vozes de três santas, que foram masculinizadas na época e tiveram sua feminilidade aniquilada e destruída.

Scott (1996), diz que a partir dos estudos sobre desigualdade de gêneros, eles só começam a adquirir real valor diante da medida em que os homens passem a contribuir de forma igualitária, uniformizando as situações entre homens e mulheres. Assim entendendo a dicotomia entre o feminino e o masculino, na qual épocas atrás se excluía as mulheres de certa forma.

Incluir o sujeito feminino na história significou avançar por caminhos sinuosos, desconhecidos, como a esfera do privado e das relações cotidianas, território em que os historiadores pouco estiveram atentos. Assim, singularidades sem importância maior para a história tradicional tiveram de ser buscadas com um novo olhar, porque muito cedo se evidenciou que eram nestes pequenos detalhes que se tornava possível detectar as fontes mais preciosas (Silva, 2007, p.227).

Rocha (2009) destaca também Modesta Pozzo, que viveu em uma época nas quais as mulheres não podiam ter opiniões próprias, muito menos escrevê-las. Modesta escreveu obras sobre o valor da mulher, seu objetivo era provar a importância feminina na sociedade, mostrar que as mulheres também eram capazes de assumir os conhecimentos, que só eram adquiridos pelo universo masculino. Assim como ela, outra mulher da época, Elena Cassandra Tarabotti também escreveu obras, referente à defesa pela mulher. Diante do que

vivenciou em sua trajetória, sendo obrigada a cumprir as normas determinadas por sua família, após alguns anos denunciou a falta de liberdade feminina e deixando cartas relatando a inferioridade, todos seus trabalhos foram produzidos em sigilo e não foram assinados por ela.

Segundo Stransell (2010), ao longo de muito tempo, o direito ao voto era oferecido apenas aos homens brancos e pessoas de classe alta. A história de exigência eleitoral se fez vínculo ao sufrágio que aconteceu na França em 1848, no qual defendia que politicamente homens e mulheres deveriam possuir um princípio eleitoral igual, sem distinção de gênero. Porém o movimento de sufrágio foi abolido, tornando se visível a separação política entre homens e mulheres. A partir de então, começou a se pensar na situação das mulheres, as quais se tornaram totalmente excluídas da política devido ao sexo pertencente, no qual somente os homens eram possuidores deste direito. Então nesta época, as mulheres eram dominadas pelo governo dos homens, e não podiam interferir em qualquer decisão.

De acordo com Abreu (2002) acreditava as sufragistas, que a vida das mulheres não se tornaria melhor e digna, até que elas obtivessem o direito ao voto, e pudessem opinar nas decisões políticas. Desta forma lutavam constantemente por esse direito, no qual esperavam conseguir corrigir as desigualdades econômicas, sociais e educacionais, e assim alcançar um patamar de igualdade ao dos homens.

O Brasil foi um dos primeiros países a conceder a permissão ao voto para as mulheres. Diante disso, após a ocorrência de várias discussões sobre estender o direito ao voto para as brasileiras, foi divulgado em uma carta constitucional, que seria concedido às mulheres o direito de votar, o qual ainda não havia sido autorizado nenhum lugar do mundo (Karawejczvk, 2014)

Conforme Lima (2008), na década de 90 a mulher decide mudar e transformar se, e assim convertendo também a visão da sociedade machista, revolucionando e concedendo outro rumo para sua história, se demonstrando mais independente e determinada.

Segundo Coelho (2002) Leolinda Daltro, foi uma das primeiras mulheres a lutar pelo direito do voto. O primeiro ato conhecido foi através de uma assembleia onde reuniu algumas mulheres para apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República no Brasil, que ocorreu no ano de 1909. Descrevendo se assim o início das ações feministas no Brasil, Leolinda lutou bravamente pela emancipação feminina, criando um Partido Republicano Feminino (PRF). Apesar de sua colocação diante de todos os conflitos enfrentados, Leolinda não procurou mostrar às mulheres um ato revolucionário, mas sim uma forma de integrá-las socialmente, de forma tão justa quanto à dos homens. Ela buscou

oportunidade e reformas de acordo com as leis, meios para se conseguir estabelecer direitos iguais.

Arruda (1996) como citado em Carvalho (2016) argumenta que o conflito por parte da igualdade de gêneros, tenta encontrar maneiras de se justificar pela desigualdade entre os sexos. Assim como julgar o que é de responsabilidade da mulher e não do homem, podendo se haver maneiras de não restringir estas atividades, devido que podem ser executadas e divididas por ambos os sexos.

3. Desigualdade no Mercado de Trabalho

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.” Simone de Beauvoir.

Segundo Beauvoir (1970) nos tempos passados quando ainda existiam os primeiros seres humanos a habitar a vida na terra, era comum após suas descobertas usarem pás e enxadas para o cultivo agrícola, a força feminina era responsável pelo cultivo do jardim e alimentos. Deste modo, ocorria se uma divisão primitiva do trabalho, no qual tudo era igualitário entre homens e mulheres. Durante o tempo em que os homens trabalhavam na pesca e caça as mulheres permaneciam no lar, cuidando de outras especialidades como: fabricação de vasilhas, tecelagem, e o cultivo de jardins e plantações entre outros. Conforme a agricultura se estendia, a mulher começou a ser excluída das atividades, devido ao trabalho exigirem mais de força bruta, para sua produção, então os homens preferiam o serviço de outros homens. Através da inserção destes obstáculos, o papel da mulher foi se extinguindo cada vez mais, até se tornarem propriedade dos homens, na época dos senhores de escravos.

Segal (1995) diz que houve prepotência, diante de várias expressões ao se tratar do feminismo, assim no mercado de trabalho, na convivência familiar e em outros ângulos. Com o ressurgimento do feminismo, trouxe de certa maneira um movimento de libertação para as mulheres do Ocidente, as quais eram dependentes, submissas e isoladas, principalmente as que se dedicavam a família na maior parte do tempo.

De acordo com Tristan (2016), consideravam que a mulher por sua vez, era desprovida de força, inteligência e capacidade para trabalhar. Assim julgavam a mulher com um ser inútil para sociedade, acreditando-se que para elas, era desnecessários investimentos na área do conhecimento. Então a mulher era educada, para ser um objeto de representação, e uma serva para distração do homem. Após um tempo muitos homens sofreram com a

indignação cometida as suas mães, esposas e filhas, na qual resultou-se em muitos protestos realizados pelas mulheres. Diante de tal fato, a sociedade se sensibilizou por um período de tempo, e começaram a acreditar que os sábios não possuíam verdades absolutas, porém não poderiam criar oportunidades para as mulheres, pois mesmo sabendo que elas pudessem ser capazes, não admitiriam sua inserção no mercado de trabalho. Então mesmo sabendo da verdade, eram sentenciados a viver na indecisão.

Até o momento a mulher não contou para nada nas sociedades humanas – Do que isto resulta? Que o padre, o legislador, o filósofo a trataram como uma verdadeira pária. A mulher (é a metade da humanidade) foi colocada fora da Igreja, fora da lei, fora da sociedade. Para ela nada de representação frente à lei, nada de funções no Estado. O padre lhe disse: – “Mulher, tu és a tentação, o pecado, o mal; representas a carne – isto é, a corrupção, a podridão (Tristan, 2016, pp 110-111).

Lipovetsky (1997) denominou a mulher em três categorias: A primeira mulher é inferior ao homem, privados os direitos em todos os sentidos, a segunda a mulher é feminista, a qual tem o mesmo direito dos homens, e lutou por isso em movimentos revolucionários, e a terceira mulher a continuação do modelo feminista, porém, mais evoluída na qual buscou seu próprio caminho, conquistou seus ideais e teve independência diante de suas ações cotidianas, e assim almeja de seus direitos e deveres igualitários, sejam eles por meio de projetos até sonhos.

O feminismo dos anos 60 e 70 vieram abalar a hierarquia de gênero dentro da esquerda. A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. Ao uni-las, contra os militares, havia uma data: 8 de Março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos. A consagração do direito de manifestação pública veio com o apoio internacional – a ONU instituiu, em 1975, o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. (Blay, 2001, p.606)

De acordo com Maruani (1993) citado em Abramo (2007), a partir de verdadeiras mudanças, a feminização do mercado de trabalho é verídica e incompleta, e fez sob o signo da desigualdade e da precariedade. As mulheres brasileiras, no entanto, vem se tornando mais decididas, e participando com mais interesse do mercado de trabalho, porém ainda em situações precárias.

Segundo Rocha (2009), podemos citar Katherine Dexter McCormick, estudou biologia no Instituto de tecnologia de Massachusetts. Ela sempre procurou lutar pelos direitos femininos, no entanto foi uma das primeiras mulheres a estudar neste local.

Katherine e Gregory Goodwin formaram uma parceria, na qual ele descobriu como criar o anticoncepcional, como forma de contraceptivo para as mulheres, e ela investiu em sua pesquisa oferecendo-lhe todo suporte financeiro. A produção das pílulas obteve um papel fundamental na emancipação feminina, por permitir que fosse possível controlar a própria fertilidade.

Conforme Vaz e Laimer (2011), a inserção das mulheres no mercado, tem sido evidenciada através de uma luta constante, por parte do universo machista que até algum tempo atrás dominavam as concepções sociais. Onde somente o homem podia deixar seu lar, para atuar no campo de trabalho, e a mulher deveria servir a família zelando pelo lar. Impedindo então que as mulheres mostrassem seu valor e habilidades, despertando em algumas a vontade de ir além, buscar seus direitos e poder ajudar no sustento da casa. Porém estes conceitos mudaram, e a partir daí a mulher foi tomando aos poucos seu espaço no mundo.

De acordo com Serpa (n.d.), ainda existem mulheres fora do mercado de trabalho cuidando do lar e da família, porém muitos conceitos foram mudados, e atualmente já podemos encontrar situações de igualdade, onde a mulher disputa os mesmos cargos que os homens no mercado de trabalho, político, econômico e social. Devido à luta constante do feminino, a mulher está adquirindo seu espaço na sociedade e o homem abrindo mão do poder, para que possam se tornar uma sociedade de direitos e deveres igualitários.

Diante das últimas pesquisas do IBGE (2014), após criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher 1985, foram implementados vários programas e ações, constituídos políticas em favor da mulher, e contra a discriminação de gênero e etnia racial. Fazendo referência à inserção da mulher no mercado de trabalho, notam-se situações menos favoráveis, nas quais elas atingem o percentual de 40% de mulheres trabalhando com carteira de trabalho assinada, já os homens o percentual de 50%. Houve se também comparação na contribuição para previdência na qual também era desigual. Mais de um terço das mulheres 37%, não contribuem para previdência, enquanto os homens que não contribuíam não atingiam um terço. A maioria de indicadores mostrou que a mulher se encontra em situações menos adequadas que as ocupadas pelo sexo oposto.

Abramo (2007) menciona que as mulheres precisam lidar com vários empecilhos para terem acessos a cargos gerenciais no mercado de trabalho, enfrentando preconceitos em meio à diversidade social e estereótipos masculinos, que são capazes de limitar seus acessos a cargos superiores, diante disso é possível notar que em sua maioria acabam adquirindo

oportunidades de atuação em setores inferiores dos desejados, a discriminação por meio dos cargos é frequente e acomete discriminações em várias circunstâncias.

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem se desenvolvendo incessantemente no Brasil. Algumas transformações estão se evidenciando diante da expansão do mundo do trabalho, como as mudanças culturais que mesmo em pouca intensidade desviam as mulheres para visões de outros espaços, além do âmbito privado, à própria escolarização das mulheres, que hoje já apresentam indicadores Educacionais superior ao dos homens, e à redução da taxa de fecundidade, entre outros. (Fontoura & Gonzalez 2009)

Ressalta Fontoura & Gonzalez (2009) o mundo do trabalho é de extrema importância para a construção da autonomia dos indivíduos, reconhecimento social, autoestima, relacionamentos, acesso a bens de consumo, e formação da identidade pessoal.

É possível notar que grandes transformações sucederam mudanças no comportamento feminino em vários âmbitos. Mudanças nas quais, a mulher se tornou mais participativa assumindo lugares, antes ocupados somente por homens como os de chefiar um lar. Após a quebra dos paradigmas e estereótipos criados pela sociedade, de que a mulher é um sexo frágil, que possuía uma capacidade menor do que as dos homens para resolver problemas. A mulher começou a ganhar espaço expandindo-se no mercado de trabalho, passando a ocupar cargos de liderança. (Tonani 2011).

De acordo com Rocha (2009) podemos notar evidentemente a desigualdade de gênero, em torno dos desenhos animados e contos de fadas. Percebemos que a princesa (mulher) era sempre vista, como um ser frágil, dependente, que estava sempre em perigo e necessitava do príncipe (homem) para salvá-la. Este conceito foi totalmente mistificado pela sociedade, no qual idealizaram o padrão masculino perfeito, forte e inteligente, e o feminino indefeso, desprotegido e injustiçado. Porém é perceptível, que ao longo do tempo houve-se uma inversão dos valores, nos quais agora as mulheres também estão sendo notadas como heroínas, um exemplo se torna visível no filme “os incríveis” onde a Sra. Incrível representa bem o papel da mulher em sua tripla jornada (trabalha fora, administra o lar, cuida dos filhos e ainda salvar a humanidade.)

De acordo com Arruda (2009), atualmente é visível em várias áreas profissionais que as mulheres ainda possuem menor salário que os homens. Pesquisas mostram que a mulher vem se valorizando mais diante das profissões, como na psicologia, onde mostra que diferença salarial se dá atrás da qualificação profissional e não pelo gênero.

De forma convincente, a mulher vem demonstrando sua importância em representar o mundo do mercado de trabalho, contribuindo de forma peculiar suprir as expectativas.

Loden (1988) descreve uma sátira que exemplifica a visão da “diferença” de atuação da mulher e do homem de negócio, texto este, regado de preconceito social.

Um homem de negócios tem agressividade; uma mulherde negócios faz muita pressão. Um homem de negócios é detalhista; ela é chata. Algumas vezes ele perde a paciência por estar muito envolvido em seu trabalho; ela é ranzinza. Ele sabe como ir até o fim; ela não sabe quando desistir. Ele permanece firme; ela é durona. Ele é um homem que conhece o mundo; ela andou por aí. Ele não tem medo de dizer o que pensa; ela é tagarela. Ele toma alguns martinis devido à pressão excessiva do trabalho; ela se embriaga. Ele exercita ativamente sua autoridade; ela é fanática pelo poder. Ele subiu a escada do sucesso; ela conseguiu deslizar até o topo. Ele é um chefe rígido; é duro trabalhar para ela. (London, 1988, p.11)

Bardwick (1984) afirma que, “as mulheres não são melhores nem piores que os homens. Não são completamente diferentes deles nem totalmente iguais”.

Segundo Rocha (2009), o grande marco do feminino foi o acesso ao conhecimento, sob a luz dos pressupostos apontados pelas mulheres, diante dos movimentos e reivindicações para concessão dos seus direitos. Atualmente as mulheres ainda continuam suas lutas diárias em favor de dar continuidade ao respeito, às oportunidades, as remunerações, enfim ao direito igualitário. Hoje se encontram em um patamar mais elevado de sabedoria e firmeza, para encarar as competições de poder de forma conjunta e igual. Díspar sim, ínfero nunca... Mulheres!

4. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de abordagem bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva. Para contextualizar a temática, foram utilizadas múltiplas fontes de informação, como uma estratégia analítica para conhecer o campo e fundamentar a argumentação da pesquisa. O processo de coleta dos dados foi dividido em três etapas:

1 – Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito específico de investigar historicamente as concepções a respeito da evolução da mulher no mercado de trabalho, descrevendo os principais marcos e conquistas, tais como manifestos e legislação;

2 – Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com mulheres residentes no município de Pouso Alegre, e uma atualmente residente do México, inseridas no mercado formal de trabalho, com

vínculo empregatício de no mínimo três anos. A amostra foi composta por 10 colaboradoras que ocupam cargos de liderança nas empresas, que recebem alunos estagiários do curso de Psicologia, na área organizacional e psicodinâmica do trabalho.

As entrevistas foram semi-estruturadas e o áudio gravado foi realizado nas dependências das próprias empresas, com horários e datas agendados com antecedência, apenas uma realizada via Skype, porém de acordo com o agendamento adequado. A temática abordada na entrevista foi a experiência profissional (roteiro – apêndice 2).

Para realizar o tratamento e análise das entrevistas, inicialmente foi feita a transcrição sequencial do conteúdo das entrevistas, na qual foi ouvida procedendo-se depois a uma síntese sobre o que foi falado na sequência em que ocorreram as falas e, em seguida, a transcrição literal. Com a primeira transcrição, pode-se identificar os temas abordados na entrevista e grupo e, assim definindo sete categorias de análise para construir o mapa dialógico/temático, no qual refletiu sobre os objetivos propostos na pesquisa.

3– Mapa Dialógico

“O mapa dialógico é um instrumento utilizado para sistematizar o processo de análise, oferecer subsídios para o processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink; Lima, 2004).

Para compor esse mapa, foi organizado o conteúdo da entrevista (transcrição literal) nas categorias definidas anteriormente, dispostas em colunas, respeitando a sequência das falas.

Essa técnica oferece elementos para a análise e também dá visibilidade aos resultados. As temáticas poderão ser redefinidas no decorrer da análise (Spink; Lima, 2004).

Este projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVÁS -Universidade do Vale do Sapucaí- de Pouso Alegre- MG, Brasil. Este estudo atendeu as normas éticas para pesquisa com seres humanos, conforme regulamentado pela resolução nº. 466/12 e pela resolução do Conselho Federal de Psicologia nº. 016/2000, que firma a necessidade de entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a todos os participantes, o sigilo das informações prestadas e a possibilidade do colaborador retirar sua participação a qualquer momento.

Esta pesquisa buscou beneficiar, além do campo de ciências sociais, a classe do gênero feminino, promovendo a desconstrução de crenças em torno da maternidade que servem de suporte para desigualdade de gênero.

Foram beneficiadas as mulheres que trabalham em empresas ou outros lugares distintos exercendo a função de cargo superior ou não residente de Pouso Alegre-MG que

por ventura contribuíram para um conhecimento mais amplo sobre o mercado de trabalho e a desigualdade enfrentada pelas mulheres, e para a melhor compreender os sentimentos que envolvem cada situação que se passa dentro deste determinado local.

5. Análise e Discussão das Informações

Através das pesquisas executadas de acordo com o tema proposto, foi possível estabelecer uma análise do repertório discriminativo da mulher no mercado de trabalho, decorrente da desigualdade de gênero.

As informações obtidas na literatura foram confirmadas com as entrevistas, são notórias as transformações referentes à participação da mulher no mercado profissional, desde as oportunidades até as conquistas na legislação trabalhista, no entanto, ainda não é possível afirmar que ocorre igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

“Há tratamento desigual, não tem como negar, pra mulher é mais difícil, isso ocorre porque a gente está numa sociedade patriarcal, então ver uma mulher líder sofre várias discriminações. Por exemplo, eu líder no meio de um grupo só de homens, você participa de jantares, você participa de reuniões sempre tem aquela coisa a mulher mais sensível, já vai chorar de novo, ou tinha que ser mulher.” (Trecho da entrevista realizada em 05/07/2017).

“Ligam a mulher aquele sexo frágil a fofoqueira, por exemplo, este tipo de conceitos que sempre caem para mulher a não ela não aguentam, então já vivi isso, é tanto na liderança do movimento estudantil, nas lideranças de sindicatos, sindicato é muito mais difícil de trabalhar ainda esta discussão e é um lugar que não deveria ter, mais é presente.” (Trecho da entrevista realizada em 05/07/2017).

“Em algumas situações pelo fato de ser mulher, é vista com menos capacidade de fazer/ resolver algumas situações. Mas acredito também que hoje a mulher tem adquirido cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho. O que sim, tenho visto que para determinados cargos (como de coordenação, gerência e diretoria), as mulheres ocupam menos vagas que os homens (como 80% são ocupadas por homens e apenas 20% mulheres).” (Trecho da entrevista realizada em 01/10/2018).

Observou-se que o preconceito em relação ao sexo feminino ainda se manifesta em grande proporção, mesmo que nos mínimos

detalhes e ao se tratar de pequenos fatos ocorridos e vivenciados no cotidiano, sejam eles de forma sucinta nas empresas, viagens, locais públicos e etc.

“Quando eu vou dar uma consultoria, eu trabalho com consultoria também, faço muito isso em outro estado por aí que eles fazem eu percebo, que um professor X só porque ele é homem sempre consegue um voo melhor do que o meu, por exemplo, uma coisa mínima, mas que faz um diferencial no bolso, a não, ela consegue qualquer lugar mesmo tratamento esta diferença infelizmente no Brasil ainda existe.” (Trecho da entrevista realizada em 05/07/2017).

“É, eu acho que acontece de forma que às vezes, quando um homem está numa chefia a cobrança dele vem de forma mais tranquila. Quando é com a mulher às vezes o grau de impaciência e cobrança, eu observo que a exigência é maior.”(Trecho da entrevista realizada em 17/07/2017).

“O que eu vejo no dia a dia são pequenas atuações é que podem ou não estar aí motivadas pelo sexo propriamente. É mais assim também não sei se isso tem a ver com a gente né, o modo como a gente lê o mundo.”(Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

“Então o seu patrão ele pode promover um homem e deixar de promover uma mulher porque ele entende, por exemplo, de um modo mais radical, entende que a mulher é inferior ao homem que ela não é capaz cognitivamente não é tão excelente quanto ao homem, ou pelo fato de engravidar e etc. Então eu acho que talvez, né o maior problema seja a ascensão profissional das mulheres.”(Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

“Batalha diária para se conseguir a confiança, então você tem que fazer muito mais do que se você fosse homem.”(Trecho da entrevista realizada em 04/07/2018).

“Brincadeiras sem tom pejorativo, foram brincadeiras de que por isso é melhor contratar homens, porque o homem não engravida o homem não tem TPM, não tem as oscilações de humor que uma mulher tem o homem não tem licença maternidade. E o medo que eu senti quando tive que comunicar que eu estava grávida, porque não sabia se quando eu voltasse teria meu emprego.”(Trecho da entrevista realizada em 05/07/2018).

Sim já vivenciei. Em uma das empresas, por exemplo, alguns clientes, não gostavam de passar informações para que eu pudesse executar um projeto,

preferiam falar com meu gerente (homem). Até que o mesmo teve que dizer que era comigo que ele tinha que passar as informações para realizarmos o projeto. Em outra determinada situação, um cliente não queria negociar compra / desconto comigo e sim, com meu gerente (homem também). Por minha vivência em todos os casos, são pela falta de confiança no potencial de uma mulher. Ou, pode até ser machismo mesmo. (Trecho da entrevista realizada em 01/10/2018).

Segundo Silva et al. (2010), a identidade masculina está respaldada no trabalho, diante que o trabalho para o homem se constitui em conduta considerada importante para que ele possa ser reconhecido como sujeito autêntico e de boa índole. Portanto, o trabalho possibilita as condições necessárias para o cumprimento de deveres e obrigações dos homens, para que assim, eles consigam arcar com suas responsabilidades de preservar, proteger e cuidar da família.

De acordo com as experiências relatadas nas entrevistas, a mulher na maior parte dos empregos é subordinada ao sexo masculino, sendo assim a uma porcentagem na qual acreditam que ocorrem tratamentos desiguais no mercado de trabalho, e outras opiniões nas quais não possuem esta visão.

“Olha me sinto privilegiada porque não vivenciei isso ainda não.” (Trecho da entrevista realizada em 05/07/2017).

“Então, eeee, eu concordo que existe sim, ainda existe sim esse pré-conceito né, entre a mulher e o homem, eu acho que a mulher ainda sofre uma discriminação, apesar de na minha vida profissional eu nunca tive esse problema.” (Trecho da entrevista realizada em 17/07/2017).

“Concordo que sim existe desigualdade, mas no meu caso no militarismo a gente é respeitada tanto pelos homens quanto pelas mulheres.” (Trecho da entrevista realizada em 05/10/2017).

“Então, eu concordo que isso ocorre sim, não acho que ocorra sempre acho que já há homens mais lúcidos que não fazem diferenciação, é com relação as suas colegas mulheres ou seus colegas homens. Não hierarquiza a diferença, porque homens e mulheres são diferentes, mas o problema todo na minha concepção é hierarquização da diferença.” (Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

“Como o discurso do Bolsonaro, pessoas que, por exemplo, dizem claramente né, que a mulher deveria ganhar menos que os homens, porque a mulher ela tem direito, por exemplo, a licença maternidade né, que ele não contrataria este gênero de considerações aí. Então você vê que têm pessoas públicas que prestam este serviço né, disseminando um discurso discriminatório e odioso. Então existe sim, eu acredito que exista, embora não convivo com isso.”(Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

A maior parte das entrevistadas ocupa cargos de liderança, admitindo serem mais pressionadas do que em cargos subordinados. A diferença salarial ainda é predominante em algumas profissões, porém as mesmas não afirmam ter sofrido esta desigualdade em relação ao salário.

“Sim, mas eu não digo muito no ambiente de trabalho porque eu não sei quanto meus pares ganham, mas sim existem em partes vinculadas como no meu caso de que eu fui promovida e não contratada, pois quando a contratação interna a um salário um pouco superior que eles chamam de aproveitamento interno, acaba que meu salário foi defasado devido à área que atuo, podem perceber que é pela briga que a gente tem constante para mostrar que estamos fazendo um bom trabalho, não adianta é uma rotina de quebrar tabus mesmo.”(Trecho da entrevista realizada em 05/07/2018).

“Mas conforme eu fui crescendo neste meio uma dificuldade maior foi em casa, preconceito por parte do meu marido se sentindo inferior por eu ter um salário superior ao dele, então não no mercado de trabalho, mas senti isso em casa.”(Trecho da entrevista realizada em 17/08/2018).

“Na empresa onde eu trabalho, onde estou acostumada, não vejo diferença nenhuma, lá não temos essa diferença, tanto homens como mulheres. É o mesmo tratamento, a mesma questão salarial também, tanto que temos muitas mulheres em cargos de gerência tudo do sexo feminino.”(Trecho da entrevista realizada em 17/08/2018).

“Na empresa onde estou o salário é por função independente do sexo.”(Trecho da entrevista realizada em 17/08/2018).

“É bom eu acho que nem sempre vai haver diferença salarial entre homens e mulheres ocupando uma mesma função. E isso por acaso é vedado pela lei trabalhista, então uma pessoa que passa por esta situação ela pode buscar a

justiça trabalhista. Então você vê que lei tenta proibir este caso de discriminação.”(Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

“Diferença de salário existe, eu acho a mulher ela demora mais para ter um salário melhor, ela tem que mostrar mais a capacidade dela do que o homem.”(Trecho da entrevista realizada em 17/07/2017).

“Na minha experiência profissional não tenho visto diferença salarial entre homens e mulheres quando se trata do mesmo cargo”.(Trecho da entrevista realizada em 01/10/2018).

Em contrapartida, a realidade laboral experimentada pelas mulheres sofre influências marcantes de gênero, não somente em aspectos relacionados à dupla jornada de trabalho, mas também pela distribuição dos tipos de tarefas e dos postos de trabalho, Araújo (2006).

O fato de ser mulher não se torna um fator dificultador na vida de algumas delas, em versão contraditória a opinião de muitos, mostra determinismo, motivação, crescimento, garra e proatividade. As mulheres estão cada vez mais ocupando seu espaço na sociedade em si, em busca de melhoria e direitos determinadamente iguais. Porém algumas das entrevistadas, já relataram ter encontrado algumas dificuldades, ao longo de sua trajetória devido a diferença de sexo.

“Sim tenho até hoje, eu tenho a tripla jornada pra eu chegar ao serviço às 19h eu tenho que levantar 5h, porque eu tenho que deixar o almoço pré preparado hoje eu tenho um companheiro que ajuda que faz tudo isso. Mas a preocupação ainda é quando a mulher não tem um apoio em casa ela não consegue fazer porque a gente acaba fazendo serviço a mais, porque além de eu ser trabalhador, eu tenho que ser mãe, eu tenho que ser esposa, é eu tenho que ser líder, eu tenho que ser estudiosa. Então a gente acaba tendo funções eternas a tripla jornada.”(Trecho da entrevista realizada em 05/07/2017).

“Sinceramente não, eu é nunca tive nenhuma dificuldade pelo simples fato de ser mulher não, na verdade na é minha experiência profissional eu posso dizer que eu cresci profissionalmente e fui ascendendo a cargos de gestão, por exemplo, porque é a minha leitura do motivo de eu ter conseguido atuar também em cargos administrativos etc. É eu que tenho muito a ver com pro atividade, de que a hoje onde..... então eu não sinto isso, não acho que nunca senti assim que o gênero

me impediu de crescer, que o gênero ele foi um fator dificultador.”(Trecho da entrevista realizada em 07/11/2017).

“Sim, tive dificuldades até mesmo pelo fato da empresa familiar, de realmente mostrar meu trabalho, mostrar o que realmente o que eu faço e quais são as minhas competências. Muitas das vezes, eu tive que ir muito além do tinha que se fazer, para mostrar para eles que podiam confiar, e isso as vezes desgasta muito, porque é uma pressão muito grande pra você acertar.”(Trecho da entrevista realizada em 04/07/2018).

“Não tive dificuldade em relação ao mercado de trabalho por ser do sexo feminino não, é inclusive disputei vagas com homens, já tive e tenho homens subordinados a mim e quanto a isso não tive problemas.”(Trecho da entrevista realizada em 17/08/2018).

“Vi dificuldades sim, por questão de ética profissional, não citarei os nomes das empresas, mas em uma empresa, um diretor ao cumprimentar apertando minha mão, fez sinal obsceno. E em outra ocasião, me disse o que pensava da minha forma física...Meu gerente em uma reunião começou a flertar comigo, mesmo sabendo que eu era comprometida. Em outra empresa, outro gerente via em seu computador sites pornográfico na mesma sala em que estávamos (toda a equipe, incluindo mais mulheres).Pelo meu know-how ser na área comercial, tinha que ter contato com os clientes que em sua maioria eram homens, muitos flertavam, tentando “tirar proveito.”(Trecho da entrevista realizada em 01/10/2018).

Assim sendo, conforme apontam Araújo e Rotenberg (2001), o trabalho dos homens e das mulheres ainda mantém características muito diferenciadas na sociedade contemporânea. Desse modo, a avaliação das possíveis repercussões do trabalho sobre a vida e a saúde de trabalhadores e trabalhadoras torna-se necessária, a fim de diminuir as iniquidades e desigualdades de gênero.

A divisão sexual do trabalho está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. As relações sociais de sexo existem em todos os lugares, em todos os níveis do social. Essa maneira de dividir o trabalho entre os sexos estrutura um amplo sistema de hierarquia, de organização e de distribuição de atribuições e responsabilidades, com rotulação de tarefas específicas para cada sexo. (Araújo & Rotenberg, 2001, p.271).

Segundo Evans (1994), mesmo diante de toda revolução e mudanças a favor das mulheres e homens, a visão do mundo social ainda se expande em formato semelhante. Nos dias atuais as mulheres estão à frente de um patamar jamais visto no passado, podem

controlar sua fertilidade, recebem escolaridade obrigatória, possuem mais liberdade de locomoção, porém, ainda continua de certa forma responsável pelo bem estar do lar e dos filhos.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (Hirata 2007, p. 599).

As entrevistadas apontaram como pontos importantes na vida das mulheres a realização profissional, a vida afetiva, as relações familiares. Na visão das entrevistadas, o ideal construído na sociedade e no imaginário das mulheres, tem sido de conciliar a jornada de trabalho com a maternidade. Assim, apesar do que se propagam as entrevistadas afirmam que podem sim, assumir novas posições e novos papéis, inclusive de liderança. As participantes atribuíram às normas de socialização de mulheres e homens, papel determinante na manutenção e transformação das funções e papéis assumidos por estes indivíduos em sociedade.

Foi possível analisar também, através de relatos das entrevistas as quais participaram de viagens de negócios para exterior, como se propaga a desigualdade de gênero em outros países, com a cultura é diferente da vivenciada no Brasil.

6. Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da segmentação das mulheres dentro do mercado de trabalho, evidenciando que existe desigualdade. Assim permitindo uma coleta de informações, através de uma pesquisa de campo, buscou se contribuições diante de entrevistas gravadas, transcritas e detalhadas por meio de mapa dialógico/temático. Sendo as mesmas respondidas por 10 mulheres residentes no município de Pouso Alegre, exceto uma, atualmente residente no Puebla no México, inseridas no mercado formal de trabalho, com vínculo empregatício de no mínimo três anos.

De um modo geral, as entrevistas foram compostas pelo sexo feminino, onde a maior parte das entrevistadas possui cargos superiores dentro do mercado de trabalho, e em sua maioria são subordinadas ao sexo masculino. No entanto mostram se muito realizadas

profissionalmente, e alegam não ter sofrido discriminação, porém acreditam que isso ainda ocorra.

Com a realização das entrevistas foi possível descrever a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho de forma sucinta através das experiências relatadas. No entanto foi perceptível analisar a luz de indicadores que é iminente a participação feminina e masculina no mercado de trabalho, ocupando o mesmo cargo, na mesma empresa e com salários iguais.

Foi verificável, na perspectiva destas mulheres que trabalham no mercado formal a percepção da ocorrência de desigualdade de gênero, nas suas experiências profissionais, relataram não ter vivenciado muitas dificuldades em virtude de pertencer ao sexo feminino, porém algumas expuseram situações em que presenciaram esta atitude.

Ficou evidente, diante do quadro dialógico/temático a construção precisa das vivências relatadas por parte das entrevistas, contribuindo de forma convincente para os resultados esperados da pesquisa.

Por se tratar de um tema que já vem sendo abordado a um bom tempo, torna-se necessário o desenvolvimento de novos meios e formas de pesquisa, para que seja possível adquirir mais conhecimento e relevância para o assunto discutido. Assim concluindo de diferentes maneiras, os pontos específicos nos quais conduzem a desigualdade de gênero, verificando se este conceito ainda é de fato presente entre outros ângulos ou não. De modo que possa se analisar também assuntos decorrentes do universo feminino, como feminicídio, violência a mulher, cultura do estupro, aborto entre outros.

Em virtude do que foi mencionado diante da trajetória da mulher na sociedade, analisando se desde a pré história até a atualidade, é notável grande mudanças, crescimentos e avanços. É visto também que ainda existem algumas exceções de mulheres, que ainda desempenham um papel submisso e “tradicional”, seguindo os modelos que eram perpetuados há décadas atrás.

Entende-se que os movimentos revolucionários feitos pelas mulheres no passado, contribuíram de forma significativa para suas conquistas atuais. Destacando se muitos nomes de mulheres que participaram de grande marcos na sociedade, e hoje é fonte de inspiração, para que todas tenham força de continuar ocupando os lugares de mesmo patamar do que os ocupados por homens.

É indispensável relatar a abordagem da Psicologia Social em torno do tema desigualdade de gênero, defendendo que os sujeitos são diferentes em suas singularidades, porém iguais na categoria gênero, devido às diferenças sexuais se diferem sob os sujeitos,a

partir das vivências durante seu convívio social. Assim mostra-se que foram advindas da sociedade as mistificações, criando-se um conceito de desigualdade, o qual não deveria existir.

É observável diante dos relatos, que há oscilações de tratamento dentro do mercado de trabalho, variando-se de um emprego para o outro. Em vista dos argumentos apresentados, ocorre esta diferenciação principalmente em locais que eram antes somente ocupados por homens, como serviço pesado, dirigir, ou até mesmo coordenar. Então é visto que ocorre essa desigualdade dentro das empresas, até mesmo por clientes vindos de fora.

Portanto é irrefutável diante do que foi identificado nas entrevistas, que a mulher muitas vezes precisa se esforçar, desempenhar e dedicar-se mais que homens no desempenho de suas atividades profissionais. Para assim conseguir quebrar os tabus e estereótipos impostos a elas, e destacar-se também com o mesmo grau de competência do sexo oposto.

É imprescindível que todos se conscientizem de que realmente há diferenças tanto no mercado de trabalho, quanto na sociedade em si. Podemos ver também, através de um contexto mundial, as diferenças culturais em outros países, onde a desigualdade de gênero acontece com frequência, porém faz parte de um contexto cultural que é imutável.

Nesse sentido foi possível compreender como se dá a discriminação e segmentação da participação da mulher no trabalho, visto que o objetivo principal foi concluído através de todos os dados coletados por meio das entrevistas. Assim mostrando uma visão mais ampla de como o sexo feminino é visto, englobado e de certa forma como atua a equipolência entre o sexo masculino.

7.Referências

ABRAMO, Laís W.**A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força de Trabalho Secundaria? Tese (sociologia)**. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p 327.2007.

ABREU, Zina. G. **Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos**. Arquipélago – *Revista da Universidade dos Açores*, Ponto Delgada, 2ª série, VI.2002.

ARAÚJO T.M., &ROTENBERG L.**Relações de gênero no trabalho em saúde: a divisão sexual do trabalho e a saúde dos trabalhadores**. In: Assunção AA, Brito J, organizadores. *Trabalhar na saúde: experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Cap. 6: 131-51.2001.

ARAÚJO T, GODINHO T, REIS, & ALMEIDA, M. **Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde** *Ciências & Saúde Coletiva*. 11(4):1117-29.2006.

ARRUDA, Adriano. **A Contratação, a Demissão ea Carreira dos Executivos Brasileiros**. *Available at: Accessed in: Jan.2009*.

BARDWICK, & JUDITH M. **Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto realização alteraram as nossas vidas**. São Paulo: DIFEL.1984.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol1. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.1970.

BLAY, Alterman E. **Conquistas e Controvérsias**. – Estudos Feministas – Ano 9. m Ensaio. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf. 2001.

CARVALHO, Aline.F.T. **Mulher, ciência, poesia: A literatura como incentivo a reflexão sobre a desigualdade de gênero**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em psicologia, Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, Pouso Alegre/ MG.2016.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo. Subsídios para a sua história**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.2002.

EVANS, M. **The woman question**. London: Sage Publications.1994.

FONTOURA, N., & Gonzales, R. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade**. Nota Técnica. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, 41, 33-38. 2009.

FOUCAULT, M. **The History of sexuality**. London: Allen Lane.1979.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Lisboa: Celta.1994.

HARE-MUSTIN, R., & MARECEK J. **Asking the right questions: feminist psychology and sex differences**. *Feminism and Psychology*, 4(4), 531-537.1994.

HARDING, S. **Feminism and Theories of Scientific Knowledge**. In M. Evans (Ed.), **The woman question**. London: Sage Publications.1994.

HOLLWAY, W. **Beyond sex differences: a project for feminist psychology**. *Feminism and Psychology*, 4(4), 538-546. 1994.

HIRATA, H., & Kergoat, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 595-609.2007.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – **Mulher no Mercado de Trabalho**. Recuperado em 20/04/2017 pelo site: ibge.gov.br/trabalhoerendimento/mulher_mercado_trabalho.2014.

KARAWEJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, 40 (1), 64-84.2014.

LIMA, J. A. **A Imagem do Feminino na Publicidade Contemporânea: Estudos de casos.** Fortaleza. Monografia – Publicidade e Propaganda – Faculdade 7 de Setembro.2008.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher. Permanência e revolução do feminino** (M. L. Machado, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.1997.

LODEN, M.**Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma.** São Bernardo do Campo, SP: Bandeirante.1988.

LORENZI-CIOLDI, F. **Lesandrogynes.** Paris: PressesUniversitaires de France.1994.

MURANO, R.M. **O Martelo das Feiticeiras MalleusMaleficarum.** Prefacio Carlos Byington. 17ªEdição. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos,2004.

OIT. **Desigualdades de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global.** Recuperado em 04/04/2017 pelo site:http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_458115/lang--pt/index.htm,2016.

[ROCHA, Patrícia., M., S. Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado/ Patrícia Rocha. Belo Horizonte: Editora Leitura,2009.](#)

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.**Rio de Janeiro: Rocco,1994.

SERPA, N. C. **A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: Questão de gênero.** Anais do Seminário Fazendo Gênero-Díáspora, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 23, (n.d.)

SILVA, T. M. G. **“Você acha que a gente vai poder com homem?”: práticas conjugais entre mulheres das camadas populares..** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Humanas. Curitiba,2007.

SILVA M, Alvarenga W, Silva S, Barbosa L.,& Rocha S.**Resistência do homem às ações de saúde: percepção de enfermeiras da Estratégia Saúde da família.***Revista Interdisciplinar NOVAFAPI*;3(3):21-5,2010.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo,1996.

SPINK, M. J. P., & Lima, H. Rigor e visibilidade: **A explicitação dos passos da interpretação**. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STRANSELL, C. **The feminist promise: to the present**. New York: Modern Library, 2010.

TONANI, A. V. **Gestão feminina—um diferencial de liderança mito ou nova realidade**. In Congresso Nacional de Excelência em Gestão (Vol. 7), 2011.

TRISTAN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

VAZ, C. D. F. M., & Laimer, R. T. **A inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento da profissão secretária**. Secretariado Executivo em Revist@, 6, 2011.

Apêndices

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Projeto de Pesquisa Discente do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS

Eu, Tayná Cristina Reis, acadêmica do curso de psicologia juntamente com a professora Camila Claudiano Quina Pereira, aluna e docente, respectivamente, da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Pouso Alegre, MG, estamos realizando uma pesquisa intitulada: **“A inserção da Mulher no mercado de trabalho, diante da desigualdade de gênero e as condições femininas na atualidade.”**, Com o objetivo de: Compreender a discriminação da participação da mulher no mercado de trabalho formal, a luz de referencial bibliográfico e perspectiva de mulheres do município de Pouso Alegre. A coleta de dados será feita por meio de entrevista, que serão gravadas e transcritas, com a duração de aproximadamente trinta minutos.

Para a realização desta pesquisa, o (a) senhor(a) não será identificado (a) pelo seu nome. Será mantido assim o sigilo das informações obtidas e será respeitada a sua privacidade e a livre decisão de querer ou não participar do estudo, podendo-se retirar dele em qualquer momento, bastando expressar a sua vontade.

A realização deste estudo não lhe trará consequências físicas ou psicológicas negativas, apenas, um possível desconforto mediante a entrevista, porém serão tomados todos os cuidados para que isso não ocorra.

Em caso de dúvidas e se quiser ser melhor informado(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde “Dr. José

Antônio Garcia Coutinho”, que é o órgão que irá controlar a pesquisa do ponto de vista ético. O CEP funciona de segunda a sexta feira e o seu telefone é (35) 3449 9271, Pouso Alegre, MG.

O senhor(a) concorda em participar deste estudo? Em caso afirmativo, deverá ler a “Declaração”, que segue abaixo, assinando-a no local próprio ou imprimindo a impressão digital do polegar direito.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fui informado (a) sobre esta pesquisa, estou ciente dos seus objetivos, entrevista e relevância, assim como me foram retirados todas as dúvidas. Mediante isto, concordo livremente em participar dela, fornecendo as informações necessárias. Estou também ciente que, se quiser e em qualquer momento, poderei retirar o meu consentimento deste estudo.

Para tanto, lavro minha assinatura (impressão digital do polegar direito) em duas vias deste documento, ficando uma delas comigo e a outra com o pesquisador(a).

Pouso Alegre, ____, _____20_____

Participante: _____

Assinatura: _____

Pesquisador(a): _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista

1 – Quando você iniciou suas atividades profissionais? Descreva qual/quais empresa/as você trabalhou e o cargo ocupado;

2 – Em sua experiência profissional você desempenhou cargo de chefia?

3 – Na sua experiência profissional, você era subordinada a pessoas do sexo masculino ou feminino?

4 – Você concorda ou discorda que ocorrem tratamentos desiguais entre homens e mulheres no mercado de trabalho? Se concordar, como isso ocorre?

5 – Na sua opinião, existe diferença no salário entre homens e mulheres?

6 - Você já vivenciou ou foi testemunha de tratamento desigual, na empresa, em virtude de ser do sexo feminino? Se sim, explique como isso aconteceu.

7 – Você teve alguma dificuldade na sua vida profissional pelo fato de ser mulher? Explique.

A LEI 11.645/08 E O LIVRO DIDÁTICO: “HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA”

Cássio S. Castanheira

Universidade do Vale do Sapucaí – PPGCL/UNIVÁS
Av. prefeito tuany toledo, 470 – Fátima III – Pouso Alegre, CEP: 37550-000

cassio.castanheira@ig.com.br

Resumo. Este trabalho propõe identificar e significar a temática da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena conforme a lei 11.645/08 no livro didático de História do sexto ano das últimas séries do ensino fundamental, tendo como referência a fundamentação teórica e metodológica da Análise de Discurso. O livro que é corpus desta análise pertence a coleção didática “Historia, Sociedade e Cidadania” cujo autor é o professor Doutor Alfredo Boulos Junior e a editora é a F.T.D. Este livro foi referendado no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e escolhido como suporte pedagógico pelos professores das Escolas Estaduais de Bom Sucesso, MG. Verificamos que este livro tem como proposta um discurso sobre o universal a partir de uma construção eurocêntrica no qual se dedicou apenas vinte e três por cento das páginas para temática africana, afro-brasileira e indígena. Percebemos que esta tentativa de narrar a trajetória dos povos africanos e indígenas em tão poucas páginas foi uma tarefa que se cumpriu com muitas generalizações e imprecisões, negros e índios foram transformados em sujeitos figurantes que passaram quase despercebidos pela cena histórica. O autor optou por uma narrativa tradicional com orientação positivista utilizando uma linha de tempo linear que divide a história em etapas. Acreditamos que não é possível compreender estes povos neste discurso e com esta perspectiva temporal. Conforme Eni Orlandi,(2003), o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular, várias falas foram ditas antes e outras são ditas depois, o que temos são “partes” estados do processo discursivo. A história da África e das nações indígenas foi silenciada de várias maneiras que acabou nos levando a buscar os sentidos deste silêncio.

Palavras-chave. Análise de discurso, Livro didático, Lei 11.645/08

1.Introdução

Neste trabalho, temos o resultado parcial de uma pesquisa que pretende identificar e significar a temática da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena conforme a lei 11.645/08 no livro didático de história do sexto ano das últimas séries do ensino fundamental, tendo como referência a fundamentação teórica e metodológica da Análise de Discurso. O livro que será corpus desta análise pertence a coleção didática “Historia, Sociedade e Cidadania”, cujo autor é o professor Doutor Alfredo Boulos Junior e a editora é a F.T.D. Este livro foi referendado no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e escolhido como suporte pedagógico pelos professores de Bom Sucesso, MG.

O autor optou por uma narrativa tradicional com orientação positivista utilizando uma linha de tempo linear e dividindo a história em etapas e tem como proposta um discurso sobre o universal, a partir de uma construção eurocêntrica no qual dedicou apenas vinte e três por cento das páginas para a temática africana, afro-brasileira e indígena. Percebemos que dessa maneira povos africanos e indígenas foram transformados em sujeitos figurantes que passaram quase despercebidos pela cena histórica. Acreditamos que não é possível compreender estes povos com este discurso e nesta perspectiva temporal. Lembrando que o racismo é uma construção discursiva enunciada de um lugar de poder, buscamos outros sentidos para romper este silêncio e cumprir as determinações da lei 11.645/08.

2. A “pré – História brasileira”

Sabemos que o Brasil é um território construído a partir de diversidades culturais; muitos povos moravam aqui e vários vieram de outros lugares do mundo. Porém a história que vem sendo narrada sobre este país desde o período da colonização este sob o controle dos europeus. A narrativa de Boulos, (2012), não vai ser diferente, ele utiliza um discurso tradicional, com uma linha de tempo linear. O autor vai inserir os povos nativos do Brasil na pré – História, colocando características paleolíticas nos povos de Sambaqui e de Umbu e características neolíticas nos povos de Santarém e da ilha de Marajó. Pouco se sabe sobre estes povos, mas no discurso do autor fica a impressão de que estes povos eram iguais, viveram e “evoluíram” da mesma maneira. Esta narrativa de uma história universal para todos os povos é uma construção eurocêntrica que foi instituída no século XIX, a partir de uma historiografia positivista produzida com interesses de dominação.

No território brasileiro existe uma pluralidade de identidades construídas por povos distintos em diferentes momentos históricos. Entendemos que não é possível

compreender estes povos utilizando uma linha de tempo linear e com um discurso tradicional consagrado no século XIX, que não está relacionado a sociedade em que vivemos. Conforme Eni Orlandi (2003), o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Várias falas foram ditas antes e outras são ditas depois. O que temos são “partes”, “trajetos”, estados do processo discursivo. Para dizer sobre estes povos nativos que estavam aqui há milhares de anos é preciso ir além do simplista, do que está estabilizado.

3. Os Indígenas

Boulos, (2012), inicia a narrativa sobre os povos nativos que estavam aqui onde hoje chamamos de Brasil com o título “Indígenas: diferenças e semelhanças”, porém o autor esquece de estabelecer alguma conexão entre este capítulo e o anterior que também tratava dos povos nativos que estavam também aqui no Brasil. E nesta narrativa o autor se insere nos discursos das “descobertas” que são discursos que pretendem conhecer o Novo Mundo, (Orlandi,1990). Esses discursos continuam transmitindo efeitos de sentido até a atualidade, que identificam os “indígenas” como povos colonizados ainda no período “neolítico”, em processo de formação intelectual e moral.

Não há no texto deste capítulo de número cinco, uma nova linguagem, mais profunda que tente resgatar pelo menos algumas particularidades a respeito da identidade desses povos. As imagens vão retratá-los como povos selvagens, que andam nus pela floresta, caçam, pescam, produzem artesanato e constroem sua oca com sapê. Esta abordagem remete ao pensamento evolucionista que afirma estarem os povos indígenas em um estágio “primitivo”. Segundo Pêcheux, (2010), a memória discursiva diz respeito a recorrência de dizeres que emergem a partir de uma contingência histórica específica, sendo atualizada ou esquecida de acordo com o processo discursivo, é algo que fala sempre antes, em outro lugar. Essas imagens, além de negar identificação própria torna estes povos anônimos, evocando uma memória discursiva homogeneizadora de inocência, nudez e bestialidade.

Ainda tentando demonstrar as diferenças entre os povos, Boulos (2012), vai fazer uma comparação entre dois troncos linguísticos que ele considera os principais: o Tupi e o Macro – Jê. Levando em conta as centenas de línguas faladas no Brasil e as etnias, o que se percebe é uma aniquilamento das expressões socioculturais. O autor mostra um quadro comparativo com informações mínimas e superficiais de dois grandes grupos indígenas que tem línguas semelhantes. Conforme Eni Orlandi (1997), o silenciamento acontece constitutivamente por meio do processo de dizer uma coisa para não dizer outra, ou seja,

“para dizer é preciso não - dizer, uma palavra apaga necessariamente as outras palavras” (ORLANDI,1995, p. 24).

No final do capítulo, Boulos (2012), traz uma entrevista com o cacique Aritana Yawalapiti, que reivindica um tipo de conhecimento que valorize as suas memórias e que essas sejam inseridas na história da nação brasileira. Embora sabemos que muitos hábitos que praticamos hoje são herança da cultura indígena, não há um discurso de diferentes culturas que se influenciaram mutuamente, as línguas indígenas são estranhas nas lentes da nossa história “tradicional”. Conforme Orlandi, (1990, p.35), os índios ainda ocupam uma posição discursiva deslocada nas definições do que é ser brasileiro.

No entanto, percebemos nas brechas dos sentidos que existem muito mais povos e com línguas distintas e também lideranças indígenas reivindicando autonomia e um diálogo intercultural. Segundo Eni Orlandi: “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez é o não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o vazio significante.” (1997, p.23)

4. O Egito

A partir do capítulo sete, Boulos (2012), inicia a história da África de uma maneira inusitada, separando o Egito dos outros povos africanos. Dessa maneira, o autor ocultou a identidade africana do Egito, deixando para o professor a opção de revelar ou não está identidade. Conforme Munanga, (2005), o continente africano abriga diversas civilizações, milhares de etnias e culturas distintas distribuídas entre centenas de povos que falam diversas línguas ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. Seguindo um padrão que se mantém em quase todos os livros didáticos, Boulos, (2012), evita citar a África, preferindo narrar sobre o rio Nilo como o ambiente onde existiu o Egito. Fica um silêncio em relação a localização deste rio, parece que ele existe por si mesmo, sem espaço delimitado, quase funcionando como uma entidade que criou o Egito. É importante destacar que o livro didático é um dos suportes pedagógicos responsáveis por regular, dentro do ambiente escolar, o que é possível ou não ser dito e lembrado. Por isso é importante redefinir e ampliar a relação de novos saberes que podem permitir amplas discussões, temáticas e históricas. Nesta narrativa é necessário lembrar que o rio Nilo é africano e não somente egípcio, a maior parte do curso deste rio está fora do Egito e foi palco de outras civilizações africanas antigas.

Segundo Eni Orlandi: “Se a linguagem implica silêncio, este por sua vez, é o não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o vazio

significante.” (1995 p.23). Na perspectiva do autor o Egito é um produto da natureza, mas ele deixa pistas para o professor decidir ou não pesquisar e compreender que esta nação foi construída por povos africanos em sistema de cooperação o que implica um alto grau de desenvolvimento social. Orlandi,(2007), nos alerta para buscar os sentidos deste silêncio que é demonstrado a partir do não dito neste livro didático que há um discurso fundador, que se naturaliza no processo de ensino aprendizagem. O Egito é demonstrado como uma extensão do oriente, que significa um discurso fundador de exclusão do continente africano. É possível perceber que esta narrativa leva o aluno a compreender o norte da África como uma “África branca”, que é separada de uma ou outra África que é negra. É importante destacar que o:

Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modelos de existir nos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundante” .(ORLANDI,2007, p.14).

Dentro dessa mesma proposta de uma história “tradicional”, Boulos, inicia a história do Egito no momento da sua unificação. O autor despreza a possibilidade de mostrar uma antiguidade maior para esta civilização que iria de encontro a sua origem africana. Poucas linhas vão descrever a relação do Egito com a Núbia, reino africano que em determinado momento histórico chegou a conquistar o Egito, e é o único reino africano a ser citado. Novos estudos históricos e arqueológicos tem evidenciado contatos seculares e até milenares do Egito com várias nações africanas. Como exemplo podemos destacar que o Egito necessitava de um suporte externo para complementar seu abastecimento de animais e tinha na região da Núbia o fornecimento de rebanhos. (KI-ZERBO, 2006).

Na sequência, para demonstrar a complexidade da produção no império egípcio, o autor repete a descrição que é feita em quase todos os livros didáticos, que é a mostrar os produtos e seus artesãos. Esta leitura vai remeter a um outro preconceito em relação ao Egito que é o da visão meramente pragmática do confecção dos objetos e da construção das pirâmides. Dessa maneira a tecnologia egípcia é interpretada como instrumentalização pragmática, de “acerto e erro”, sem qualquer referência a um conhecimento da antiguidade. O autor silencia os saberes teóricos ligados à matemática e a arquitetura dos egípcios. Conscientemente ou não, Boulos, (2012), acaba por se filiar a uma linha epistemológica fundada em uma filosofia da história que distingue a técnica egípcia da filosofia grega.

No final do capítulo, Boulos, (2012), vai apresentar a religiosidade egípcia de uma forma resumida e simplificada. Um ponto interessante a ser destacado é o fenômeno da fusão entre religião e política que precisa ser detalhado para ser compreendido. Esse processo acontece gradativamente e é bastante anterior a centralização. Quando o autor utiliza conceitos contemporâneos de um Estado totalitário e não exemplifica as relações ideológicas, como a bondade do Faraó em trazer as águas do rio Nilo; ele pode estar incorrendo em anacronismo. O que se percebe é um conceito de cultura religiosa estática. Uma vez que em nenhum momento é apresentado aos alunos, seja por meio de textos ou de imagens as transformações e readaptações sofridas pela religião ou pela cultura egípcia ao longo do tempo. Para a maioria dos egiptólogos a origem dos deuses locais egípcios é obscura, mas é possível que alguns vieram de outras religiões de antigos povos africanos.

E necessário destacar que os saberes religiosos dos egípcios são as bases para a filosofia ocidental. Um tipo de saber que foi central para o início da filosofia ocidental, é a vida após a morte e a transmigração da alma para outros corpos. A filosofia egípcia não era somente uma técnica envolta pela religião, e sem uma forma de linguagem argumentativa que produzia e disseminava conhecimentos que foram necessários para a filosofia platônica. A filosofia foi um legado africano para a humanidade.

5. História da África

No oitavo capítulo, Boulos, (2012), dedica a história da África com o título “A Núbia e o Reino de Kush”. O autor inicia com a história de Kush sendo a periferia do Egito. Acreditamos que é preciso compreender Kush como uma nação singular da antiguidade africana que se relacionava com o Egito, mas também com outros povos, principalmente com os árabes. Boulos, (2012), atenta para a dificuldade de estudar este povo, e destaca o Egito como referência para que se possa entender Kush. Uma África avançada e outra atrasada, parece que foi a fórmula encontrada pelo autor para não definir o continente africano com um continente atrasado.

Boulos, (2012), vai adotar como critério para a valorização de kush, o desenvolvimento da sua tecnologia bélica. Porém é possível perceber no capítulo anterior que o Egito desenvolveu esta tecnologia primeiro, e na sua expansão territorial dominou

Kush. Posteriormente, em um processo de decadência do Império egípcio, o reino de Kush assume o poder sobre as duas nações. O autor quase chega a mencionar que existiram outros conflitos interafricanos, mas não explora este tema.

Na sequência, o autor tenta aprofundar descrevendo um ritual para a escolha do líder da nação de Kush. No entanto, fica faltando informações sobre a cosmologia do povo cuxita, e na medida que este ritual é diferente dos rituais ocidentais, a imagem passada para os alunos é de um comportamento exótico e pitoresco. Acreditamos que Boulos, (2012), perdeu a oportunidade de sofisticar e introduzir uma nova narrativa que contribuísse para outras formas de pensar o mundo social e politicamente.

Com o tema “economia e sociedade”, o autor vai destacar o comércio de longa distância que passava por Meroé, a principal aldeia de Kush. Valorizando a acumulação de riquezas, Boulos, (2012), esquece de acrescentar que este comércio não se restringia a um papel meramente econômico. Segundo Serrano e Waldman, (2008), essas trilhas vão permitir o trânsito de inovações culturais, bem como fortalecer o sentimento de solidariedade e a consciência da coletividade. É necessário a compreensão de que o continente africano nunca esteve isolado dos outros continentes, no entanto foi injustamente marcado por categorias preconceituosas que foram construídas pelos europeus que tinham como objetivo dominá-lo.

Ainda dentro do mesmo tema, Boulos, (2012), vai tentar explicar como era a sociedade cuxita. Para iniciar a narrativa, ele novamente se justifica. É pouco o que se sabe sobre a sociedade cuxita. A camada dirigente era formada pelo rei e sua família, pelos nobres que ocupavam altos cargos do funcionalismo, e pelos sacerdotes. Os agricultores e os criadores de gado eram pessoas livres, e formavam a maioria da população. Dessa forma resumida e simplificada o autor tenta escapar da grande polêmica que envolve os africanistas, que é a existência ou não da escravidão na África. Um determinado grupo afirmam a tese da não existência da propriedade privada da terra e da propriedade privada da mão-de-obra. Outro grupo se posicionam a favor da existência da mão de obra como propriedade privada, mas acreditam que houve uma modificação no caráter desse fenômeno a partir da presença dos europeus. De uma modalidade de escravidão doméstica para uma escravidão produtiva do tipo plantation. Porém existe um consenso que é preciso se posicionar neste debate historiográfico para romper com uma visão vitimada da África. Os africanos não devem ser idealizados nem passivos diante deste fenômeno histórico.

6. Considerações finais

Ao analisar os textos apresentados, podemos observar que são leituras extremamente simplificadas, ou seja um resumo da história, da memória deste sujeitos sociais, utilizando como justificativa que esta é sua didática. No entanto, ao pensarmos a relação do ensino, do discurso, da História com a memória discursiva, entendemos que:

A questão envolve dimensões públicas e particulares da relação do sujeito com a(s) língua(s). Se pelas vias do simbólico, a memória histórica determina certas formações discursivas que funcionam em escalas coletivas como padrões de referência semântica que constitui os sujeitos, essa memória funciona também na esfera tido como privado pessoal pelos sujeitos envolvidos, já em processos de silenciamentos (Payer, 2006, p.38).

Compreendemos também que apesar de tantos avanços na pesquisa historiográfica os textos dos livros didáticos de história continuam tendo um discurso que identifica a cultura europeia em um estágio mais avançado do desenvolvimento humano.

Essa identidade marginal atribuída aos negros e indígenas institui uma memória pejorativa da nossa história. Conforme Le Goff, (2003), a memória se constitui como elemento essencial do que se costuma chamar de identidade coletiva, segundo o mesmo historiador, é um instrumento de poder. É preciso que a história de todos os povos sejam descritas com a complexidade que possuem tentando assim, eliminar visões estereotipadas e de inferioridade. É sempre importante lembrar que a escolha do que é significativo na formação dos estudantes é um posicionamento político.

É urgente engendrar uma nova perspectiva, não mais comprometida com a manutenção dos valores consagrados no século XIX, mas relacionada à sociedade em que estamos inseridos na qual a diferença é um valor e um atributo da cidadania. A distorção, o silêncio e a falta de referências sobre a história e a cultura indígena, africana e afro-brasileira têm como consequência o desconhecimento de suas raízes que são também as raízes do Brasil.

No material didático aqui apresentado os acontecimentos que abordam a questão africana e ou indígena produzem efeitos de sentido que se constitui na memória discursiva dos alunos do sexto ano do ensino fundamental das escolas estaduais de Bom Sucesso em Minas Gerais, e isto nos possibilitou perceber como a memória funciona como prática discursiva que se (re) produz no funcionamento da linguagem, mas principalmente no silenciamento que se faz presente nas páginas deste livro, pois o “silêncio não fala, ele significa” (ORLANDI, 2002, p.44).

7. Referências

- BOULOS, A.J. História, Sociedade & Cidadania. São Paulo. Ed. FTD. 2 edição, 2012.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas Editora Unicamp, 2003.
- KI-ZERBO, Joseph. Para quando a África?Entrevista com René Holentein. Rio de Janeiro PALLAS, 2006.
- BRASIL, Lei n 11,645 de 10 de Março de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- MUNANGA, kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- ORLANDI, E.P. Análise de Discurso: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.
- _____, E.P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 3 ed. Campinas. S.P. Editora UNICAMP, 1995.
- _____, E.P. A Linguagem e seu Funcionamento. Campinas: Pontes, 2007.
- _____, E.P. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez/Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990.
- _____, E.P. Língua e Conhecimento Linguístico. São Paulo: Cortez. 2002
- PAYER, M.D. Memória da língua: imigração e nacionalidade. São Paulo: Editora Escuta, 2006.
- SERRANO, Carlos WALDMAN, Mauricio. Memória D' África: temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCURSO E ARTE: A OBRA DE HÉLIO OITICICA COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Bruno César Castello Ananias

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli

Universidade do Vale do Sapucaí

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

b.castello@hotmail.com

Resumo. O presente projeto de pesquisa visa investigar a materialidade do poema-bandeira “seja marginal seja herói” (1968) de Hélio Oiticica. Como tal materialidade significa até o momento presente e se esta, no decorrer de inúmeras re-formulações, constitui acontecimento discursivo. A escolha de tal objeto de pesquisa se deu pela relevância histórico-artístico-social em que tal obra se inscreve. Desta forma, o presente trabalho objetiva, também, compreender de que modo diferentes fatos históricos se inscrevem nas distintas versões do poema-bandeira.

Palavras-chave. Acontecimento discursivo. Materialidade. Historicidade. Arte.

Abstract. *This research project aims to investigate the materiality of Hélio Oiticica's poem-flag "Be Marginal Be Hero" (1968). As such materiality means up to the present moment and if this, in the course of numerous re-formulations, constitutes a discursive event. The choice of this object of research was due to the historical-artistic-social relevance in which such work is inscribed. In this way, the present work also aims to understand how different historical facts are inscribed in the different versions of the poem-flag.*

Keywords. *Discursive event. Materiality. Historicity. Art.*

1. APRESENTAÇÃO

O enunciado “*seja marginal seja herói*” pertence a uma obra do artista plástico Hélio Oiticica. A obra foi significada (pelo próprio artista) como poema-bandeira e foi uma homenagem de Hélio, em 1968, a Alcir Figueira da Silva, criminoso que se suicidou, às margens do rio Timbó, após ter assaltado um banco e ter sido cercado pela polícia. Preferindo a morte à prisão. O poema-bandeira traz estampada, sobre um tecido vermelho, a imagem de Alcir Figueira da Silva que muitos pensam ser do criminoso Manoel Moreira (Cara de Cavalo) já que este era amigo do artista plástico. A técnica utilizada por Hélio, no poema-

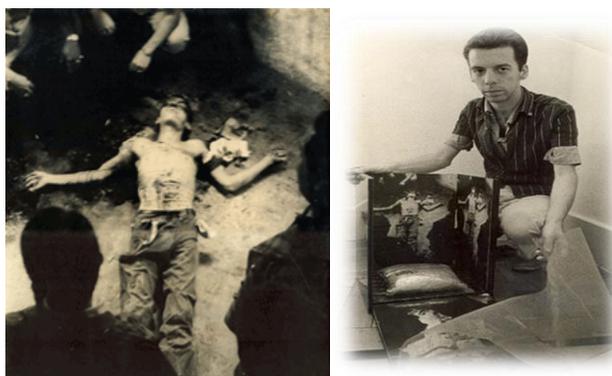
bandeira, foi a serigrafia (silkscreen) ou chamada também de impressão à tela e logo abaixo os dizeres: “*seja marginal seja herói*”.



Hélio Oiticica, “Seja marginal, seja herói”, bandeira, 1968. Projeto Hélio Oiticica

O poema-bandeira “*seja marginal seja herói*” resumiu o que ficou conhecido como *cultura marginal*, *marginália*, *contracultura* e, até mesmo, *antiarte* nas décadas de 60/70 e se tornou a síntese e o lema de tudo o que foi produzido artisticamente nestas épocas. Surgem, neste período, como exemplo, o *cinema marginal*, a *literatura marginal* e a *imprensa marginal*, com *O Pasquim*. Além do mais, sintetizou o dilema da vida política e cultural do Brasil. Tal peça artística, inclusive, foi utilizada por Caetano Veloso, em um show, numa boate do Rio de Janeiro em 68, o que provocou seu exílio e de Gilberto Gil logo após o show ter sido invadido pelos militares e os dois artistas presos pelo regime. Logo, vê-se a historicidade que envolve a obra e a importância histórico-ideológica e cultural desta produção.

1.1. UMA BREVE RETIFICAÇÃO: REVISITANDO A HISTÓRIA



Neste recorte, (à esquerda) vê-se a imagem de Manoel Moreira (vulgo Cara de Cavalo) famoso bandido carioca que foi acusado de matar o detetive Milton Le Cocq de Oliveira e foi executado pelo Esquadrão da Morte em 3 de outubro de 1964. Em maio de 1966, Oiticica produziu a primeira obra em homenagem ao amigo marginal, Cara de Cavalo

(imagem à direita), utilizando madeira, fotografia, náilon, acrílico, plástico e pigmentos. Nela, pode-se ler o enunciado: “*Aqui está, e ficará! Contemplai seu silêncio heroico*”. O artista realizou a obra como protesto contra execuções sumárias, lideradas pelo Esquadrão da Morte, e a repressão da Ditadura.



Neste recorte, (à esquerda) vê-se a imagem de Alcir Figueira da Silva, marginal cuja morte não repercutiu como a de Manoel Moreira — já que este se tornara uma celebridade —, ficando no esquecimento e no anonimato, no entanto foi homenageado por Oiticica com o poema-bandeira (à direita) “*seja marginal seja herói*”, produzido em 1968.

Tal pesquisa surgiu pelo compromisso que temos em compreender e interpretar a historicidade desse artista, suas produções de sentido, principalmente de seus discursos que ecoaram, em um período de opacidade, na Ditadura Militar e perduram, até o momento presente, na sociedade.

Este projeto tem, como fio condutor, a investigação da materialidade discursiva “*seja marginal seja herói*”, a permanência da mesma ou sua ruptura de acordo com as condições de produção. A área de concentração é Linguagem e Sociedade, visto que a linguagem funciona na sociedade e na história e para que esta signifique, ela se inscreve na história, em relação aos sujeitos e à situação.

Desde o início de minha trajetória profissional, como graduado em Letras, a linguagem literária e artística sempre me inquietou, por isso mesmo, dediquei boa parte de minha carreira trabalhando com Literatura e Artes na tentativa de empreender um conhecimento sobre as múltiplas possibilidades de expressão e interpretação destas manifestações da linguagem. O que sempre me chamou atenção e se tornou inquietante a mim, é que, a Literatura e todas as Artes não são a realidade, mas sim uma transfiguração do real que traz para dentro da obra aspectos da realidade, como um estado de verossimilhança, possibilitando um pacto entre autor x leitor, espectador x obra, provocando uma

aproximação do universo do artista àqueles, incitando um movimento de engajamento e de mudança de alguma ordem social.

Com efeito, o engajamento está no ato de compreender que a liberdade é atividade criadora e, partindo desta premissa, orientar a experiência estética, que o leitor extrairá da leitura para uma possível vontade de agir, é não só o que constitui o ato engajador de uma obra, como também o mínimo que se deve esperar de seu criador. (SARTRE, 2004, p.48)

Outro aspecto que sempre me inquietou foi o fato de que autor/artista e obra não se desvinculam, visto que a exterioridade que veste a constituição do artista se reflete como prática em suas produções.

Cada quadro, cada livro é uma recuperação da totalidade do ser; cada um deles apresenta essa totalidade à liberdade do espectador. Pois é bem essa a finalidade última da arte: *recuperar este mundo, mostrando-o tal como ele é*, mas como se tivesse origem na liberdade humana. (SARTRE, 2004, p. 47), (grifo meu)

Por ser a linguagem a forma humana básica de comunicação e tendo em vista que a linguagem não é neutra e nem transparente, é que, tal pesquisa despertou-me interesse. “Estou com os que acham que não há arte neutra. Mesmo sem nenhuma intenção do pintor, o quadro indica sempre um sentido social”. (PORTINARI, s.d.).

Minha atenção se voltou sempre para produções artísticas e literárias de caráter contraditório, questionatório ou que instigassem em mim e em meus alunos um movimento de reflexão acerca da realidade que nos circunda, os sentidos que determinadas obras instauram na sociedade e, inclusive, seus movimentos de ruptura e resistência. Assim se dá com a obra de Hélio Oiticica — antropofágica e tropical — que em sua essência possibilitou, no transcorrer do tempo, uma mudança intensa no cenário cultural do Brasil e que instigou em mim a necessidade de compreender esses movimentos que permanecem contemporaneamente no espaço urbano. Devido a estes aspectos é que se deu a escolha do tema deste projeto.

Tal tema se faz pertinente e importante para as *Ciências da Linguagem* e para *Análise de Discurso*, visto que esta está diretamente ligada à compreensão e à interpretação de materialidades discursivas, à relação do sujeito com a língua, afetado pelo simbólico. Aquela é a ciência das línguas. Estuda, analisa e descreve as línguas em suas particularidades, além da compreensão da linguagem enquanto comunicação a qual possibilita a interação do homem com seu habitat, visto que a linguagem é psicológica, antropológica, social, artística, científica etc.

Outro fator de relevo que viabilizou a elaboração deste projeto e, concomitantemente, a realização da pesquisa foi o fato de que somos seres de linguagem, constituídos por ela e levados incessantemente a interpretar.

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. (ORLANDI, 1996, p.9)

Desta maneira, a complexidade em se compreender uma *materialidade discursiva* e o que esta pode implicar, no decorrer de seu uso, devido às infinitas possibilidades de condições de produção, principalmente, em diferentes épocas é que o presente trabalho se justifica e se faz relevante para o meio acadêmico, para as Ciências da Linguagem, para a Análise de Discurso e para a sociedade como um todo, pois objetiva, através da análise do corpus, entender e interpretar a materialidade discursiva, presente na obra de Hélio Oiticica, e suas ressignificações, no transcorrer do tempo. Também historicizar a produção artístico-cultural de um dos mais intrigantes artistas do período da repressão militar no Brasil.

Na tentativa de investigar, explorar e conhecer, através da linguagem artística, uma materialidade utilizada, em condições de produção distintas, a permanência ou ruptura da mesma, representada pelo enunciado “*seja marginal seja herói*” é que se busca, à luz da Análise de Discurso, o entendimento da significação deste discurso num período de grande opacidade da nossa realidade — a Ditadura Militar — e da ressignificação do mesmo até o momento presente. Nascemos na linguagem, vivemos na linguagem e o discurso fala por nós pela aproximação ou distanciamento e é este viés que procuraremos para compreender a arte como trabalho de resistência. A resistência na arte é parte do trabalho simbólico e da ideologia, visto que a linguagem artística está veiculada à história.

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, [1982], 1990, p. 17)

Para a realização deste projeto de pesquisa, nos filiaremos à linha de pesquisa em Análise de Discurso. Os estudos discursivos surgiram em meados dos anos 60, na França, com Michel Pêcheux e encontrou um terreno fértil, no Brasil, com Eni Orlandi. A Análise de Discurso é uma disciplina de entremeios, constituída na lacuna e nos questionamentos de três outros domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Ao mesmo

tempo em que a Análise de Discurso interroga estas três disciplinas sobre aquilo que elas deixam de fora, como explica Orlandi,

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2000)

a AD propõe um novo campo de discussão e reflexão que é o discurso. Para AD, a linguagem não é transparente, mas sim opaca e passível de interpretação constante, visto que somos seres de linguagem constituídos à interpretação. Além do mais, o sujeito é afetado, constantemente, pelo simbólico da linguagem e interpelado pela ideologia. É justamente a partir dos estudos discursivos e teóricos de Pêcheux e Orlandi que este trabalho se desenvolverá.

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há um método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2008, p. 26)

Para a composição deste projeto de pesquisa e para a realização do mesmo, far-se-ão necessários alguns dispositivos de análise a fim de sustentar a pesquisa. Dentre eles, destacaremos: *ideologia, discurso, memória discursiva, materialidade, equívoco, historicidade, acontecimento discursivo e linguagem e arte*. Estes possibilitarão o gesto de descrição e interpretação da linguagem artística em sua materialidade, seja a verbal ou a não verbal como no caso da obra de Hélio Oiticica.

4. PRIMEIRO MOVIMENTO DE LEITURA

O corpus de análise do nosso projeto se compõem da reprodução da obra original do artista plástico, de gravuras, imagens, panfletos e composições artísticas contemporâneas que parafraseiam a obra de Hélio Oiticica na tentativa de re-significar seu discurso em diferentes épocas e a partir de sujeitos-histórico-sociais distintos.

A teoria que sustentará a pesquisa em destaque é a Análise de Discurso e sua proposta quanto à reflexão acerca do discurso, sujeito, história, linguagem e dos dispositivos de análise os quais sustentarão o desenvolvimento deste projeto. Dentre eles, destacaremos: *ideologia, discurso, memória discursiva, materialidade, equívoco, historicidade, acontecimento discursivo e linguagem e arte*.

O primeiro dispositivo a ser abordado é o conceito de discurso para a AD. Segundo (Pêcheux, 1969), “discurso é efeito de sentido entre locutores”, ou seja, muito mais do que uma mera transmissão de informação.

[...] trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente tem a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso assim é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2015, p.13)

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informações. (ORLANDI, 2000)

Desta maneira, vê-se que a relação com a linguagem nunca é inocente. É sempre uma relação entre a ideologia, a história e o inconsciente.

Assim ocorre com a obra de Hélio Oiticica a qual não pode ser vista tão somente como uma composição artística. Nela, o discurso está presente, pois a linguagem está em funcionamento e o espectador, ao observá-la, constitui gestos de interpretação já que se é constituído a interpretar e se é interpelado pela ideologia. No enunciado “*seja marginal seja herói*” não há somente uma estrutura linguística porque a linguagem está em funcionamento e esta não é transparente. Há discurso, relação de sentido entre locutores. O analista através de dispositivos, também, faz um gesto de interpretação, buscando não aquilo que está por trás do discurso, mas sim como esse discurso está funcionando.

O segundo dispositivo importante para a realização desta pesquisa é o conceito discursivo de ideologia o qual está ligado à prática de linguagem visto que não há sentido sem interpretação e isto atesta a presença da ideologia no processo discursivo. Ideologia é prática discursiva. Como explica Orlandi (2008: 105), “A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências”. A partir de Althusser, a AD usa o conceito de formação ideológica. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re) conhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. (BRANDÃO, 1997)

A partir destes conceitos, procuraremos investigar na obra de Oiticica e de modo particular no enunciado “*seja marginal seja herói*”, o papel da ideologia na constituição da obra e do sujeito-artista Hélio Oiticica. O funcionamento da ideologia enquanto prática cotidiana e artística, visto que o indivíduo Hélio Oiticica se transformou em sujeito através da presença ideológica de sua própria obra.

Outro dispositivo fundamental a ser abordado é a memória discursiva. Este conceito surge nos estudos discursivos a partir da década de 80 quanto Courtine faz a leitura da obra *Arqueologia do Saber* de Foucault. A memória discursiva não é de ordem individual, mas coletiva e é responsável por dizeres em determinadas formações discursivas.

Toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ele repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos. (COURTINE, 1981, p.52)

A memória deve ser entendida não no sentido psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social inscrita em práticas (...). A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos”, quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, In.: ACHARD, P. et al. Papel da memória, 1999, p. 51-52)

Por este motivo, a memória discursiva se faz de suma importância como dispositivo a fim de se compreender os discursos outros que compõem a obra de Hélio e que dizeres são mobilizados com a produção do enunciado “*seja marginal seja herói*”. A partir da leitura ou da observação da obra, que dizeres, que discursos implícitos estão inscritos na memória social quando a obra foi produzida. São inscrições que a memória discursiva possibilita compreender.

Dentre os dispositivos-analíticos, talvez — o suporte para a realização desta pesquisa —, seja a materialidade discursiva o mais pertinente, visto a complexidade de se compreendê-la, ou seja, acessar os efeitos de sentido que esta possibilita nas redes de formulações que o discurso se inscreve. Segundo Orlandi (s.d.), a materialidade discursiva é o confronto entre o simbólico e o político na relação entre língua e historicidade.

A questão teórica das materialidades discursivas surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um remeio de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos. (PÊCHEUX, 2016, p. 23-24)

Aquilo que, em um momento dado, irrompe no espaço da repetição discursiva, aquilo que o transforma ou movimenta-o, não resulta de não importa qual fenda, torsão, modificação.

E é nisso que os efeitos discursivos são do domínio de uma materialidade específica, a propósito da qual não se pode, de novo, dizer não importa o quê. (PÊCHEUX, 2016, p. 28)

É por este viés que o corpus deste projeto será analisado e interpretado, buscando nas redes de formulações discursivas, compreender a materialidade do discurso — que é linguístico-histórica — no enunciado “*seja marginal seja herói*” e da obra de Hélio Oiticica. Os efeitos de sentido na relação entre língua e história.

A noção de equívoco que será trabalhada neste projeto, também é um dispositivo teórico importante para se entender as relações entre sujeito e língua, visto que o sujeito é atravessado pela ideologia e inconsciente. Conforme ensina Orlandi (s.d.), “o equívoco é o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história” e nas palavras de Lacan (1975) “nossas palavras que tropeçam são as palavras que confessam. Elas revelam uma verdade de detrás”. (CAVALLARI, 2010, p. 669)

De acordo com a abordagem discursiva, o equívoco ‘desnuda’ a verdade do sujeito que enuncia, ao produzir uma falha material que foge ao seu controle. Essa falha materializada na/pela língua não pode ser recoberta, possibilitando a produção de sentidos outros, por vezes indesejáveis e que denunciam a posição ocupada pelo sujeito de linguagem, bem como as formações discursivas em que seu dizer se inscreve para produzir determinados sentidos. Nesse prisma, não é o sujeito que fala a língua, mas, sim, a língua que fala a verdade do sujeito, uma vez que aponta para as suas formações ideológicas e para os vários discursos que legitimam seu dizer. (CAVALLARI, 2010, p. 669)

A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. (ORLANDI, 2012, p. 102-103)

A historicidade enquanto dispositivo de análise é um importante aliado do analista do discurso para a apreensão dos sentidos já que essa é um dispositivo de interpretação e ela está presente no processo discursivo. Assim, procuraremos investigar a historicidade do enunciado “*seja marginal seja herói*” de Hélio Oiticica como fator determinante na produção do discurso. De acordo com José Horta Nunes (s.d.), “Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza.” Como explica Orlandi (2007, p. 36) “É desse modo que a concepção de fato de linguagem, na análise de discurso, traz para a reflexão a questão da historicidade”.

Um ponto crucial a ser trabalhado neste projeto é o conceito de acontecimento discursivo. Havemos de analisar e investigar o enunciado “*seja marginal seja herói*” enquanto acontecimento discursivo, pois temos a língua inscrita na história produzindo o discurso e sentidos.

O acontecimento discursivo pressupõe, assim, a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por

princípio, seja formulado a partir das possibilidades que esse dizer encerra. [...] busca-se compreender os acontecimentos discursivos que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito. (DELA-SILVA, 2008)

Nos estudos discursivos [...] procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 1999, p. 19)

todo discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido. [...]. Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. (ORLANDI, 1996, p. 92-93)

O último elemento importante a ser destacado é a relação entre linguagem e arte, sendo que a arte não é o real, mas sim uma transfiguração do mesmo, possibilitando, assim, gestos de interpretação por parte do espectador.

É na observação de diferentes processos discursivos que nos colocamos no espaço de interpretação para realizarmos uma análise discursiva de diferentes gestos de leitura/interpretação. O gesto de leitura/interpretação, como um lugar de entremeio, é o que aproxima o processo fruidor e criador da arte dos elementos discursivos. O objeto de arte se oferece ao leitor para um gesto de leitura/ interpretação provocado. O verbal e o não verbal estão constitutivamente imbricados. (NECKEL, Nádia Régia Maffi, s.d.)

Segundo Orlandi (1996), “O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non sense*)”. A partir do ensinamento de Orlandi, podemos inferir que o discurso artístico está mais próximo do discurso lúdico devido a abertura polissêmica embora não se pode rotulá-lo totalmente desta maneira. Dessa forma, fica clara a relação entre arte e linguagem e também a possibilidade de analisar todo um objeto artístico a partir de dispositivos teóricos da AD.

Além de este dialogar com teóricos fundamentais da Análise de Discurso e suas respectivas obras, este projeto também o faz com teorias, conceitos e teóricos fundamentais da História, da Filosofia, da Literatura e das Artes, embora a Análise de Discurso seja a disciplina mais importante para a interpretação da obra de Hélio Oiticica e das outras imagens relacionadas a este trabalho.

A Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio que trabalha o gesto de interpretação a partir de dispositivos teóricos de sua própria constituição — de modo

especial a paráfrase e a polissemia — selecionados pelo analista de acordo com o corpus e com o que se pretende analisar. Segundo Orlandi (s.d.)

Realço assim o fato de que o analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “lidando/operando” com a paráfrase e a metáfora. A paráfrase e a metáfora explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise. Esta é, para mim, uma marca da especificidade da análise de discurso: ela introduz uma noção não linguística de paráfrase e uma noção de metáfora que não deriva da retórica, ou dos estudos literários, assim como uma noção de “memória” que tem suas determinações que não são psicológicas, cronológicas etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. 218 p.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007. 156 p.

PÊCHEUX, Michel et al. (Org.). **Materialidades Discursivas**. 1. ed. Campinas: UNICAMP, 2016. 335 p. v. 1.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a Literatura**. São Paulo: Editora Ática, 2004. 116 p.

EFEITOS DE SENTIDO DA COMUNICAÇÃO NA EMPRESA PÚBLICA E NA EMPRESA PRIVADA DO SUL DE MINAS GERAIS

Aline de Fatima Chiaradia Valadão Rennó,

Guilherme Carrozza

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre
– MG – Brasil

afvaladao@yahoo.com.br, guilhermecarrozza@uol.com.br

Resumo. A partir do conceito de cultura organizacional que, nos estudos da administração, pode ser entendida como sendo tudo o que envolve a rotina de uma empresa, refletindo sua essência e funcionando como diretriz para os modos como os sujeitos com ela envolvidos se relacionam e se comportam, propomos uma análise de e-mails internos em empresas distintas, uma de caráter privado e outra de caráter público. Espera-se, com esta análise, compreender as condições de produção do discurso institucional, produzindo, também para a área da administração, uma melhor compreensão do funcionamento da cultura organizacional.

Palavras-Chave. Comunicação Interna. Cultura Organizacional. Discurso Institucional

***Résumé.** Du concept de culture organisationnelle qui, dans le domaine des études de gestion, peut être compris comme tout ce qui concerne la routine d'une entreprise et que reflète son essence et fonctionnant comme un guide pour la manière dont les sujets impliqués se rapportent et se comporter, nous proposons une analyse des courriels internes à différentes entreprises, l'une à caractère privé et l'autre à caractère public. On espère, avec cette analyse, comprendre les conditions de production du discours institutionnel, pour une meilleure compréhension du fonctionnement de la culture organisationnelle.*

Mots-clés.

Communication interne. Culture organisationnelle. Discours institutionnel

1. Introdução

As empresas atualmente, principalmente as empresas privadas, vêm praticando uma forma de gestão mais participativa. É possível, inclusive, notar essa prática pela língua, na medida em que há uma passagem de “funcionários” para “colaboradores” no modo como se designam as pessoas que trabalham em uma empresa. Isso traz o efeito de uma dimensão mais participativa ao processo, ou seja, o colaborador não deve mais somente ter como visão cumprir sua meta, deve ajudar a empresa a cumprir a meta, ter uma visão mais global. Todos são responsáveis pelo sucesso e tudo isso é posto como um modelo de gestão, o que produz uma distância, inclusive, do sentido de funcionalismo e de função. Uma

das formas em que isso se materializa e pelas quais é possível observar esse processo dentro das empresas é o e-mail de comunicação interna.

O modelo de gestão também é uma característica da cultura organizacional de uma empresa que, dentro dos estudos da administração, pode ser entendida como tudo o que envolve a rotina de uma empresa, refletindo sua essência e funcionando como diretriz para os modos como os sujeitos com ela envolvidos se relacionam e se comportam no dia a dia.

Da nossa perspectiva, mobilizamos a comunicação organizacional como um dos modos pelo qual a cultura de uma instituição se estabelece, seja ela pública ou privada, utilizando como dispositivo de análise um e-mail enviado a todos os funcionários da instituição pública e outro da privada. Tais materiais, enquanto objetos simbólicos, permitem-nos observar o funcionamento da ideologia e os modos de inscrição dessas empresas em determinadas práticas de gestão que fazem emergir as posições sujeitos imbricadas nesse processo.

Para Fleury (1996, p. 24) a comunicação constitui um dos elementos essenciais no processo de criação, transmissão e cristalização do universo simbólico de uma organização. A comunicação ao mesmo tempo que se constrói a partir de um pré-construído, também se constitui. Com o envio da comunicação para significar no mundo organizacional, há o apagamento do indivíduo que a impulsionou, tornando-se algo para além do individual, mas funcional no contexto de significações do mundo do trabalho

Para a empresa, a comunicação, realizada a partir de meios ou veículos - como são chamados - físicos ou não, imprime em seus indivíduos a forma de conduta esperada, produzindo um efeito de simetria e homogeneidade necessário para o bom andamento da organização.

Para Souza (2016), através de materiais, em especial os de comunicação com o público, a empresa organiza os sentidos que estão em circulação, institui relações e padrões, inscrevendo-se em materialidades discursivas que refletem a imagem que ela faz de si para seu público e a imagem que faz do seu próprio trabalhador. Na comunicação interna, este desejo de padronização e simetria busca organizar os sentidos, concorrendo para a instituição das relações de poder e padronização, interpelando os sujeitos e os inscrevendo em um discurso de funcionários, qual seja, de indivíduos a funcionários ideologicamente interpelados pela ideologia ditatorial do contexto capitalista de funcionamento de mundo

Como material de análise, utilizamos o meio de comunicação eletrônico, o e-mail, especificamente o e-mail interno, que tem o seu uso constante nas organizações. Tais

materiais simbólicos produzem sentidos e sentimentos aos sujeitos que os recebem, assim como também aos sujeitos que os enviam. Sentimentos como urgência, ação necessária, decisão, entre tantos outros que podem significar tanto para o indivíduo como para o sujeito na condição de trabalhador.

As condições de produção que determinam os sentidos postos em circulação pelos e-mails analisados desenham um cenário distinto entre os tipos de empresas nas quais são produzidos os discursos - a pública e a privada – muito embora se esteja falando, aqui, de ambientes de trabalho. Nesse sentido, é que podemos sempre pensar em um terreno de confrontos que se dão no político e no simbólico, produzindo seus efeitos no discurso.

2. Objetos de estudo

Trabalhamos, para esta análise, com dois e-mails dos quais apresentamos os conteúdos a seguir, sendo o primeiro de uma empresa privada e o segundo de uma empresa pública. A escolha dos dois materiais se deu em função de seus teores: ambos se referem ao aviso do desligamento de seus respectivos funcionários de suas atuais funções.

Empresa Privada, objeto discursivo 1:

Título do e-mail: FW:Planta [Itajubá] / Alteração na Estrutura Organizacional-Itajubá

ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL- ITAJUBÁ

Comunicamos que o Sr. XXXXXXXX, atual Chefe Engenharia de Projetos Construção de Máquinas estará se desligando da XXXXXX Itajubá em 01 de Março de 2017 por motivo de aposentadoria e para dedicar-se a projetos pessoais.

A partir de 01 de Março o Sr.ZZZZZZZZZZZZ assumirá a função de Supervisor de Engenharia de Processos, sendo responsável pela área de projetos de máquinas e ferramentais, mantendo também suas funções como especialista de processos de produto 3-peças, com reporte direto ao Sr. XXXXXXXX, Gerente de Engenharia em Itajubá.

Ao Sr. ZZZZZZZZZZZZ desejamos sucesso em seus novos desafios.

Agradecemos ao Sr. XXXXXXXX pelo período dedicado a XXXXXXXX e antecipadamente desejamos sucesso em seus novos projetos pessoais.

Empresa Pública, objeto discursivo 2:

Título do e-mail: COMUNICADO DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE COORDENADOR

Senhores Funcionários,

Informamos a todos que a contar de 07/07/11, o servidor XXXXX deixa de exercer a função de Coordenador da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos-CEDP, deste LNA, conforme MCT n 486, publicada no Diário Oficial da União, na data de hoje.

A função de Coordenador da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos-CEDP, passa a ser desempenhada pelo servidor ZZZZZZZZ, conforme Portaria MCT n 487, publicada no Diário Oficial da União na data de hoje.

Ao servidor XXXXXXXX, encaminhamos nossos agradecimentos pelos anos de dedicação à frente da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos-CEDP.

Ao servidor ZZZZZZZZ, encaminhamos nossos votos de sucesso na nova função.

Atenciosamente,

É relevante observar que, a partir do modelo tradicional de comunicação, que se constitui em um esquema elementar com emissor, receptor, código, referente e mensagem,

Orlandi (2009, p.21) salienta que, no contexto da Análise do Discurso, não se trata apenas de uma transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos de comunicação. O emissor e receptor estão ao mesmo tempo realizando o processo de significação, ao mesmo tempo em que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos em seus efeitos múltiplos e variados possíveis.

Os dois e-mails foram enviados aos funcionários das empresas com a mesma finalidade, ou seja, comunicar uma alteração no quadro de pessoal da organização. Na empresa privada percebe-se um ambiente empresarial tomado pelas evidências de funcionamento do discurso capitalista, a começar pelo título “Alteração na Estrutura Organizacional”. Na instituição pública, observa-se o aviso da alteração de coordenador já no título “Comunicado de Exoneração e Nomeação de Coordenador”, o que produz um sentido de maior objetividade no comunicado.

As empresas criam espaços discursivos específicos para que suas formulações possam significar, projetando um modelo de organização, um padrão, produzindo consenso, como forma de evitar conflitos. Essa produção de coerência no discurso é uma forma de poder, já que o político também se faz presente na relação entre o que é dito e os sentidos que se farão compreender. (SOUZA, p.34, 2016)

As condições de produção nas duas empresas são fundamentais nesta comunicação realizada por elas, já que o contexto sócio histórico e a ideologia atuam na formação dos efeitos de sentido produzidos no ambiente de trabalho.

Ainda para Orlandi (2006, p.17)

As **condições de produção** incluem pois os sujeitos e a situação. A situação por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato a situação compreende o contexto sócio histórico, ideológico, mais amplo. O sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. (grifo nosso)

3. Análises

O primeiro recorte refere-se ao e-mail da empresa privada. Conforme pode-se visualizar abaixo no recorte 1, há impessoalidade no **título da empresa privada**, visto que poderia ser apenas a troca de uma denominação de área por exemplo, ou a contratação de um novo sujeito na posição coordenador que pertenceria ao setor. Da forma como o título foi colocado pela empresa, abre margem para efeitos de sentidos diversos. O termo “estrutura”, empregado pela empresa, sugere sustentação, armação, ou seja, trata-se da alteração do que sustenta a organização, que para a empresa privada são os cargos de gestão, local em que os jogos de poder funcionam de maneira mais evidente.

Recorte 1-

Título do e-mail: FW: Planta [Itajubá]/ Alteração na Estrutura Organizacional- Itajubá

Ao observar as sequências discursivas, percebem-se efeitos de sentidos diferentes dos sugeridos pelos títulos no decorrer da leitura do e-mail.

Na empresa privada o trecho “... *por motivo de aposentadoria e para dedicar-se a projetos pessoais*”, produziria um sentido de “humanização” ao trazer o caráter pessoal quando explica os motivos da alteração. Produz também uma certa administração dos sentidos, uma vez que cerceia questionamentos sobre o motivo da alteração dentro da empresa, além de uma maneira de prestigiar o sujeito coordenador comunicando sua aposentadoria.

Para Orlandi (2006, p.16) a antecipação é uma possibilidade da capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta e é um ponto a ser analisado nos discursos empresariais, ou seja, o sujeito pode antecipar a interpretação que o interlocutor terá, colocando-se no lugar dele.

Segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2009, p. 39).

Essa antecipação também faz parte das formações imaginárias que contribuem na constituição do discurso e no seu processo de significação, considerando o imaginário como parte do funcionamento da linguagem. Ainda, segundo Orlandi (2014), citado por Sousa (2016 p.27), neste processo de constituição dos sujeitos e, por sua vez dos sentidos, se tem a ideologia e o inconsciente, introduzindo a noção de formação discursiva. As palavras têm sentido segundo a posição de quem as utiliza. O sentido não existe em si, mas sim pela ideologia e processos sócio históricos que fazem parte das condições de produção do enunciado.

Sobre isso, Orlandi (2009, p.43) aponta que

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.

Pelo interdiscurso, a aposentadoria pode funcionar como uma evidência de evento visto como positivo em nossa sociedade. A aposentadoria remete no imaginário de trabalho concluído, finalizado. Aquele que goza da aposentadoria e recebe uma pensão mensal que lhe é devida pelo seu esforço empregado em longos anos de “trabalho duro”. Mas a aposentadoria também pode funcionar como não-funcionalidade e rompimento ou não com o discurso capitalista da produtividade, que busca fazer sentidos nas evidências de funcionamento do mundo do trabalho.

Para Orlandi (2009, p.31) a memória discursiva tem suas características basilares quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva ela é tratada como

interdiscurso, “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar. É a memória discursiva da palavra aposentadoria que traz este aspecto mais humano e para a comunicação”. É importante ressaltar que, também conforme Orlandi (2006, p.16), em relação ao imaginário o que conta é a projeção da posição social no discurso.

Com este enunciado na comunicação interna a empresa buscou administrar o sentido e trazer a humanização para esta relação empresa x sujeito funcionário, em uma tentativa de homogeneização e linearidade.

Paula (2016, p. 159) contribui com esta reflexão quando diz que “refletir sobre comunicação como lugar e processo de humanização nas organizações pressupõe o reconhecimento de diferenças subjetivas e culturais, e de múltiplos discursos, de dissensos e tensões próprios das interações neste ambiente.”

Recorte 2-

Título: COMUNICADO DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE COORDENADOR

Observa-se já no título do e-mail, uma escolha lexical usual do funcionalismo público com os termos “exoneração” e “nomeação” e que não são utilizadas comumente em uma empresa privada. Na lei 8112/90, art.33, a exoneração é uma das formas de vacância do cargo público e no art.8, temos a nomeação como uma forma de provimento de cargo público.

Pêcheux (1975, apud Orlandi, 2006):

O sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo [...] mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

As palavras do título do e-mail reforçam a formação discursiva em que a empresa se inscreve. São palavras que retomam o já dito, carregadas de sentido para os sujeitos que são interpelados pela ideologia das empresas públicas.

Nogueira (2015, p.53) coloca que:

O sentido é produzido na formação discursiva [...] a partir de uma posição-sujeito, sendo os indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia. Esta relação se dá pelas formações discursivas que representam, no discurso, as formações ideológicas. Assim podemos dizer que os sentidos das palavras não estão “colados” nelas, mas são derivados das formações discursivas em que se inscrevem.

Orlandi (2006, p. 18) aponta que, para uma palavra fazer sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do outro). O título do e-mail também foi

escrito em letras maiúsculas. Para a Análise de Discurso, interessa não forma e conteúdo em separado, mas pensados na simultaneidade, na conjunção entre eles: é forma e conteúdo, o que Orlandi (2004) chamou de forma material. Nesse sentido, é que pensamos que escrever o título todo em maiúsculas produz seus efeitos diferentemente se fosse escrito em letras minúscula. Tem-se também, nessa materialidade do espaço digital, que aquilo que é escrito em letras maiúscula representa uma “voz alta”, se relacionado à fala. Nesse sentido é que podemos dizer que esse título, nessa forma, é feito para chamar a atenção do leitor. E se é preciso chamar a atenção, podemos pensar que essa evidência põe em funcionamento os lugares de interesse e desinteresse que os sujeitos que recebem este e-mail ocupam.

O e-mail da empresa pública não apresenta motivos para a alteração, mas reforça a decisão pontuando objetos legais nos trechos: *“conforme MCT nº 486, publicada no Diário Oficial da União, na data de hoje e conforme Portaria MCT nº 487, publicada no Diário Oficial da União na data de hoje”*. A empresa pública preocupa-se em mostrar a seus funcionários a formalização desta decisão silenciando questionamentos que pudessem ser feitos:

[...] todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico que o faz interpretar de uma maneira e não de outra. Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva para que suas palavras tenham sentido, e isto lhe aparece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ele se reconhece nos sentidos que produz. (ORLANDI, 2015, p. 30 apud Souza, 2016, p. 41)

O lugar ocupado pela instituição pública é tomando pelas evidências de legalidade e regularidade, mostrando a eficácia da materialidade do discurso do Estado em funcionamento neste lugar, que é um espaço público carregado de significações e lutas próprias de sua historicidade, do seu processo de constituição.

Outro ponto observado é a palavra *função* utilizada em ambas as empresas para designar as atividades dos funcionários mencionados nos comunicados.

A empresa privada coloca *“função de Supervisor de Engenharia de Processos”* e *“funções como especialista de processos de produto 3 peças”*

A empresa pública apresenta *“função de Coordenador da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos-CEDP (...) A função de Coordenador da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos-CEDP(...) de sucesso na nova função.”*

Há muitos sentidos dicionarizados³² para o termo “função”, como por exemplo, o que caracteriza uma pessoa ou coisa: função motora; função paterna./ Obrigação que se deve

³² Segundo o site www.dicio.com.br

executar: função da polícia civil./ O cargo que se ocupa em algum lugar: função de professor./ Ofício; o trabalho desempenhado por alguém: hoje não tenho função./ Profissão; aquilo com o qual se trabalha: função de padeiro./ Serventia; utilização com um propósito específico: controle com várias funções./ Razão; o funcionamento perfeito da mente, do intelecto, do espírito: funções mentais./ [Biologia] As operações realizadas por um órgão humano: função respiratória./ [Matemática] Relação de correspondência, de correlação, entre dois conjuntos que possuem uma variável comum.

Nos casos dos comunicados apresentados, ou seja, nos objetos discursivos, podemos compreender os sentidos de função como “ofício: *o trabalho desempenhado por alguém* e profissão: *aquilo com o qual se trabalha*”, tendo relações sinonímicas com trabalho, incumbência, obrigação, cargo, missão, serventia.

As empresas utilizaram deste recurso de comunicação e da necessidade de informar a alteração em cargos de quem tem a incumbência de gerir áreas em suas empresas. Cargos que permitem que o sujeito naquele momento tenha poder de autoridade sobre os demais funcionários. O sujeito é colocado, de maneira formalmente ou legalmente instituído em um espaço em que dele se espera decisões sobre o funcionamento daquele setor ou coordenação. Há na própria comunicação um apelo pela regularidade do funcionamento institucional.

Diante disso, cabem duas indagações: a alteração de cargos de posições sujeito diferente de um gestor é comunicada da mesma forma pelas empresas? Como as empresas entendem se existe esta necessidade ou não de comunicação?

Uma alteração de um sujeito gestor tem um impacto em toda empresa, a posição sujeito gestor já traz consigo todo um conjunto de sentidos e pré-construídos. Qualquer empresa se baseia em relacionamentos e uma mudança de pessoal em uma posição estratégica pode melhorar ou piorar estes relacionamentos. O poder atribuído formalmente a estes sujeitos pelas empresas em que trabalham poderá influenciar de forma positiva ou negativa o andamento das relações e resultados. O poder traz uma potência ao que será realizado e dependendo de como será conduzido por este sujeito pode transformar-se em prepotência ou impotência. O poder pode ser ressignificado de forma diferente nestas duas empresas que possuem realidades diferentes. Na empresa privada, os sentidos do poder podem ter a forma de *status*, de responsabilidade, de pressão, de dinheiro, de metas, de admiração, de conhecimento e reconhecimento e de mudanças. Na empresa pública, o poder pode significar um peso, uma responsabilidade, um acréscimo salarial, uma aprovação superior, o conhecimento e o reconhecimento, a temporalidade, a rotatividade e até mesmo a paixão pelo que se faz.

O *corpus* mostrou o funcionamento das formações discursivas e o efeito de sentido da “passada de bastão”, na qual o poder pode mudar de sujeito, mas sem deixar de produzir os efeitos das formações ideológicas e funcionamento do pré-construído.

Outro ponto a se observar nos e-mails é a utilização de palavras diferentes para iniciar o texto, sendo na empresa privada empregada a palavra “Comunicamos” e na empresa pública a palavra “Informamos”, o que mostra as simetrias e dissimetrias no funcionamento simbólico de ambas instituições. Comunicar sugere a ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente, receber outra mensagem como resposta. Informar, por sua vez, é o ato ou efeito de notificar, fazer saber, dar conhecimento. Segundo Bekin (2005, p.97) “a informação é sempre unilateral. Já a comunicação é um processo que envolve interlocutores. A comunicação é informação com feedback”. Ainda para o mesmo autor, a comunicação gera envolvimento, que gera comprometimento, que gera motivação, que por sua vez, é mantida pelo processo de comunicação. Quando a empresa privada se apropria em sua comunicação do dizer “comunicamos” e a empresa pública de “informamos”, podemos pensar que há produção de sentidos diferentes, principalmente quando tomamos como base o conceito de esquecimento número dois de Michel Pêcheux, que segundo Orlandi (2009, p.35) é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.

É importante ainda ressaltar dois trechos dos objetos analisados que dizem respeito à projeção de futuro dos funcionários que deixaram as funções.

Na empresa privada:

Recorte 3-

“... *desejamos sucesso em seus novos **desafios.***”

Na empresa pública:

Recorte 4-

“... *encaminhamos nossos votos de **sucesso na nova função.***”

A empresa privada traz “sucesso em seus novos desafios” e a pública expressa “sucesso em sua nova função”. O efeito de sentido de sucesso em seus novos desafios é algo a ser superado, desafiador, provocador, motivador e até mesmo provocante, que vai exigir do sujeito coordenador técnicas e conhecimentos para superá-los. Já o sucesso em sua nova

função remete o efeito de sentido de algo novo, porém rotineiro, sem maiores expectativas ou desafios. Também o funcionamento da evidência do discurso de sucesso *versus* fracasso.

O termo desafio coloca o sujeito numa relação de empreendedorismo com seu futuro, que ele precisa vencer “para chegar lá”, o que não acontece com o termo função. De qualquer forma, também é interessante perceber que o sucesso aparece nos dois materiais, e que vem de uma memória que tem relação com a necessidade de plenitude e felicidade desse sujeito capitalista.

“Desafios” e “Função” funcionam como paráfrase, mas que vêm de campos discursivos diferentes: desafio está dentro de um discurso neoliberal, que coloca o sujeito como responsável pelo seu sucesso, e função que vem num discurso do sujeito máquina, que serve para algo e exerce aquilo que lhe cabe.

Continuando a análise dos e-mails nos recortes abaixo:

Empresa privada:

Recorte 5-

“... atual Chefe de Engenharia de Projetos Construção de Máquinas estará **se desligando** ...”

E na empresa pública:

Recorte 6-

“... o servidor XXXXX **deixa de exercer** a função de Coordenador da Coordenação...”

O “se desligando” difere-se do “deixa de exercer” uma vez que, ao se desligar, o sujeito deixa de fazer parte da empresa e o efeito de sentido produzido é que o sujeito do texto faz algo que é de sua vontade, uma vez que há o pronome reflexivo “se”. Neste caso, é o sujeito que se desliga e não a empresa que o desliga. O emprego do gerúndio em “se desligando” denota uma ação em andamento e em conjunto com verbo auxiliar indicativo do futuro do presente “estará” indica uma execução imediata em tempo futuro desta ação.

O “deixa de exercer” traz o verbo indicativo presente apontando o tempo da ação de forma imediata além da dúvida gerada se foi por escolha própria ou por uma imposição da empresa.

A empresa privada focou na situação do sujeito em sua comunicação, ao utilizar as palavras “se desligando”, enquanto a empresa pública se concentrou em falar sobre a função quando utilizou “deixa de exercer”. Ao utilizar “se desligando” o sujeito se desvincula da empresa, ao passo que em “deixará de exercer” não necessariamente o sujeito irá se desligar, mas sim somente deixará sua função.

Por fim, também os modos pelos quais as empresas se referem aos protagonistas dos e-mails analisados merece atenção. A empresa privada se utiliza do pronome de tratamento Senhor, reforçando o distanciamento entre os locutores, mas marcando também o sujeito como pessoa. Já a empresa pública evidencia o cargo/servidor, para referir-se ao sujeito, ressaltando o vínculo enquanto lugar/ entidade governamental, produzindo o foco na função. Isso também afeta, num amplo sentido, os modos como os sujeitos se relacionam em cada uma delas.

4 Algumas Considerações

A Análise de Discurso que praticamos propõe pensar nos modos como a linguagem constitui sujeitos, nas suas mais variadas práticas, considerando a articulação entre a ideologia, o inconsciente, a história. Nesse processo, onde o simbólico e o político se cruzam, o discurso se constitui como aquilo que vem não só mediar, mas presidir as relações sociais. Diante disso, é possível dizer que nada escapa à interpelação ideológica e um dos pontos de observação é justamente as relações de trabalho que se colocam no mundo contemporâneo.

Esperamos com esta análise, trazer modos de compreensão do discurso institucional, produzindo, também para a área da administração, um melhor entendimento do funcionamento da cultura organizacional pela via da linguagem, de como funciona a instituição e os modos de identificação dos sujeitos inscritos nas empresas, em suas posições de sujeitos do/no trabalho.

Referências

BEKIN, S.F. **Endomarketing. Como pratica-lo com sucesso**. São Paulo, Prentice Hall, 2005.

FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R.M. **Cultura e Poder nas Organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NOGUEIRA, L. **Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho: A Posição Discursiva da Petrobras**. Campinas, SP: [s.n.], 2015.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E.P. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem. Discurso e textualidade**. Campinas SP: Pontes, 2006.

_____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

SOUZA, M.I.B. **Os discursos empresariais e a relação de dominação significada no consenso**, In: Entremeios: revista de estudos do discurso. v.13, jul.-dez/2016, Pouso Alegre, Universidades do Vale do Sapucaí-UNIVÁS, p.33 e 43. Disponível em < <http://www.entremeios.inf.br/published/327.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2017

SOUZA, M.I.B. **Discurso, sujeito e organizações: efeitos de sentido na comunicação empresarial**. 2016. 104 f. (Dissertação para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Pouso Alegre.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de Discurso · 10, 92, 102, 105, 113,
158, 250, 251, 258, 263, 264, 265, 266,
270, 271, 279, 283, 284

Artigo · 38, 57, 59, 138, 150, 151, 155, 156,
158, 179, 180, 184, 195

C

Canções · 87, 88, 89, 92, 97, 98, 100, 101,
106, 107, 109

Cidadania · 71, 97, 137, 138, 139, 140, 146,
169, 258

Ciência · 16, 82, 133, 184, 200, 220, 245,
264

Corpo · 14, 19, 23, 31, 40, 41, 47, 53, 62,
65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 80, 81,
82, 90, 92, 93, 98, 107, 108, 114, 120, 185,
186, 193, 217

Cotidiano · 25, 73, 74, 84, 87, 88, 89, 92,
93, 94, 97, 98, 105, 106, 110, 136, 146,
162, 164, 184, 188, 204, 236, 247

Cultura · 40, 65, 70, 82, 123, 129, 138, 142,
145, 147, 159, 171, 182, 183, 226, 242,

243, 250, 251, 253, 255, 257, 258, 261,
272, 273, 284

D

Discurso · 64, 72, 87, 112, 113, 115, 148,
158, 265, 270, 271, 272, 275, 284

E

Efeito · 28, 38, 41, 49, 50, 51, 59, 65, 74,
92, 104, 106, 112, 147, 152, 156, 172, 177,
179, 263, 266, 268, 272, 273, 277, 279,
281, 282, 283

Ensino · 9, 10, 89, 94, 101, 130, 136, 139,
144, 147, 168, 205, 250, 251, 254, 257,
258

Estudo · 16, 17, 24, 32, 42, 50, 64, 67, 84,
91, 102, 104, 105, 106, 112, 116, 118, 121,
122, 123, 125, 126, 127, 129, 131, 132,
133, 150, 151, 157, 158, 161, 167, 169,
188, 193, 197, 205, 206, 207, 208, 209,
214, 215, 219, 224, 235, 242, 247, 248,
266, 274

H

História · 24, 39, 40, 67, 69, 72, 75, 102,
103, 104, 105, 129, 142, 156, 158, 162,
163, 166, 172, 175, 176, 182, 196, 200,
224, 225, 227, 228, 229, 243, 245, 250,

251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258,
262, 264, 266, 268, 269, 270, 283

I

identidade · 48, 93, 106, 107, 113, 114, 167,
181, 232, 237, 245, 252, 253, 257

Imagem · 14, 28, 29, 31, 54, 69, 124, 127,
155, 168, 173, 224, 225, 226, 256, 260,
261, 262, 273

Indivíduo · 13, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 25,
26, 30, 33, 34, 35, 39, 42, 45, 48, 50, 65,
69, 74, 80, 107, 118, 119, 126, 127, 130,
131, 177, 181, 182, 183, 189, 201, 202,
203, 204, 225, 267, 273, 274

L

Língua · 10, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 117,
118, 119, 121, 123, 124, 125, 127, 128,
129, 130, 134, 194, 226, 257, 259, 264,
265, 266, 268, 269, 270, 272

linguagem · 8, 9, 10, 29, 66, 69, 89, 92, 94,
98, 103, 104, 105, 110, 112, 116, 117, 118,
119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126,
127, 131, 132, 133, 134, 135, 143, 144,
148, 158, 163, 182, 190, 193, 252, 253,
254, 255, 258, 262, 263, 264, 265, 266,
267, 269, 270, 275, 277, 283, 284

Linguagem · 6, 8, 9, 10, 112, 113, 116, 123,
125, 133, 134, 148, 150, 258, 262, 263,
264, 284

Linguagem verbal · 69, 116, 117, 125, 126,
131

M

Mídia · 4, 38, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 148,
173

P

Pesquisa · 9, 10, 14, 17, 22, 35, 38, 52, 59,
60, 80, 81, 87, 88, 89, 92, 98, 102, 104,
106, 110, 114, 116, 121, 129, 133, 142, 171,
192, 194, 204, 205, 207, 208, 209, 215,
219, 222, 224, 225, 231, 234, 235, 242,
243, 245, 247, 248, 251, 257, 260, 262,
263, 264, 265, 266, 267, 268

Pesquisas · 9, 10, 20, 31, 35, 52, 60, 65, 68,
71, 81, 100, 101, 102, 106, 116, 122, 123,
124, 126, 130, 131, 205, 208, 232, 235

Profissional · 10, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21,
24, 26, 28, 29, 30, 33, 59, 68, 121, 145,
156, 165, 177, 200, 205, 221, 224, 233,
234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242,
248, 249, 262

R

Racismo · 251, 258

S

Sala de aula · 137, 208, 259

Samba · 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95,
96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114

Saúde · 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22,
24, 27, 33, 34, 39, 42, 45, 53, 57, 58, 59,
60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 140, 174,
178, 179, 181, 187, 219, 241, 244, 246

Significado · 64, 68, 69, 79, 80, 117, 121,
124, 128, 164, 172, 195, 215, 225

silêncio · 89, 97, 103, 113, 251, 253, 254,
258, 262, 265, 284

Simbolização · 64, 69, 80, 84

Sintoma · 26, 66, 69, 70, 80

Sociedade · 9, 10, 24, 42, 55, 62, 82, 97,
101, 104, 112, 117, 131, 137, 139, 140, 141,
142, 143, 146, 157, 163, 167, 169, 173,
176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184,
191, 204, 223, 224, 225, 226, 227, 228,
229, 230, 231, 232, 233, 236, 240, 241,
242, 243, 244, 245, 252, 256, 258, 262,
263, 264, 278

Sujeito · 10, 20, 21, 26, 28, 39, 58, 59, 64,
69, 72, 73, 80, 93, 95, 101, 103, 104, 107,
108, 110, 119, 121, 127, 128, 142, 145,
158, 166, 168, 169, 171, 175, 182, 186,
188, 189, 190, 191, 192, 200, 201, 202,
203, 225, 227, 237, 257, 264, 265, 266,
267, 268, 269, 270, 274, 276, 277, 278,
279, 280, 281, 282, 283, 284

T

Texto · 87, 88, 89, 93, 101, 103, 112, 114,
129, 138, 139, 141, 151, 233, 252, 265,
267, 281, 283